

The Gift of
Jose Mindlin
through
THE ASSOCIATES OF
THE JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

...stituicoes primeyras do
ordenadas pelo Senhor Don

Sebastio Monteyro da Vide, Arçebispo, propostas, e acceytas em
o sinodo diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho
do anno de 1707.

*With finely engraved frontispiece containing the portrait of
Archbishop of Monteyro de Vide, fifth Archbishop of Bahia and
medallion portraits of his predecessors.*

FIRST EDITION. Folio. Old calf (rebacked).

Lisbon, 1719.

(SEE ILLUSTRATION, PLATE NO. LV.)

This first edition not in Rodrigues, *Bibliotheca Brasiliense*. See, however,
No. 1685.

This is the first edition of the valuable and very scarce first constitutions of
the Archbishopric of BAHIA of BRAZIL. The first 470 pages contain the text of the
Constitutions as such; pp. 473-593 are the index to the same; pp. 595-618 contain
a relation of the proceedings and sessions of the diocesan synod which took place
in BAHIA on the 12th June, 1707. At the end there is a 32-page catalogue of the
Bishops of BRAZIL up to the year 1756. Finally there are 118 pages containing
the rules of the ecclesiastical court of BAHIA.

The Bishoprics of BRAZIL are still governed to-day by these Constitutions,
which revoked all previous rules and enactments of former Bishops.

At the end of the "*permissions to print*" is a protest of the Crown Pro-
curator reserving all Crown rights in case any of the Constitutions should offend
the Royal jurisdiction in any way.

Je ne fay rien
sans
Gayeté

(Montaigne, Des livres)

Ex Libris
José Mindlin

*The first ecclesiastical legal code for
Portuguese America*

Vide, Sebastião Monteiro da. *Constituições
primeyras do arcebispado da Bahia*. Lisbon, 1719.

The creation of legal codes specifically for the management of church affairs was fundamental to the founding of colonies in the New World. "Episcopal constitutions" were drawn up for the governing of bishoprics throughout Spanish and Portuguese America, the earliest such document having been published in Mexico in 1556. The first bishopric in Brazil was that in Bahia. These ordinances, drawn up at the first synod in Bahia and promulgated by the bishop, served as the legal code for all the dioceses in Brazil until well into the nineteenth century.

For a long time this important and rare book was on the Library's published desiderata list, *Rare Americana: A Selection of One Hundred & One Books, Maps, and Prints NOT IN the John Carter Brown Library* (1974). In 1990, however, the Library received a copy as a gift from the great Brazilian book collector, José Mindlin, who at the time was serving as a member of the JCB's Board of Governors.

The Gift of
Jose Mindlin
through
THE ASSOCIATES OF
THE JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

— instituicoes primeyras do
— ordenadas pelo Senhor Don

Sebastio Monteyro da Vide, Arçebispo, propostas, e aceytas em
o synodo diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de Junho
do anno de 170

With finely
Archbishop of l
medallion porti

FIRST EDITI

Lisbon, 171

(SEE ILLUSTRATION)

This first editi
No. 1685.

This is the first
the Archbishopric of
Constitutions as suc
a relation of the pr
in BAHIA on the 12th
Bishops of BRAZIL u
the rules of the eccl

The Bishoprics
which revoked all p

At the end of
curator reserving all
the Royal jurisdictio

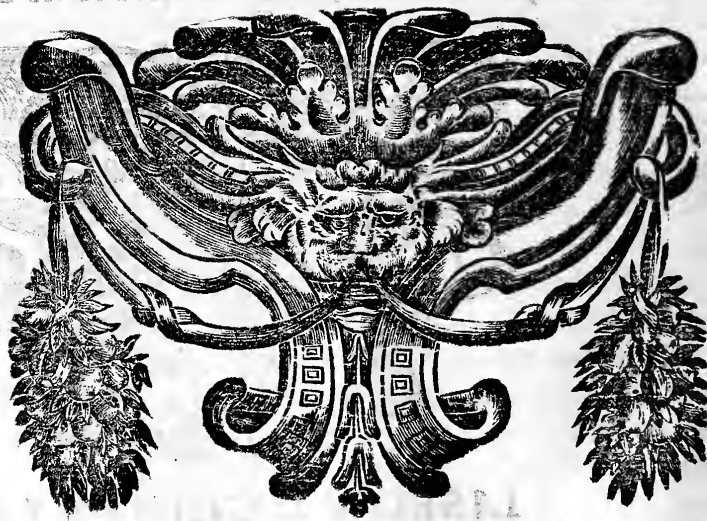
Ex Libris
José Mindlin

„ do. E para que os futuros continuem sempre os Officio
 „ Divinos com o ardente zelo , & fervorosa devoção qu
 „ espero dos presentes, fareis logo vòs Arcebispo , ouvindo
 „ ao dito Cabido, aquelles Estatutos , & Ordenações qu
 „ julgarem ser mais convenientes para a inviolavel firme
 „ za, & perpetuidade de tudo o que contém esta minha re
 „ solução , a qual em nenhum tempo se poderá largament
 „ interpretar , nem interpretando-se , será em fôrma que s
 „ siga sempre o mayor augmento do culto Divino sem re
 „ peyto á commodidade dos Ministros. Escrita em Lisboa
 „ Occidental aos 11. de Abril de 1718. annos.

R E Y.

P. Duque Estribeyro mòr.

Para o Arcebispo da Bahia.



REGIMENTO
DO
AUDITORIO
ECCLESIASTICO

Do Arcebispado da Bahia , Metropoli do Brasil,

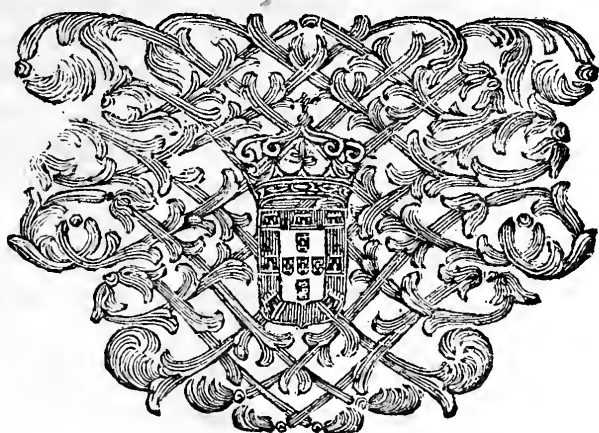
&

DA SUA RELAÇAM, E OFFICIAES DA JUSTIÇA
Ecclesiastica, & mais cousas que tocaõ ao bom governo do
dito Arcebispado ,

ORDENADO PELO ILLUSTRISSIMO SENHOR

D. SEBASTIAM MONTEYRO
DAVIDE,

Arcebispo da Bahia, & do Conselho de S. Magestade.



LISBOA OCCIDENTAL;

Na Officina de PASCOAL DA SYLVA, Impressor de Sua Magestade,

Com todas as licenças necessarias. M.DCC.XVIII.

REGIMEN

ALFONSO

DE CASTILLA

REY

DA LUSITANIA


ALFONSO

REY

REY

REY

REY

 OM SEBASTIAM MONTEYRO DA
 Vide por mercè de Deos, & da Santa Sé
 Apostolica Arcebispo Metropolitano do
 Estado do Brasil, & do Conselho de S. Ma-
 gestade, &c. Fazemos saber ao Chanceller da
 nossa Relação, Provisor, Vigario geral,
 desembargadores, & a todos os mais Officiaes, & Ministros
 de Justiça Ecclesiastica, & a quaesquer pessoas deste nosso
 Arcebispado, que por sermos informado, & termos por
 experiencia que havia nesta Diecesi muytas duvidas, &
 difficuldades sobre os estylos da Justiça, Auditorio, ordemi-
 juizo, & Regimento dos ditos Officiaes, & Ministros
 de Justiça, porque de alguns não havia noticia alguma, &
 que havia de outros não era bastante, nem estava em
 forma conveniênte, & accômodada a este tépo, de q assim no
 espirital, como no temporal se seguiaõ muytos inconven-
 ientes contra o serviço de Deos, & bem commum, & se
 ocasionavaõ novas demandas, & se dilatavaõ outras com
 inquietação das consciencias, perturbação da paz, desper-
 s, & gastos causados da falta de Regimento proprio des-
 Arcebispado; & querendo Nós occorrer a estes damnos
 não somos obrigado, sem embargo de nos acharmos por
 a com a Constituição, a que temos dado principio, por
 entendermos a que poderá ter mais dilação que a que per-
 te a falta de Regimento, nos pareceo ser serviço de
 os ordenarmos logo os Regimentos que ao diante se se-
 em; accomodandonos quanto pôde ser aos estylos até
 praticados neste Auditorio, & aos que não reprova,
 es manda conservar o direyto, & desterrando os que
 gamos por abusos, & corruptelas; os quaes Regimen-
 mandamos a todos, & a cada hum dos sobreditos Mi-
 tros, & Officiaes de Justiça, & mais pessoas deste Arce-
 pado, a que pertencer, guardem, & cumpraõ, & fação
 eyramente cumprir; porque para tudo o que nelles se
 ntêm damos, & commetemos a cada hum dos ditos Of-
 ficiaes,

4 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

ficiaes, & Ministros de que tratao, jurisdicção, & poder para que sendo providos de seus officios, & cargos na forma dos ditos Regimentos, possaõ, & sejaõ obrigados fazer *respechive* tudo o que nelles se contem: & pelo mesmo modo lhes defendemos, que além das couzas em os taes Regimentos conteudas, sem nossa especial commissão não fação mais alguma; porque em todas as que nos ditos Regimentos não vão concedidas, & declaradas, lhes negamos poder, & o reservamos a Nós: & para este effeyto revogamos, & havemos por revogados todos, & quaesquer outros Regimentos, & estylos, & costumes desta Diocese, posto que antigos, recebidos, & praticados, que em todo, ou em parte se encontrarem com estes, os quaes não poderão ser interpretados mais, ou menos do que soaõ, havendo sobre algum delles duvida, que haja mister interpretação, a reservamos a Nós; & todos, & cada hum dos ditos Regimentos começará a obrigar, & ter força em juizo, & fóra d'elle, tanto que pelo nosso Chancellet for publicados em Relação: & mandamos a todos, & a cada hum dos sobreditos Officiaes, que hora saõ, ou ao diante forem, tenhaõ, & guardem estes Regimentos, & com elles conformem em tudo, o que dispõem, & não guardem, nem alleguem outro algum dos que até agora houve encontrado-se com estes, sob pena de serem *ipso facto* suspensos de seus officios em quanto não mandarmos o contrario, & de cruzados para as despezas da Justiça, além do perjuramento que encorrem, por não cumprirem o que juraraõ ao tempo que foraõ providos de seus officios: & para que os ditos Regimentos venhaõ à noticia de todos, & cada hum os possa ter facilmente, havemos por bem que se imprimaõ, que a cada hum dos volumes impressos se dê tanta fé, e credito como ao proprio original por Nós assinado, que ficará no Cartorio. Dada na Bahia aos 8. de Setembro de 1704. O Padre Manoel Ferreyra de Mattos Secretario Sua Illustrissima a escreveo.

S. Arcebispo da Bahia.

INDIC



INDICE

DOS DIAS FERIADOS,

Que se guardaõ nesta Relação da Bahia, & Auditorio Ecclesiastico della, além dos que traz a Constituição.

Janeyro, a 20. S. Sebastião.
 Mayo, a 10. A festa do Voto, & procissão real
 a S. Francisco Xavier.
 Julho, a 2. A Visitação.
 Agosto, a 6. A Transfiguração.
 Novembro, a 2. A Commemoração dos fieis defuntos.
 Dezembro, o primeyro, Procissão Real da Acclamação.
 Dia de Entrudo.
 Quarta feyra de Cinza.

As Férias ordinarias são desde dia de S. Thomé a 21.
 e Dezembro até o ultimo de Fevreyro.

Tambem ha Férias da Dominga de Ramos até a pri-
 meyra segunda feyra depois da Dominga *in Albis inclusivè*.

FORMA DO JURAMENTO,

Que hão de fazer os Ministros, & Officiaes da nossa Rela-
 ção, & Auditorio Ecclesiastico, antes de começarem a
 servir seus cargos, & officios.

EU N. juro por estes Santos Euangelhos, em que ponho
 a mão, que neste cargo, ou officio de N. em que hora
 ou provido pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo, procede-
 rey como devo, & cumprirey, quanto em mim for, com as
 obrigaçoens d'elle, guardando (1) em tudo o Regimento, &
 Constituiçoens que d'elle trataõ, & em todas as cousas per-
 tinentes ao tal officio, & cargo; obedecerey aos mandados
 do dito Illustrissimo Senhor *in licitis*, & *honestis*, & sendo

A iij

por

1 De hoc juram. vi-
 de Valasc. de jud. per.
 fest. rubr. 9. annot. 6. n.
 21. Peg. ad Ord. lib. 1.
 tit. 1. gloss. 35. n. 12. ubi
 plures refert.

2 Deducitur ex text. in cap. Ego N. de jure. jurando.

3 Deducitur ex text. in d. cap. Ego N. verit. concilium, Delben. de juram. cap. 2. dub. 27. num. 8.

4 Exod. cap. 23. Ord. l. 5. tit. 71. & ibi Barb. n. 3. cum plurib. Aut. de Mád. Princ. § Oportet, collat. 3. Segura in direct. judic. l. p. cap. 14. à n. 21. Them. in procem. 3. p. a n. 3. cum seq. Fragot. de Regim. Reip. l. p. lib. 5. d. 9 §. 3. n. 29. & quem scilicet hoc iuramentum recip. valeat, vide apud Valat. de judic. perfect. rubr. 9. annot. 3. n. 33.

5 Delben. de jur. dict. dub. 27. n. 9. Segura in direct. judic. l. p. cap. 14. a num. 5. cum seq.

por elle chamado, irey; não farey couza alguma, nem darey favor, conselho, (2) ou a uida para que se faça contra o dito Illustrissimo Senhor, ou sua Igreja; antes sabendo que alguem o faz, ou intenta fazer, o encontrarey (3) em quanto me for possivel; guardarey as partes seu direyto, & justiça defencaregando a consciencia do dito Illustrissimo Senhor, & minha. Não descubrirey direyta, ou indireytamente segredo algum naquellas couzas, que descobrindo-se, seria prejuizo do dito Illustrissimo Senhor, da justiça, ou das partes, nem consentirey que se descubra; não tomarey (4) dadivas, nem peytas por mim, ou interposta pessoa; nem consentirey que os meus as tomem, nem levarey as partes (5) mais salario do que me for concedido por meu Regimento, estylo, & Constituiçoens deste Arcebisnado. E todo o sobredito guardarey em qualquer outro officio dellas que servir, & em qualquer diligencia que fizer, em quanto tiver este, & largando-o por qualquer via, entregarey, & farey entregar livremente ao dito Illustrissimo Senhor, ou pessoa que elle deputar, todos os livros, sellos, & papeis que em meu poder tiver pertencentes ao dito Officio, ou ao dito Illustrissimo Senhor, & a sua Igreja.

E os Escrivães, & Notarios além do sobredito, jurarão mais o seguinte.

Deyxando, renunciando, ou por qualquer via largando este officio, em vida, ou em morte, entregarey, & deyxarey livremente todo o Cartorio, livros, & papeis que tiver pertencentes a elle, assim os que me foraõ entregues por inventario ao tempo que nelle fuy provido, como quaesquer outros que em meu tempo accrescêraõ, ou por qualquer via tiver em meu poder, & tudo largarey, & entregarey, & farey entregar a pessoa que o dito Illustrissimo Senhor mandar, & não darey, sobnegarey, nem venderey por mim nem por outrem alguma couza do dito Cartorio, livros, ou papeis, antes os guardarey, & conservarey com toda a diligencia possivel.

TITULO I.

§. I.

Do Provisor, & do que a seu officio pertence.

O Officio de Provisor foy instituido, & ordenado (1) para mais breve, & commodamente se despachar os negocios, & causas mais graves pertencentes ao go.erno espirital, (2) & jurisdicção voluntaria, a que os Viscaes geraes occupados mais no temporal, & foro concinco não podiaão tão prompta, & facilmente acudir; & como as materias de que o Provisor trata são graves, & de muita importancia, convem muito que a pessoa que do tal cargo houver de ser provida seja Sacerdote, (3) & ao menos tenha trinta (4) annos de idade, & que seja graduado em Direito Canonico, (5) & que tenha gravidade, prudencia, integreza com as mais virtudes, letras, & experiencia, que constituem hum bom Ministro, para que bem possa fazer as obrigaçoens de seu cargo, que são as seguintes.

2 Tanto que for provido, & tiver carta, ou Provisão do Officio por Nós assinada, que será registrada, & passada pela Chancellaria, jurará ante o nosso Chanceller na forma costumada, de que se fará assento, como se dirá no titulo do Chanceller; & antes de tomar o juramento, se não dará posse, nem fará cousa alguma pertencente a esse officio, & o que fizer será (6) nullo.

3 Será obrigado vir á Relação, assim nos dias de despacho ordinarios, como nos extraordinarios, não estando occupado em cousas de seu officio, mas sempre será obrigado vir a ella, sendo por Nós chamado.

4 O Provisor em Relação, & em outra qualquer junta que fizermos, ou mandarmos fazer, assim no assento, (7) como no votar, & em tudo o mais terá o primeyro (8) lugar, & não estando Nós presente servirá de Presidente, Nós não ordenarmos o contrario; & nas materias de causas, & consultas votará em primeyro lugar, & depois votarão os demais, descendo para bayxo ao contrario dos outros nas materias de Justica.

5 Será

1 Cap. Cum nullus de temp. Ord. lib. 6. Clem. Et si principalis de Re-script. Trid. sess. 24. de Reform. cap. 18.

2 Peg. forens. cap. 18. num. 1.

3 Segur. in Direct. judic. 1. p. cap. 11. n. 8. ver. Unde.

4 Concil. Provin. Brach. act. 2. tit. de Provisor.

5 Segur. d. 1. p. c. 3. n. 5. Valasc. alleg. 38. à n. 1.

6 Regul. quæ contra 64. de Regul. jur. lib. 6. & ibi Barb. n. 1.

7 Chassan. Catalog. glor. mund. 1. p. 14. Cōsid. ver. honorari.

8 Chassan. sup. ver. quia.

5 Será obrigado a darnos conta das cousas notaveis, & graves pertencentes ao seu officio, & de tudo o que entender convém ao bom governo do nosso Arcebispado: & estando em Relação, parecendo-lhe que a resolução que quer tomar em qualquer negocio, ou causa he contra o direyto de nossa jurisdicção, ou que della resultará algum escandalo, no-lo fará a saber, para provermos na materia o que nos parecer; & no entretanto se não resolverá nem proferirá nos autos despacho, ou sentença.

6 He obrigado a ver o rol dos Confessados, & fazell registrar no livro do Registro, que terá o Escrivão da Camera deste Arcebispado, fazendo o que mais temos mandado na Constituição liv. 1. n. 149.

7 Ao Provisor pertence absolver, & dar saudavel penitencia a todos os que encorrerem em excommunhaõ por não cumprirem com a obrigação da Quaresma.

8 Tambem lhe pertence absolver, ou mandar absolver os penitentes que tiverem casos reservados (9) a Nós, mas não poderá dispensar em caso algum sem especial commissão nossa, nem nas Constituições, nem nos casos em que de direyto o podemos (10) fazer.

9 Item dará saudavel remedio aos dilatados por conselho do Confessor para não commungarem, sendo passado o dia de S. João.

10 Dará licença para se reconciliar (11) Igreja, ou outro que não for sagrado por Nós, ou outro algum Prelado.

11 Mandará pela Matricula reformar as cartas d'Ordens perdidas.

12 Responderá aos Vigarios, & Curas do Arcebispado, quando o consultarem, & lhe communicarem as duvidas que tiverem sobre cargos, & seus officios, & sendo materias graves nos dará parte.

13 Mandará cada anno passar Edicto para a procissão do Corpo de Deos, como temos dito na Constituição num. 499.

14 Examinará as dimissorias dos Sacerdotes que vierem de outros Bispados, & lhes dará licença para neste exercerem suas Ordens (12) pelo tempo que lhe parecer; mandará passar dimissorias (13) aos Clerigos, que deste Arcebispado

9 Argum. ex text. in cap. Licet de offic. Vicar. in 6. Barb. de potest. Episc. p. 3. alleg. 54. n. 116. Pellegr. de offic. Vic. 1. p. sect. 1. sublect. 2. n. 17.

10 Pelleg. ubi supra sect. 2. sublect. 2. n. 52. Garc. de benef. p. 5. cap. 8. n. 471.

11 Rebus. in prax. benefic. tit. de Vic. Ep. n. 168.

12 Cap. 1. ubi gloss. 21. q. 2. c. Cunctis 16. q. 1. ubi gloss. Trid. sess. 23. cap. 16.

13 Cap. cum nullus de temp. Ord. l. 6. Barb. de potest. Episc. p. 3. alleg. 54. n. 79. Rebus. in prax. benefic. tit. de Vicar. Ep. n. 47. Ricci. in prax 3. p. resol. 239. n. 6.

do Arcebisado da Bahia.

9

Arcebisado se ausentarem, mas só por tempo de hum anno.

15 Proverá que se faça o rol, ou matricula dos appro-
ados para Ordens, & assinando-o, no-lo enviará a tempo
conveniente.

16 Mandará passar cartas de Curas, (14) Coadjuutores, &
Capellaes annuaes pela ordem, & tempo declarado em nos-
as Constituiçoens com a consideração devida, no que lhe
ncarregamos muyto a consciencia.

17 Tambem mandará passar cartas annuaes aos que
ão de ser Confessores (15) neste Arcebisado, preceden-
lo primeyro exame em nossa Relação, sendo moralmen-
e possivel; mas sendo a distancia consideravel, ou havendo
usta causa para que pessoalmente não possa vir à nossa
Relação, poderá commetter o exame ao Parocho, ou Sa-
erdote prudente que lhe parecer; & na mesma forma se
averá com os que pedirem licença para pregar.

18 Procurará se os Curas, Capellaens, Coadjuutores, &
os mais que tem cartas de Officios, ou Benefícios annuaes
as tiraó dentro do tempo determinado em nossas Consti-
tuições Liv. 3. tit. 27. n. 533. & 534.

19 Conhecerá das petições dos que se quizerem fazer
compatriotas deste Arcebisado, mandando fazer sobre is-
so as diligencias necessarias.

20 Passará cartas (16) de excommunhaõ para as cou-
as furtadas, perdidas, ou sobnegadas, ou para se descobrir,
& sahirem testemunhas para haver prova em causas civeis
na forma da Constituição Liv. 5. a num. 1087.

21 Examinará os Estatutos, & Compromissos das Con-
frarias, & dará seu parecer nelles por escrito para have-
rem de se approvar, ou não.

22 Dará licença para se trabalhar nos Domingos, (17)
ou dias Santos de guarda em caso de necessidade, ou pieda-
de, & para comerem carne os enfermos nos dias prohi-
bidos.

23 E para testemunharem os Clerigos deste Arcebis-
pado nas causas civeis perante as Justiças seculares.

24 Dará licenças particulares para se pedirem esmolas
nas Igrejas, & seus Adros.

25 Nomeará, & rubricará todos os livros dos Tom-
bos,

14 Barbof. de potest.
Episcop. p. 3. alleg. 54.
num. 91.

15 Barbof. de potest.
Episcop. p. 3. alleg. 54.
num. 91.

16 Pelleg. de Off. Vic.
p. 1. sect. 1. subsect. 1. n.
9. Garc. de benef. 5. p.
cap. 8. a n. 96.

17 Castr. Pal. tom. 2.
tract. 9. disp. unic. púct.
10. n. 5. Possev. de Off.
curat. cap. 12. n. 12.

10 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

dos, & dos Baptizados, Chrismados, casados, & defuntos das obrigações perpetuas, dos moveis, & ornamentos, & fabricas das Igrejas, das Visitações, dos Registros, dos patrimonios, & quaesquer que por elle hajaõ de ser numerados, segundo nossas Constituições.

26 Mandará dar Certidoens dos sobreditos livros, & quaesquer outros das Igrejas, para effectos licitos, & honestos, & nos casos que lhe parecer conveniente; & mandará dar juramento aos que as pedirem, porque se obriguem a não usar dellas no Juizo secular accusando a alguém criminalmente, de q se fará termo na mesma petição em que se proferir o despacho.

27 Dará licença (18) para que outro Parocho, ou Sacerdote que não seja o proprio Parocho, assista aos matrimonios, ou administre qualquer outro Sacramento a estrangeiro alheyo, havendo justa causa; mas sempre será sem prejuizo de direyto Parochial do proprio Parocho; mas nunca dará licença para (19) os Religiosos administrarem solemnemente o Sacramento do Baptismo, nem assistirem aos matrimonios.

28 Mandará dar traslados, certidoens, & instrumentos authenticos dos Cartorios, & Registros da nossa Camera Archiepiscopal.

29 Procurará saber se nossos Ministros, & Officiaes guardam nossas Constituições, & seus Regimentos, & nos avisará dos que o não fizerem; & se nossos mandados se cumprem.

30 Estando o nosso Vigario gerabausente, ou legitimamente impedido, & não provendo. Nós outra pessoa que sirva seu officio o servirá juntamente com o seu de Provisor (sem que seja necessaria outra commissão nossa, & havendo entre elles duvida sobre sua jurisdicção, recorrerão a Nós para o determinarmos, & não procederá (20) hum contra outro.

31 Tanto que falecer algum Notario Apostolico, logo irá, ou mandará fazer inventario dos livros de Notarios Autos, & mais papeis pertencentes (21) ao officio de Notario, & os entregará por inventario a outro Notario, ou mandará guardar na Camera.

18 Trid. sess. 24. de reform. c. 1. & ibi Barb. n. 105. & de potest. Ep. alleg. 32. n. 117. Sanch. de Matrim lib. 2. d. 29. Sbroz. d. Vicar. Ep. lib. 2. q. 43.

19 Cap. Interdicimus 16. q. 1. Barb. de potest. Par. 2. p. cap. 18. n. 9.

20 Barb. axiom. 174. n. 1.

21 Ordin. lib. 1. tit. 78. § 2.

32 Serà obrigado a mandar notificar os Sacerdotes
iaconos, & Subdiaconos necessários para assistirem quan-
to benzermos os Santos Oleos, como fica dito na Consti-
tuição Liv. 1. n. 250.

33 Proverà o seu livro dos Curas, Capellaens, & Igre-
jas na fôrma que temos ordenado na Constituição Liv. 3.
um. 532.

34 Tanto que vagar alguma Igreja que se haja de pro-
ter por opposição, & concurso, no-lo farà a saber para se
atár da provisão della.

35 Conhecerà das desobrigações, & Bullas Apostoli-
cas na fôrma que lhe forem commettidas.

36 Pertence finalmente ao Provisor tudo o mais que
em nossas Constituições lhe he permitido, & em tudo o
que a seu officio tocar (22) guardará inteiramente o que
está disposto em nossas Constituições, & direyto Cano-
nico.

§. II.

Das diligencias que o nosso Provisor deve mandar fazer quan-
do alguém se ordenar de Ordens Menores, & Sacras.

37 Querendo-se alguém ordenar de Ordens Meno-
res, ou Sacras nòs farà petição declarando seu
nome, Pays, & Avós, & donde he natural, & morador, &
que tem suas diligencias de genere sentenciadas, & que sci-
encia professa, & que annos tem, para nos informarmos em
segredo se tem as partes, & virtudes necessárias para ser cle-
go, & achando-se o sufficiente (1) lhe mandaremos fazer
as diligencias necessárias pelo nosso Provisor que são as
seguintes.

38 Ajuntarão com a petição que fizerem quando a a-
presentarem ao nosso Provisor sua sentença de genere cor-
rente, & o Provisor mandará passar mandado de segredo
ao Parocho (2) do Ordinando para que secretamente se in-
forme da limpeza de sangue, vida, & costumes, & do mais
que ordenamos em nossas Constituições no titulo do Sa-
cramento da Ordem, & que da informação que achar pas-
se certidão no mesmo mandado jurada *in verbo Sacerdo-*

tis,

22 Cap. licet de offic.
Vicar. lib. 6. Garc. de be-
nefic. 5. p. c. 8. n. 66. Re-
but. in prax. benef. tit.
de Vicar. Episc. à n. 15.
Franc. Leo in Thesaur.
1. p. cap. 10. n. 12. & 13.
Pelleg. in prax. Vicar.
lib. 1. lect. 2. sublect. 2.
n. 1.

1 Trid. sess. 23. de re-
form. cap. 5. Barb. ibi n.
1. & de univ. jure Ecc.
cap. 33. §. 2. n. 168. & de
pot. Ep. 2. p. alleg. 10. n.
22. Zerol. verb. Ordo
verfic. ad quartum. Pia-
fec. in prax. cap. 1. art. 8.
num. 4.

2 Trid. sess. 23. de re-
form. c. 5. Zerol. d. verbo
Ordo verfic. ad quartum.
Piafec. d. art. 8. n. 4.

tis, & nomeará quatro, ou cinco testemunhas que depo-
nhaõ na verdade o que na Certidão declarar.

39 Achando o Provisor pela informação do Parocho
& ditos das testemunhas (que per si perguntará com o Es-
crivaõ da Camera, ou mandará passar commissão para se-
rem perguntadas pelos Vigarios da Vara, ou Sacerdote
idoneo) que he capaz para ser admittido, lhe mandará pas-
sar mandado *de publicãdis, & de vita, & moribus*, que se pas-
sará em nosso nome assinado pelo Provisor, & nelle se mada-
rá ao Parocho do Ordinando, & aos mais Parochos do lu-
gar, aonde elle residir, ou tiver residido tempo considera-
vel, que no primeyro Domingo, ou dia Santo à Estação d
Missã publicuem o dito mandado, & passados tres dias de-
pois da publicação passem Certidão, & sahindolhe algum
impedimento, o declarem nella, & remetão em carta fe-
chada ao Provisor, como fica dito no Titulo do Sacramen-
to da Ordem, n. 226. & o Provisor procederá no dito im-
pedimento como lhe parecer Justiça; & não havendo im-
pedimento algum lhe mandará o Provisor ajuntar folha
corridas deste nosso Auditorio, & dos Auditorios do seculo
certidão de idade, jurando que está christão, & jun-
tudo aos autos, não tendo crime, nem impedimento Cano-
nico, & com idade competente, por seu despacho o habi-
litará pelas taes diligencias para Ordens Menores, & nel-
le mandará que vá a exame à Relação.

3 Trid. sess. 21 de ré-
form. & ibi Barb. n. 21.
Garc. de benef. p. 2. cap.
5. n. 74. Alzed. in prax.
cap. 18. n. 64. Idem Bar-
bof. de potest. Ep. p. 2.
alleg. 19. n. 15.

40 Os que se houverem de ordenar de Ordens Sacras
titulo de beneficio, nos mostrarão como o tem, & possuem
pacificamente, tal que baste para sua honesta sustentação
& que rende ao menos tanto quanto he necessario que ren-
da o patrimonio dos q com elle se hão de ordenar, & a di-
prova do Beneficio, titulo, & posse (3) delle farão perant
o nosso Provisor, o qual levará à Relação, onde se appro-
vará, ou reprovará como for justiça.

41 E os que se quizerem ordenar a titulo de patrim-
nio, por não terem Beneficio, nos farão petição para
admittirmos, & antes de lhes darmos licença nos informar-
mos se tem necessidade; ou proveyto a Igreja, como d
põem o Sagrado Concilio Tridentino, quando algum
quizer ordenar a titulo de patrimonio, & achando, ou se

o notorio haver necessidade, ou ser de utilidade à Igreja
admittiremos, & remeteremos ao Provisor, para lhes
mandar fazer as diligencias necessarias.

42 O que por Nós for admittido para se ordenar a ti-
tulo de patrimonio, apresentará o dito titulo, & instrumen-
to ao Provisor, & será de quatrocentos mil reis, que renda
o menos vinte & cinco mil reis cada hum anno, & o Pro-
visor o remeterá por seu despacho ao Promotor para o exa-
minar, & requerer informação do valor, & rendimento do
dito patrimonio, & se nelle houve alguma fraude, engano,
simulação, & se está em bens (4) de raiz seguros, & a-
bonados, & se são livres, & desembargados, ou obrigados
Capella, ou Morgado, ou tem foro, censo, ou encargo,
ou se são hypothecados a algũas rendas, dividas, dotes, ou
incas, ou tem algum encargo, sobre o que o Provisor per-
guntará as testemunhas que lhe parecer necessarias, &
oumará o depoimento ao que assim fez, & dotou o dito pa-
trimonio, & se foy feyto, & doado sem pacto algum, ou
simulação, & engano, ou se o fez com promessa de lhe ser
stituido em parte, ou em todo, ou os rendimentos, ou par-
delles, & lhe perguntará as mais condiçoens que se haõ
de perguntar ás testemunhas, & o mesmo ao dotado, guar-
dando em tudo o que fica dito em nossas Constituiçoens no
titulo do Sacramento da Ordem Liv. 1. tit. 54. n. 229.

43 E além das sobreditas diligencias será visto, & ava-
liado o patrimonio pelos avaliadores do Concelho, ou por
seus homens bons que vejaõ, & avaliem os taes bens, &
quanto poderão render cada hum anno, para o que se lhes
fazerá juramento, & á vistoria, & avaliação assistirá o Pro-
visor, ou Promotor do Juizo de sua commissão, ou outro
ministro nosso: & do que declararem debayxo de juramêto,
fazerá termo nos autos que assinarão.

44 Mandará mais o Provisor passar Edital para a Pa-
rochia, onde estiverem sitos os bens do patrimonio, em que
declare se quer ordenar o Ordinando a titulo d'elle, espe-
tificando os taes bens, para que toda a pessoa que souber,
que os bens do tal patrimonio tem alguma duvida, ou im-
pedimento, dos que ficaõ declarados em nossas Constitui-
çoens, (5) o declare ao Parocho em termo de oytos dias; o

B

qual

4 Barb. de potest. Ep.
alleg. 19. n. 55. ver. Ad
Titul. Gavant. in man.
verb. Ordines mai. in
addit. num. 15. Ricc. in
prax. dict. 1. p. ref. 285.

5 L. 1. tit. 54. à num.
230.

5 Gav. in man. verb.
Ordines n. 15. Conc.
Prov. Mediol. 4.

6 Conc. Prov. Brach.
act. 2. c. 6. §. Quoad pa-
trimonium.

7 Trid. sess. 23. cap. 5.
de reform.

qual Edital publicará o Parocho em Domingo, ou dia Santo á Estação, (6) & o fixará nas portas da Igreja pelo dito termo dos oytos dias, & passados o remeterá ao Provisor com certidão da publicação, & fixação, & se houve impedimento, ou não.

45 O Provisor tanto que o Edital lhe for remetido, mandará ajuntar aos mais autos, & que a elles ajunte o Doador os titulos por onde possue os bens dotados, ou sejaótenças, juros, fóros, pensoens, ou quaesquer outros bens; & logo mandará faça o Doador termo (6) *de non repetendo*, & o Ordinando termo *de non alienando*: & de tudo mandar dar vista ao Promotor para apontar se lhe falta alguma diligencia para a segurança do patrimonio; & não tendo duvida alguma, o Provisor o levará á Relação, onde com Relator d'elle o proporá, & será sentenciado por Acórdão pelos Desembargadores como parecer justiça.

46 Estando o patrimonio sentenciado, & approvado, fará ao Provisor petição a pessoa que se quizer ordenar no titulo d'elle, para que lhe mande passar mandado para denunciar nas partes em que viveo muyto tempo, & donde he natural, & morador, & para trazer folhas corridas no Ecclesiastico, & secular com certidão das denunciaçoens, que virão fechadas, & lacradas, & nesta Cidade correrá tambem folha no Ecclesiastico, & secular, & se fará as mais diligencias *de vita*, & *moribus*, como fica dito para os que receberem as Ordens Menores, & o Escrivão da Camera ajuntará estas diligencias ás das Ordens Menores com os autos do patrimonio appensos, & os fará concluir ao Provisor, que os despachará como acima fica dito; & advertirá que as denunciaçoens se haão de fazer dentro de mez (7) antes de se darem as Ordens: & nesta fôrma se farão as mesmas diligencias para as mais Ordens de Diacono, & Presbytero, & só não será necessario para ellas folha corrida no secular, mas certidão de exame de Solfa, que lhe mandará fazer o Provisor pelo Mestre da Capella da S.

47 O Provisor tres dias antes do que determinarmos para os exames mandará passar Edital pelo Escrivão da Camera, em que declare o dia, hora, & lugar determinado para elles, para que os Ordinandos que estiverem admi-

tid

dos se achem presentes, & no mesmo dia o Escrivão da Camera levará os autos dos que estiverem admittidos a exame à Relação, para nelles se pôr a approvaçõ, ou re-provaçõ dos que forem examinados; & os exames serão feitos, conforme o que dispõem o Sagrado Concilio Tridentino, & nossas Constituiçõens: & encomendamos muyto aos Examinadores, que conforme a sua consciencia, & juramento que tem de seus officios, se hajaõ com todo o cuidado, & inteireza, para que não seja approvado quem não tem as partes que o Santo Concilio Tridentino, & nossas Constituiçõens requerem, nem tambem com tão excessivo rigor reprovem quem as tiver sufficientes.

48. Os Religiosos não se admittaõ a exame (9) para Ordens sem especial licença nossa, & apresentação de seus Relatos Superiores, & não sendo moradores neste Arcebispado, traráõ de seus Prelados (conforme a declaração dos Eminentissimos Cardeaes) Certidão bastante da causa porque se não ordenáraõ nas Diecesis onde são moradores, & de outra maneyra não serão admittidos.

49. Se os Religiosos se houverem de ordenar dentro do tempo dos intersticios, traráõ para isso certidão de seus Relatos na forma que se requiere, a qual se nos apresentará para fazermos o que for mais serviço de Deos: & havendo algum Clerigo nosso subdito que convenha ordenar-se dentro dos intersticios, o requererá a Nós, ou no-lo fará a saber o Provisor, para ordenarmos o que nos parece, sobre as causas que allegar, conforme o Sagrado Concilio Tridentino.

50. Acabados os exames ficará o Provisor só na mesa da Relação com o Escrivão da Camera, fazendo logo a matricula dos Ordinandos na forma declarada no Regimento do mesmo Escrivão, & será assinada pelo Provisor, a qual nos trará o dito Escrivão para provermos como nos parecer, & não será matriculado Ordinando algum, sem primeyro ter todos os seus papeis, & diligencias sentenciadas, & approvadas, sob pena de ser suspenso do officio o dito Escrivão da Camera até nossa mercê,

51. Na matricula, assim das Ordens Menores, como das Sacras se declarará a que Igreja ficão applicados os Ordinandos para nella haverem de servir, a qual quanto for possível

B ij

será

9 Trid. scilicet 23. de reformatione cap. 12. verbi Regulares, & ibi Barb. n. 10. Tamb. de jur. Abbatum tom. 3. disp. 5. q. 11. n. 73.

será a propria do Ordinando; ou aquella por cuja causa, & necessidade, ou proveyto foraõ ordenados a titulo de patrimonio, como ordena o Sagrado Concilio Tridentino.

TITULO II.

§. I.

Do Vigario geral, & do que a seu officio pertence.

52 **A**O officio de Vigario geral compete toda a administração da Justiça; & da boa, ou má eleyção q delle fizermos havemos de dar conta a Deos: por tão deve ser a pessoa, q para o dito officio for eleyta, de boa consciencia, letras, & experiencia de negócios, & inteyreza de justiça, contra o qual, sendo possível, se não possa oppor de feyto algum; & será Sacerdote, ou terá ao menos Orden Sacras, & não o havendo idoneo, poderá ser eleyto o que tiver Ordens Menores; & será formado Doutor, ou Bacharel na faculdade (1) dos Sagrados Canones.

53 **A** pessoa, que por Nós for eleyta para o tal officio de Vigario geral, haverá provisão (2) delle por Nós assinada, & sellada com o sello da nossa Chancellaria; & primeyro que comece a servir, tomará juramento (3) em mãos do Chanceller da nossa Relação, de que se fará termo em hum livro para isso ordenado, & sem tomar o dito juramento não poderá servir, nem vencerá salario; & servindo sem Provisão, & juramento será (4) nullo tudo o que fizer, & pelo mesmo feyto o havemos por privado do officio de Vigario geral: & não se entenderá o acima dito na pessoa que por impedimento, ou ausencia do Vigario geral servir por elle em quanto estiver impedido, ou for ausente; porquanto poderá servir por mandado, ou portaria nossa, & será obrigado o Vigario geral a nos fazer a saber o seu impedimento, ou ausencia que tiver, para provermos no cargo o que nos parecer convem. E na Provisão de Vigario geral se pôrá clausula que sirva em quanto for nossa vontade, & aindaque assim se não ponha, sempre se entenderá nesta forma por ser removivel a nosso (5) beneplacito.

1 Barb. de potest. Ep. p. 3. allegat. 54. n. 1. Pel. leg. in prax. Vicar. in Sumar. n. 2.

2 Barb. d. alleg. 54. n. 55.

3 Ord. lib. 1. tit. 2. §. 12. Gavarr. verb. Vicarius generalis, n. 17.

4 Regul. Quæ contra 64. de Regul. jur. lib. 6. & ibi Barb. n. 1.

5 Gloss. verb. per election. in Clem. 2. de Rescript. Rebus. in prax. p. 1. tit. de Vic. Ep. n. 192. Solori. de jur. Ind. lib. 3. cap. 8. n. 48. tom. 2. Pialec. in prax. 2. p. cap. 1. n. 13. Garc. de benef. p. 3. cap. 7. n. 22.

54 O Vigário geral que for eleito, depois que entrar a servir, terá em todas as suas acções a Deos diante dos olhos, para que lhe succeda bem: mostrar-se-ha com todos muyto tratavel, benigno, & brando, (7) & nas representações que der deve temperar a severidade, & rigor (8) com paciência, & ouvirá as partes com affavel acolhimento (9) de qualquer qualidade que seja, para que sempre lhe requere a sua justiça: evitará ter amizade, & familiaridade particular com pessoa (10) alguma, & com elle; & receber connos subditos. Fará que seus Officiaes dem bom tratamento, acolhimento, & despacho ás partes com brevidade, & lhes levem mais salarios do conteúdo em seus Reimentos, cumprindo-os em tudo; & achando que algum sem o não observa, o castigará, (11) segundo sua culpa merecer; & dos que forem incorrigiveis nos dará conta para procedermos como nos parecer justiça. Não sahirá fora da Cidade mais de hum dia, ainda que seja a diligencia de Justiça sem licença nossa, & sempre estará prompto para que as partes possam fallar com elle, & as ouvirá, & desachará com brevidade, guardando nas fallas, & obras a gravidade, & authoridade que seu cargo merece, para que as partes lhe tenham o respeyto devido.

55 Logo que principiar a servir seu cargo, mandará ir perante si todos os Officiaes do Juizo, que perante elle servirem, para lhe mostrarem as Provisões (12) por donde servem, & terá cuydado não sirvaõ mais tempo do que ellas durarem, & os que o contrario fizerem, castigará como lhe parecer; o que tambem se praticará com o Promotor da justiça.

56 Mandará ao Meyrinho do Auditorio, Escrivaens, & mais Officiaes d'elle, que tambem lhe mostrem o Regimento de seus Officios que servem, que cada hum he obrigado a ter, & guardar, & se informará se os guardaõ; & achando o não fazem assim, os castigará como merecer sua culpa, & se achar que algum d'elles não tem o dito Regimento, lho esfranhará muyto, & lhe mandará com pena de mil reis para a fabrica da Sé, que o tenha em termo de oytos dias, & não o tendo no dito termo lhe assinará outro a seu arbitrio, sob pena de suspensão do tal Officio por tempo

6 Pelleg. in prax. Vic. in Sum. 2. n. 2. Segur. 1. p. cap. 6. n. 1.

7 Pelleg. d. Sum. 2. n. 11.

8 Pelleg. d. Sum. 2. n. 12.

9 Facit. Ord. lib. 1. tit. 1. in princ. Peg. d. tit. 1. Glot. 27. n. 1.

10 Pelleg. dict. Sum. 2. n. 14.

11 Concil. Trid. sess. 22. de reform. cap. 10. & ibi Barbosa. n. 5. Oliv. de For. Eccles. 1. p. q. 18. num. 7.

12 Facit. text. in cap. Ordinarij de Offic. Ordin. lib. 6.

de hum mez, em que pelo mesmo feyto o havemos por suspenso, & condemnado.

57 Encomendará muyto ao Meyrinho, Escrivães, & mais Officiaes, que inteiramente guardem o segredo da Justiça; pois do contrario resulta grande damno á boa administração della, & das partes, & achando que algum delles he nisso comprehendido o castigará como sua culpa merecer, & será suspenso do officio para nunca mais o servir. E tambem procederá contra o Meyrinho, se achar que he culpado em fazer avenças com as partes nas penas dos trabalhos nos Domingos, ou dias Santos, ou dellas recebeytas antes de serem condemnadas, (13) para que livremente possa trabalhar, & o condemnará na forma que está disposto em nossas Constituições, (14) & seu Regimento.

13 Arg. Ordin. lib. 1. tit. 68. §. 14. & tit. 75. §. 23. Peg. ad Ord. d. tit. 68. §. 14. n. 2. & d. §. 23. n. 2. Ord. d. lib. 1. tit. 72. §. 1. Bobad. lib. 1. c. 13. n. 101. & lib. 5. c. 3. n. 99. & seq.

14 Const. l. 2. n. 387. 15 Leg. ult. cod. de Cust. reor.

16 Ord. lib. 1. tit. 77. §. 8. tit. 34. §. 4. Peg. ad Ord. d. tit. & §. 4. glos. 6. & ad tit. 77. §. 8.

16 Ord. lib. 1. tit. 77. §. 8. tit. 34. §. 4. Peg. ad Ord. d. tit. & §. 4. glos. 6. & ad tit. 77. §. 8.

58 Os livramentos em que não houver parte mais que o Promotor (15) da Justiça, os fará correr com brevidade & advertirá ao Meyrinho sobre as prizoens que ha de fazer tudo o que for necessario, & com o segredo que convenha para taes diligencias.

59 Mandará executar com brevidade todas as sentenças crimes, que passaráo em causa julgada, ou sejaõ da nossa Relação, ou da superior instancia: & não mandará soltar prezo algum que se livrar em seu Juizo, senão depois de ter pago toda a condemnação, & custas, & então se solto por Alvará de soltura, feyto pelo Escrivão (16) dos Autos, fazendo nelle menção ter tudo satisfeito; & será affixado por elle, mostrando a sentença tirada do processo, & registada a culpa.

60 Não mandará cumprir precatório algum, por que Juiz secular lhe depreque, que mande embargar prezo algum, sendo por crime em que estiver culpado no Juizo secular.

61 Proverá que nas execuções dos condemnados em publicas penitencias, o Solicitador da Justiça dê ordem para se fazerem, & que a ellas assista o Meyrinho, ou Escrivão dos Autos: & que aos que se põem á porta da Sé com carecha, ou sem ella, hum dos homens do Meyrinho lhes põha a carocha, rótolo, & corda.

62. Ao officio de Vigario geral pertence o conhecimento de todas as causas crimes, & civeis do foro contencioso, (17) & geralmente passar monitórios, & citações, com que se dá principio ás ditas causas, mas depois de processadas perante elle terá final, o nosso Chanceller da Relação as distribuirá aos Desembargadores a quem tocarém, & cada um será o Juiz Relator da que lhe for distribuida, & se sentenciara em Relação com os mais Desembargadores, na forma que diremos em seu Regimento, & assistindo em Relação votará em todas as causas que nella se conferirem, & daremos nellas voto como tem os nossos (18) Desembargadores.

63. Perante elle se devem dar as denunciações, & queixas, & deve inquirir dos delictos, & pronunciar os culpados, & proceder contra elles à prização, quando o caso o merecer, & sendo os culpados leigos se haverá com elles a forma da Ordenação, & Concordatas do Reyno.

64. Perguntará per si as testemunhas nas causas crimes quando o delicto tal, que provado mereça de grado de Anathema, S. Thomé, ou dahi para cima, & nas querelas, (19) denunciações em todo o caso antes da pronunciação, & havendo de se dar commissão para se perguntarem por seu lugar do delicto fóra da Cidade, & viverem as testemunhas distantes, se commetterá ao Vigario da Vara (20) do distrito, & não o havendo, ao Parocho mais idoneo, salvo no caso de morte, porque neste irá sempre o Vigario geral, ou outro Ministro a quem o commettermos com o scrivaõ a quem tocar, ou nos parecer. E bem assim perguntará as testemunhas nas causas matrimoniaes, (21) quando se tratar do vinculo do matrimonio, ou separação *ad thorum*, & nas de promessas matrimoniaes sempre as que assistirão a ellas, & nas causas civeis graves, se ou a elle parecer, ou as partes o (22) requererem.

65. A pessoa que se sentir agravada de algum despaço seu, ou interlocutoria nos Autos, que perante elle se processarem, poderá agravar do dito Vigario geral em audiência, & se elle receber o agravo, o seguirá o Aggravante no termo da Ley, & não lho recebendo, poderá agravar por petição para nossa Relação, onde será ouvido,

17 Cap. 2.º de Offic. Vicar. lib. 6. Zerol. in prax. 1. p. verb. Vicar. ver. tertiu dubiu. Bern. Dias in prax. cap. 3. n. 6. Cov. lib. 3. Var. cap. 2. n. 4. Villa Real Gov. Eccl. 1. p. q. 10. art. 7. n. 30. Garc. de benef. p. 5. cap. 8. n. 63.

18 Them. 1. p. in prax. n. 43.

19 Authet. Apud eloquentissimos Cod. de fid. instrum. Barb. ibi n. 2. Farin. in prax. crim. tom. 2. tit. de oppos. contr. exam. test. q. 77. Gail lib. 1. observ. 96. n. 10.

20 Jul. Clar. §. fin. q. 26. n. 1. Farina d. q. 77. n. 92.

21 Far. d. q. 77. n. 15.

22 Cum plurib. idem Farin. d. q. 77. n. 55.

do por palavras & não responderá por elonho.

66 Será obrigado ir a todas as Relações; não estando legitimamente impedido; & nella terá seu assento defronte do Provisor; & se achará em todas as Juntas que mandarmos fazer, ou o Presidente da nossa Relação.

67 Irá com sobrepeliz; & varannas procissões do Corpo de Deos; & nas mais em que o mandarmos assistir & terá particular cuydado; que não haja nellas desordens bayles, representações, nem práticas que escandalizem; como se ordena em nossas Constituições; na fórmã das quaes comporã tambem as duvidas que houver sobre a preferencia dos lugares entre as Irmandades, como se diz no Livro das Constit. n. 494. & 495.

68 Ao Vigario geral pertence proceder contra as pessoas; que de algum modo forem contra a disposição de direyto Canonico; & nossas Constituições; & em alguma cousa offenderem; ou encontrarem a Immunidade, (23) & liberdade Ecclesiastica; ou usurparem; perturbarem; impedirem nossa jurisdicção ordinaria; & mandará declarar por publicos excommungados os que por esta razão; ou qualquer outra tiverem incorrido na excommunhaõ da Bulla da Cea do Senhor; ou de direyto; ou de nossas Constituições; & houverem de ser declarados; o fará ex officio ou à instancia do Promotor; ou das partes; se os culpados não tiverem embargos a que os declarem; para o que o mandará primeyro citar nos casos em que de direyto o deve fazer. E sendo a pessoa contra quem houver de proceder Ministro de Sua Magestade, o não fará sem nos dar primeyro conta; & o mesmo fará nosso Provisor no caso que elle seja a quem toquem os procedimentos.

69 Tambem lhe pertence (24) fazer summarios da immunidade acerca dos delinquentes que se acolherem a Igrejas, & lugares sagrados, procedendo nelles conforme direyto; & nossas Constituições.

70 Procederã tambem contra os que pronunciaõ prizaõ, & prendem Clerigos de Ordens Sacras; não sendo em flagrante delicto, & nos casos em que os podem prender para logo os remetterem a Nós, ou a nosso Vigario geral ou procedem, sentençaõ, ou executaõ suas sentenças contra elles.

71 Passar

5MO de 7.2. q. 1.7
ni. l. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

23 Trid. de reform.

sess. 22. cap. 11. cap. No
verint de sent. excom.
cap. Qualiter, & quan-
do de Judic. cap. Si
Clericos de sent. excom.
l. 6. Bul. Ccen. clau. 15.

24 Cap. Simul de
Imm. Eccl. cap. Si Judex
laicus de sent. excom. c.
Cõquestus de for. cõp.
Ord. l. 2. tit. 5. §. 7. Oliv.
de for. Eccl. 1. p. q. 26.
num. 27. Per. de man.
reg. 1. p. cap. 10. n. 6. &
2 p. cap. 50. n. 12.

71 Passará cartas de seguro nas devassas, querelas, & nunciaçoens nos casos em que se devem passar confor-
e a direyto, & acerca dellas guardará o que fica disposto
nas nossas Constituiçoens Liv. 5. n. 1064.

72 Mandará passar cartas de excommunhaõ (25) com-
natorias por cousas furtadas, ou perdidas que valhaõ
commua estimaçaõ mais de hum marco de prata; ou pa-
se descobrirem testemunhas em causas civeis na fórma
e fica disposto em nossas Constituiçoens Liv. 5. tit. 46.
m. 1087.

73 Poderá passar cartas monitorias por dizimos, pen-
sões, ou fóros sabidos, ou por outras cousas, em que as
partes que as pedem tenham sua tençaõ fundada com clau-
sula justificativa, como temos ordenado em nossas Consti-
tuições Liv. 5. tit. 47. n. 1094.

74 Conhecerá de todos os casos da visitaçaõ depois
de forem deduzidos ao foro contencioso, se antes lhe não
rem remetidos por via de embargos.

75 Tomará conta ao depositario (26) Ecclesiastico das
despezas da Justiça, & mais depositos duas vezes cada an-
no, & proverá que se arrecade o que se dever, & se entre-
te ao depositario, & para elles haverá arca, a qual es-
tará em casa do Vigario geral com duas chaves, & terá el-
le hum, & o depositario outra.

76 E querendo algumas pessoas fazer vir a perguntas
matrimoniaes a outras, o nosso Vigario geral as não man-
dará vir nem citar para ellas sem primeyro a pessoa que as
querer justificar perante elle os esponsaes, ou por tes-
timunhas, ou por escripto reconhecido judicialmente, por as-
sim se evitar do contrario procedimento alguma infamia
a essas pessoas; o que devemos evitar pelo que incumbe a
nosso Pastoral officio, & tambem porque para se poder
originar as taes pessoas he necessario pelo summario fundar
jurisdiçaõ.

77 As perguntas que se houverem de fazer nas causas
matrimoniaes que em seu Juizo se tratarem, as fará per si,
negando a parte que for citada, procederá na causa con-
forme a direyto, & não a mandará para a cadea, salvo se
ella tiver vindo ás perguntas: & confessando ambas as
partes

25 Pelleg. in prax.
Vic. sect. 1. subsect. 1.
n. 9. Garc. de benef. 5.
p. cap. 8. n. 96.

26 L. 2. ff. de negot.
gest.

27 Text. in cap. Ex litteris o 2. de spons. cap. Tua Fraternitas de sponsa duorum. Reyn. observatione 37. n. 31. Themud. decis. 289. per totam.

28 Text. in cap. litter. §. final. de Rest. spoliat. Barb. lib. 1. vol. 9. Valensuel conf 41. Sper. rel. 2. p. decis. 139.

29 Cap. Ex transmissa de Rest. spoliat. Sper. decis. 138. n. 20. Guttier. l. 1. Canon. quæst. cap. 24 n. 6. & 7. Sanch. de Matrimon. lib. 10. d. 18. n. 30.

30 Sper. Guttier. & Sanch. ubi sup.

31 Sper. d. decis. 138. num. 5. Guttier. in tract. de Matrim. cap. 129. n. 11.

32 Cap. Super eo, de eo qui duxit in matrim.

33 Ord in 1. tit. 78. §. 2. & ibi Peg.

partes as promessas em forma que fação verdadeyros esposorios, os julgará por esposados de futuro, & mandar-se recebaõ em termo (27) certo na forma do Sagrado Concilio Tridentino: porẽm se algum dos esposados allegar causa que pareça justa para não haver de cumpriir sua promessa, na mesma sentença porá clausula, que tendo embargos venha com elles atè a primeyra audiencia, & que na mudem de estado com pena de excommunhaõ.

78 A mulher que se quizer apartar (28) de seu marido por sevicias, & lhe requerer por petição a mande tirar de seu poder, & depositar, o não fará sem primeyro as justificar summariamente sem citação de parte, & achando que ha prova, & causa bastante, a mandará tirar do poder do marido, & depositar em huma casa (29) conveniente. Porẽm concorrendo taes causas que ao Vigario geral pareça, que na demora do summario correrá a mulher perigo de vida, antes de fazer o dito summario a poderá mandar depositar, informando-se, se for possível, verbalmente por pessoas fidedignas das ditas sevicias, ou causas. E logo depois do deposito feyto fará o summario que fica dito, & lhe dará licença, & assinará termo para citar o marido, & vir contra elle com libello, & lhe mandará dar alimentos para a demanda, & pessoa, conforme sua qualidade, (30) & fazenda.

79 E se achar que nas causas de divorcio ha collusão mandará dar vista ao Promotor do Juizo, & o mesmo fará quando o Reo se não defender; & muyto mais quando se tratar da nullidade do matrimonio, porque ainda que ha parte, & não conste da collusão, sempre se mandará dar vista ao Promotor, (31) por não ser negocio remissivel pelas partes: (32) & perguntará per si quanto for possível as testemunhas, & havendo-as de commetter não seja a Enqueridõ, mas a pessoa de letras, & confiança.

80 Falecendo algum Escrivão do Auditorio, irá, o mandará logo a sua casa hum Escrivão, & Meyrinho a cobrar, & pôr em guarda o Cartorio, & se fará inventario, deposito d'elle, & pelo dito inventario se entregará a quem servir o officio, ou nelle for provido; (33) & o mesmo fará falecendo algum Notario Apostolico, não o sendo feyto Provisor.

81. Proverá que o Solicitador da Justiça seja diligente, vá cada dois dias na semana a sua casa, & do Promotor o Juiz a buscar, & levar as culpas, feytos, & mais papéis para os livramentos, & fazer tudo o mais tocante aos ditos livramentos, principalmente dos prezos, como se contém em seu (34) Regimento.

82. Quando for intentado de suspeyto, ou algum Escrivão, & Enqueredor de seu Auditorio, se guardará o que acerca disto ordenamos no Regimento, assim do Chanceler, como das audiencias, & ordem do Juizo.

83. Se alguma pessoa se aggravar delle para o Juizo da Coroa de Sua Magestade, dirá nelle a razão de feyto, de direyto que ha para conhecer da causa de que se aggrava, & proceder nella como procedeo, & se lhe vier carido Juiz da Coroa no-lo fará a saber, ou ao Presidente da mesma Relação, primeyro que lhe defita, para se atalharem inconvenientes.

84. Não tomará conhecimento de causas tocantes à mesma Santa Fé Catholica, salvo quando pelos Officiaes do Santo Officio lhe for deferido: porém vindolhe alguma denunciação a tomará, & remeterá ao Santo Officio, & se a culpa, & prova della for tal, que o denunciado mereça ser prezo, o prenderá com a diligencia, & resguardo devido, principalmente havendo perigo na tardança, & haverá por prova sufficiente para prizaõ nestes casos huma testemunha de vista, & certa sabedoria, que seja *omni exceptione maior*, ou outra prova equivalente a esta, & sendo o culpado prezo, o remeterá logo com os Autos ao S. Officio.

85. Se algumas Bullas, Breves, ou Rescriptos Apostolicos de graça, ou de justiça vierem dirigidos ao Official, ou Vigario do Arcebispo da Bahia, será Juiz Executor delles o Vigario geral; & vindo dirigidas ao Vigario *in spiritualibus*, será Juiz, ou Executor o Provisor sómente: porém quando vierem ao Official, ou Vigario *in spiritualibus* disjunctiva, ou alternativamente, qualquer delles a que primeyro forem apresentadas as taes letras, poderá proceder por ellas.

86. E quando o Vigario geral conhecer de algũa causa apostolica, mandamos q elle não taxe as esportulas, senão

os Advogados das partes, aos quaes encarregamos as consciencias que não taxem mais do que lhes parecer razão, conforme ao processo, & qualidade da causa que se ha de sentenciar.

87 Se entre elle, & o Provisor houver alguma duvida sobre a jurisdicção, recorrerão a Nós, & estando ausente, ou impedido o Provisor, por esta Constituição concedemos poder ao Vigario geral, & jurisdicção para servir por elle, se Nós não provermos por outro modo.

§. II.

Do Regimento das Audiencias.

88 **H**E o Vigario geral obrigado a fazer audiencias publicas às partes, & por acharmos fazerem-se duas cada semana nos dias de quarta, & Sabbado pelas tres horas da tarde, mandamos que assim (1) se observe.

1 Ord. lib. 3. tit. 19.
Bobad. lib. 3. c. 14. n. 11.

89 A casa do Auditorio será capaz de se poder fazer nella audiencia publica, & estará como convem provida de Sede, ou de Cadeyra para o Vigario geral, mesas, & assento para os Advogados, & Escrivães, & pessoas que nella devem ter assento.

90 Ao Vigario geral acompanharão o Meyrinho, Escrivaens, & mais Officiaes do Juizo de sua Casa até a da audiencia, & dahi até se recolher, & os que o não cumprirem condemnará pela primeyra vez em quatrocentos reis, & sendo contumazes lhe gravará a multa até serem satisfeitos a seu arbitrio, do qual haverá recurso para Nós.

91 Quando o Vigario geral for para a audiencia, estará já nella o Promotor da Justiça, & os Advogados serão diligentes em se acharem nas audiencias às horas costumeiras, & dellas se não sahirão sem licença (2) do Vigario geral, & os que primeyro forem às audiencias fallarão primeyro; (3) posto que os que depois delles forem sejaõ mais antigos, & estejaõ presentes, como he estylo.

2 Ord. d. tit. 19. §. 12.

3 Ex Ord. d. tit. 19.
§. 1.

92 Antes de ir o Vigario geral para a audiencia, o Porteyro abrirá a porta do Auditorio, que terá sempre limpo

, & porá os assentos em seu lugar, & mesa dos Escrivaes
m-pano, & tinteiros, & logo irá a casa do Vigario ge-
l para lhe levar os feytos que tiver despachados, & sen-
ças da Relação que houver de publicar, os quaes leva-
em hum sacó que para isso haverá, & virá com elle, &
porá na Cadeyra diante o Vigario-geral.

93 Nas audiencias se assentará o nosso Promotor em
imeyro lugar, & logo o Procurador da nossa Mitra, & em
ceyro o do Reverendo Cabido, & se continuarão os
ais Advogados por suas antiguidades, (4) & na mesma
ma fallarão huns, & outros nas suas causas, & seus re-
erimentos. O nosso Meyrinho terá o seu assento junto á
de da parte esquerda, para que com segredo possa ou-
r o que o Vigario geral lhe disser, & mandar cumprir pa-
bem da Justiça, & logo se seguirá o seu Escrivão. Na
esta terá lugar o Distribuidor, & seu assento será no fim da
esta depois dos Escrivaens do Juizo.

94 Assentado o Vigario geral na Cadeyra, & os Offi-
aes todos juntos, & Advogados nos seus assentos com o
vido silencio, (que lhe fará guardar) publicará os fey-
s, & sentenças da Relação, & o Porteyro os irá dando aos
crivaens, cujos forem, & publicados, & dados os ditos
ytos, os Escrivaens até o dia seguinte continuarão delles
sta aos Advogados a que tocar, & querendo appellar vi-
ó com sua appellação por escrito (5) dentro em dez dias
ontados *de momento ad momentum* do dia que se lhe conti-
ou vista, & passado o dito termo de dez dias, se não vier
om appellação por escrito, o que havia de appellar ficará
nçado do direyto que tinha para appellar, & a sentença fi-
rá em seu vigor, como se della appellado não fora: & o
scrivão que não guardar o sobredito pagará pela primey-
vez quatrocentos reis para as despezas, & pela segunda
dobro, & pela terceyra será suspenso a nosso arbitrio.

95 Publicados os feytos, o nosso Promotor, & mais Ad-
ogados pela ordem sobredita, & precedencia darão os que
ouxerem, & fallará cada hum ao rol das partes que tiver,
o nosso Promotor fallará primeyro ao rol dos prezos,
gueros, & culpados, que se livrarem na audiencia, & des-
ois nas mais causas que correrem da Justiça, & ultima-
mente

4 Ord. d. tit. 19. §. 8.
ibid. Barb. §. 1. n. 2. Bo-
bad. lib. 3. cap. 14. n. 16.

5 Text. in cap. Ap-
pellatio 9. de Appellar.
lib. 6. ibi Barb. n. 1. &
num. 5.

mente nas causas civeis de que for Advogado.

6 Bobad. lib. 3. cap.
14. à n. 14.

7 Segura indirect. ju-
dic. 2. p. cap. 6. n. 9. Bo-
bad. lib. 3. cap. 14. n. 23.
Sallad. in prax. cap. 93.
verf. pari ratione.

8 Ord. in 3. tit. 19. §.
5. verf. Porém.

9 Bobad. d. l. cap. 14.
n. 16.

96 O Vigario geral procurará que os Advogados, Officiaes, & pessoas que vierem à Audiencia, procedão, & falem com a modestia, & honra que convem à authoridade do Tribunal, & que não haja palavras descompostas que possaõ escandalizar: (6) o que elle assim fará por dar a todos exemplo. Não consentirá que nos feytos se ponhão coizas que possaõ escandalizar, mas só as que fizerem a bem da causa, & castigará os que as puzerem, com as penas declaradas no Titulo dos Advogados.

97 Não disputará o Vigario geral de direyto na audiencia, nem consentirá que sobre o que mandar nella haja disputas entre os Advogados, nem alteraçoes, nem replicas, mas primeyro que mande, ouvirá as partes, & sentença os Advogados, & do que mandar poderão requerer sua justiça pelos meynos ordinarios.

98 E se entre o nosso Promotor, Advogados, ou Escrivaens, ou outros Officiaes do Auditorio, estando em audiencia, houver palavras descompostas, (7) ou outros excessos, os poderá condemnar como lhe parecer; porém se estes forem de tal qualidade, que se deva fazer (8) auto, mandará fazer, & procederá segundo a direyto, & fôrma de nossas Constituiçoens.

99 Os Advogados, ou Escrivaens não fallarão em audiencia em feytos que lhe não pertençam, & ao que fallar condemnará o Vigario geral em duzentos reis por cada vez para as despezas.

100 Não consentirá o Vigario geral que os Escrivães na mesa entre si fallem, né com outras pessoas, (9) mas antes os fará estar attentos ao que se requiere, para que cada hum possa dar fé, & responder ao que lhe pertence, de modo que em quanto fizer audiencia, haja nella tal silencio que se não ouça fallar outra pessoa, mais que as que atrafficão ditas, quando lhes couber por turno, & os que o contrario fizerem castigará como lhe parecer.

101 Obrigará aos Escrivaens a que tenham livro por elle rubricado, (a que chamaõ portocolo) em que farão termo da audiencia logo que se assentarem á mesa, & nellas escreverão os requerimentos da audiencia com declarações

de quem os fez para depois os lançarem (10) nos autos, & não o cumprindo assim os condemnará em duzentos reis pela primeyra vez, & pela segunda em dobro, & pela terceyra em suspensão do officio a nosso arbitrio. E o Distribuidor terá também livro da distribuição rubricado pelo mesmo Vigario geral, em que logo distribuirá as auções das audiencias, & feytos sob a mesma pena.

102 Quando á audiencia vier algum Clerigo de Ordens Sacras, Beneficiado, Religioso, Fidalgo, Cavalheiro, ou pessoa poderosa, ou mulher de tal qualidade, que convenha logo ser ouvida, os ouvirão, (11) ainda que os Advogados não tenham fallado, & depois que cada hum das ditas pessoas fallar, & requerer o que lhe convier, a mandará logo sabir da audiencia.

103 Se na audiencia houver de fazer algumas perguntas ás partes para boa decisão dos feytos, & causas; estante as partes presentes, serão obrigados (12) a responder se sendo as perguntas de facto, & não de direyto, & o Vigario geral lhas fará de maneyra que sejam bem entendidas, & as respostas que as partes a ellas derem, para que as Escrivães as possam continuar com clareza, & distincção, & o Advogado que se intrometer a responder pelas partes ás ditas perguntas, pagará quatrocentos reis por cada vez para as despezas da Justiça, salvo se o fizer com licença do Vigario geral, que lha dará quando vir que convier.

104 Nos dias feriados, que são instituidos em honra de Deos (13) N. Senhor, não he bem que se faça obra alguma; por tanto mandamos, que o nosso Vigario geral nelles não ouça as partes, nem assine sentenças, ou monitórios, ou outro algum semelhante Alvará, ou mandado, salvo se for para soltura de presos, ou obra pia; & poderá assinar algus papeis de partes de fóra da Cidade, quando de os não assinar poderá receber algum detrimento, & ouvirá o Meyriho, ou outro Official com os q achar trabalhando nos taes dias, sendo pessoas de fóra, que em outro dia se não poderão trazer facilmente a Juizo para se fazer justiça.

105 Os que se livrarem com carta de seguro, ou com seguros, & com Alvará de fiança, serão obrigados a re-

10 Ord. l. 3. tit. 19. §. 12.

11 Ord. d. tit. 19. §. 4.

12 L. Voluit. L. Si defensor ff. de interrog. action. Rodolph. 2. p. c. 2. n. 29.

13 L. 1. 2. & 3. L. Si feriatis dieb. ff. de feriis, Scacia de judic. lib. 2. cap. 5. n. 6. Marant. de Ord. judic. p. 4. diff. 16. n. 82. Card. verb. feriat n. 1. Thom. Sanch. l. 2. ad præcept. Decalog. c. 37. n. 12. Menoch. de arbitrar. lib. 1. q. 30.

14 Ord. in 5. tit. 124.
§. 20.

15 Ex Ordin. d. tit.
124. §. 15. verf. Sem li-
cença.

16 Ord. d. tit. 124. §.
16. verf. Porém.

17 De xquitate vifa
Ord. d. tit. 124. d. §. 20.
verf. Logo.

18 Ord. lib. 3. tit. 19.
§. 4.

1 Paz in prax. 1. p.
tom. 1. tempor. 3. n. 1.
Maranta p. 6. tit. de cit.
membr. 1. n. 1.

2 Pelleg. in prax. Vic.
p. 2. lect. 1. sublect. 2.
n. 1. Paz d. n. 1.

3 Paz d. n. 1. Barb. ad
Ordin. lib. 3. tit. 1. in
princip. n. 2.

4 L. Ut viii. 3. ff. de
iust. & iur. Clem. pasto-
ralis §. Ceterum de re
judicata. Marát. de Or-
din. judic. dict. p. 6. n. 3.

5 Ord. in 3. tit. 2. in
princip.

28 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

fidir em todas as audiencias durate o seu livrameto, (14) ex-
cepto no tempo das dilacoes, ou em q se tratar de algum in-
cidente, & o Vigario geral lhes não poderá levantar a resi-
dencia sem expressa licença nossa; (15) & só as mulhere
poderá per si levantar lhes a residencia (16) parecendo lhe
deve fazer, ou pela idade, ou honestidade, ou outra caus
justa.

106 Se os seguros não vierem residir nas audiencias,
Vigario geral os mandará apregoar, & ferão esperado
até a primeyra audiencia, (17) & não apparecendo lhes ha-
verá por quebradas as cartas, & assinado termo de fractu-
ra, ferão prezos.

107 Depois de ter o Vigario geral publicados os fey-
tos, & deferido as partes que na audiencia estiverem, an-
tes que se levante da Sede, mandará apregoar pelo Portey-
ro, (18) se ha mais alguem que queyra requerer algum
couza, & não vindo alguma pessoa, então se levantará.

§. III.

Das citaçoens, & o como se devem fazer, & em que temp

108 **P**ara melhor expedição das causas, & vir o Jui-
no verdadeyro conhecimento do direyto das
partes, se deo forma, & modo de processar nos Auditorio
Tem o processo seu principio na citação, que (1) he hum
vocação, & chamamento (2) das partes a Juizo, & he
fundamento, & baze (3) substancial da ordem judiciaria
porque respeyta, & diz ordem á defeza das partes, que
lhes não pode negar, por ser de direyto natural, (4) & D
vino.

109 Varios modos introduzio o direyto de citação
que a Ley do Reyno reduzio a tres, de que se usa em todo
os Auditorios; o primeyro, quando se faz na mesma pesso
(5) que he chamada a Juizo, & he a que ordinariamente
se requere conforme a direyto; & assim ordenamos se fa-
ça: porém estando ausente em outras partes do nosso Arc
bisnado, onde pelas largas distancias, & falta de Minis-
tr não possa ser citada na propria pessoa, poderá ser citad

de seu Procurador bastante que tenha aceyta a procura-
ção, (6) aindaque a citação seja feyta no principio da de-
manda; & feyta a primeyra citação na propria pessoa, as
mais se poderão fazer na de seu Procurador bastante, se o
constituente não estiver em Juizo, & todo o sobredito se
entende no Procurador geral; porque fazendo Procurador
especial, & differ expressamente que poderá ser citada para
causa nomeada na procuração, o poderá ser, não (7) es-
tando o constituinte presente nesta Cidade, ou parte para
onde se faz a citação: & em todos os ditos casos que o Pro-
curador pôde ser citado, se elle pedir tempo para haver in-
formação da parte, lhe será (8) concedido o que parecer
conveniente, estando ella neste Arcebispado.

110. O segundo modo de citar he, quando o que ha de
ser citado se esconde, ou ausenta para o não ser, aindaque
se sayba lugar certo, & ou per si, ou por outrem impede
que se lhe faça a citação, ou não quer dar copia de si, por-
que neste caso, conforme a Ley (9) do Reyno guardada
neste nosso Auditorio por estylo, como nos mais Eccle-
siasticos do Reyno, se deve fazer na pessoa de hum fami-
liar de casa, & em falta na de hum vizinho mais chegado,
o que mandamos se observe; & a pessoa em que a citação
se fizer será requerida que avise ao ausente da citação que
se lhe fez, para que appareça no termo della perante o nos-
so Vigario geral, ou Ministro que a mandou fazer; & para
este modo de citar ter lugar, deve preceder primeyro (10)
informação de testemunhas, ou fé (11) do Official da dili-
gencia de como o que havia de ser citado, sabendo, se es-
conde, ausenta, impede, ou não dà copia de si para ser ci-
tado. E quando o Mandado citatorio levar clausula, que
constando se esconde o q ha de ser citado, ou impede cita-
ção, seja citado hum familiar de sua casa, ou vizinho, po-
derá o Official da diligencia per si tomar informação, &
constandolhe ser verdade, fará a diligencia na forma aci-
na dita; o que declarará na fé da citação, & se estará por el-
la: porém esta clausula se não porá no Mandado, ou Carta
citatoria sem a parte o (12) requerer.

111. Este modo de citar que mandamos se observe nas
citações simples, se observará tambem nas notificações

C iij

(13) dos

6 Barb. ad Ord. lib. 3.
tit. 2. in princ. n. 2. Sca-
cia de judic. 2. p. cap. 8.
n. 667.

7 Valasc. consul. 144.
n. 10. n. fine. Glol. in
cap. Causam, de dolo, &
contumacia.

8 Vant. de nullit. cap.
12. n. 83. Facit Ord. lib.
3. tit. 2. in fine princip.

9 Ord. lib. 3. tit. 1 §. 9.
& ibi Barbof. n. 8. 9. &
10.

10 Ord. d. tit. 1 §. 9.
11 Barb. ad text. in c.
Causam, de dolo, & con-
tumacia n. 4. Menoch.
de præsump. lib. 2. præs-
sum. 26. n. 1.

12 Ord. lib. 3. tit. 1 §.
10.

30 Regimento do Auditorio Ecclesiastico

13 Pelleg. in prax.
Vic. 4. p. sect. 6. n. 18.

14 Ord. d. tit. 1. §. 8.
15 Cap. fin. de elect.
1. 6. Ord. d. §. 8. ibi Barb.
n. 15. Cevalh. commun.
9. 809. n. 31.

16 Phœb. 1. p. arest.
69. Valasc. d. partition.
cap. 7. tit. 13. Gam. decis.
237.

17 Ord. d. §. 8. & ibi
Barb. n. 21. Vant. de
nullit. tit. ex defect. cit.
n. 127. Fragos de Reg.
1. p. lib. 5. d. 12. n. 29.
vers. secundus casus.

18 Clem. 1. de judic.
Ord. l. 4. tit. 6. §. 1. Phœb.
1. p. decis. 43. Themud.
2. p. decis. 129. n. 2.

19 Ros. de execut. p.
2. cap. 4. n. 106. Vant. de
nullit. tit. ex defect. cit.
n. 131.

20 Phœb. 1. p. arest.
32. Mend. in prax. 1. p.
lib. 3. cap. 1. §. 1. n. 8.
21 Barb. ad Ord. lib.
3. tit. 1. §. 1. n. 6. Paz. in
prax. 1. p. tom. 1. temp.
3. n. 26.

22 Ord. d. §. 1. versic.
E havendo.

23 Ord. lib. 3. tit. 1. §.
12. ubi Barb.

(13) dos monitorios, & poderão os assim monidos ser de-
clarados por excommungados, & proceder-se a aggravação
de censuras, como se observa por estylo.

112 He o terceyro modo de citar por Edictos; do qua-
se deve usar, (14) quando a pessoa que ha de ser citada não
he certa, (15) & se he certa, não he certo o lugar, (16) nem
sabido aonde está, & posto que seja certo, & sabido o lu-
gar, he com tudo perigoso, de modo que a parte não ten-
tuto accesso, ou por ser poderoso o que se ha de citar, ou
por guerras, peste, ou outra cousa semelhante: porém pa-
ra se usar deste modo de citar he necessario prece-
der primeyro (17) summario de testemunhas em que se
justifique, como se não sabe lugar certo, onde o Reo esto-
ja, ou resida, ou possa seguramente ser citado, como acima
fica dito, porque podendo-o ser, não se fará a citação por
Edictos.

113 E nos Edictos quando se fizerem, faça menção
Escrevaõ como se fez summario de testemunhas, & se as-
narà nelle termo (18) competente para o citado apparecer
segundo a distancia do lugar donde se diz estar ausente; &
se fixarão nas portas (19) da Igreja principal do ausente, &
do nosso Auditorio, & feyta esta citação de outro modo
serà nulla: & nas citaçoens para a alma (20) não terá lu-
gar este modo de citar.

114 Aindaque regularmente as citaçoens se não po-
dem fazer sem Mandado do Juiz *in scriptis*, (21) & ser este
titulo practicado neste nosso Auditorio; comtudo sem o di-
to Mandado se poderão tambem fazer nesta Cidade, & seus
arrabaldes por qualquer Official do Juizo; mas havêdo de
se fazer fóra, (22) será por Mádado *in scriptis* feyto por Es-
crivaõ, & assinado pelo Vigario geral, ou Juiz que a man-
dar fazer; & sempre a citação se fará para a primeyra au-
diencia; (23) & se o dia em q se fizer a citação for de audi-
cia, se entenderà ser para a outra próxima seguinte, salvo de-
clarar ser para a primeyra, & o Reo não estiver tão distan-
te que não possa vir, & aindaque o Official não declare se
para a primeyra, sempre se entenderá assim.

115 E havendo a citação de ser feyta fóra da Cidade
& seus arrabaldes, assinará no Mandado citatorio o termo
qu

que parecer conveniente, attendêdo à distancia onde o Reo for morador, conformando-se nesta materia com o estylo; e o mesmo observará nas Cartas citatorias, que mandar passar para fóra do Arcebispado, & nas que mandar passar ao Juiz Delegado, irá na Carta citatoria inserta (24) a commissão, por virtude da qual conhece da dita causa para a que o Reo he citado.

116 Os Mandados, ou Cartas citatorias que se passarem para alguém ser citado, sempre se passarão em nome do Juiz que os mandar passar, & declarará o nome do que a de ser citado, & donde he morador, & a razão, (25) ou causa porque o manda citar, & para que audiencia, & lugar, & a cujo requerimento, & se ha de apparecer pessoalmente, ou por Procurador: (26) & se o Author depois de citar o Reo quizer mudar a substancia (27) da causa porque o citou em outro modo, não será o Reo obrigado a responder sem ser outra vez citado, & ser pago das custas que tiver feyto por causa da primeyra citação; porém não mudando a substancia, mas fazendo alguma addição de novo, não será necessario (28) nova citação.

117 Tanto que a parte for citada no principio da demanda, posto que seja feyta a citação simplesmente, basta para se poder proceder até sentença definitiva *inclusi ve*, por quanto sempre se entenderá ser feyta para todos os termos, e Autos judiciaes, conforme o estylo (29) geral, & ley do Reyno praticada nos Auditorios Ecclesiasticos. Porém quando na causa se der lugar a prova, não sendo o Reo (30) revel, & apparecendo em juizo será citado, & o A. ou seus Procuradores; (31) & não sendo presente, nem tendo Procurador, se for morador na terra, será citada huma pessoa de sua casa (32) para ver jurar testemunhas, & não sendo morador na terra, nem tiver Procurador nella, não será necessaria a citação, mas será apregoado em Juizo, conforme o commum estylo, & se assinará a dilação á sua revelia.

118 O que for citado no principio da demanda, & nuca apparecer em Juizo per si, nem por seu Procurador, não será necessario ser citado para ver jurar testemunhas, posto que seja na terra onde se tira a inquirição: porém será sempre

24 Cardin. de Luc. de judic. discurs. 9. num. 6. Vant. de nullit. tit. ex defectu cit. n. 47.

25 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 5. & ibi Barb. n. 8. Pelleg. in prax. Vicar. 4 p. sect. 6. subsect. 2. n. 6. Vant. d. tit.

26 Ord. d. §. 5. & ibi Barb. n. 18.

27 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 7. Mend. in prax. 1. p. lib. 2. cap. 5. n. 1. Barb. ad Ord. d. §. 7.

28 Ord. d. §. 7.

29 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 13. Vant. d. tit. ex defect. cit. n. 107. Cardin. de Luc. de judic. disc. 9. n. 54. Valalc. de partition. cap. 11. n. 13. Phœb. 1. p. arest. 20.

30 Cap. 2. de test. Ord. d. §. 13. & ibi Barb. n. 4.

31 Cabed. 2. p. arest. 35. Barb. ad Ordin. d. §. 13. n. 5.

32 Ord. d. §. 13.

pre apregoado no lançamento da contrariedade, & mais artigos, & da prova, & razoes, & será sempre esperado os termos ordinarios, como se se defendera por Procurador.

33 Ord.d.tit.1. §.15. & l.1.tit.83. §.28. Cabed.1.p.dec.181. & 2. p.decil.15.n.7. Barb. ad Ord.d. §.15.

34 Barb.ad Ordin. d. §.15.n.3. Cabed.d.dec.181.n.1. & arest.7.in d.1.p.

35 Ord.lib.1. tit.83. §.28. & lib.3.tit.1. §.15. & ibi Barb.n.4.

36 Cabed.1.p.dec.181.n.3. & arest.7.in d.1. p.

37 Glos.in cap.Si Capitulo, verb. factam de concessione prabendæ in 6. Posth. de manut. obler. 107.n.11. Cardin. de Luc. de judic. disc 9 n.41.

38 Glos.Posth. & d. Luc. ubi suprà.

39 Posth. ubi suprà n.12. Salgad.de protect. p.4.c.1. n.73.

40 Ord. lib.3.tit.1. §.16.

41 Ord.d. tit.1. §.17. & ibi Barb.n.4. Thom. Vaz alleg.25 n.6.

42 Ord. d.tit.1. §.17. Ma:ant.de Ord.judic.p.6.de cit.n.121.

43 Cap.1.de dolo, & contumacia lib.6. Ord. d.tit.1. §.18. & ibi Barbof. Insignis Barb. ad text. in L. Ad perēptor. ff.de judic. a n.5. & n.32. & n.144.

119 Quando no feyto se não fallar por espaço de seis mezes, (33) se não fallará mais a elle sem serem novamente as partes citadas, salvo se estiver concluso em casa do Julgador, ou de algum dos Advogados, (34) porque no tal caso se não fará nova citação: & se estiver concluso em poder do Escrivão hum (35) anno sem se fallar a elle, serão as partes de novo citadas, porém nestes casos nunca será necessario citar de novo (36) a mulher, sendo a demandante sobre bens de raiz, se no principio da demanda foy citada.

120 Havendo de ser citado o nosso Cabido, Mosteyro, ou Comunidade, se fará a citação estando capitularmente (37) juntos, & não achando o Official da diligencia junto o Cabido, ou Comunidade, requererá a pessoa quem pertencer congregallos, q os congregue, (38) & ajunte para certa hora, para se lhes fazer a citação, & não os congregando, bastará que seja feyta a citação (39) nas pessoas de alguns do Cabido, ou Comunidade.

121 Não se fará citação alguma antes de nascer (40) o Sol, nem depois de posto, & fazendo-se, será nulla, & na mesma fôrma a que se fizer em dia feriado à honra, & louvor de N. Senhor, salvo se quizer ausentar-se (41) o Reu para outra parte, ou se perecer o direyto da parte, se se não fizer a citação no tal dia, & se ventilar, & sentenciar (42) nelle, porque neste caso se poderá fazer a citação em dia feriado para responder em dia não feriado; porém quando a citação se fizer em tempo de ferias concedidas por direyto em utilidade das partes para apparecer depois de acabadas, valerá a citação assim feyta, & terá força, & vigor em Juizo.

122 Se alguma pessoa for citada nesta Cidade, ou Archiebisado, assignandolhe termo certo a que appareça, & qual o citado não apparecer, nem o que o fez citar, se a depois de passado o termo vier o que o citou a Juizo para proceder contra o citado, ou vier apparecer o citado para pedir o absolvação da instancia, seja havida a citação por (43) circundat

circunduta, & se não proceda por ella; & na mesma forma se procederá quando apparecer o Reo no termo para que se cite, ou citado, & não apparecer o que o fez citar, o qual o Viário geral condemnará nas custas, (44) & não será o Author novamente ouvido, sem ser o Reo outra vez citado, & pagar primeyro as custas: & o mesmo se observará na terceira citação, não a accusando em Juizo, & se declarará que o Author não será mais ouvido naquella aução.

123 Para se julgar a appellação por deserta, & não se liquidar, & se executar a mesma sentença, deve ser citada a parte vencida para a deserção, (45) & execução, & quando a parte vier com embargos de nullidade, ou outros que deservam a suspensão da sentença, ou de semelhante qualificação, & materia depois de ser tirada do processo, fará citar o vencedor (46) para fallar a elles: & havendo artigos de liquidação o Author fará citar (47) o Reo para fallar a elles, ou se se ouver de fazer a liquidação por Louvados, o que tudo he conforme a direyto, & estylo dos Auditorios, & mandamos se observe neste nosso.

§. IV.

Quando se pôde proceder sem citação de parte.

124 **A**inda que quando ha de haver conhecimento da causa seja necessaria citação (1) da parte, ou partes a que tocar, & se não possa este defeito suprir nos processos por Juiz, nem ainda pelo Principe (2) por contra defeza natural; com tudo, isto se limita em alguns casos, em que se não trata de absolver, ou condemnar, mas são só preparatorios para a causa principal, que devem preceder a citação da mesma causa, como he no Summario que se faz da ausencia do Reo (3) para ser citado (4) por Edictos, no que se faz para se conceder a venia (5) para se poder citar o pay, ou mãy, marido, ou patrono; & nos das sevisias para ser a mulher (6) depositada, & demandar seu marido para divorcio; & no que se faz quando o pay occulta o filho que té debayxo do patrio poder, para ser compellido ao apresentar em Juizo para estar a perguntas nas causas

44 Dist. cap. 1. de do. lo, & contumacia, & ibi Barbot. Ordin. lib. 3. tit. 14. Peg. Forens. cap. 16. n. 43.

45 Ord. lib. 3. tit. 86. §. 14 & 15. & ibi Barb. n. 2. Scacia de appellat. q. 11. n. 191. Mend. 2. p. lib. 3. cap. 21.

46 Ord. lib. 3. tit. 87. §. 14.

47 Mend. in prax. 2. p. lib. 3. cap. 21. n. 24.

1 Clem. Pastoralis §. Ceterum de re judicata. Vant. de nullit. tit. ex defect. cit. n. 9. Menochi. de arbitr. lib. 1. q. 17. n. 8. Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 1. in princ. n. 2.

2 Themud. 3. p. q. 8. n. 40. Menochi. de arbitr. d. q. 17. n. 6. Marant. de Ord. judiciali 6. p. tit. de cit. n. 3.

3 Marant. loc. cit. n. 7.

4 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 8.

5 Marant. ubi supra n. 8.

6 Gutier. Canon. q. cap. 24. n. 6.

7 Oliv. de for. Eccl. 3.p.q.40. n. 19. Per.de man.reg. 1.p. c.7.n.5.

8 Jul.Clar § fin.q.11. n.2. Cevalh.comm.con- tt.comm. q.427.n.2.

9 Marant.de Ord. ju- dic.p.6.tit. de cit.n.31.

10 Oliv.de for.Eccl. 2.p.q.31.n.39.

11 Ros.de executor. p.2.cap.7.n.15.Salgad. de Reg. protect. 2.p.c. 13.n.6 Barbof. ad Ord. lib. 3.tit. 1. §.15.n.4.

12 Oliv.de for. Eccl. 3.p.q.2. n. 5. Marant.d. p.6.tit.de cit.n.37. Bar- bof. ad text. in cap. Bo- nae mem.23. de elect.n. 5. Farinac. in prax. cri- min.1.p.q.21.n.70.Me- noch.de arbitr. q.17. n. 15.

13 Oliv.de for.Eccl.2. p.q.37.n.45.& 3.p.q.2. n.56.ubi plures refert.

1 Cap.Forus de verb. signif.Marant. de Ord. judiciar. p.2. n.1. Pel- leg. de Offic. Vicar. 2. p. praemiss. 1. Paz in prax. annot.1. n.6. Re- dolph.in prax. 2.p.cap. 1.n.6. Ord.lib.3.tit.20. in princip.

fas de esponsaes; & tambem quando o Juiz faz summario para justificar (7) a qualidade da causa, & fundar a sua jurisdicção para proceder, & nestes casos, & outros semelhan- tes, posto que haja conhecimento da causa, não he neces- saria a citação, nem para o despacho dos taes summarios.

125 Limita-se mais no summario, & pronunciação (8) que se faz sobre ser o Reo suspeyto de fuga, & nos sum- marios, & pronunciaçoens das denunciaçoens, querelas, & devassas, por assim convir á boa administração da Justiça, para que o Reo não fuja; & bem assim quando não ha parte legitima, como he quando se dá Curador (9) ao prodigo, ou mentecapto, & quando se faz inventario dos bens da Igreja por morte (10) de algum Parocho; & quando se exera- cita algum acto de jurisdicção voluntaria, por se fazer ex- trajudicialmente, & pela mesma razão em todos os actos extrajudiciaes, q se fazem sem ser em forma de Juizo (11) contradictorio, & na Provisão dos Beneficios, salvo depois de se offerecer contradictor. Tambem se não requiere cita- ção da parte nas causas, & sentenças em que o facto for no- torio, (12) & certo, sendo tambem certo, & notorio que o Reo não tem defeza que allegar, nem na relaxação do ju- ramento (13) feyto a algum homem, quando se faz sómen- te *ad effectum agendi, seu excipiendi*. O que mandamos ob- servem o nosso Provisor, & Vigario geral nos sobredito- çafos, & nos mais em que conforme a direyto se póde pro- ceder sem citação da parte.

§. V. *Da ordem do Juizo nos feytos civis.*

126 **H**E o Juizo hum acto legitimo (1) em que se re- querem tres pessoas por direyto, Juiz que jul- gue, Author que demande, & Réo que se defenda. Ao Juiz pertence mandar fazer os actos necessarios para boa orden- do Juizo, como libello, ou petição por escrito, ou palavria, contestação, juramento de calumnia, contrariedades, & mais artigos, & tudo o mais necessario ao Juizo, para quando o feyto for a final, sejam bem informados da verdade po

por elle os Ministros, para que justamente se possa proferir sentença de absolvição, ou condemnação, conforme ao edicto.

127 Como as demandas são causa de grandes males, & odios entre as partes, & dellas nascem muytas vezes grandes defordens nas Respublicas, (3) & devem os Juizes fazer quanto em si for, que estas se acabem, & abreviem: ordenamos, & mandamos ao nosso Vigario geral, que no principio das causas, ou sejaõ civeis, ou crimes, em que a justiça não haja lugar, procure concordar as partes, (4) advertindolhes os damnos espirituaes, & temporaes que lhe resultão, admoestando-os não gastem as suas fazendas, por ser sempre duvidoso (5) o vencimento da causa.

128 Não se concordando entre si as partes, o Vigario geral ex officio, assim ao Author, como ao Reo, ou à petição da parte fará as perguntas (6) que lhe bem parecer, assim para a ordem do processo, como para decisão da causa. (7) & se por ellas puder decidir a causa, a determinará finalmente, & parecendolhe se não pôde pelas perguntas determinar, mandará proceder na causa pelos termos ordinarios.

129 E quando as partes, ou cada huma dellas vierem Juizo por seus Procuradores, o Vigario geral examinará as proçurações ex (8) officio, ou a requerimento da parte, verá se são bastantes para o caso em que são offerecidas, achando que a do Author não he sufficiente, & por essa razão pedir absolvição o Reo, absolvelo-ha da instancia, & condemnará o Author nas custas; & se a proçuração do Reo não for bastante, se procederá contra elle à revelia, allegando-se inhabilidade contra as pessoas do Author, & o Reo, ou seus Procuradores, se procederá na forma de direito.

130 Sendo o Author secular, & isento de nossa jurisdição Ecclesiastica, & o Reo requerer por palavra em audiência, ou *in scriptis* nos Autos ao nosso Vigario geral, que lhe mande dar fiança (10) às custas, lha mandará dar segura, & abonada, sendo da Cidade, à primeyra audiencia, sendo de fóra, á segunda, & não a dando, será o Reo absoluto da instancia, (11) & condemnado o Author nas custas.

2 Barb. ad Ord. d. tit. 20 §. 1. n. 3. Fragos. de Regim. Reip. 2. p. lib. 5. d. 12. §. 2. n. 45.

3 Clem. Dudum de sepult. Tell. ad text. in cap. Finē litibus, de dolo, & contumacia n. 3. Solorf. de jur. Indiar. l. 3. cap. 3. n. 7. tom. 1.

4 Ord. d. tit. 20 §. 1. & ibi Barb. n. 1. Cardin. in prax. verb. Judex n. 32. & 33. Seg. in direct. 2. p. cap. 9. n. 6. Fragos. d. §. 2. & n. 45.

5 L. Quod deberur ff. de peculio. Segur. d. c. 9. n. 7. Ord. d. §. 1.

6 L. 1. ff. de interrog. actionib. Ord. lib. 3. tit. 20. §. 4. Cabed. 1. parell. 36.

7 L. Voluit. L. Si defensor ff. de interrog. actionib. Rodolph. in prax. Judic. 2. p. q. 2. n. 29.

8 Ord. d. tit. 20. §. 10. & ibi Barb.

9 Ord. d. tit. 20. §. 10.

10 Barb. ad Ord. lib. tit. 20. §. 6. n. 1. Them. 2. p. decis. 114. Cald. de emptio. cap. 33. n. 38. Barb. ubi suprà n. 6.

11 Ord. d. tit. 20 §. 6. vers. E se o Author.

36 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

tas. E esta fiança se não dará nas causas matrimoniaes, conforme o commum estylo dos Auditorios Ecclesiasticos, nem haverà lugar no nosso Promotor, Meyrinho, & Solicitadores da Justiça nas causas que fazem por razão de seus officios.

131 Antes que o Author comece a demanda, deve haver conselho se tem direyto no que quer demandar, & se tem prova bastante de testemunhas, ou escrituras com que possa provar sua acção, & terá Procurador que por elle haja de procurar; desorte que antes que comece a sua causa, tenha promptas (12) as cousas que são necessarias, porque lhe não será concedido tempo para se deliberar sobre o pa-
ra que fez citar seu Adversario, posto que o peça, salvo no proseguimento da causa allegar o Reo tal causa, que o Author não tenha razão de saber (13) no principio da demanda, porque neste caso lhe será concedido tempo, pedindo-o para se deliberar, se proseguirá a causa, ou desistirá della.

132 E ao Reo convem (tanto que for citado, & souber que o querem demandar) ir à audiência para que he citado, ou mandar (14) Procurador bastante, & quando não puder ir per si, ou seu Procurador, mandará Escusador, (15) que por elle allegue a razão que teve para não apparecer pessoalmente, nem mandar Procurador, & não o fazendo assim se poderá proceder contra elle à sua (16) revelia.

§ VI.

Das causas em que se procederà summariamente.

133 **P**ara mais facil expedição das causas, & se evitarem as despezas (1) das partes, foy ordenado o juizo summario, & nelle se procede sem observar a solemnne ordem judiciaria: nas causas summarias se não requer (2) libello, mas sómente proporá o Author sua acção & se dará vista ao R. para a contestar até a primeyra audiencia, querendo-o fazer, (por não ser nestas causas (3) necessaria) & offerecida a contestação em Juizo se assignar humo só dilação a ambas as partes conveniente, assim no lugar do Juizo, como para o Arcebisado, & fóra delle, & acabad

12 Ord.d.tit.20.§.2.
& ibi Barbof.n.1.Card.
de Luc.de judic.disc.2.
n.31. Menoch. de præ-
sumpt.lib.2. præsumpt.
90. n.2. Piaf. in prax.
tit.de judic. art.2. n.4.

13 Ord.d.tit.20.§.2.

14 Ord. d.tit.20.§.3.

15 Valac. 1. p. con-
sult.66.n.12.Cardof. in
prax.verb. impedimen-
tum n.4.

16 Phceb. 1. p. decif.
79.Ord.ubi suprà.

1 Clement.Dispêdio-
tam,de judic.Rodolph.
in prax.p.2.cap.1.n.12.

2 Pelleg.de offic.Vic.
2.p.lect.1.sublect.1.

3 Clem.1æpè de verb.
signif.Rodolph.ubi su-
prà n.34.Pelleg.ubi su-
prà n.19.verl.2. Scacia
de judic.1.p.cap.103.n.
11.

abada ella se não reformará outra; salvo allegando-se legitimo impedimento, & constando d'elle ao Vigario geral, pedindo-se, & competindo restituição: & em tudo abreviará os mais termos quanto for possível, (4) desorte possível, que se não tire a defeza às partes.

134 São summarias todas as causas beneficiaes, (5) & tocantes a ellas; as matrimoniaes, ou de esponsaes, ou de matrimonio de presente; as dizimaes, as de usura, simonia, blasfemia, forças; as sobre estipendio, salarios, alimentos, depósitos, alugueres de casas, & rendas dos patrimonios, todas as execuções de sentenças tiradas do processo; as quidações das mesmas, & as que forem commettidas da Apostolica com clausula *summariè*, (6) *aut simpliciter*, *de plano*, *aut sine strepitu*, & *figura judicij*, & outras mais expressas em direyto.

135 Quando a mulher que demanda o marido por feições, ou nullidade de matrimonio, pedir alimentos por sua satisfação, será a mesma obrigada a ajuntar com ella inventario de todos os bens, & seus rendimentos, & será notificado o marido o ajunte tambem pela sua parte sob pena de se ar pela asserção da mulher; & serão affinados os inventarios pelas mesmas partes, & indo conclusos, conforme o q a ar de rendimento dos bês, fará o Vigario geral seu arbitramento para alimentos, & *expensas litis* por despacho nos autos, na fórma que lhe parecer direyto, & justiça, & da grande, ou pequena poderá aggravar para a nossa Realção qualquer das partes que se sentir aggravada, ou emrgar o despacho de arbitramento, se lhe parecer; porèm o deyxará de mandar dar alimentos provisionaes à mulher, se o requerer; & nos provisionaes não haverá appealação, ou aggravamento.

136 E porque muytas vezes sobre quantias pequenas fazem grandes processos, que vem a importar mais as expensas que o principal; ordenamos, & mandamos, que em esses Tribunaes se proceda summariamente (7) até quantia de dous mil reis, (8) desorte que até a quantia de dez mil reis não será obrigado o Author a vir com sua acção e scripto, mas mandar-lheha escrever no portacolo, & que o Reo allegar em sua defeza; & parecendo ao Viga-

D

rio

4 Rodolph. ubi suprà n. 10. Pelleg d. n. verific.

5 Clem. Dispensatam de judic. Clem. Sæpè de verb. signif. cap. fin. de hæreticis. Marat. de Ordin. judiciar. 4. p. dist. 9. à n. 166. Bobad. de leg. politic. 3. p. cap. 14. à n. 28. 75. & 77.

6 Barb. ad Clem. Dispensatam n. 1. Rol. de execut. lib. 2. c. 4. n. 88. Barbos. de clausulis, clausul. 176. n. 11. Cabed. 1. p. decis. 72. n. 2.

7 Ord. lib. 3. tit. 30. §. 3. & ibi Barb. Marat. de Ord. judic. p. 4. dist. 9. n. 188.

8 Ord. d. tit. 30. §. 3. & tit 96. §. 27.

38 Regimento do Auditorio Ecclesiastico

rio geral que necessita de prova, lha mandará dar a ambas as partes no termo breve que lhe assinará, & se em mais outro processo sentenciara a acção como lhe parecer justiça, & da quantia de dez tostoes até a de dous mil reis vir com sua acção por escrito, em que não haverá mais que contestação do Reo, & se procederá summariamente, como no principio deste §. fica dito, & deste processo não tirará o Escrivão sentença, mas só hum Alvará assinado pelo Julgador, pelo qual se fará a execução; porém o que ficou dito se não entenderá quando se tratar de propriedade de bens de raiz, fóros, ou pensão annual, ou renda; porque em taes casos se procederá como está determinado por dreyto. (11) obró sup dan vo (12) obró sup dan vo

137 E porque conforme a Ley do Reyno, & estylo de Auditorios Ecclesiasticos, & do nosso, nas causas de escrituras publicas, & particulares se procede summariamente (9) ordenamos, & mandamos, que quando nos nossos Auditorios alguma pessoa demandar a outra por escritura publica, ou assinado que tenha força della, ou posto que se particular, sendo reconhecido (10) pela parte em sua pessoa, ou á sua (11) revelia, (de que se fará termo assinado pela parte, ou pelo Julgador á sua revelia) se a couza, & quantia contida na escritura, ou assinado particular for pura, liquida, & tiver causa a obrigação, & for feyta pela mesma pessoa que he citada, & não por terceyro, em tal caso se proceda summariamente, & se assinará ao Reo de (12) dias para pagar, ou allegar, & provar os embargos que tiver, q' o desobriguem da paga, & allegando embargos, não os provando (13) no dito termo, ou sendo taes que não devaõ receber, será condemnado na couza, ou quantia da dita escritura, ou assinado; & se fará execução, sem embargo de qualquer appellação, (14) que neste caso se receberá sómente no effeyto devolutivo: mas não será a couza entregue ao Author sem fiança (15) segura, & abonada nossa jurisdicção, ou que a ella se fugeyte com juramento como Depositario a entregar a couza, ou quantia ao Reo se a vencer.

138 Porém se o Reo nos dez dias que se lhe assinará para vir com embargos, mostrar quitação, ou provar pagamento

9. Ord. lib. 3. tit. 25. in princip. Thom. Vaz alleg. 76. n. 1.

10 Ord. dict. tit. 25. §. 9.
11 Barb. ad d. §. 9. n. 9.
Peg. forent. cap. 1. n. 7.
Vaz d. allegat. 76. n. 68.
Valasc. conf. 170. n. 8. &
9. Mend. in prax. 2. p. c. 22. n. 60. lib. 3.

12 Ordin. d. tit. 25. in princip. ibi Barb. n. 13.
Them. 2. p. decif. 148. n. 4. Peg. forent. 1. p. c. 1. n. 179. Mend. in prax. 1. p. cap. 22. n. 1. lib. 3.

13 Cabed. decif. 30. n. 2. & 7. Ord. d. tit. 25. in princip.

14 Ord. d. tit. 25. §. 1. & ibi Barb. Peg. d. cap. 1. §. 2. n. 179. Mend. d. c. 22. n. 3.

15 Ord. d. tit. 25. Méd. 2. p. lib. 3. cap. 22. n. 3. Phceb. 1. p. arest. 17.

amento, ou cousa que o releve da condemnação, o Vigário geral lhe receberá os embargos por desembargo (16) em o condemnar; & não os provando perfeitamente nos dez dias; se forem taes que provados releve, o condemnará no conteúdo da escritura, ou assinado, & lhe receberá (17) os embargos, & dará sua sentença á execução sem embargo de qual quer appellação, (18) ou agravo, & se entregará a cousa, ou quantia ao Author dando fiança, como acima fica dito.

139 A pessoa que for citada para se lhe deyxar (19) na forma para que foy citada, apparecerá pessoalmente na audiência para jurar; & não vindo, ficará esperado até a meyra, & não vindo, (20) ou não querendo (21) jurar, deferirá o juramento ao Author, & jurando ser-lhe o Reo devedor da cousa porque o mandou citar, será condemnado no principal, & custas; & isto haverá lugar quando o Reo for o principal devedor, que tenha razão de saber a verdade do que lhe demanda pelo tal juramento.

140 Se o citado para sua alma vier à audiência, & jurar que deve, ou he obrigado ao Author no que lhe pede, o Vigário geral lhe mandará, que satisfaça na forma que se declarou em seu juramento; & jurando que não deve, ou não he obrigado ao Author, será absoluto, & condemnado ao Author nas custas, & não será mais ouvido contra o Reo da cousa que assim deyxou em seu juramento; & mesmo se servará quando o Reo reconvier o Author, & deyxar a causa em sua alma.

141 Sendo a pessoa citada, para vir a Juizo jurar em sua alma pessoalmente, de tal qualidade, ou tiver tão justo impedimento que deva ser escuso de apparecer em Juizo pessoalmente, poderá ser admittido a jurar por seu Procurador, tendo especial (22) poder para isso.

§. VII.

Da forma de proceder nas causas ordinarias.

142 **N**As causas ordinarias se procede observando-se a solemne ordem (1) judicial, em que se requer

D ij

16 Ordin. d. tit. 25.
Mend. d. 2. p. c. 22. n. 3.

17 Ordin. d. tit. 25.
Thom. Vaz d. alleg. 76.
n. 46. Mend. d. c. 22. n. 3.

18 Ordin. d. tit. 25. Valasc. d. allegat. 76. n. 46.
Mend. d. cap. 22. n. 6.

19 Mend. in prax. p. 1. lib. 3. cap. 1. n. 7. Barb. ad Ordin. lib. 3. tit. 59. §. 5. Peg ad Ordin. lib. 1. tit. 49. §. 1. & forent. cap. 2. Phœb. 2. p. arelt. 22.

20 Mend. ubi supra d. c. 1. n. 7. & observat. titulus.

21 Ordin. in 3. tit. 59. §. 5. & ibi Barb.

22 Scacia de judic. 2. p. cap. 7 n. 558. Marant. de Ord. jud. p. 6. action. 9. n. 56.

1 Rodolph. in prax. 3. p. cap. 1. n. 5. Marant. de Ord. judic. 4. p. dist. 9. n. 1. Fragos. de Regim. p. 1. d. 12. n. 5.

40 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

quere libello, contestação da lite, conclusão na causa, publicação de processo, & outras solemnidades de direyto: em todas as causas ordinarias tanto que o Reo he citado, & havido por tal em audiência, deve o Author vir com seu libello à primeyra, (2) & o Reo com sua contrariedade á segunda, (3) & o Author com a replica à primeyra, & o Reo com a treplica; & serão recebidas em audiência por palavra pela clausula geral *scilicet*, & *in quantum*. E quando alguma das partes indolhe vista para contrariar, ou replicar, vir que a outra parte tem feyto alguns artigos diffamatorios criminosos, (4) ou impertinentes, (5) os poderá impugnar, & requerer sobre elles o que lhe parecer, & com seu requerimento se farão conclusos os Autos ao Vigario geral, & deferirá como lhe parecer justiça ao requerimêto; & achando serem os artigos diffamatorios, os mandará riscar, & condemnará a parte, ou Advogado que os offerecer em dou mil reis para as despezas, & nas custas do retardamento; & sendo sómente impertinentes, condemnará a parte nas custas do retardamento; & achando que a parte adversa impugnou os artigos sem fundamento, o condemnará nas custas do retardamento.

143 E não vindo o Author com libello ao termo que lhe for affinado, o Vigario geral o mandará apregoar, na audiência, sendo presente elle na audiência, ou seu Procurador, ou se não for presente cada hum delles, & não vier com libello ao dito termo, absol verá (6) o Reo da instancia do Juizo, & condemnará o Author nas custas: & não vindo o Reo com contrariedade, ou treplica, nem o Author com replica, ou com quaesquer outros artigos aos termos que lhes forem assignados, os lançará (7) na mesma forma dos artigos, sem mais lhe ser concedido outro termo, mais que por restituição competindolhe, & dará lugar á prova dos artigos recebidos.

144 Porém vindo o Author, ou Reo a Juizo á primeyra audiência, depois de ser lançado dos artigos com que houvera de vir, allegando razão juridica porque o não devera ser, o Vigario geral conhecerá della, & jurando que allega bem, & verdadeiramente, sem outra prova lhe concederá até a primeyra audiência para vir com os art.

2 Ord. lib. 3. tit. 20. §.

4 Mend. in prax. 1. p. l. 3. cap. 2.

3 Ord. d. tit. 20. §. 5.

4 Ord. d. tit. 20. §. 34. & ibi Barbof. Farinac. in prax. crim. p. 3. q. 105. n. 239.

5 Ord. d. tit. 20. §. 35. Salgad. de Regim. protest. p. 3. cap. 6. num. 68. Pelleg. in prax p. 2. lect. 2. subsect. 5. n. 15.

6 Ord. d. tit. 20. §. 18. Maced. decif. 50. n. 2.

7 Ord. d. tit. 20. §. 19. & ibi Barbof. Mend. in prax. 2. p. lib. 3. cap. 10. n. r. Valent. tom. 1. Cof. 69. n. 208.

os de que foy lançado, & vindo com elles os receberão quando forem de direyto de receber, & não vindo o lançador delles, & dará lugar á prova (8) dos artigos recebidos, condemnando a parte nas custas do retardamento. E as partes na replica, & treplica não tornarão a articular o que já estiver articulado no libello, & contrariedade, salvo se acrescentar alguma cousa para mayor declaração; (9) & a parte, ou Advogado que fizer o contrario, será condemnado em quatrocentos reis para as despesas da Justiça.

145 Quantas vezes o Author fizer nova addição ao libello de cousa que nelle não fosse declarada, ou petição, quantas vezes será dado ao Reo termo para se (10) aconselhar, & responder ao acrescentado, se o pedir; o que se entenderá se o Reo for presente em Juizo, & se o não for, osto que tenha Procurador, não será obrigado a responder até ser o Reo citado para poder informar seu Procurador.

146 E mandamos, que neste nosso Auditorio se não admittão artigos accumulativos (11) dependentes, ou de nova razão.

147 E quando o Author em seus artigos fizer menção de alguns Autos, papeis, ou escrituras, offerecellos-lhe juntamente (12) com o libello, & de tudo se dará vista ao Reo, & não os apresentando até á primeyra audiencia, & sendo apontado pelo Reo, quando o feyto lhe for para contrariar, & requerer que se riscuem os artigos, em que delles se faz menção, & o Vigario geral achar ser assim, como he apontado pelo Reo, os mandará riscar, & não poderá o Author nesta instancia (13) ajudar-se dos taes autos, & escrituras, salvo por restituição, se a pedir, & tiver: & se o Reo em seus artigos houver de fazer menção dos ditos papeis, ou escrituras, & os não tiver em seu poder, pedirá tempo para os bulcar, & se lhe dará competente, (14) jurando que os não póde formar sem elles, & que os não tem em seu poder, & passado o tempo assinado, se vier com os artigos sem apresentar os papeis, se lhe riscarão, & será condemnado nas custas do retardamento, salvo se tiver restituição, & a pedir.

148 Porém se os taes papeis forem de terecyra pessoa, nem o Author, nem o Reo serão obrigados aos apre-

8 Ord.d.tit.20.§.20;

9 Mend. d.2.p.lib.3. cap.10.n.2.

10 Ord.d.tit.20.§.8;

11 Ord.d.tit.20.§.27 & ibi Barbof. Mend. in prax.1.p.lib.2.cap.8.

12 Ord.d.tit.20.§.22, & ibi Barbof. Pareja de ediction.tom.2 tit.6.refolut.2.n.26. Mend. in prax.1.p.cap.9.lib.3.n.2. Cardof. verb. instrumentum n.27.

13 Ord.d.tit.20.§.25.

14 Ord.d.tit.20.§.26. & ibi Barb.Phœb. 1.p. arest.72.& 2.p.arest.69.

15 Mend. in prax. d.1 cap.9. n.2. Pareja dict. refol.2.n.26. Valasc.de jur. emphyt. q.7. n.35. Barb. ad Ord.d.tit.20.§.25.

16 Cancer. Var. lib. 1. cap. 29. n. 24. vers. circa praedicta. Val. de jur. emphyt. q. 7. n. 25.

17 De quib. Pelleg. in prax. p. 2. sect. 2. sub. sect. 5. n. 14. Cancer. Variar. lib. 1. cap. 19. n. 21. Mend. d. cap. 9. n. 2. Barbosa ad Ord. d. tit. 20. §. 22. n. 4.

18 Paz in prax. 1. p. tom. 1. temp. 4. n. 58. c. Pastoralis de except. & ibi Barb. n. 20.

1 Scacia de judic. p. 1. cap. 101. num. 6. Paz in prax. 1. p. tom. 1. temp. 5. n. 13. Ord. lib. 3. tit. 49. in princip. Frag. de Regim. 1. p. lib. 5. d. 12. §. 7. n. 207. Marant. de Ord. judicij p. 6. membro 9. n. 1.

2 Cap. Inter Monasterium de re judicata. Ord. in 3. tit. 20. §. 9. & ibi Barbosa. Marant. ubi supra n. 7.

3 Cap. Exceptionem de exceptionib. cap. 1. eod. tit. c. Decernimus de sent. excommun. in 6. Ord. lib. 3. tit. 20. §. 9. & tit. 49. §. 2. & ibi Barbosa. n. 23.

4 L. Apertissimi Cod. de judic. Ord. d. tit. 49. §. 1. & ibi Barb. Marant. p. 6. action. 2. n. 26. Scacia de judic. 1. p. cap. 101. n. 32.

5 Ord. lib. 3. tit. 21. in princip. Thom. Vaz alleg. 96. num. 6. Mend. in prax. 1. p. lib. 2. cap. 7.

6 Piafec. in prax. Episcopali p. 2. c. 4. n. 10.

7 Ord. tit. 21. §. 2. in d. lib. 3.

sentar, posto que delles fação menção em seus artigos; nem tambem quando os artigos se puderem provar conforme a direyto por testemunhas, (16) ou quando o articulado se fundar em autos, ou escrituras perdidas, offerecedose a parte a provar a substancia dellas, como se requiere por direyto, né em outros casos, (17) em q por direyto não forem obrigados aos apresentar, & nos taes casos se não riscarão os artigos, & se provarão com testemunhas, & já mais nesta instancia se poderão as partes ajudar destes papeis; salvo se for por restitução competindolhe, ou jurando que os achou (18) de novo, & os não tinha em seu poder, nem sabia onde estivessem ao tempo, que delles fez menção.

§. VIII.

Das suspeyçoens, & mais excepçoens dilatorias.

149 **A**Ntes de contestar o Reo o libello, nem o contrariar, deve vir com todas as suas excepçoens dilatorias que tiver, ou pertençaõ à pessoa (1) do Juiz por suspeyto, ou incompetente, ou à pessoa do Author por não ser pessoa legitima para estar em Juizo, ou ao Procurador por ser inhabil para o officio, ou por não ter bastante prociração; ou à causa, & processo, & bem do feyto; & não vindo o Reo com todas as suas excepçoens dilatorias (2) que tiver antes da contestação da demanda, não será mais admittido com ellas; salvo jurando que lhe sobrevierão de novo, & que soube dellas depois da contestação.

150 Porém o sobredito não terá lugar na excepção (3) de excommunhaõ contra a pessoa do Juiz, Author, ou Procurador, porque esta se póde pôr em qualquer parte do Juizo; & tendo o Reo diversas excepçoens dilatorias que allegar, deve oppor primeyro a excepção da recusação (4) do Juiz; porque sabendo o R. que este lhe he suspeyto se perante o dito Juiz fizer acto algum, porque pareça (5) consentir nelle, não o póde mais nessa causa recusar de suspeyto, salvo sobrevindolhe a suspeyção (6) de novo; & aindaque o Reo em Juizo peça vista do libello perante o Juiz, nem porisso se entenderá consente (7) nelle para o não po-

er recusar, se contra a sua pessoa tiver legitima recusa-
ção, & não tiver feyto acto algum, porque pareça ter con-
tido nelle.

151 Quando se puzer suspeção ao Juiz, deve ser em
causa declarada, & que pendê em juizo, & deve a parte que
recusar, logo verbalmente em audiencia intimarlhe a sus-
peção, (8) declarando a causa, & razão della, & não a decla-
rando logo, o Juiz irá cõ o feyto por diante, porê m decla-
rando-a lhe mandará que venha com ella por escrito feyta,
& assinada por Letrado do nosso Auditorio, & apresentada
por Escrivão d'elle, de outra maneyra não lhe será recebi-
da, & não o fazendo o recusante assim, irá com o feyto por
diante, & será valido seu procedimento; & vindo com ella
por escrito, como acima fica dito, nomeará no fim dos ar-
tigos as testemunhas porque entende provar as suspeições,
& não poderá depois nomear outras.

152 E mandamos aos Advogados do nosso Auditorio
ação as suspeições, & as affinem sendo legitimas, sob pe-
na de não advogarem nelle até nossa mercê, & de dous mil
reis para as despesas da Justiça; & da mesma maneyra, &
sob as mesmas penas as intimem os Escrivãos do nosso Au-
ditorio, primeyro o Escrivão da causa, & não o havendo,
qualquer que requerido for.

153 E estas suspeições serão remettidas ao Chancel-
ler da nossa Relação, que ha de conhecer dellas por seu Re-
gimento, feyto o deposito, & observada a fôrma de direyto.
declaramos que esta mesma fôrma de dar o Juiz por sus-
peyto, se terá quando intimarem de suspeyto algum Escri-
vão do Juizo, ou outro Official d'elle.

154 Sentindo-se o Vigario geral suspeyto em sua con-
sciencia, ou qualquer outro Ministro nosso, se poderá dar
por tal, & lançar-se de Juiz, jurando primeyro como o he,
que fará dentro em tres dias, (9) & passados elles tam-
bem se poderá dar de suspeyto na dita fôrma; porê m pa-
gará ás partes as custas do retardamento em dobro. Tam-
bem se poderá dar de suspeyto jurando, tanto que as sus-
peições lhe forem intimadas de palavra, & declarada a
causa, ou quando depuzer, & basta que jure pelo juramen-
to de seu Officio, & nestes casos se dará Juiz á causa.

155 Tudo

8 Ord.d.tit.21. §.4.

9 Ord.d.tit.21. §.18.
& ibi Barb. Thom. Vaz
dict. allegat. 96. n. 50.
Cabed. 1. p. decil. 64. n.
7.

10 Ord. d. tit. 21. §. 6.
Lancel. de attent. 2. p. c.
6. DD. in cap. Cum
speciali de appellat.

4. 2. 12. 20. 1. 1. 2. 2.

11 L. final. Codic. de
except. Ordin. lib. 3. tit.
49. §. 1. & 2. & ibi Barb.
n. 16. Paz in prax. tom.
1. p. 1. temp. 5. num. 22.
Fragos. de Regim. p. 1.
lib. 5. d. 12. §. 8. n. 251.
12 Ord. d. tit. 49. §. 2.
& ibi Barb. n. 19. Cabed.
1. p. decis. 22. n. 9.

13 Clem. 1. de sent. ex-
com. cap. excommuni-
camus §. Credentes de
haereticis. Ord. lib. 3. tit.
49. §. 4. & ibi Barb. n.
5. Mend. in prax. 1. p. 1.
2. cap. 7. & p. 2. lib. 2. c.
7. n. 4.

14 Cap. Intelleximus
de judic. & ibi Telles n.
3. Scacia de judic. lib. 1.
cap. 101. n. 51. Palao de
censur. d. 2. punct. 14 §.
2. n. 23.

15 Ord. lib. 3. tit. 20.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

§. 9.

155 Tudo o processado, & feyto pelo Juiz antes de
lhe ser intimada a suspeyção, he firme, (10) & valioso, & al-
fim não poderá ser recusado depois de proferir a sentença
final, salvo para effeyto de não poder conhecer de embar-
gos, ou artigos com que se ha de vir para a execução postas
à dita sentença, ou outra que depois se tratar, articulando
porem, que lhe viera de novo depois da sentença.
156 Depois de se pôr a excepção à pessoa do Juiz,
tambem se deve pôr antes da contestação a excepção de-
clinatoria de foro, ou de incompetência de Juiz, (11) & com
esta se virá antes das outras excepções dilatorias; porque
propondo-se primeyro a excepção que tocar ao processo,
ou qualquer outra, não poderá já mais o Reo declinar o
foro do Juiz, se elle for capaz de prorrogação; (12) & se ella
não proceder, ou se não provar, então virá antes da con-
testação com as mais excepções dilatorias que tiver, &
para o proseguimento dellas assignará o Juiz breve termo, &
dilação conveniente procurando sempre a brevidade da
causa.

157 E constando ao Vigario geral, ou outro Minis-
tro, que o Author he publico excommungado, o lança-
rá (13) do Juizo em qualquer termo que estiver a causa, se
o não ouvirá em quanto não mostrar que está absoluto da
excommunhação; o que não tem lugar, conforme a direyto
no Reo, (14) porque pôde ser ouvido por seu Procurador
ainda que não esteja absoluto.

158 E se a excepção for somente posta à citação, ou
contra a parte que o fez citar, sendo de receber, & prova-
da, o Juiz absolverá o Reo da tal citação, & sendo o Reo
citado outra vez, (15) não será ouvido o Author até não pa-
gar ao Reo as custas da primeyra citação.

159 Sendo a parte citada com monitorio com clausu-
la justificativa, & pedir vista para vir com embargos, &
vier com elles no termo assignado, fica o monitorio servin-
do de simplez citação, & se procede nos embargos confor-
me a direyto; porem se pedir vista do monitorio depois de
já ter encorrida a excommunhação, por não vir com embar-
gos no termo assignado, & pedir juntamente absolvição, não
será absoluto senão depois que vier com embargos, &

Juiz

Juiz que passou o monitorio os receber por desembargo; porque em tal caso será absoluto *ad reincidentiam* pelo tempo que parecer ao Juiz, & vindo com os embargos depois de declarado, não será absoluto senão depois que primey-
o pagar os procedimentos.

160 Se contra a pessoa do Procurador alguma das partes puzer alguma excepção, & for tal a razão que por direy-
o não valha a procuração, & assim for julgado, pedindo o Reo absolvição da citação o absolverá (16) o Vigario ge-
ral, & condemnará o Author nas custas, & não será de no-
o ouvido sem que primeyro as pague; & se a procuração
o Reo não for bastante, & o Author o requerer, haverá o
Reo por revel, & procederá á sua revelia no feyto; & pa-
recendolhes as proçuraçoens bastantes, assim o declarará
or seu despacho, porém se ao depois se achar que não eraõ
astantes, será o Juiz obrigado (17) a pagar ás partes as
ustas, perdas, & damnos que porisso receberem.

161 E pondo-se a excepção contra a pessoa do Procu-
ador, por ter tal impedimento, ou inhabilidade, que por
ireyto o não possa ser, se o que fez a procuração o não
ignorava quando a fez, se observará o que acima fica dito,
quando as proçuraçoens não são bastantes: porém se o ignora-
a quando a fez, o Juiz mandará citar o que fez a proçu-
ração, a que venha em certo termo seguir seu feyto, ou fa-
er novo Procurador, & não vindo, nem mandando Procu-
ador sufficiente, se for Author, absolverá o Reo da instan-
cia, & se for Reo, procederá á sua revelia.

§. IX.

Das Excepçoens peremptorias.

162 A Excepção peremptoria he aquella que põem
fim (1) a todo o negocio principal, assim como
sentença, (2) transacção, juramento, prescripção, paga,
quitação, & outras (3) semelhantes que concluaõ não ter o
author acção para demandar o Reo, o qual se tratar dellas
para effeyto de impedir, & embargar o processo, & que
ão haja demanda, & se julgue não ter acção o Author,
virá

16 Ordin. d. lib. 3. tit. 20. §. 9. & ibi Barb. n. 5.

17 Ord. d. tit. 20. §. 10. verfic. Porém: & tit. 47. §. 2. ver. E sendo.

1 Ordin. lib. 3. tit. 50. in princip. §. Appellantur, Instit. de exception. Pel. leg. in prax. Vicar. 2. p. sect. 1. subsect. 7. n. 1.

2 Ordin. d. tit. 50. & ibi Barbof. L. Conqueritur ff. de except. rei judica-
ta.

3 De quibus Barbof. ad Ordin. d. tit. 50. in prin-
cip. à n. 7. cum seq.

virá com ellas, como as dilatorias, antes da contestação, & o Vigario geral, tanto que a excepção for offerecida em audiencia, a receberá *si*, & *in quantum*, & assinará logo ao Reo dez dias para prova della, & acabado o termo a fará ir conclusa com a prova que tiver dado o Reo, sem se dar vista ás partes, & achando q o Reo a não provou na fôrma de direyto, assim a pronunciará, & irá com o feyto por diante, & condenará o Reo nas custas do retardamento, ficando-lhe reservado o seu direyto para o poder allegar na (4) contrariedade.

4 Ord. lib. 3. tit. 20.
§. 15.

5 Ord. d. §. 15. vers. E
vendo.

163 E quando o Reo nos dez dias provar sua excepção que ao Vigario geral pareça que he de receber, assim o determinará por seu despacho, & assinará ao Author duas audiencias para o contrariar, & poderá haver replica, & (5) treplica, & assinará ás partes suas dilações, & se processará até final, & irá conclusa á nossa Relação para nella se definir, & se julgar, ou não por provada.

§. X.

Da Contestação da demanda.

164 **H**E a contestação da demanda hum acto essencial do Juizo, & omitindo-se, he todo o processo (1) nullo, & por tanto não póde ser renunciado pelas partes: (2) produz esta muytos effeytos, como são impedir, que depois della se possa oppor excepções dilatorias; (3) perpetua as acções pessoas até quarenta annos, & faz que passem aos herdeyros; interrompe qualquer prescripção, & constitue a parte contraria em má (4) fé, quanto aos frutos, & em mora; faz ao Procurador senhora da demanda, & que se não possa variar o libello, & outros mais effeytos (5) que apontão os Doutores.

165 E por quanto regularmente nas causas ordinarias civeis, & crimes se não póde proceder sem contestação do Reo, ou confessando, ou negando, & os Reos muytas vezes nas causas crimes, & civeis, ou com o temor das penas, ou por dilatarem as causas não querem contestar, nem obedecem ás penas, & censuras com que a isso os compell-

1 Reyn. observ. 63. n. 1. c. 1. de litis contestatione.

2 Paz in prax. 1. p. tom. 1. temp. 6. n. 4. Canc. Variar. 3. p. cap. 16. n. 2.

3 Cap. Inter Monasterium. de sent. & re judicata. Reynol. observ. 63. n. 10. Scacia de judic. 1. p. cap. 103. n. 8.

4 Phœb. 1. p. dec. 74. n. 4.

5 De quibus Paz d. temp. 6. n. 9. Phœb. ur. suprà. Pelleg. 2. p. sect. 2. subsect. 1.

em os Juizes ; pela mesma razão ordenamos , & mandamos , que assinado termo competente ao Reo para confessar , se o não fizer , o Vigario geral haja a demanda por contestada por negação.

§. XI.

Das opposições, assistencias, & authorias.

166 Quando litigando dous entre si vem algum terceiro com artigos de opposição a excluir algum ao Author, (1) como ao Reo, ou ao Author sómente antes de ter assinada dilação, & lugar de prova, dizendo que a cousa demandada lhe pertence, como a tal opposição he como libello, o Vigario geral, ou o Juiz que della conhecer, os receberá em (2) audiência *si, & in quantum*, & assim a contrariades, réplica, & treplica, & se continuará em o mesmo processo.

167 E se o oppoente vier com seus artigos depois de dado o lugar a prova nos casos em que de directo possa vir com elles, se receberão por desembargo, & correrá a opposição em auto á parte, & se não obstará (3) na causa principal, antes se irá com ella por diante até se dar final determinação; & passando a sentença em cousa julgada antes de ser determinada a causa da opposição, se proseguirá contra o vencedor, ao qual não será entregue a cousa julgada sem primeyro dar fiança (4) segura, & abonada na forma de nossas Constituições, de restituir a cousa com os fructos, & satisfação de damnos ao oppoente, tendo elle vencimento, & não a dando se sequestrará a cousa vencida em poder de hum terceiro; & não sendo recebidos os artigos de opposição, será o oppoente condemnado nas custas do retardamento em dobro para as partes, posto que tivesse causa de litigar.

168 E vindo alguma pessoa assistir a alguma das partes, será obrigada a tomar (5) o feyto nos termos em que estiver, & tomar o mesmo Procurador da parte a que assistir, a quem se darão as vistas sem para isso haver mayor termo para responder, & quanto ao que já estiver processado, não será ouvido, posto que o pertenda ser por via de restituição,

1 Ord. lib. 3. tit. 20. §. 31. Rodolph in prax. 1. p. cap. 4. n. 123. Mend. 1. p. lib. 3. cap. 5 | n. 1.

2 Ordin. d. §. 31. & ibi Barb. Per. decis. 43. n. 7. Mend. d. cap. 5. n. 3 & 2 p. lib. 3 c. 5. Rodolph. d. n. 123.

3 Ord. d. §. 31. Cabed. 2. p. a. eff. 49. Phœb. 2. p. arest. 13.

4 L. Is à quo ff. rei vendic. Cancr. Variar. 2. p. cap. 16. n. 8.

5 Cap. final. ut licet pendente lib. 6. Ord. d. tit. 20 §. 32. & ibi Barbof. Mend. d. cap. 5. §. 1. n. 4. & 2 p. lib. 3 cap. 5. §. 1. n. 6. Cancr. Var. d. cap. 16. n. 5. Card. de Luc. de judic. dist. 17. n. 5. Rodolph. d. 2. p. decis. 97. n. 14.

restituição, mas somente o será a respeito do que de novo
acrescer; (6) & se observará o que está disposto por direy-
to no mais das assistencias á causa.

169 Quando alguma pessoa for demandada por cou-
sa movel, ou de raiz que possua em seu nome, ou de outra
pessoa, assim em feyto civil, como crime civilmente in-
tentado (7) para haver a dita couza, poderá chamar por Au-
thor qualquer pessoa de que pertende provar a houve, a
qual sendo citada, & vindo defender o Reo, será obrigado
a responder neste Juizo, aindaque seja de outro foro: & no
feytos crimes criminalmente intentados não haverá au-
thoria.

170 E quando o possuidor da couza demandada allegar
Author, tendo lugar a authoria, o Vigario geral lhe assina-
rá termo conveniente, (8) segundo a distancia do lugar aon-
de o chamado por Author estiver a esse tempo, para o cha-
mar, & fazer citar, & no dito termo se sobstará no feyto
salvo, se o nomeado por Author estiver no Reyno (9) de
Portugal, ou em Angola, ou S. Thomé, ou em outros lu-
gares fóra deste Arcebispado, Rio de Janeyro, Pernambuco,
co, porque sem embargo de tal authoria irá o feyto por-
diante, & ao chamado por Author ficará seu direyto refer-
vado, para, se quizer, depois que vier, allegar alguma cou-
za de novo, & a sentença dada em sua ausencia lhe não pre-
judicará ao seu direyto.

171 E se o Reo no termo assinado não trouxer ao no-
meado por Author, & trazendo-o, elle o não queyra de-
fender, virá o Reo aparelhado (10) para responder logo á
causa que lhe he feyta, negando, ou confessando, & não
lhe será dado outro termo; & trazendo o Reo o nomeado
no ditotermo, & elle o queyta defender, se dará ao nomea-
do por Author termo (11) para vir responder, negando, ou
confessando direytamente a demanda; & se o nomeado
quizer nomear outro por Author, assinar selheha termo pa-
ra o trazer, como aos mais, se muytos nomeados forem, &
o que nomear Author, será obrigado jurar que não o nomea
maliciosamente, (12) & não querendo jurar, se lhe não re-
ceberá a authoria.

172 O que quizer chamar alguma pessoa por Author,
tendo

6 Mend.d. i.p.cap.5.
§.1.in fin.princ.Ord.d.
tit.20. § 32.

7 Ord.in 3. tit.44. in
princip.& ibi Barb.Pel-
leg.de Offic. Vicar.2.p.
sect.1. subsect. 6. inter-
fect.3. à n. 20. cum seq.

8 Ordin. d. tit. 45. in
princip. Pelleg. supra in-
terfect.3.n.20.verf.Vi-
de.

9 Ordin. d. tit. 45. in
princip. verf. Salvo; &
ibi Barbof.

10 Ord.d. tit.45. §.1.

11 Ord.d. tit.45. §.1.
verf. E trazendo.

12 Ord.d. §.1.verf. E
se algum.

tendo lugar a Authoria, o fará antes das inquirições abertas, (13) & publicadas, & não o chamando até este tempo, não será obrigado (14) o dito Author a lhe pagar o damno que receber por a cousa lhe ser tirada por sentença, posto que o Author nomeado fosse sabedor era o Reo demandado em Juizo por ella.

173 E quando o chamado por Author não vier, nem o mandar defender, (15) seguirá o Reo a demanda fiel, & verdadeiramente até a ultima sentença, como por direyto he obrigado; & sendo vencido, será o chamado Author obrigado a lhe compor a cousa vencida (16) com seu interesse, ou o preço que por ella recebeo, qual o Reo vencido mais quizer, & as mais condições, que no contrato entre si conviessem.

§. XII.

Das Reconvenções.

174 **H**E a Reconvenção huma acção (1) intentada pelo Reo contra o Author que o demanda em Juizo, & no mesmo se deve intentar pelo Reo durante a demanda principal: he da natureza da reconvenção andar em igual passo (2) com a acção do Author, & serem determinadas ambas na mesma sentença; o q̃ haverá lugar quando a reconvenção se começar antes da acção do Author ser contestada, ou logo depois da contestação, antes que o Author dê sua prova, & primeyro será contestada a acção do Author, (3) & dada reposta a ella pelo Reo, & tanto que ao libello do Author for respondido, & contestado, logo se responderá à reconvenção do Reo, & assim se continuará com o procedimento em diante: & quando se proferir sentença definitiva, primeyro se deferirá à acção do Author, (4) & logo à do Reo na mesma sentença.

175 Porém se a reconvenção tiver seu principio depois da acção do Author contestada, (5) & tiver já o Author dado sua prova, a reconvenção perderá a sua natureza, (6) quanto a não andar em igual passo, nem a se lhe deferir na mesma sentença; mas correrá em auto separado seu curso, como de direyto tiver lugar, sem que huma espere pela

E

outra;

13 Ord.d.tit.45. §.2.
& ibi Barb. n.5. Mend.
p.1.lib.4.cap.8. §.2.n.5.
Gom. tom.2. Var. cap.
2.n.39.

14 Ord.d. § 2 Per de
man. Reg. 2.p. cap.32.
n. 3.

15 Text.in L.Vendi-
tor.text.in L.Evieta re
ff. de evict text. in L.
Cum quaestio cod.cod.
Ord d.tit 45. §.3. & ibi
Barb.

16 Ord.d.tit.45. §.3.
& ibi Barbol.

1 Urfinus de Recon:
vent.cap.4.n.1.

2 Ord.in 3. tit.33. in
princip.& ibi Barb.n.1.
Mend.in prax.2.p.lib.3.
cap.8.n.12. Marant.de
Ord.judic.p 4.dift.6.n.
7. 10. & 12.

3 Ordin. d. tit. 33. in
princip. Marant. d.dift.
6.n.7.

4 Ordin. d. tit. 33. in
princip.verf. E quando?

5 Ord.d.tit.33. §.1.&
ibi Barb. n.1.

6 Ord.d.tit.33. §.1.&
ibi Barb. n.2. Mend. d.
lib.3 cap.8.n.5.

- 7 Ord. d. tit. 33. §. 2.
& ibi Barb. n. 3. Infig.
Barb. L. Qui prior n.
26. ff. de judic.
8 Ord. d. tit. 33. §. 3.
& ibi Barb. n. 2. Mend.
d. cap. 8. n. 11. Urfinus
cap. 16. n. 7.
9 Mend. d. cap. 8. n.
11. Barb. ad Ord. d. §. 3.
n. 2.
10 Ord. d. tit. 33. §. 4.
Urfin. de Reconv. c.
8. n. 11. Méd. d. c. 8. n. 7.
11 Ord. d. tit. 33. §. 4.
& ibi Barb.
12 Cap. Bona fides de
deposit. Ord. d. §. 4 & ibi
Barb.
13 Phœb 2. pareft. 1.
in fin. Mend. d. cap. 8. n.
10.
14 Ord. d. §. 4. & ibi
Barb. n. 5. Mend. d. cap.
8. n. 12.
15 Urfinus d. cap. 8.
n. 12.
16 Ord. d. tit. 33. §. 7.
& ibi Barb. n. 1. Mend.
d. cap. 8. n. 6. Marant. d.
dist. 6. n. 24.
17 Ord. d. tit. 33. §. 8.
& ibi Barb. n. 1. Mend.
d. cap. 8. n. 7. Card. in
prax. verb. reconventio
n. 11.
18 U. fin. d. Reconv.
cap. 20. n. 5. Canc. Var.
2. p. cap. 12. n. 47. Ord.
d. tit. 33. §. 8. in fin.
19 Cancer. d. cap. 13.
n. 55. Mend. dict. c. 8. n.
8. Per. de man. Reg. 1.
p. cap. 23. n. 4.
20 Ord. d. tit. 33. §. 6.
& ibi Barb. Urfin. cap.
17. n. 2.
21 Ord. d. tit. 33. §. 6.
Ur. n. d. cap. 17. n. 3.
22 Ord. d. §. 6. & ibi
Barb. Insignis Barb. in
d. L. Qui prior. n. 37.
Marant. d. dist. 6. n. 38.

outra : mas sempre a reconvenção correrá no mesmo (7) Juizo , em que o Reo he demandado , porque não he justo que o Author , pendendo a primeyra demanda , haja de ser molestado pelo Reo em outro Juizo. E quando o Reo reconvier o Author perante o mesmo Juiz , o Author o não poderá recusar , (8) porque tendo-o escolhido por Juiz na primeyra demanda , não he justo que o possa recusar ; salvo sobrevindolhe nova (9) inimizade , ou causa de recusação.

176 Ha porém algumas acções em que não cabe reconvenção ; como são as acções de (10) esbulho , guarda , (11) & deposito , (12) causas de execução , (13) & accusação de feyto crime (14) crimemente intentado ; porque estas acções são privilegiadas de direyto ; nem terá lugar em todas as causas , que não tem judicial disceptação , (15) nem se reduzem em Juizo por modo de acção.

177 Tambem não tem lugar nas causas de appellação ; (16) nem nos Juizes arbitros eleitos por ambas as partes ; (17) mas só tem lugar quando he escolhido o Juiz por vontade , & aprazimento (18) do Author : nem tem lugar quando o Reo com dolo , ou malicia procurar ser demandado perante o seu Juiz exempto , (19) para que depois o possa reconvir perante elle.

178 Nas causas , em que segundo a direyto , se deve proceder summariamente , terá lugar a reconvenção , quando for de tal qualidade em que summariamente (20) se deve proceder ; & se a reconvenção for tal que requeyra conhecimento ordinario , não se (21) poderá fazer , salvo se o Reo renunciar (22) o privilegio da reconvenção , & convier que ambas as acções corraão igual passo ; porque então poderá ter lugar a reconvenção , mas correrá cada hum a seu curso ; a reconvenção ordinariamente , & a acção do Author por via summaria , segundo a fórma de direyto , & quando o Reo quizer reconvir o Author , o fará primeyro citar para a reconvenção.

§. XIII.

Dos depoimentos.

179 **Q**ualquer das partes que litigaõ, poderá logo, que forem todos os artigos recebidos, & antes de se affinar dilaçaõ, se tiver jurado de calumnia, requerer a outra parte deponha (1) aos seus artigos, à qual o Vigario geral obrigará a que deponha (2) a cada hum de per si direymente, confessando, (3) ou negando o que nelles se contém, sob pena de se haverem os artigos por confessados; (4) & para dar o seu depoimento lhe assinará hora, & lugar certo, em que serão obrigados o Escrivaõ, & Enquetoedor achar-se, sob pena de mil reis, & de pagarem perdas, & danos ás partes, que por esta causa receberem. E não estando a parte na audiencia, a mandará o Vigario geral notificar para depor a certo termo sob a mesma pena, & recusando depor, ou não (5) depondo no termo assinalado, lhe haverá os artigos por confessados por despacho nos Autos.

180 **E** se a parte que ha de depor estiver fóra da Cidade, ou seu termo, se a outra parte pedir que deponha a seus artigos, o Vigario geral na carta de inquiriçaõ commetterá ao Commissario, que houver de tomar o depoimento a parte, que lho tome, & irá na dita carta clausula, que não depondo no termo da dilaçaõ, se lhe haveráõ os artigos por confessados; & se declarará mais na carta, que a parte que pede o depoimento tem jurado de calumnia; por não jurando primeyro, se lhe não concederá a carta; & não querendo depor a parte, constando por certidão na dita carta, o Vigario geral julgará os artigos por confessados, como acima fica dito.

181 **O** Vigario geral sobstará (6) na assinaçaõ da dilaçaõ quando antes della a parte pedir o depoimento da outra; porém pedindo-o depois de ser assinada se não sobstará; & tendo a que o pede jurado de calumnia, será a parte que se pede obrigada a depor dentro do termo da dilaçaõ. E quando o depoimento for pedido antes da prova, se da-

E ij

ra

1 Ord.lib.3.tit.53.5.

13.

2 Rodolph.in prax.1. p. cap.10.n.41.

3 Menoch.in prax.2. p.lib.2.cap.9. in Append.n.5. Barb.ad Ord.

d.tit.53. in princip.n.2.

4 Cap.2.de Confessis lib.6.& ibi Barbof.n.2.

Ordin. d.tit.53.5.13.& ibi Barb.à n.1. cum seq.

Mend.d. cap.9. in Append.n.6.

5 Ord.d.tit.53.5.13.

6 Ord.lib.3.tit.54.in princip.

7 Ordin. d. tit. 54. in princip.

8 Ord. d. tit. 53. §. 11. & ibi Barb. n. 1. cum seq. Cardos. in prax. verb. jurament. n. 7.

9 Rodolph. in prax. 1. p. cap. 10. n. 59. Ord. d. tit. 53. in princip.

10 Ord. d. tit. 54 §. 2. & ibi Barb.

11 Ord. d. tit. 53. §. 5. & ibi Barb.

12 Text. in L. In ambigua ff. de Reb. dub. L. Ut spōtum cod. de tras. act. Rodolph. d. cap. 10. n. 59.

13 Rodolph. d. c. 10. n. 59.

14 Text. in L. ult. in fin. ff. pro soc. L. ut usufruct. ff. Si usufruct. per tit. Rodolph. d. cap. 10. n. 59.

15 Rodolph. d. cap. 10. n. 59.

16 Ord. d. tit. 53 §. 7. & ibi Barb. Alt. Barb. in L. Eumque temere §. fin. n. 20. ff. de judic.

17 Ord. d. tit. 53. §. 12. & ibi Barbos. n. 1. & 2. Rodolph. d. cap. 10. n. 35.

18 Ordin. d. tit. 53. §. 12.

19 Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 53. §. 13. num. 9. Surd. decif. 55. n. 2.

20 Phœb. 1. p. areff. 91. Barb. ad Ord. d. tit. 53 §. 6. n. 3.

21 Orero de Palcuís cap. 32. à n. 17.

rá vista (7) delle à parte, pedindo-a; & se differ que he contente delle, & não quer dar mais prova, será lançada della, & se assinará dilação ao depoente, pedindo-a; & se differ que não he contente do depoimento, ou que só o a ceyta no que faz a bem de sua justiça, & quer dar mais prova, se lhe dará lugar a ella.

182 Porém a parte não será obrigada a depor a artigos criminosos, (8) de que lhe possa resultar pena, ou infamia nem a artigos fundados sobre cousa incerta, (9) ou que não pertençam (10) à causa de que se trata; nem aos que forem entre si contrarios, (11) obscuros, (12) & duvidosos, (13) & de facto, (14) alheyo de q. não tem razão de saber, & contrarios a direyto, (15) ou que forem sómente fundados em direyto commum, (16) ou por outra via taes, a que conforme a direyto se não deva depor.

183 E quando a parte tiver sufficientemente respondido aos artigos, não será mais obrigada (17) a depor a elles salvo se abertas as inquiricoens, elle fosse novamente informado da verdade por ellas, a qual antes não sabia por então, posto que já depuzesse aos artigos em tempo que não era sabedor da verdade, será obrigado a depor outra vez a elles, (18) se lhe for requerido, pela nova informação que depois houve da causa.

184 E sendo a causa sobre bens de raiz, pedindo-se depoimento pelo Author, ou Reo, sendo casados os que depõem, & se pedir de ambos o depoimento, ambos serão obrigados (19) a depor; & sendo a causa sobre bens moveis, (20) poderá o que requiere o depoimento escolher, ou o marido, ou a mulher para deporem aos artigos, & se quiser que deponhão ambos, se repartirão os artigos, & deporá o marido a huns, & a mulher a outros; & quando for demanda com alguma Comunidade, Collegio, & Mosteyro, & se lhe pedir o depoimento, não serão obrigados a depor todos os da dita Comunidade, mas sómente ella será obrigada a nomear até tres, (21) que tenham razão de saber do facto sobre que se litiga, para deporem aos artigos; & não os nomeando, ou não depondo no tempo, que se lhes assignou, se haverão os artigos por confessados na forma sobredita. E o depoimento também se pôde pedir a

perpetuan

do Arcebispo da Bahia.

perpetuam rei memoriam, na forma que se podem perguntar as testemunhas.

§. XIV.

Do juramento suppletorio.

185 **O** Juramento suppletorio se defere tẽdo o Author feyto meya prova (1) de sua acção, ou o Reo de sua excepção, (2) sendo para isso o Juiz requerido, (3) & lho dará em ajuda da sua prova, & com seu juramento ficará a prova inteirya: & aindaque expressamente lhe não seja pedido, se no libello do Author, ou na excepção do Reo se achar (4) a clausula geral, *Peto jus, & justitiam ministrari*, lhe poderá o Juiz deferir o tal juramento *ex officio*; o que haverá lugar tanto nos feytos civeis, (5) como nos crimes (6) civilmente intentados, se a quantia, ou cousa pedida não for de grande (7) valor; (o que se regulará (8) pela qualidade das pessoas litigantes) porque então não terá lugar o juramento (9) suppletorio.

186 E se julgará feyta meya prova por huma testemunha mayor de (10) toda a excepção, que deponha compriamente (11) do caso sobre que he a contenda, ou por confissão feyta pela parte fóra (12) de Juizo provada com duas testemunhas em tudo côtestes, ou por escritura privada provada (13) por comparação de letra, ou por qualquer outro modo, pelo qual segũdo a direyto se julga feyta meya prova: & quando se houver de deferir o tal juramento, sempre a outra parte será (14) citada.

187 E se o Author não for sabedor da cousa, nem tiver justa razão de o saber, aindaque a demanda seja sobre cousa de pequeno valor, & pouca quantia, não lhe será dado juramento, (15) mas será o Reo absoluto: nem lhe será também dado em caso algum, posto que faça muyta prova, se elle for pessoa torpe, (16) & vil, como se fosse perjuro, (17) homicida, (18) usurario (19) publico, condemnado por acção de furto, (20) excommungado, (21) blasfemo, ou (22) outra pessoa (23) semelhante; porque não he justo que por juramento de tal pessoa haja alguem de ser condemnado. E sendo taõ vil, & de tal qualidade a pessoa do Reo,

E iij

tambem

53

- 1 Rodolph. in prax. 2.p. cap.4.n.143. & n. 139 Ord.in 3. ut.52. in princip. Mend in prax. 1.p.lib.3. cap.12. §.5.n. 20.
- 2 Ordin. d.tit.52. in princip.
- 3 Ordin. d.tit.52. in princ. & ibi Barb.n.2.
- 4 Barb.ad Ord. d. tit. 52.in princip.n.3. Rodolph.d.cap.4. n. 145.
- 5 Ordin. d. tit. 52.in princip. Rodolph.d.c. 4. n.151.
- 6 Ordin.d. tit. 52. in princ.& ibi Barb. n.32. Cancer.Var.2.p. cap.8. n.17.
- 7 Ordin. d. tit. 52. in princip. & ibi Barb. n. 4. Mend d. §.5. n.20.
- 8 Ord. d. tit. 52. §. 1. Cancer.d. cap.8 n.23.
- 9 Ord.d.tit.52.in fin. princip.
- 10 Barbot.ad Ord.d. tit. 52.in princip.n.37. Mend.d. n.20. Cancer. d.cap.8.n.27.
- 11 Rodolph. d. cap 4.n.142.
- 12 Ordin. d.tit.52.in princ. & ibi Barb.n.39.
- 13 Ordin.d. t.52.in princip.
- 14 Barb.ad Ord.d.tit. 52.n.5.
- 15 Rodolph.d.cap.4. n.161.in fin.
- 16 Ord. d.tit.65. §.2. & ibi Barb. n.3.
- 17 Barb.ad Ord.d.tit. 52.in princip.n.27.]
- 18 Barb.ad Ord.d.tit. 52. §.2. n.3.
- 19 Barbot.d.tit.52.d. §.2.n.3.
- 20 Barbot.ad Ord. d. §.2.n.3.
- 21 Barb. d. tit.52. in princ.n.3. & ad §.2.n.3.
- 22 Barb.d. §.2.n.3.
- 23 De quibus Vide Barb.ad Ord.d. §.2.n.3.

bem se lhe não darà o juramento suppletorio, posto que tenha feyto meya prova sobre a sua excepção; que lhe fosse recebida: porèm em cada hum destes casos para mayor legalidade serà dado juramento à parte contraria, & segundado o tal juramento assim serà julgado: & este se poderá differir até a conclusão da causa.

188 Nas causas matrimoniaes (24) se não darà à parte juramento suppletorio, salvo a favor do Matrimonio; (25) nem nas que se moverem sobre estado (26) de Religião, nem nas beneficiaes, (27) nem nas de usuras, (28) nem nas que por ley, ou Estatuto se requiere certo numero (29) de testemunhas, nem nas em que se trata de provar costume, (30) prescripção, (31) interesse, (32) ingratidão, (33) ou impedimento de proseguir (34) a appellação; nem nas suspeyções; (35) nem quando se examinaõ testemunhas *ad perpetuam rei memoriam*; (36) nem quando se trata de provar a excepção de excommunhaõ (37) mayor; nem em outros muytos casos, (38) de que trataõ os Doutores.

§ XV.

Das dilaçoens que se daõ às partes para fazerem suas provas.

189 **T**anto que as partes tiverem articulado, & dado o seu depoimento, como acima fica dito, o Vigario geral lhes affinarà dilação, (1) para darem suas provas, que sempre serà commua a ambas as partes, por ter que huma só a peça. Quando as partes, ou alguma dellas houver de fazer sua prova nesta Cidade, ou seu termo, lhes affinarà o Vigario geral da primeyra dilação vinte (2) dias, & fazendo nella diligencia, se affinarà segunda de dez, (3) se a pedirem ambas (4) as partes, ou a que fez diligencia, (5) mostrando porèm por fé do Escrivão, que não esteve por elle não se perguntarem todas as testemunhas, ou por causa de algum justo impedimento (6) que tivessem, pelo qual mereção serlhes reformada a dilação; ou se for parte a que compita o beneficio da restitução, (7) porque a esta se lhe reformarà a dilação na fôrma (8) de direyto.

190 E todas as vezes que constar ao Vigario geral, que

- 24 Barb. ad Ord. d. tit. 52. in princ. n. 9. Rodolph. d. c. 4. n. 16. ad med.
25 Barb. ad Ord. d. tit. 52. d. n. 9.
26 Barb. supr. n. 10.
27 Barbof. supr. n. 11. Rodolph. d. n. 161.
28 Barb. supr. n. 12. Rodolph. d. n. 161.
29 Rodolph. d. n. 161.
30 Barb. ad Ord. d. tit. 52. in princip. n. 15.
31 Barb. supr. n. 17. Rodolph. d. n. 161.
32 Barb. d. n. 17. Rodolph. d. n. 161.
33 Barb. supr. n. 16. Rodolph. d. n. 161.
34 Barb. supr. n. 24.
35 Barbof. supr. n. 21. Cab. 1. p. dec. 45. a princip.
36 Ba b. supr. n. 19. Rodolph. d. n. 161.
37 Barbof. supr. n. 14. Rodolph. d. n. 161.
38 De quibus Barbof. ad Ord. d. tit. 52. in princip. a n. 9. cum seq. Rodolph. d. cap. 4. a n. 158. usque ad n. 162.
1 Ord. in 3. tit. 54. §. 1. & ibi Barb. Mend. 1. p. lib. 3. cap. 12. & 2. p. lib. 3. cap. 12. Card. in prax. jud. verb. dilatio.
2 Ord. d. tit. 54. §. 1. & ibi Barb. n. 2.
3 Ord. d. §. 1. in fin.
4 Ord. d. tit. 54. §. 9.
5 Mend. 1. p. lib. 3. c. 12. n. 1.
6 Ord. d. tit. 54. §. 9. & ibi Barb. n. 2. Mend. d. cap. 12. n. 1.
7 Ord. d. §. 9. Barb. d. tit. 54. in princip. n. 2. Mend. d. 2. p. lib. 3. cap. 12. n. 1. & 2.
8 Fortia de Restitut. in integr. q. 16. n. 41.

que na primeyra, & segunda dilação se fez toda a diligencia possível, & se não puderaõ perguntar as testemunhas, poderá conceder mais cinco (9) dias para a terceyra dilação, com denegação de mais tempo, & não poderá conceder mais alguma para a terra: & sempre que se affinar a dilação, ou reformar, serão as partes citadas, (10) ou seus Procuradores.

191 Acabada a dilação da terra, & tendo as partes protestado por tempo para fóra até a primeyra audiencia, pedirão dilação para fóra, nomeando todos os lugares, & partes para onde a pedem, jurando primeyro que a pedem bem, & verdadeyramente, & não a fim de dilatar a causa, & a parte requerer o tal juramento, & o Vigario geral os lançará da prova da terra, & lhes affinará para todos os lugares termo competente (11) na forma abayxo declarada, não lhes affinando mais que hum só termo para todas as partes; & até a segunda audiencia tirará cada hum das partes sua carta de inquirição, ou commissão, & se não tirar no dito tempo por sua culpa, será lançada da prova de fóra por esse mesmo feyto.

192 E sendo a dilação que se der para se dar a prova em algum lugar, ou lugares deste Arcebispado, como os mais delles estejaõ muyto distantes desta Cidade, & sejaõ as jornadas para elles muyto custosas, tanto por mar, como por terra, & nem todo o tempo seja conveniente para se fazerem, ordenamos, & mandamos, conformandonos com o estylo que achamos neste nosso Auditorio, que pedindo-se dilação para se fazer a prova em alguma parte do reconhecido deste Arcebispado, & commissão para algum dos nossos Vigarios da Vara, lhes affinará às partes que a pedirem o nosso Vigario geral quarenta dias: & pedindo-se para os Ilheos, ou Camamù, ou Itapecurù, & seus distritos, tres mezes; & para a Cidade de Ceregipe d'ElRey quatro mezes; & havendo de se fazer a prova em outra alguma parte deste Arcebispado fóra das referidas, o nosso Vigario geral lhes affinará o termo que lhe parecer (12) conveniente, attendendo à sua distancia, & falta de commercio.

193 E se a dilação se houver de dar para os Bispados do Rio de Janeyro, ou Pernambuco, se affinarão nove mezes;

9 Pelleg. de Offic. Vi. car. p. 2. sect. 2. subsect. 3. n. 5. & in prax. servatur.

10 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 13. vers. Porém, & ibi Barb. n. 4. & n. 5.

11 Ord. d. tit. 54. §. 1. §. 10. & §. 11. Mend. 2. p. lib. 3. cap. 12. n. 7.

12 Deducitur ex Ord. in 3. d. tit. 54. §. 3. & ibi Barb.

mezes ; & para Angola ; ou Ilha de S. Thomè, hum anno, que correrà do tempo que partir a primeyra embarcação para os taes Bispados. E se a dilação se pedir para algum dos Bispados do Reyno de Portugal , se affinarão dezoyto mezes, que principiarão a correr da partida da primeyra embarcação que para elle for em direytura. E o mesmo termo se affinarà para as Ilhas suffraganeas ao Arcebispa- do de Lisboa. E quando se pedir dilação para outras par- tes, Reynos, & India, o nosso Vigario geral lhes concederà

13 Ex Ord. d. §. 3. & ibi Barb.

14 Ord. d. tit. 54. §. 9. & ibi Barb. n. 1.

15 Ord. d. §. 9. & ibi Barb. n. 2.

16 Ord. d. tit. 54. §. 12.

17 Ord. d. tit. 54. §. 12. vers. E com esta , & ibi Barb. n. 1.

18 Ord. d. §. 12. Pcl. leg. de Offic. Vicar. 2. p. sect. 2. subsect. 7. n. 16.

19 Ord. d. tit. 54 §. 13. Phleb. 2. p. arett. 18. Mend. 2. p. lib. 3. cap. 12. n. 7.

20 Ord. d. §. 13. & ibi Barb. Cabed. 1. p. arett. 39.

por termo o tempo que lhe parecer, (13) segundo a distan- cia do lugar , & qualidade do negocio; attendendo, que nas dilaçoens de fóra se não affina mais que huma só peremp- toria , salvo consentirem (14) ambas as partes, em que se reforme ; ou quando alguma parte pedir a reformação por via de restituição , tendo-a ; ou provando-se taõ legitimo impedimento (15) que segundo a direyto se deva reformar.

194 E sendo o lugar para onde se pede a dilação , & carta , distante deste Arcebispaço, & fóra delle mais de cem legoas , ou seja em feyto civil ; ou crime , antes de lhe ser concedida , o Vigario geral mandarà que declare os ar- tigos (16) que pretende provar nos ditos lugares , & com a declaração que disso fizer mandarà ir o feyto conclusõ com as inquiriçoens que forem tiradas neste nosso Arce- bispaço , & achando que a parte não tem necessidade (17) de tal dilação , ou pelos artigos não serem relevantes , (18) ou por já estarem provados nos autos, a não concederà, co- mo tambem no caso em que a parte queyra confessar os ditos artigos.

195 E quando a dilação se conceder para qualquer parte fóra deste Arcebispaço, Rio de Janeyro , & Pernam- buco , attendendo às grandes dilaçoens que em outra qual- quer parte ha de haver pelas suas largas distancias , & falta de Correyos; ordenamos , & mandamos que affinado ter- mo conforme a distancia for, & tendo primeyro a parte ju- rado , (19) & nomeado as testemunhas q̃ pretende dar em sua prova, o Vigario geral não cõsentirà se retarde o feyto , mas o mandarà continuar , & processar até final , & se des- pacharà finalmente (20) em Relação , segundo se achar provado pelo feyto , & inquiriçoens que se tiverem tirado nesta

nesta Cidade, & Arcebispo, Rio de Janeiro, & Pernambuco, sem se esperar a tal inquirição.

196 E sendo condemnatoria a sentença que se der, & a parte requerer se dê á execução, sendo passada em causa julgada, assim o mandará o Vigário geral, dando primeyro o vencedor fiança (21) segura, & abonada, pela qual se obrigará, que se depois que vierem as inquirições se revogar (22) a dita sentença, tornará a causa q' assim recebo com as custas; & sendo a tal sentença absolutoria, (23) mandará o Vigário geral ajuntar as ditas inquirições, & de novo apontar de direyto, & achando-se em Relação que está bem julgado, se confirmará a sentença.

197 E o sobredito não haverá lugar, quando a demanda for sobre delicto, contrato, ou outras (24) cousas que se fizerão nas ditas partes, porque se sobstará na causa, & se não dará sentença até virem as inquirições, ou serem lançadas as partes, que pedirão a tal dilação, porque neste caso não he razão presumir a pedem por malicia; & também se sobstará nos casos precedentes quando o Author, & Reo consentirem; (25) & quando ambos quizerem fazer suas provas nos taes lugares, & ambos pedirem a mesma dilação.

198 Quando nos feytos crimes os Authôres accusando alguns Reos, que por suas denunciações, querelas, & accusações são prezos em nossas prizoens, ou se livrão com carta de seguro, ou sobre fiança, pedirem dilações para fóra do Reyno, tendo já dado prova contra os ditos Reos; o Vigário geral mandará lhe vâ o feyto concluso, & verá as inquirições, & por ellas verá se a dilação pedida se deve conceder, ou não, ou se puzeraõ os q' a pedem caução (26) de ouro, ou prata, que perderão para o Reo, não vindo, ou não provando o que pretendiaõ pela dita dilação, & assim o mande, & pronuncie. Porém quando o Reo (27) a pedir, sempre lhe será concedida.

199 E se alguma das partes pedir dilação para fóra do Arcebispo, & podendo, não der testemunhas no lugar, ou lugares para que a pedir, será condemnada nas custas do retardamento (28) em dobro; pois se vê claro, que não pedio bem a tal dilação, & carta de que não usou.

200 Quando

21 Ord. d. §. 13. verfi.
E sendo.

22 Ord. d. §. 13. verfi.
E sendo.

23 Ord. d. §. 13. verfi.
E sendo.

24 Ord. d. §. 13. verfi.
Porém.

25 Ord. d. §. 13. verfi.
E bem assim.

26 Deducitur ex pra-
xi relata per Mend. l. p.
lib. 3. c. 12. n. 3.

27 Ord. d. tit. 54. §. 14.
verfi. E o se o Reo.

28 Ord. in 3. tit. 20. §.
37. & ibi Barb. n. 1.

29 Scac. de judic. lib.
2. c. 3. q. 6. n. 157. Mar.
de Ord. judic. 6. p. aet.
3. n. 18.

200 Quando nas dilaçoens assignadas ao lugar do Juizo sobrevier festa do Natal, Paschoa, & Pentecoste; ou outro algum tempo feriado, que consuma as ditas dilaçoens, (19) ou a mayor parte dellas, não correrão nos taes dias; mas quantos nellas entrarem, tantos serão reformados às partes, para darem suas testemunhas.

§. XVI.

Das testemunhas que hão de ser perguntadas.

1 Text. in cap. Cum
causam de testib. Barb.
ad Ord. lib. 3. tit. 55. §.
2. n. 1. Menoch. de arbi.
tr. lib. 2. Centur. 2. cal.
249.

2 Ord. d. tit. 55. §. 2. &
ibi Barb. n. 2.

3 Ord. d. tit. 55. §. 5. &
ibi Barb.

4 Ord. d. tit. 55. §. 3. &
ibi Barb.

5 Facit Ord. d. tit. 55.
§. 6. & ibi Barb. n. 1. Ca-
bed. 1. p. decis. 15. n. 2.
Phœb. 1. p. areff. 30.

6 Ord. d. tit. 55. §. 6. &
ibi Barb. a n. 6. cum seq.
L. Quoniā liberij Cod.
de testib.

7 Ord. d. §. 6.
8 Ordin. d. §. 6. & ibi
Barb. n. 9.

201 **N**enhuma parte poderá dar, & nomear a cada hum artigo, quando forem em si diversos, mais que dez (1) testemunhas, & quando sómente tiver hum artigo para provar, ou tiver muytos de huma mesma substancia, & caso, não poderá dar ao artigo, ou artigos mais que vinte (2) testemunhas por todas; & se a todos os artigos, posto que em si sejaõ diversos, quizer nomear, & dar vinte testemunhas, podello-ha fazer, & serlhe-hão perguntadas, & mais não; & sendo perguntadas mais testemunhas, que as do numero sobredito, depois que o numero for cheyo, sejaõ (3) nenhuma.

202 **E** nos feytos das injurias verbaes se perguntarão por cada hum artigo, posto que em si sejaõ diversos, até sete (4) testemunhas, & mais não; & se for sómente hum artigo, ou petição que não seja articulada, se poderão dar até dez testemunhas, & mais não.

203 **E** requerendo alguma das partes ao Vigario geral que algumas testemunhas venhão perante elle para testemunharem, ou serem reperguntadas, & ao dito Vigario geral parecer (5) necessário, segundo a qualidade da causa, & as testemunhas forem de tal qualidade, que possaõ vir de suas terras testemunhar perante elle; a parte que isto requerer (6) pagará às ditas testemunhas as despesas que em sua vinda, estada, & ida dispendêrem, contralhes de caminho a seis legoas (7) por dia, & mais o que de seus officios perderem, (8) por virem testificar fóra de suas casas, & terras, para o que a parte que isto requerer, depositará logo em Juizo dinheyro bastante para as ditas despesas,

despezas, primeyro que as testemunhas sejaõ chamadas, (9) para que se não detenhão por causa da paga; & sendo o crededor o que assim as fizer vir, serlhe-ha contada com as custas a dita (10) despesa. E o mesmo se guardará nas testemunhas de vista dos desposorios, matrimonio de presente, ou impedimento que a elle se ponha, que nosso Provisor, & Vigario geral mandarem vir de fóra, para serem perguntadas conforme seu Regimento.

204 E se o Author antes de começar a demanda requerer ao Vigario geral que lhe sejaõ perguntadas algumas testemunhas sobre a couza que pertende demandar, allegando saõ muyto velhas, (11) ou enfermas de enfermidade (12) perigosa, ou que estão de caminho para fóra deste Arcebispado, como para o Reyno, & outras partes remotas, & q̃ seus ditos estejaõ em segredo (13) até seu tẽpo; o Vigario geral se informará (14) primeyro da dita velhice, enfermidade, ou longa ausencia, & as mandará perguntar, sendo primeyro a parte (15) citada para as ver jurar na fórmula de freyto.

205 E se por parte do Reo for feyto semelhante requerimento, lhe serãõ perguntadas as testemunhas (16) que nomear, citada a parte, posto que não sejaõ velhas, ou enfermas, nem se queyraõ ausentar, porque o Reo não sabe quando se lhe moverá a demanda, & poderá perecer sua justiça, não lhe sendo perguntadas as testemunhas; & em um, & outro caso se guardarãõ os ditos das testemunhas errados em segredo, & assim estarãõ até o tempo da prova.

206 E não estando a parte, que houver de ser citada para ver jurar testemunhas, no lugar aonde haõ de ser perguntadas, nem ali tiver mulher, nem filhos, ou familiares que se haja de notificar, & estiver taõ longe, que havendo de ser citada em sua pessoa, poderião as testemunhas partir, ou falecer, em tal caso se perguntarãõ sem a parte ser citada, (17) ficando-lhe seu direyto reservado para lhe pôr as contradictas que tiver, para o que dentro de hum anno (18) se notificará a parte, ou se moverá a demanda sobre que as testemunhas foraõ perguntadas, & neste caso em que a parte não pôde ser citada, não serãõ perguntadas senão

9 Ordin. d. §. 6. & ibi Barb. n. 10. Grat. For. cap. 57. n. 6.

10 Ord. d. §. 6.

11 Cap. Quoniam frequenter ut lite non contestat. & ibi Barb. n. 3. cum seq. Ord. d. in. 55. §. 7. & ibi Barb. n. 1.

12 Text. in d. c. Quoniam, & ibi Barb. n. 9. Ord. d. §. 7. & ibi Barb. n. 7.

13 Ord. d. §. 7.

14 Ord. d. §. 7.

15 Ord. d. §. 7. & ibi Barb. n. 9. c. Significavit de testib.

16 Text. in d. cap. Significavit. Ord. d. tit. 55 §. 8. & ibi Barb.

17 Ord. d. tit. 55 §. 9.

18 Text. in d. c. Quoniam, & ibi Barb. n. 11. Felin. in cap. 2. n. 13. de testib.

60 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

senão testemunhas conhecidas pelo Vigario geral, Escrivão, ou Enqueredor, ou ao menos de huma pessoa fidedigna.

207 Toda a pessoa poderá geralmente ser testemunha (19) & em todo o caso que for nomeada será perguntada aindaque antes de ser perguntada lhe seja posta contradicta, salvo sendo tal pessoa, que conforme a direyto não pôde ser testemunha, (20) ou geralmente em todos os casos ou especialmente naquella de que se trata; porque estas taes não serão perguntadas, como se declara no Regimento do Enqueredor.

208 Quando algumas pessoas nomeadas por testemunhas não quizerem testemunhar, o Vigario geral, ou Juiz da causa as compellirá, a que testemunhem com censuras (21) & mais penas, (22) que sua desobediencia merecer; aindaque seja prendendo-as, (23) sendo pessoas em que cayba prizaõ.

§. XVII.

Do lançamento da prova, embargos a elle, & das contradictas, & reprovadas.

209 **A** Cabadas as dilaçoens se lançaõ de mais prova as partes verbalmente em audiencia pelo Vigario geral, ou Juiz da causa, & se alguma dellas pedir vista para embargos ao lançamento, se lhe mandará dar, & virá (1) com elles á primeyra audiencia, & não vindo com elles, ou não os tendo, mandará dar rol de testemunhas as partes para virem com embargos de contradictas (2) que tiverem as ditas testemunhas até á primeyra audiencia; & vindo as partes com elles, mandará o Vigario geral ao Escrivão do feyto que logo os ajunte aos autos & a elles por linha as inquiriçoens, & lhe faça tudo concluso. E o Escrivão será obrigado a levar os autos em pessoa (3) ao Vigario geral, para que se não vejaõ as inquiriçoens que vão appenlas, por estarem ainda em segredo seus ditos

210 E sendo as contradictas de receber, o Vigario geral ou o Juiz da causa as receberá, ou artigos dellas que parecer, & assinará a ellas cinco (4) dias de prova; & não as recebendo o Vigario geral, haverá logo as inquiriçoens por abertas

19 Text. in L. 1. in fin. princip. ff. de testib. Ord. in 3. tit. 56. in princip. & ibi Barb.

20 Vide Ordin. d. tit. 56. & ibi Barb. Phœb. 1. p. decis. 91. Cab. 2. p. arest. 9. Maced. dec. 56.

21 Cap. Cùm Super. c. Cùm contra de testib. cogend. Barb. in d. cap. Cùm super n. 1. & 2.

22 Text. in L. Unica Cod. Si quis judicenti non obtemper. Pelleg. in prax. Vicar. p. 4. sect. 5. n. 17.

23 Pelleg. d. sect. 5. n. 19. Farinac. in prax. lib. 3. tit. 8. q. 78. n. 41.

1 Text. in L. Orat. ff. de ferijs. Mend in prax. 1. p. lib. 3. cap. 14. §. 1. n. 6. Paz in prax. 1. p. tom. 1. temp. 8. n. 130.

2 Mend. in prax. d. lib. 3 cap. 15. Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 58. Marant. de Ord. judic. p. 6. act. 13.

3 Ord. lib. 1. tit. 26. §. 9. Peg. tom. 3. in d. §. 9. Glol. 11. n. 2.

4 Per styl. de quo Caminh. Annor. 43. na palavra, Despach. v. Recto.

bertas, & publicadas, & de seu mandado o Escrivão, juntas as inquirições aos autos, dará vista aos Procuradores das partes, para virem com suas razões a final.

211 A cada hum artigo das contradictas, que forem recebidas, se não darão mais que tres testemunhas; (5) & sendo muytos artigos recebidos de diversas causas, poderão dar a cada hum tres testemunhas, o que se observará assim nos feytos civeis, como crimes, & serão avisados os Escrivãos, & Enqueredores que não perguntem mais que tres testemunhas a cada hum artigo, sob pena de perderem ambos o seu salario, & escrita, & os ditos das testemunhas que de mais forem tiradas, serão (6) nenhuns.

212 E das testemunhas que a parte der em prova de suas contradictas poderá a outra parte, depois de perguntadas, pedir os nomes dellas, que lhes serão dados, para vir com embargos de reprovos (7) até a primeyra audiencia; & sempre nestes casos se haverão as partes, ou seus Procuradores por citados (8) para ver jurar testemunhas, das quaes de reprovos se não dará vista à parte côrraria, & na prova dellas se procederá na fôrma das contradictas, como acima fica dito.

213 Nas cartas que se passarem para fóra do Arcebispo para lá se tirarem inquirições, irá commettido aos Vigarios geraes dos outros Arcebispos, ou Bispos, onde se houverem de tirar, que vindo as partes perante elles com contradictas ás testemunhas, em fôrma que procedaõ, ellas receberão, & o mesmo farão nas reprovos, (9) se com ellas vier a outra parte, & lhes assinarão para isso o tempo conveniente para dar prova a ellas, não bastando o tempo que lhe foy assinado de dilação para prova da causa principal. E cada huma das partes será obrigada a mandar certidão como foy admittida à prova das contradictas, & reprovos, declarando-se nella o tempo, que lhe foy assinado: & será entregue ao Escrivão dos autos, que a juntará a elles; porque não seja cada huma das partes lançada de mais prova, vindo a outra requerer lançamento em quanto durar o tempo, que lhe foy dado para prova das contradictas, ou reprovos.

214 E quando o Vigario geral, ou Juiz que conhecer

F

da

5 Ord. d. tit. 58. §. 4.
Mend d.l. 3. cap. 13. n.
11. Mar. d. act. 13. n. 3.

6 Facit. Ord. in 3. tit.
55 §. 5. & ibi Barb.

7 Pelleg. in prax. Vi-
car. 2. p. sect. 2. subsect.
10. n. 1. vers. quoad pri-
mum. Marant. d. act. 13.
n. 2.

8 Ordin lib. 3. tit. 1. §.
13. vers. Porém; & ibi
Barb. n. 4. & num. 5. alia
Ord. d. lib. 3. tit. 62. §. 1.
vers. Sem as partes.

9 Consonat Ord. lib.
3. tit. 58. §. 1. & ibi Barb.
num. 1.

62 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*
da causa, não receber as contraditas *ex causa*, poderá
aggravar delle as partes para nossa Relação.

§. XVIII.

Das sentenças interlocutorias, & definitivas.

1 Ord. lib. 3. tit. 65. in
princip. & ibi Barb. n. 1.
Marant. de Ord. judic.
p. 6. action. 1. n. 2.

2 Ordin. d. tit. 65. in
princip. & ibi Barb. n. 3.
Marant. d. action. 1. n. 7.
Card. in prax. verf. Ju-
dex n. 66. & 67.

3 Ordin. d. tit. 65. in
princip. & ibi Barb. n. 5.
Marant. d. n. 7. Caldas q.
forens. lib. 1. q. 9. a n. 10.

4 Ord. d. tit. 65. §. 1. &
ibi Barb. n. 1. Cald. d. q.
9 n. 9.

5 Ord. d. tit. 65. §. 1. &
ibi Barb. n. 2.

6 Ord. d. §. 1. Cald. d.
n. 9.

7 Ord. d. §. 1. verf. E
bem assim, & ibi Barb.
n. 3.

8 Ord. d. §. 1. verf. Po-
tem.

9 Ordin. d. tit. 65. §. 2.
Cabed. 1. p. decil. 59. n.
3. Pereyr. dec. 68. n. 11.

10 Ord. d. tit. 65. §. 2.
verf. E. se o Juiz. Per. d.
decil. 68. n. 11.

215 **S**entença interlocutoria se (1) diz em direyto
qualquer sentença, ou mandado que o Juiz da
ou manda em qualquer feyto, antes de se proferir senten-
ça definitiva, antes da qual poderá o Juiz revogar (2) a
sentença interlocutoria; porque depois de dada a senten-
ça definitiva, não poderá por elle ser mais revogada (3) a in-
terlocutoria, por ser dado fim a todo seu Juizo pela defi-
nitiva.

216 Porém quando a sentença interlocutoria for t-
que ponha fim ao Juizo, & processo, & tenha força de d-
nitiva; assim como, se julgar que não procede (4) o libell-
ou absolver o Reo (5) da instancia, ou não receber o A-
tior a demanda, ou outro caso semelhante; não poderá f-
por elle revogada, (6) porque em cada hum destes cas-
deo fim o seu Juizo, & não pôde proceder mais nelle.

217 E quando de alguma sentença definitiva for receb-
da a appellação, (7) se não poderá revogar depois a tal i-
terlocutoria, pela qual se recebeu a appellação; porém se
do a interlocutoria de denegação da appellação da sente-
ça definitiva, se poderá revogar (8) & receber a appell-
ção em ambos os effeytos, se parecer he de direyto rece-
tível, & isto a todo o tempo antes de ser a sentença entri-
gue a parte.

218 E poderá a sentença interlocutoria ser revoga-
a requerimento da parte até (9) dez dias contados do
que foy dada; porém se o Vigario geral de seu motu p-
prio, sem requerimento de parte, a quizer revogar, o p-
derá fazer a todo o tempo, (10) achando q por direyto n-
foy justamente dada; com tanto que a revogue antes da se-
tença definitiva, & de ir o feyto concluso a Relação, & q
a interlocutoria seja tal, que conforme a direyto possa
revogada.

219 Por

219 Porém se a sentença interlocutoria estiver mandada executar, (11) já dahi em diante se não poderá revogar, salvo de consentimento de ambas as partes, porque como pela tal sentença, mandada executar, esteja já adquirido direyto à parte por quem se deo, se não permite (12) variar sem seu consentimento.

220 E posto que seja appellado da sentença interlocutoria pela parte que se sentir aggravada, sempre poderá ser revogada (13) por quem a deo, posto que a tal sentença, conforme a direyto, seja appellavel; por quanto a appellação interposta da sentença interlocutoria não impede o poder-se revogar, & ainda pelo successor do que a deo. E hũa vez revogada, o não poderá ser outra vez em outra (14) rma.

221 A sentença definitiva he hum acto judicial, pelo qual se põem fim à causa (15) principal; & para esta se vir proferir, se examinará com toda a diligencia todo o processo, assim o libello, (16) como a contestação, artigos, depoimentos, inquiriçoens, papeis, & documentos juntos, as razoens de huma, & outra parte; & como for o Juiz instruido dos merecimentos da causa (pondo de parte odio, affeyção, temor, (17) ou esperança de (18) prezo) pezarà em fiel balança (19) a justiça de huma, & outra parte, & tendo sómente a Deos diante dos olhos (20) dará sua sentença definitiva, conforme o allegado, & prova, & será clara, (21) & certa em certa quantidade, ou cercoza; & não condicional, por palavras proprias; (22) intelligiveis, que tenhaõ seu proprio sentido, declarando lla os fundamentos, & razoens (23) em que se funda pacondemnar, ou absolver; & não julgarà mais do que he pedido pelo (24) Author, quanto ao principal, porém quantàs custas, frutos, & interesse, póde julgar aquillo que se mostrar pelo feyto, que accresceo depois da lide contestada (25) em diante, (posto que pela parte não seja pedido) r pertencer ao Officio do Juiz.

222 Depois que hũa vez for dada sentença definitiva em hum feyto, & for publicada, ou dada ao Escrivão para lhe r termo de publicação, se não poderá mais revogar, (26) dando outra contraria pelos mesmos autos, & dando-se

F ij

será

11 Ord.d. tit. 65 § 3.
Per.d. dec. 68. n. 12 Me.
noch de arbit. centur.
1. cal. 51. n. 30. & 31.
12 Per.d. decif. 68. n.
12. Fragol. de Regim.
Reipub. 1. p. lib. 4. dulp.
10. §. 4. n. 233.

13 Ord. d. tit. 65 § 4.
Per. dec. 68. n. 12. Frag.
d. §. 4. n. 232.

14 Ord. d. tit. 65. § 7.

15 Scac. de sent. & re
judic. glos. 14. q. 2. n. 1.
Fragol. dict. dulp. 10. §.
4. n. 214.

16 O. d. lib. 3 tit. 66. in
princip.

17 Cap. 1. de re judic.
lib. 6. Paz in prax. 1. p.
tom. 1. temp. 1. i. n. 6.

18 Cap. Pauper. 11.
q. 3. Paz dict temp. 11.
n. 7. cum seq.

19 Cap. 1. de re judic.
lib. 6. Paz d. temp. 11.
n. 10.

20 Dict. cap. 1. de re
judic. Paz d. n. 10.

21 Ord. d. tit. 66. §. 2.
Paz d. temp. 11. n. 12.

22 Paz d. n. 12.

23 Ord. d. tit. 66. §. 7.
& ibi Barb. Mend. in
prax. 1. p. lib. 3. cap. 1.

24 Ord. d. tit. 66. §. 1.
& ibi Barb. n. 2. Maced.
decif. 58. n. 2. Oliv. de
For. Eccles. 2. p. q. 2. n.

54.
25 Ord. d. §. 1. vers. E
quanto. & ibi Barb. n.
3. Phœb. 1. p. decif. 74.
n. 11. & 12.

26 Ord. lib. 3. tit. 65.
in princip. & ibi Barb. n.
5. altera Ord. d. lib. 3. tit.
66. §. 6. & ibi Barb. n. 3.

27 Ord.d.tit.66.§.6.
verf. E se depois.

28 Ord.d.tit.66.d.§.
6.verf. Porém, & ibi
Barbol.n.5.Reynol.ob-
servat.67.n.15.

29 Ord.d.§.6.verf. E
da dita. & ibi Barb.ad
L. Si quis intentione
ambig.n.126.ff.de jud.

ferá nulla; salvo se a primeyra for revogada (27) por via de embargos, taes, que pelo allegado nelles se deva, conforme a direyto, revogar. E se a sentença tiver algumas palavras escuras, & intrincadas, bem se poderá declarar, (28) & interpretar pelo Juiz, conforme a direyto, & da declaração, ou interpretação poderá a parte que se sentir agravada appellar (29) no termo de direyto, sendo caso que requeira a sua lugar a appellação.

§. XIX.

Da condemnação das custas.

223 Quando se der sentença final em qualquer caso, sempre se condemnará nas custas, ao menos do processo, (1) assim ao Reo quando for vencido, como ao Author quando o Reo for absoluto, sem dellas ser relevada cada huma das partes, posto que pareça que cada uma dellas teve justa causa para litigar; (2) salvo entre as pessoas em que conforme nossas Constituições não haverá custas; [3] & das pessoas (4) poderão ser escusas, se tiverem justa causa de litigar. E sendo achado o vencido em malícia, será condemnado (5) nas custas em dobro, ou tresdobro, segundo a malícia em que for achado: o que ficará em arbitrio do Juiz.

224 E se o Author pedir muytas cousas em seu libello, & o Reo for sómente condemnado em parte, & em parte absoluto; será o Reo condemnado nas custas pela parte (6) em que foy condemnado no principal, & o Author pela parte em que o Reo foy absoluto, respeitanto sempre se houve malícia, (7) ou ignorancia no demandar, ou justa razão de litigar, como acima fica dito; & sempre na sentença se declarará em que parte (8) ficou o Reo, & o Author condemnados nas custas; & o mesmo modo haverá de condemnar nas custas da reconvenção.

225 Entre pay, (9) mãy, filho, ou filha, ou genro, & sogro em quanto está casado com sua filha, & ambos fazerem vida marital, vivendo em huma casa juntamente, não haverá custas pessoais, & sómente as poderá haver do processo com

1 L. Properadum 11.
§. Sin autem. Codic. de
judic. Ord. lib. 3. tit. 67.
in princip. & ibi Barb.
n. 1. Paz in prax. 1. p.
tom. 1. temp. 4. n. 37.

2 Ordin. d. tit. 67. in
princip. & ibi Barb. n. 5.
Barb. in L. Eum qui tem-
erè. n. 77. ff. de judic.

3 Ordin. d. tit. 67. in
princip. Temmen. de
Litium expens. c. 5. per
tot.

4 Ordin. d. tit. 67. in
princip. verf. E das cus-
tas. & ibi Barb. n. 6.

5 Ord. d. tit. 67. §. 1. &
ibi Barb. n. 1. Temmen
de Litium expens. cap.
8. n. 12.

6 Ord. d. tit. 67. §. 2. &
ibi Barb. Alter Barb. in
d. L. Eum qui temerè. n.
117.

7 Ordin. d. §. 2. & ibi
Barb. Alter Barb. in d.
L. Eum qui temerè. n.
120.

8 Ord. d. §. 2. verf. E
em semelhante.

9 Ord. d. tit. 67. §. 4. &
ibi Barb. Peg. For. cap.
16. n. 120.

como acima dissemos; porém se o matrimonio for separado entre genro, & filha por morte, ou sentença do Juiz Ecclesiastico, quer perpetuamente, quer a tempo certo, & durante o dito tempo houver alguma demanda entre sogro, & sogra, & o dito genro, guardar-seha entre elles a regra que se guarda entre os estranhos, como acima fica dito.

226 A parte que desistir da causa nos termos que o direyto lhe permite, será condemnada nas custas do processo. E as custas feytas no depósito que se fez contra vontade do acredor, que tinha justa causa de recusar receber o dinheyro, as pagará aquelle que depositou; (10) & regularmente todo aquelle que pedir que se faça alguma coula, he que deve (11) pagar as custas que nisso se fizerem.

227 Tambem pôde haver condemnação das custas antes da sentença definitiva; como quando se vem com embargos de sobornação, falsidade, restituição, contraditas, embargos a alguma sentença, Alvará, ou carta que se tratar incidentalmente; porque nestes casos não os recebendo o Vigario geral, deve condemnar o embargante nas custas (12) do retardamento; & o mesmo, vindo-se com artigos de excommunhaçõ, ou incompetencia, ou allegando qualquer outra excepção semelhante, cujo fim não he para absolver, nem condemnar na causa principal.

§. XX.

Das Appellações, & Aggravos.

228 Como regularmente he licito appellar de toda a sentença, em que a appellação se não acha prohibida (1) em direyto; se a parte que se sentir agravada da sentença quizer appellar, o fará tanto que for publicada em audiencia pelo nosso Vigario geral até dez (2) dias continuos; os quaes estando a parte contra quem se deo presente, ou seu Procurador, se contarão do dia da publicação; (3) & estando a parte, ou seu Procurador ausentes ao tempo, q se lhe publicar a sentença, começarão a correr os dez dias do tempo que qualquer delles for sabedor (4) da publicação, o que se verificará por seu juramento; & ain-

F iij

daque

10 Peg. d. cap. 16. n.

113 Mend in prax. 2. p. lib. 4. cap. 8. n. 48 & 49.

11 Peg. d. cap. 16. n.

115. Cabed. p. 1. dec. 83. n. 2.

12 Ord. lib. 3. tit. 26.

§. 37. & ibi Barb. n. 1.

1 L. Maioribus Cod. de appellat. Scac. de appellat. q. 17. n. 1. Mend. in prax. 1. p. lib. 3. cap. 19. n. 1. Barb. ad Ord. in 3. tit. 70. n. 1. Phœb. 1. p. arest. 62.

2 Cap. Quoad consultationem §. Taliter de re judic. Ord. in 3. tit. 63. §. 4. & tit. 70. in princip. Marant. de Ordin. judicior. p. 6. tit. de appellat. in princip. Mend. d. lib. 3. cap. 19. n. 6.

3 Barb. ad Ord. d. tit. 70. n. 16. Lancelot. de attentat. 2. p. cap. 12.

4 Ord. d. tit. 70. & ibi Barb. n. 18. Scac. de Appellat. q. 12. n. 13.

5 Cap. Cordi 1. p. de
Appellat. l. 6. ubi Barb.
n. 2. Scac. de Appellat.
art. 1. n. 9.

daque *viva voce* appellem da sentença dentro dos dez dias, virão com ella por escrito, (5) segundo a forma que já temos mandado neste mesmo titulo do Vigario geral, §. 2. num. 94.

229 Tanto que a parte vier dentro dos dez dias com sua appellação por escrito; sem a outra parte haver vista, se fará conclusa; & levará à Relação para nella se despachar, & deferir sobre o seu recebimento; salvo se a parte de novo allegar, assim de feyto, como de direyto, alguma coursa na intimação da dita appellação, que já não tivesse allegado no feyto, ou razoes delle; porque neste caso se dará vista á outra parte, se parecer que se lhe dê, & dirá até a primeyra audiéncia; & com o que differ, irá o feyto concluso à Relação. E o mesmo que fica dito acerca da appellação da sentença definitiva, se praticará, se a parte appellar da sentença interlocutoria, (ou seja do Juiz que processa, ou da Relação) que tenha força de definitiva, ou damno irreparavel, da qual conforme a direyto, & Concilio Tridentino se possa appellar.

6 L. Sciendum ff. de
Appellat. recip. Scac. de
Appellat. q. 13. num. 19.
Mend. in prax. 2. p. lib.
2. cap. 1. n. 2.

7 Ord. in 1. tit. 80. §.
11. Leyt. de jur. Lusit.
tract. 1. q. 6. n. 123.

8 Mend. 1. p. lib. 2. c.
11. §. 2. n. 8. & 2. p. lib. 2.
cap. 11. n. 1. Marant. d.
6. p. action. 2. n. 229.

9 Cap. ex ratione, de
appellat. Clem. Sicut,
cód. tit. Marant. d. act. 2.
n. 228.

230 E quando se appellar do Vigario geral, ou da Relação, & se não receber a appellação, se mandarão dar os autos à parte por Apostolos refutatorios, (6) se os qui zer levar; & se lhos não derem por refutatorios, & a parte pedir carta testemunhavel, o Vigario geral lha mandarà dar com o teor de todos os autos, & não lha mandando dar, mandamos ao Escrivão do feyto lha dê (7) sob pena de suspensão de seu Officio por dous mezes.

231 E quando a appellação for recebida, no mesmo despacho em que se receber se assinará logo às partes por primeyro (8) fatal, conforme o estylo, que ha neste Arcebispado, o termo de hum anno, que principiará a correr do dia em que deste porto, (depois de assinado o fatal) partir navio em direytura para a Cidade de Lisboa, sendo primeyro a parte citada, ou seu Procurador, & he estylo attempar-se em audiéncia no tal navio que parte; o que mandamos se observe, como até o presente se tem practicado neste nosso Auditorio.

232 E passado o primeyro fatal, pedindo a parte segundo, allegando para se lhe conceder justo (9) impedimento,

por

por onde não pode no primeyro fatal seguir sua appellação, constando delle, ou que fez a devida diligencia, ou convido (10) nisto ambas as partes, lhe será assinado segundo fatal de seis mezes na forma acima dita.

233 E posto que o appellante tenha dado dinheyro ao Escrivão, se não fizer mais diligencia, será lançado da appellação, & não haverá segundo fatal. E quando por culpa, ou negligencia do Escrivão, ou impedimento, não puder levar sua appellação no primeyro navio, que partir, em que estava atempada, principiará a correr o primeyro fatal do tempo que partir no mesmo anno o primeyro navio, & não partindo no dito anno outro algum navio, & se acabar o termo do primeyro fatal, se assinará segundo na mesma forma do primeyro: mas se o Escrivão por sua culpa, ou negligencia não citar as partes para seguimento da appellação, ou não der a appellação em tempo que possa ir para o Reyno no navio em que se atempou, pelo mesmo feyto seja condemnado nas custas retardadas, & não lhe será dada distribuição até as pagar.

234 E o Appellante será obrigado a trazer certidão, como levou a appellação ao Juizo superior, a qual se juntará aos proprios autos; & quando se assinar o fatal se assinará juntamente termo que parecer conveniente, dentro do qual o Appellante seja obrigado a trazer a certidão a Juizo, sob pena de se lhe haver a appellação por deserta, & não seguida, & neste Juizo será o Appellante obrigado a juntala até a chegada da primeyra frota a esta Cidade que partir de Lisboa, depois de ser passado o tempo conveniente, que se presume ter lá chegado a appellação.

235 Se o Appellante não seguir sua appellação, nem pedir segundo fatal na forma que acima fica dito, & se requerer que a dita appellação se julgue por deserta, & não seguida, serão as partes para isso citadas, (11) & apregoadas em audiência, & se fará o feyto concluso com a dita citação. Relação, ou ao Juiz que a sentença deo, que por despaço haverá a appellação por deserta, & não seguida, & mandará se de sentença á parte.

236 As appellações que vierem dos suffraganeos á nossa Relação, serão logo distribuidas, & as partes apregoadas

10 Consonat text. in L. Quod si nolit. §. Si quid ita ff. de Aedilit. edict. Marant. d. act. 2. n. 236.

11 Ord. lib. 3. tit. 70. §. 3. & ibi Barbof. n. 17. Fragos. de Regim. Reipub. p. 2. lib. 8. disp. 24. §. 11. n. 209. v. De iure tamen Lusitano.

12 Mend. in prax. 1. p.
lib. 3. cap. 19. n. 12. Coll.
Dom. Supplicat. Annot.
5. n. 48.

13 Facit Ordin. in 3.
tit. 68 §. 6.

14 Cap. Personas de
appellat. & ibi Barb. n.
2. Mend. in prax. 1. p. l.
2. cap. 11. §. 2. n. 8. Pel-
legrin. p. 3. sect. 3. n. 19.
15 Scac. de appellat. q.
11. art. 4. n. 35. cum seq.
Ruginell. de appellat. §.
8. Glot. 1. n. 1. & 12. &
seq.

1 Ord. lib. 2. tit. 30. &
ibi Barb. n. 1. Mend. 1. p.
lib. 3. cap. 21. n. 1.

2 Ord. in 3. tit. 86. in
princip. Barb. d. tit. n. 4.
Mend. d. cap. 21. n. 1. &
2. Phœb. 1. p. dec. 4. n. 5.
Reynof. observat. 40. n.
14. Scac. de sent. & reju-
dic. glot. 14. q. 10. sub n.
1. Marant. de Ord. jud.
p. 6. tit. de execut. sent.
n. 16.

das em audiência, & se pedirem vista para apontarem de sua justiça, o nosso Vigario geral lhe mandará dar, & (12) cada huma dará o feyto com as razões que tiver no termo da Ley, & se fará com ellas concluso à Relação, & nella se proverá na forma que acima fica dito, acerca dos feytos que neste Auditorio se processão.

237 E nas appellações dos suffraganeos, trazendo o appellado dia de apparecer, (que no Juizo Ecclesiastico se não usa, conforme a melhor practica) o Vigario geral mandará em audiência apregoar o Appellante, & lhe affinará os tres dias que chamaõ de corte, & não apparecendo lhe affinará o termo de huma audiência, & passada ella, se farão os autos (13) conclusos à Relação, aonde se julgará o tal dia de apparecer por sentença, sómente para com ella o appellado requerer perante o Juiz (14) a quo o que fizer a bem de sua justiça.

238 E vindo o Appellante nesta instancia com libello appellatorio, (15) o Vigario geral mandará dizer por seu despacho às partes sobre o recebimento delle, & depois que as partes differem, o mandará ir concluso á Relação, & nella se despachará como for direyto.

§. XXI.

Das execuções das sentenças, & embargos com que a ellas se vem.

239 **T** Iradas as sentenças do processo, & assinadas pelo Vigario geral, ou Juiz dellas, & passadas pela Chancellaria, (1) & Registro, será notificada a parte condemnada, que logo pague o principal, & custas; & não pagando logo, & requerendo-o a parte, se fará execução por penhora (2) de bens moveis em primeyro lugar, & não sendo sufficientes, nos bens de raiz na forma de direyto; & quando se não possa dar á execução a sentença por penhora a requerimento da parte, póde o Vigario geral proceder com censuras até de participantes sómente, as quaes traba- lhará por evitar, quanto lhe for possivel, se por outro medio de direyto puder dar a sentença á sua devida execu- ção.

240 E sendo

240 E sendo a sentença de condemnação de dinheyro, ou qualquer outra cousa liquida, o condemnado não será ouvido (3) com embargos alguns de qualquer qualidade que seja, para impedir a execução, salvo os do Capit. *Oduardus* (4) *de solutionibus*, & os de restituição, (5) nos casos que competem, & outros (6) semelhantes, que conforme a direyto devem impedir a execução.

241 E quando o condemnado vier com outros quaesquer embargos à sentença, não será ouvido nelles até pagar (7) ou depositar o em que for condemnado, que será entregue à parte, pedindo-o, & dando primeyro fiança depositaria, em forma que o fiador se obrigue a tornar o recebido sem mais ordem, nem figura de Juizo, & sem a parte ser requerida; & não pagando, ou depositando, não será ouvido nos ditos embargos até dar penhores livres, & desembargados, & que valha a quantia da condemnação, & custas da execução, & sentença, & até os taes penhores não serem realmente entregues à pessoa a que o Juiz os mandar entregar, de modo que o condemnado nem per si, nem por outrem fique de posse dos bens penhorados.

242 E os embargos com que a parte houver de vir serão apresentados dentro do termo de seis (8) dias, que começarão a correr do dia da penhora; & passados elles, não serão mais admittidos, salvo jurando que lhe sobrevierão de novo, ou por restituição (9) naquellas pessoas que de direyto a tiverem.

243 E tratando-se da execução de alguma cousa, em que conforme as sentenças se haja de fazer liquidação, se liquidará primeyro, (10) & feyta a liquidação se guardará o que acima fica dito, quando a sentença condemnatoria he de quantidade liquida.

244 E quando a materia for tal que se deva fazer artigos de liquidação, se articularão (11) em forma sumariamente, sem haver mais que os taes artigos, & contrarietade a elles, & com a prova que as partes derem se sentenciarão.

245 Os bens que se derem à penhora pelo condemnado, ou não os querendo dar, nem nomear, sendo nomeados pela parte, & feyta a penhora nelles, andaráo em pregação

3 Ord.d. tit. 86 §. 1. & ibi Barbof. num. 1. & 2. Phœb. 1. p. arest. 86.

4 Themud. p. 1. dec. 40. n. 7. Ricc. in prax. p. 1. à Resolut. 256. ul. que ad 267. Thom. Vaz alleg. 25. à n. 8. cū seqq. Mend. in prax. 2. p. lib. 2. cap. 12. a num. 4. cum seq.

5 Ord. in 3. tit. 41. §. 4. & ibi Barb. n. 1. Méd. in prax. 1. p. lib. 2. cap. 12. n. 1. & lib. 3. cap. 21. n. 32. & 2. p. cap. 21. n. 88. lib. 3.

6 Mend. d. p. 1. lib. 2. cap. 12. à n. 1. & lib. 3. c. 21. n. 37. & p. 2. lib. 3. c. 21. §. 7. à n. 88. cum seq.

7 Ord. d. tit. 86. §. 1. & ibi Barb. n. 1. Mend. 1. p. lib. 3. cap. 21. §. 2. n. 5.

8 Ord. in 3. tit. 87. in princip.

9 Ord. d. tit. 87. §. 2.

10 Mend. in prax. 2. p. lib. 3. cap. 21. §. 2. n. 21. & §. 7. num. 108 Paz in prax. 4. p. tom. 1. cap. 2. n. 16.

11 Ord. in 3. tit. 86. §. 19. Mend. d. cap. 21. à n. 5. cum seq.

12 Ordin.d.tit.86. §. 25. & lib.2. tit. 53. §. 2. Cald.q. forens. lib.1. q. 3. n.24.

13 Ordin.d. §.25. & ibi Barb.n. 2. & 3. & lib.2. d.tit.53. §.2. & ibi Barb. n.2.

14 Ordin.d. §.25. & ibi Barb.n.5.

15 Ordin.d.tit.86. §.26.

16 Ordin.d.tit.86 § 27.

17 Ordin.d. § 27. & ibi Barb.n.7. Posth de subhast. inspect. 35. n. 3. Auth. Hoc jus porre. Etu. Cod.de Sacros. Eccl.

18 Ordin. d.tit.86. §. 27. vers. E fazendo-se. & ibi Barbof. n. 6. Pereyr. decil.76. per tot. Mend. in prax.2.p. lib.3. c.21. §. 4. n.45.

19 Ordin. d.tit.86. §. 28. Mend.1.p. lib.3. cap. 21. n.82.

20 Ordin.d. §.28. vers. E se a penhora. Mend.d. cap.21 n.82.

21 Ordin.d. §. 28.

22 Ordin.d.tit.86. § 30. & ibi Barb. Mend. 1.p.l. 3. cap.21. n.80. & 2. p. l.3. c.21. n. 197. Phceb. 1.p. arest.95.

23 Ordin.d.tit.86. §.30.

24 Ordin.d. §.30.

gaõ vinte (12) dias, & os moveis oyto, (13) não se contando os Domingos, (14) ou dias Santos que a Igreja manda guardar.

246 E sendo tomados juntamente bens moveis, & de raiz por parecer, que os moveis não bastavaõ, serão logo mettidos em pregaõ huns, (15) & outros, & correrão os pregoens, assim dos moveis, como de raiz, & acabados os oyto dias se arrematarão os moveis, & depois dos vinte os de raiz.

247 E passado o termo dos pregoens, não será necessario requerer ao condemnado para dizer se tem embargos á arremataçaõ, porque basta haver sido citado (16) para que pagasse, ou dêsse penhores, mas passado o tempo dos pregoens, os bens em que foy feyta penhora se arrematarão, & venderão a quem por elles mais (17) der, por mandado do Julgador, que mandou fazer a penhora, & execuçaõ; & fazendo-se esta em bens de raiz, será para ella requerida (18) a mulher do condemnado, se for casado.

248 E querendo as partes condemnadas haver os pregoens (19) por corridos, & que se lhes espere os dias que os bens havião de andar em pregaõ, & assinaem disto termo, (o qual, sendo a penhora sobre bens de raiz, assinará (20) tambem a mulher do condemnado,) & o que requerer a execuçaõ for contente, o Juiz não mandará metter os ditos bens em pregaõ; & não pagando até o derradeyro dia em que havião de ser apregoados, serão vendidos, andando esse sómente (21) em pregaõ, & se fará arremataçaõ, sem mais a parte ser citada.

249 E se no ultimo dia se não achar lançador, ou se lançar pouco, & o vencedor quizer lançar mais, o poderá fazer, (22) ou quem por elle requerer a execuçaõ, com tanto que peça licença (23) ao Vigario geral, ou ao Juiz q for da execuçaõ, o qual lha dará no ultimo (24) dia, senão ouver lançador, & no lanço do vencedor andarão os bens em pregaõ mais tres dias.

250 E vindo com embargos ás sentenças antes de serem tiradas dos processos, não serão admittidos, senão sendo feytos, ou assinados por Advogados do nosso Auditorio, porque esperamos delles os fação com a consideraçaõ de vida,

do Arcebispado da Bahia.

271

vida, & como convem à justiça, & bem das partes, as quaes jurarão (25) como os allegaõ bem, & verdadeyramente, & não por dilatar a causa; & sendo feytos por outrem, ou assignados, ou sendo de materia velha, (26) que já foy tratada no feyto principal, ou sendo impertinentes, & lhes não forem recebidos, serão condemnados nas custas retardadas, & suspensos até as pagarem.

251 E na mesma pena incorrerão os que vierem com segundios (27) embargos a alguma sentença final, interlocutória, despacho, ou desembargo em qualquer parte do Juizo, porque a nenhuma das ditas cousas se pôde vir com segundios embargos, & mandamos que não sejam admitidos, & que sem embargo delles se executem as sentenças, despatches, & desembargos.

252 Os Officiaes que houverem de fazer as penhoras, não levarão dinheyro às partes por ellas, sem primeyro (28) as terem feytas; & sendo requeridos pelas partes, & não as dando feytas em termo de cinco (29) dias, depois de assignados, o Vigario geral, ou Juiz da execução os suspenderá até nossa mercê, constandolhe por duas (30) testemunhas que forão requeridos; & as não derão feytas, salvo allegarem (31) razão concludente que os releve da suspensão.

§. XXII.

Do modo de proceder nos feytos crimes,

253 Como aos Arcebispos, & Bispos, & seus Vigarios geraes, que fazem suas vezes, (1) pertence punir (2) os delictos; & excessos de seus subditos, & nestes o modo de proceder seja, ou por via de devassa, querela, ou denunciação; por tanto ao nosso Vigario geral pertence fazer inquirições, & devassas geraes dos sacrilegios, (3) & qualesquer outros delictos, cujo conhecimento nos pertence, & ao nosso Juizo Ecclesiastico, não se sabendo quem commettere os taes delictos, & tomar as querelas, & denunciaçãoes que derem o Promotor, Meyrinho, & as partes, & fazer, & mandar fazer summarios acerca dellas, & proceder contra os culpados, segundo a qualidade dos delictos, & pessoas.

254 Man-

25 Ord. in 3. tit. 87. §. 11. & ibi Barb. Cabed. 2. p. ult. §. 1. Mend. 1. p. cap. 18. n. 1. lib. 3. 26 Ord. in d. tit. 87. §. 10. Mend. 1. p. lib. 3. cap. 3. n. 25. Barb. ad Ord. 1. 3. tit. 88. n. 1.

27 Ordin. in 3. tit. 88. & ibi Barb. Mend. 1. p. lib. 3. cap. 19. §. 3. n. 25.

28 Ord. in 3. tit. 86. §. 20.

29 Ord. d. §. 20. verfi. E tendo.

30 Ord. d. §. 20. Frag. de Regim Reipub. 1. p. lib. 7. disp. 23 §. 4. n. 80. verfi. Cum ergo.

31 Ord. d. §. 20. verfi. Salvo.

1 Cap. ult. §. 1. dist. c. 1. §. dist. glot. in cap. penult. de Offic. Vic. Villaroel, Gov. Eccl. 1. p. q. 10 art. 7. n. 65. Card. in prax. verb. Vicar. n. 14. Barb. de Potest. Episc. 3 p. alleg. 54. n. 19. & de Universi. jur. Eccles. lib. 1. cap. 15. n. 2.

2 Barb. de Por. Ep. 3. p. alleg. 107. n. 5. Oliv. de For. Eccl. 2. p. q. 23. n. 5. in fin.

3 Ord. lib. 2. tit. 9 §. 3. Card. in prax. verb. Sacrilgium, n. 15. Mend. in prax. 2. p. lib. 2. cap. 4. n. 22. Themud 3 p. dec. 263. a. n. 13. cum seq.

254 Mandará o Vigario geral fazer summario dos autos que pelos Vigarios da Vara, & Parochos lhe forem remettidos.

4 Cap. 1. de caus. pof. fel. & propriet. & ibi Barbot. à n 7. cum seq. Jul. Clar. §. fin. q. 31. n. 1. Boz. in prax. tit. de citat. n. 1.

5 Suprà tit. 2. §. 53. à n. 108.

6 Ord. in 5. tit. 125.

255 E outrosim proverá que os Reos que se houverem de livrar em seu Juizo sejam citados, (4) & nas citaçoens que se lhe fizerem se observe o que fica dito no titulo (5) das citaçoens, & que em nenhum livramento se proceda, nem venha com libello, sem primeyro o Reo correr (6) folha pela Camera, & mais Escrivaens do Auditorio, & da Visitação, se a devassa não estiver ainda entregue ao Escrivão da Camera.

256 E quando algum Clerigo, ou leygo se livrar de culpas da Visitação, ou quaesquer outras, & andar suspenso, & excommungado, ou evitado, se lhe não levantará a suspensão, nem passará recurso em quanto não contestar o libello.

257 Offerecido o libello crime em audiencia se receberá si, & in quantum, & mandará à parte que o contrarie, & seguirá os mais termos, como temos dito nos feytos civis.

7 Ord. lib. 5. tit. 124.

§. 11.

8 Ord. d. §. 11.

9 Ord. in 3. tit. 20. §.

41.

258 Se por hum mesmo delicto se houverem de livrar dous, ou mais culpados, se cada hum quizer o feyto apartado, por terem diversas defezas, ou por outra qualquer razão, poderão (7) requerer que lho apartem, & se apartará, & não querendo, se livrarão todos juntos (8) em hum feyto, & todos farão hum Procurador, & não terá o feyto mais termos, (9) por ser de muytos; & o mesmo se observará nos Authores quando forem mais que hum.

259 Nos feytos crimes em que não houver parte mais que a Justiça, não consentirá o Vigario geral, que o Promotor venha com replica, salvo, se o crime for tão grave, & com taes circúncias que convenha replicar-se por parte da Justiça, de que se nos dará conta.

10 Facit Ord. in 1. tit. 24. §. 20. Themud. 2. p. dec. 232. Mend. in prax. 1. p. lib. 5, cap. 1. §. 6. à n. 75. & 2. p. lib. 5. c. 1. §. 6. à n. 84. cum seq.

260 Proverá o Vigario geral que em todos os livramentos, tanto que se der libello contra os Reos antes de contrariarem, sejam notificados para que assinem termo (10) de judiciais, ou fazer reperguntar as testemunhas no termo probatorio, sob pena de se haverem por judiciais as que foraõ perguntadas nos summarios, ou devassas; & o mesmo

mesmo procedimento se terá à revelia dos Reos, que não apparecerem em Juizo.

261. E ordenará, que durando o termo da dilação se perguntem juntamente por parte da Justiça as testemunhas feridas que houver, & as mais que o Promotor quizer dar em prova dos delictos.

262. Se de seu officio quizer o Vigario geral perguntar algumas testemunhas para boa informação, & bem da Justiça, podello-ha fazer, assim a favor do accusador, como do accusado, (11) ou seja antes, ou depois de abertas, & publicadas, mas não o fará a requerimento de alguma das partes, salvo o caso for tal, que ainda que elle não requeyrao, (13) elle o fizera de seu officio.

263. Depois de serem as inquiriçoens abertas, & publicadas, logo o Vigario geral mandará dar vista às partes, tanto ao accusador, como ao Reo, o qual se for prezo, ou fiançado lha mandará dar com as inquiriçoens (14) abertas para allegarem de seu direyto; & livrando-se o Reo com carta de seguro, ou como seguro, se lhe dará vista do feyto com as inquiriçoens, & razoes do accusador cerradas, & selladas.

264. Nos casos crimes, quando o Vigario geral fizer perguntas ao Reo, lhe não dará juramento, antes mandará crever tudo o que elle depuzer a ellas livremente, & serão feitas perante dous Escrivaens, o que escrever, & outro que fizesse, & seja presente a ellas; & não havendo senão hum que escreva, faça-as com elle, & perante duas (16) testemunhas, que assinarão as perguntas, & o Reo.

265. Não mandará o Vigario geral soltar prezo algum sem lhe constar primeyro ter tirado sua sentença do processo, & pago a pena pecuniaria, se nella fosse condemnado, & as custas que dever por razão da culpa, & livramento; & sem outro sem lhe constar que aceyta (17) a sentença, & desiste por termo da appellação, se a tiver interposta.

266. As sentenças crimes que se tirarem do processo serão registradas à culpa, & se não cumprirão pelo Vigario geral, sem lhe constar primeyro ficão registradas onde o devem ser.

267. E por quanto os Reos que se livraão prezos, ou

G

fobre

11 Ord. in 5. tit. 124. §. 7. Mend. 1. p. lib. 3 c. 16. n. 1. Frag. de Regim. Reip. 1. p. lib. 5. disp. 13. §. 7. n. 147.

12 Ord. d. §. 7. & ibi Barb. n. 1. Bos. in prax. tit. de publicat. precel. n. 3.

13 Ordin. d. §. 7. vers. Porém.

14 Barb. ad Ord. d. tit. 124. §. 5.

15 Ord. d. tit. 124. d. §. 5. in finalibus verbis.

16 Ord. lib. 1. tit. 24. §. 19. Peg. ad Ord. tom. 3. d. tit. 24. §. 20. glos. 22. n. 3.

17 Cardin. de Luc. de alienat. & contract. prohib. disc. 4. 1. n. 4. & de benef. disc. 78. n. 8 Farinac. de Carcer. & carcerat. q. 35. n. 29.

18 Nova reformação da Justiça §. 4. & ibi Thom. Vaz n. 29. Leyt. de jur. Lusit. tract. 2 q. 3. n. 3. Præb. 1. p. areff. 156. & 2. p. areff. 162.

19 Ord. in 5. tit. 144. in princ. Bajard. ad Clarum lib. 5. §. fin. q. 71. n. 28. & 29. Clar. d. q. 71. n. 13.

20 Cap. 1. de Novi oper. nunt. & ibi Barb. n. 1. & 5. c. Super specula de privileg. cap. 1. cap. Si in adiutorium 10. dist.

1 Ord. lib. 3. tit. 18. in princip. cap. Conquestus de Ferijs. Card. verb. Feries n. 1.

2 Ordin. d. tit. 18. in princip. & ibi Barb. n. 1. Cardos. d. verbo Feries n. 8.

3 Dict. cap. Conquestus de Fer. Cõcil. Trid. sess. 25. de Regular. cap. 12. Barb. de Potest. Ep. 3. p. alleg. 105. n. 36. & in d. cap. Conquestus n. 23.

fobre fiança, homenagem, ou como seguros nos casos em que devem ser prezos, & haõ de ouvir suas sentenças (18) do Aljube, como està disposto em nossas Constituições, dilataõ muyto as execuções das sentenças, se tem nellas algumas penas, & penitencias publicas, ou degredos: mandamos ao nosso Vigario geral tenha particular cuydado de mandar aos Officiaes que devem fazer, & affiir as execuções, as executem com brevidade na fórma das sentenças, & proceda contra os que achar remissos com as penas que lhe parecer.

268 Os Reos que houverem de ir cumprir seus degredos soltos, os irãõ cumprir no termo que lhes for assignado nas sentenças, & naõ indo no dito termo, nem trazendo certidão de como o cumpriraõ, se forem achados, serãõ prezos, (19) & se promoverà contra elles ordinariamente & serãõ condemnados por sentença em degredo dobrado.

269 E quanto ao modo das denunciações, devassas, querelas, & accusações, cartas de seguro, Alvaras de fiança, homenagens, quebramento dellas, residencias, & modo de proceder contra os delinquentes, se guardará o direyto, & o que fica disposto em nossas Constituições.

270 E por quanto todos os casos se naõ pôdem particularmente prover, assim pela diversidade delles, como pelos varios acontecimentos que ha nos negocios: mandamos, que este nosso Regimento se cumpra, & guarde inteiramente; & no que faltar nelle acerca do processar, & terminar das causas, encomendamos ao nosso Vigario geral, que com discrição, & diligencia siga o que achar determinado pelo direyto Canonico, & onde elle faltar, recorra ao direyto civil, (20) & estylos recebidos.

§ XXIII.

Das ferias, & para que forão introduzidas.

271 **F**orão ordenadas as Ferias, humas em honra de Deos (1) nosso Senhor; & comprehendem esta todos os Domingos, (2) & dias Santos que a Igreja Catholica manda guardar, ou os Arcebispos, (3) & Bispos em seus Arcebispados, & Bispados, & os que aindaque naõ sejaõ

João de preceyto, ordenou a Igreja que fossem feriados, como são os que ficam apontados no principio deste Regimento; nos quaes dias feriados por honra de Deos, ordenamos, que cessem as audiencias, & todo o estrepito do Juizo, & autos judiciaes; & tudo quanto se fizer nelles, assim em causas ordinarias, como summarias, será nullo, & de nenhum vigor, ainda que as partes, & Juiz (4) consintaõ.

272 Forão outras ferias ordenadas, & introduzidas por utilidade, & proveyto (5) dos homens, & são as que introduzio o direyto, por razão do recolhimento dos frutos, (6) & estas são cada hum anno neste Arcebispado, conforme o costume deste Auditorio, & Juizo secular, de vinte & hum de Dezembro até o ultimo de Fevreyro, o que mandamos se observe: & qualquer auto judicial que no dito tempo se fizer sem consentimento de ambas (7) as partes, he nullo, & de nenhum effeyto: & estas ferias haverão lugar, ainda que o Author, ou Reo não tenhaõ frutos, (8) & novidade que colher no tal tempo: tambem he estylo na occasião de algum grande successo de alegria, (9) ou sentimento, (10) que communmente por todos se deve festejar, ou sentir por alguns dias, em demonstração do prazer, ou dor, mandar parar o estrepito judicial: os quaes Nós, ou nossos successores declararemos nas occasioens que se offecerem, & estes dias feriados não poderão as partes renunciar, (11) nem Nós dispensaremos, para nelles correrem as causas.

273 Os Parochos, & mais Curas de almas não poderão ser demandados por causa alguma civil no tempo da Quaresma, (12) ainda que elles consintaõ; nem poderão demandar pessoa alguma por semelhante causa, para que não sejam impedidos no exercicio da Cura das almas, que neste tempo he mais necessario.

274 E declaramos, que sómente no tempo das ferias introduzidas em utilidade dos homens poderão correr as causas de alimentos, (13) de salarios (14) de Curas, & Vigarios, & todas as que forem pias, (15) ou summarias, (16) as quaes conforme a direyto podem correr no tempo das ferias.

275 As ditas ferias não haverão lugar nos feytos criminaes, onde o accusado for prezo; (17) porém se o feyto for

4 Dist. cap. Conquestus, & ibi Barbof. n. 30. Ordin. d. tit. 18. in fin. princip. & ibi Barbof. n. 11. Cardof. d. verb. Feriæ n. 2.

5 L. 1. 2. 3. & 4. ff. d. Fer. Ord. d. tit. 18. §. 2. & ibi Barb. alter. Barb. in d. cap. Conquestus n. 1. Cardof. d. verb. Fer. n. 2.

6 Ord. d. tit. 18. d. §. 2. Barbini d. cap. Conquestus n. 1. Cardof. verb. Feriæ n. 1.

7 Dist. cap. Conquestus in fin. L. 1. ff. de Fer. Ord. d. tit. 18. §. 2. & ibi Barb. Cardof. verb. Feriæ n. 2. Barb. in d. cap. Conquestus n. 35.

8 Ord. d. tit. 18. §. 15. Barb. ad d. tit. 18. §. 2. n. 2. Barb. in d. cap. Conquestus n. 35.

9 Ord. d. tit. 18. §. 1. L. omn. Cod. de Fer. Cardof. d. verb. Feriæ n. 1.

10 Solorzan. de jur. Ind. tom. 1. lib. 1. cap. 7. n. 67. & 68. Telles in d. cap. Conquestus n. 26.

11 Dict. L. Omnes Cod. de Fer. Barbof. ad Ord. d. tit. 18. §. 1.

12 L. Quadraginta. Cod. de Fer. arg. text. in cap. Placita 15. 19. 4.

13 Ord. d. tit. 18. §. 6. & ibi Barbof. n. 1. alter Barb. in d. cap. Conquestus n. 38. Cardof. verb. Fer. n. 5.

14 Scac. de judic. lib. 2. cap. 5. n. 173.

15 Telles in d. cap. Conquestus n. 27.

16 Clem. sap. de verbor. signif. L. 2. ff. de Feriis. Cardof. d. verb. Feriæ n. 5. Scac. d. c. 5. n. 171.

17 L. Custod. ff. de pub. lib. judic. Ord. d. tit. 18. §. 14. Cardof. d. verbo Feriæ n. 14.

18 Ord.d.tit.18.§.14.

19 Ord.d.tit.18.§.24.

20 Ord.d. §.14. verſ.
Porém.

civilmente intentado, poſto que ſeja crime, demandando o Author alguma couſa que lhe foſſe roubada, ou furtada, ou lhe foſſe feyto algum damno, ou offenſa, poſto que recebeſſe perda em ſua fazenda, não eſtando o Reo prezo, ſerão concedidas ferias ao Author (18) pedindo-as, & ſe as não pedir, ſe procederà (19) no feyto ſem embargo dellas; porém ſe o Author demandar a emenda, ou vingança de alguma injuria, ou offenſa que lhe foſſe feyta ſem outro damno da fazenda, terão lugar (20) as ditas ferias, & contra vontade do Reo não procederà o Juiz no feyto em quanto ellas durarem.

T I T U L O III.

Do Chancellor da noſſa Relação.

276. **P** Or quanto para boa administração da Juſtiça he muyto preciso em o Tribunal da Relação haver

1 Sicut diſponit Ord. lib. 1. tit. 4. & ibi Peg. tom. 2. & tit. 36. ubi etiam Peg. tom. 4.

2 Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. ad princip. Gloſ. 3. n. 3. cum ſeq. & d. n. 3. quamplurimas citat Ordinationes.

3 Ord. lib. 1. tit. 2. in princip. Peg. d. tit. 2. ad princip. Gloſ. 3. num. 1. cum ſeq. Gloſ. 4. n. 1. cū ſeqq. Gloſ. 5. n. 1. cum ſeq. Gloſ. 6. n. 1. Gloſ. 7. n. 1. & 2. Idem Peg. d. lib. 1. tit. 36. ad princip. gloſ. 2. n. 1. 2. & 3.

4 Peg. ad Ord. d. lib. 1. tit. 1. §. 1. Gloſ. 35. n. 1. cum ſeq. & ad tit. 2. §. 1. Gloſ. 9. n. 1.

5 Ord. lib. 1. tit. 4. §. 1. & ibi Peg. Gloſ. 3. Coſta Dom. ſuppl. annot. 3. n. 6.

Chancellor, (1) que conheça das couſas que ao tal cargo de direyto eſpecialmente pertencem, (como temos feyto preſente a S. Mageſtade) & ſem embargo de não haver lugar para elle cõſignado com ſalario, como tem os mais Deſembargadores della; comtudo para que ſe não falte á recta administração da Juſtiça das partes, & ſe não confundaõ as jurisdiçõs dos mais Miniſtros, & cada hum conheça ſó do que lhe pertence a ſeu officio, (2) ordenamos, & mandamos que em noſſa Relação haja Chancellor, para o qual faremos eſcolha de peſſoa (3) idonea, formado em Canones, de bom entendimento, virtuoso, Letrado, de authoridade, & experiencia, que tenha noticia das Conſtituições, practica, & eſtylos, & dê bom acolhimento às partes; & para ſervir ſerà com proviſão noſſa, & primeyro que exercite o cargo jurarà (4) perante Nòs; & terà uſo, & voto em Relação. E o mais que a ſeu officio pertence ſão as couſas ſeguintes.

277. Primeyramente proverà, & examinarà (5) com diligencia as proviſoens, & cartas, aſſim de ſentenças, deſembargos, & deſpachos da Relação, como quaesquer outros monitorios, proviſoens, ou mandados noſſos; ou do noſſo

nosso Provisor, & Vigario geral, & de quaesquer outros Officiaes que houverem de passar pela Chancellaria.

278 Achando que algumas das ditas sentenças, desembargos, despachos, ou provisoens são contra direyto, Constituiçoens, ou contêm notoria (6) injustiça, ou escandalo, de maneyra que por esta, ou qualquer outra razão não se devem cumprir, nem haver effeyto, em tal caso os não assinará, nem fará pôr sello: mas comunicará com a pessoa, ou Official de que a tal carta emanou, & conformando ambos de maneyra que cesse a duvida, cumprir-se-ha o que entre elles for acordado, & assim passará, ou não passará a dita carta pela Chancellaria; & não acordando, virá o que servir de Chanceller com a duvida, (7) ou glossa à Relação, & o que se resolver por mais votos, isso se cumprirá: & sendo a duvida sobre sentença, despacho, ou Mandado da Relação, se procederá na mesma forma; & sempre do que se determinar se fará assento no livro, que para isso haverá na Relação, declarando como, & em que tempo se moveo tal duvida pelo Chanceller, & o que se determinou em Relação por todos, ou pela mayor parte dos votos, apontando as principaes razoes em que se fundarão.

279 Achando que algumas das sobreditas sentenças, ou papeis não vão em forma, & lhes faltaõ algumas clausulas, ou palavras que deviaõ ter, ou levaõ algumas que se deviaõ tirar, o Chanceller as mandará concertar, (8) & reformar pelos Escrivaens que as fizeraõ, ou fazer outras de novo sendo necessario, sem porisso levarem mais couza alguma às partes, do que houveraõ de levar, se foraõ em forma devida para passar pela Chancellaria, por serem a isso obrigados por razão do seu officio.

280 Achando que as sobreditas cartas, ou quaesquer outros papeis estaõ curiaes, & assinados pelo Juiz, Ministro, ou pessoa a quem pertence assinallos, o Chanceller lhes porá seu (9) final abayxo donde se ha de pôr o sello, & com isso os sellará.

281 Se o Official, & Ministro que houver de assinar, tiver alguma duvida porque lhe pareça q não deve assinar, a comunicará com o Chanceller, & concordando ambos, far-se-ha o que assentarem; & não concordando, (10) tratar-se-ha

6 Ord.d.tit.4. §.1. & ibi Peg.d.glos.3.n.3.4. & 5. & Ord.lib.1.tit.2. §.2. verí. E sendo.

7 Ord.lib.1.tit.36. §.2. & ibi Peg.glos.4. & Ord.d.lib.1.tit.4. §.1.

8 Ord.lib.1.tit.7. §.5. & ibi Peg.glos.19.n.1. Ord.d.lib.1.tit.4. §.2. & ibi Peg.glos.47.n.1. & Ord.d.l.1.tit.36. §.6.

9 Ord.lib.1.d.tit.4. §.3. & tit.2. §.6. ubi vide notata per Peg.glos. 20. n.1. cum seq.

10 Consonat Ordin. lib.1.tit.36. §.2. & ibi Peg.glos.4. & Ordin.d. lib.1.tit.4. §.1.

seja a duvida em Relação, ouvido o Official, & pessoa que a moveo, & Chanceller, & far-seja o q se resolver a mais votos, de que tambem se fará assento no dito livro com as declaraçoens sobreditas.

282. Sendo postos alguns embargos a alguma provisaõ nossa; ou despacho do nosso Provisor, ou outro papel que haja de ir à Chancellaria, o Chanceller conhecerá delles, & os irá despachar em Relação cõ os Desembargadores, processando primeyro per si só: & sendo os embargos postos a algũa sentença, ou monitorio, com Acordaõ da Relação, os remetterá sempre (11) ao Juiz que a deo, ou mandou: & da mesma maneyra as sentenças da Relação, porque os Juizes, que a tal sentença, ou Mandado deraõ, elles saõ os que o haõ de determinar, ouvidas (12) as partes.

283. Ao Chanceller pertence conhecer de todas (13) as suspeyçoens que se puzerem ao Provisor, Vigario geral, Juiz dos Residuos, & Casamentos, Desembargadores, & mais Officiaes de Justiça do nosso Auditorio, & Camera, as quaes todas elle processará até serem conclusas a final, que as irá despachar á Relação com os Desembargadores della, & não estará presente o recusado ao dar da sentença, & se determinará o que for justiça por mais votos.

284. Pondo-se alguma suspeyção á nossa (14) pessoa, se tomarão Louvados (15) para conhecer della, & o recusante se louvará, (16) & por nossa parte o Promotor da Justiça, para o que haverá vista das suspeyçoens, que o Chanceller lhe madaará dar, & a elle, & ao recusante obrigará a se louvarem em termo de tres (17) dias, & em tudo o mais se guardará a forma dada em suspeyçoens ordinarias, conforme a direyto Canonico.

285. Se ao Chanceller se puzer suspeyção, conhecerá della o Provisor, & a processará até final, guardada a forma de direyto, como nas mais, & a levará á Relação, (18) onde a determinará com os Desembargadores a mais votos, & por impedimento do dito Provisor a julgará o Vigario geral, ou por seu impedimento o Desembargador mais antigo, que não for impedido.

286. Tanto que alguma parte recusar algum dos nossos Ministros pelo modo sobredito, não a admitirão os Juizes

11 Ord. lib. 3. tit. 87. §. 14. verfi. Sempre, & ibi Barbof. n. 1. verfi. Secus. Mend. in prax. 1. p. lib. 3. cap. 2. §. 9. n. 53. verfi. Aut verfatut.

12 Ord. d. §. 14. verfi. Com a parte citada.

13 Ord. lib. 1. tit. 4. §. 4. & ibi Peg. glos. 6. n. 1. Cabed. 1. p. decis. 44. n. 1. & 2. Cost. Dom. iup. plic. annot. 3. n. 7. & Ord. d. lib. 1. tit. 36 §. 3.

14 Cap. Infinuante, de Offic. judic. delegat. glos. verb. Episcopi in cap. Si contra unum de Offic. delegat. lib. 6. Barbof. ibi n. 9. Meliù. de just. tract. 5. disp. 23. n. 18. verfi. Secundus est. Paz. 1. p. tom. 2. cap. 6. n. 11.

15 Cap. Suspicionis de Offic. judic. delegat. cap. Cum speciali, de appellat.

16 L. Apertissimi, & L. fin. Cod. de jud. Scacia de judic. cap. 101. n. 23.

17 L. ult. Cod. de judic. Scac. d. cap. 101. n. 24. Fragos. de Regim. reip. 1. p. lib. 5. disp. 12. §. 7. n. 231.

18 Facit Ordin. lib. 1. tit. 4. §. 13.

Juizes, que da tal suspeyção houverẽ de conhecer, sem que primeyro deposite caução, (19) a saber: quando Nõs formos recusados, o deposito serà de sessenta cruzados; & quando for o Chanceller, Provisor, Vigario geral, Juiz dos Resíduos, & dos Casamentos, & Desembargadores, se depositarão vinte & cinco cruzados; & quando os Vigarios da Vara de qualquer destrito, dez cruzados, os quaes depositos se farão em poder do Depositario do nosso Juizo, & não ofazendo (20) a parte, se não tomarà conhecimento da suspeyção; como tambem se não apresentar certidão de como foy a petição autuada com o deposito da caução, feyto dentro em dous dias, o Juiz irá continuando o processo, como se recusado não fora.

287 Se os recusantes justificarem tal pobreza, que pareça verosimel não terem para depositar, serão admittidos sem caução; (21) a qual outrosim não terá lugar na suspeyção de outro qualquer Official: & julgando-se que a suspeyção não procede, será o recusante condemnado em perdimento de meya (22) caução; & se for julgada por não provada, se perderá toda a caução para as despezas (23) da Justiça.

288 As suspeyçoens que se puzerem, se provarão, & determinarão dentro de quarenta (24) & cinco dias continuos, (25) que começarão a correr do dia que a suspeyção for autuada (26) pelo Escrivão, quando fez auto de como as suspeyçoens *in scriptis* articuladas foraõ propostas ao recusado; ou de como foraõ apresentadas ao Chanceller, ou Juiz das suspeyçoens, quando por alguma justa causa assim articuladas; & *in scriptis* se não propuzeraõ ante o recusado; & passados os ditos quarenta & cinco dias, o Chanceller, ou outro qualquer Juiz da suspeyção não poderá mais conhecer (27) della, sem embargo de quaesquer embargos com que as partes venhão, ou requerimentos que fação; porém aos Menores, Igrejas, Communidades, ou pessoas que como Menores se podem restituir, se concederão mais dez dias por via de restituição, (28) & passados elles, não ferão mais ouvidos, nem se procederá na tal suspeyção.

289 Se os recusantes allegarem, & provarem, que por malicia, ou descuydo do Chanceller, se não determinarão

19 Consonat Ord. lib. 3. tit. 22. Thom. Vaz allegat. 97. n. 25. Fragol. d. §. 7. n. 248.

20 Ord. d. tit. 22. in fin. princip. verif. E. naõ Thom. Vaz d. alleg. 97. n. 11.

21 Ord. d. tit. 22. §. 2. Thom. Vaz alleg. 97. n. 10. Barbol. ad Ordin. d. tit. 22. n. 2. Phœb. 1. p. arest. 12.

22 Ord. d. tit. 22. §. 3. Thom. Vaz d. alleg. 97. n. 14.

23 Facit Ord. d. §. 3. verif. Para as despezas.

24 Ord. lib. 3. tit. 21. §. 21. & ibi Barb. n. 1. & 4. Thom. Vaz alleg. 96. n. 52. cum seq. Mend. in prax. 1. p. 1. 3. cap. 3. n. 2.

25 Ord. d. tit. 21. §. 22. in princip. Barbol. d. rit. 21. §. 2. n. 1. Phœb. 1. p. arest. 67. Thom. Vaz alleg. 96. d. num. 52.

26 Ord. d. §. 22. & ibi Barbol. n. 1. Thom. Vaz d. alleg. 96. n. 53.

27 Ord. d. §. 22. Frag. d. Regim. reip. 1. p. lib. 5. disp. 12. §. 7. n. 236.

28 Ord. d. §. 22. & ibi Barb. n. 2. Thom. Vaz d. alleg. 96. n. 5. Frag. d. §. 7. n. 236. verfic. Quod si cõtingat. Val. consulti 112. n. 9.

29 Ord.d.tit.21.§.23.
Barbof.d.tit.21.§.21.n.
2.Fragol.d.§.7. n.236.
vers. Sed qui.

30 Ord.d.tit.21.§.11.
& ibi Barb.n.5.Thom.
Vaz d.alleg.96.n.36. &
alleg.71.n.1.

31 Ord.d.§.11. & ibi
Barb.n.5. Thom. Vaz
alleg.96.n.36.

32 Cap.Si quis contra
de For. comp. & ibi
Barb.n.3.Paz 1. p. tom.
2.cap.6. n.24.

33 Regula,Scienti, de
Regulis jur.lib.6.& ibi
Barb.n.1.& 2.

34 Defumitur ex Leg.
1.& 2. Cod.res inter a-
lios acta.

35 Facit Ord.lib.3.d.
tit.21.§.7.

36 Ordin. lib. 3. tit.
23.§.1.& ibi Barb.n.2.
Thom. Vaz alleg.96.n.
67.

37 Ordin.d.tit.23.ad
fin.princip.vers. E jul-
gando o por suspeyto.

38 Ord.d.tit.23.§.2.
Thom.Vaz d.alleg.96.
n. 67.

as suspeçoens dentro do dito termo, além de elle lhes ha-
ver de pagar todas as custas (29) dos autos, & as mais per-
das, & damnos, os taes se poderão queyxr a Nòs, que
procederemos como nos parecer.

290 O recusado, depois de o Chanceller o mandar, de-
porá dentro de tres (30) dias, & não o fazendo, haver-seha a
suspeção por confessada, (31) & dar-seha Juiz à causa
principal, ou conhecerá della o que estiver dado para co-
nhecer, pendendo a suspeção, como houvera de fazer, se o
recusado fora julgado por suspeyto.

291 Sendo intentado de suspeyto o Provisor, Vigario
geral, Juiz dos Resíduos, ou Casamentos, ou qualquer
Julgador, que conhecer via ordinaria, poderá qualquer
das partes pedir a Nòs, (32) ou á nossa Relação Juiz, que
conheça da causa principal, não sómente antes de o tal
Juiz ser julgado de suspeyto, mas tambem sendo recusado
em quanto a suspeção pender.

292 Porém se as partes ambas quizerem de commum
(33) consentimento, q a causa pare até as suspeções serem
determinadas, podelo-hão fazer por termo que affinarão;
que se entenderá, sendo causa principalmente sua, & tra-
tando-se de seu proveyto, & interesse particular; mas tra-
tando-se do bem publico, (34) ou das almas, posto que as
partes queyrão, que se sobre-esteja na causa, Nòs, ou a nos-
sa Relação proveremos como for justiça.

293 Sendo julgado por suspeyto o Juiz recusado; (35)
o que foy dado por commissão, conhecerá da causa prin-
cipal, & nella procederá até sentença final.

294 Sendo algum Escrivão recusado por suspeyto; por
se não sobre-estar na causa, passará o feyto a outro, (36) o
qual durante a suspeção escreverá nelle; & sendo este sus-
peyto, o Chanceller proverá, & dará Escrivão, ou o da
Camera, ou o que lhe parecer.

295 Sendo o Escrivão recusado julgado por suspeyto,
(37) pagar-selheha o q escreveo antes de o ser, & o feyto se
distribuirá ao Escrivão a que tinha passado, descarregan-
do-se ao suspeyto, & em seu lugar se lhe distribuirá outro.

296 Não sendo o tal Escrivão julgado por suspeyto (38)
tornarlhe-ha o feyto, & será pago do seu salario, de tudo o
que

que o outro escreveo, durando a suspeyção, como se escrevêra, & não fora recusado; & o mesmo se guardará, sendo recusado, & não julgado por suspeyto, o Enqueredor, & Escrivão a que o feyto for distribuido em lugar do outro, escreverá também na suspeyção.

297 Ao Escrivão que escreveo durante a suspeyção, se lhe pagará tudo o que merecer à custa da parte (39) que intentou, & não provou a suspeyção.

298 Tendo alguma parte suspeyção ao Distribuidor, & jurando que tem nelle pejo, o Escrivão mais antigo distribuirá a dita causa no livro; & sendo fóra do Auditorio, fará a dita distribuição o Escrivão que o Juiz (40) nomear.

299 Sendo recusado o Enqueredor; em quanto durar a suspeyção, inquirirá a pessoa que o Juiz (41) da causa nomear.

300 Ao Chanceller pertence informar-se, & saber (42) muyto bem os estylos que correm no Auditorio, & Relação, para que sendo consultado possa instruir, & advertir dos taes estylos, & practicas.

301 Ao Chanceller pertence saber se algum Escrivão, Notario, Distribuidor, Enqueredor, ou qualquer outro Official não guarda seu Regimento, (43) ou leva mais salario do que por Constituições, Regimento, estylo, ou nosso mandado póde levar; & se os Escrivaens, ou Notarios nos papeis que escrevem, declarão quanto levaõ, como são obrigados por seu Regimento, & achando que não cumprem como devem, fallo-ha saber ao Vigario geral, para proceder como for justiça.

302 Se sobre o salario dos Officiaes, ou buscas dos papeis, ou sobre o que se ha de pagar da Chancellaria, houver alguma duvida, determinar-seha em (44) Relação, (não se excedendo acerca dos Officiaes a taxa dada aos Officiaes seculares pelas leys seculares,) & far-seha assento no livro, declarando, como, & quando se moveo a duvida, & a resolução que nella se tomou, com alguns dos principaes fundamentos della; & sendo a duvida ante os Officiaes, Procuradores, ou partes sobre o que tem, ou não tem pago; a parte, ou seu Procurador por seu juramento será crido até hum cruzado,

39 Ord.d.§.2. ad fin.
verf. Além do salario.

40 Facit Ord. lib. 1.
tit.84.§.4.

41 Argumento com
a O d. lib 3. tit.23. §.1.
verf. O Julgador.

42 Ex Ord.lib.1.tit.
2.in princ.verbo Letra-
do, & ibi Peg. Glos. 4.
n.1. cum seq.& Ordin.
lib.1.tit.36. in princip.
verf. Bom Letrado.

43 Ord. lib.1. tit.4. §.
6.& ibi Peg.glos.8.n.3.
& Ord.lib.1.tit.36. §.5.

44 Ord.lib.1.d.tit.4.
§.7.& ibi Peg. glos.9.n.
1.& Ord.lib.1.tit.36 §.
7. & tit. 44. in princip.
verf. E se for.

82 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

45 Ord. lib. 1. tit. 2. §. 12. & ibi Peg. Glol. 39. n. 1. cum seq.

303 O Provisor, Vigario geral, Juiz dos Residuos, Desembargadores, & mais Officiaes de Justiça, quando forem providos, jurarão ante o Chanceller o juramento (45) costumado de servirem bem seus officios, & guardarem seus Regimentos; do qual juramento se fará termo pelo Escrivão da Chancellaria, no livro para isso deputado, em que assinará o Chanceller, & o Official que jurar: & nas costas da provisão declarará o Escrivão como tal dia jurou, & na fôrma sobredita se lhe dará posse, & poderá servir, & não de outra maneyra, como acima dito he.

46 Ord. d. tit. 2. §. 10. & ibi Peg. glol. 29. n. 1. cum seq. & glol. 30. n. 1. cum seq.

304 Ao Chanceller pertence publicar na Relação todas, & quaesquer Constituições, (46) Provisões, ou Mandados nossos, que na Relação se houverem de publicar; & da publicação mandará fazer termo por elle assinado com testemunhas; & se algumas das ditas Constituições, Provisões, ou Mandados se houverem de mandar aos Vigarios, ou outra qualquer pessoa, ou parte da Diecesi, o Chanceller as enviará authenticas sob seu final, & nosso sello.

305 A elle pertence examinar, & approvar os Notarios Apostolicos, & Enqueredores na fôrma declarada em seus Titulos, & Regimentos: & outrossim mandará fazer a diligencia, & declaração que está ordenado se faça quando algum dos Notarios falecer, ou o Escrivão da Camera, como se declara noTitulo dos Notarios, & do Escrivão da Chancellaria.

306 Terá cyddado de nos dar conta das cousas notaveis, & graves que se tratao na Relação, & estando Nós ausente em Visita fóra da Cidade no-la dará por escrito.

307 Havendo alguns aggravos, ou cartas do Juiz dos Feytos d'ElRey nosso Senhor, no-lo fará logo a saber, para se tratar do que convem, & não podendo commodamente darnos disso conta, o proporá na Relação, & se fará o que se resolver a mais votos.

47 Desumitur ex Ord. din. lib. 1. tit. 27. §. 2. & 3. Costa in Dom. sup. plic. annot. 25. & ex Ord. din. lib. 1. tit. 6. §. 14. in princ. & §. 15. in princ. 48 Cost. d. annot. 25. n. 4. & 5.

308 Ao Chanceller pertence distribuir (47) todos os feytos, que á Relação forem por aggravo, ou appellação, & o Desembargador a que huma vez for o feyto distribuido, ficará sendo Juiz certo até a ultima sentença: & para o Chanceller fazer distribuição dos feytos com igualdade, (48) terá hum livro, em o qual fará assento dos feytos que distribu,

distribue, & a que Ministro tocaõ, & as pessoas que nelles são partes, & odia, mez, & anno em que o faz, & no rolo do feyto assim o declarará por sua (49) letra, & fará a tal distribuição ao Ministro a que tocar direytamente, sem a perverter por respeyto, ou cousa alguma, sob pena de lho estranharmos gravemente.

309 Quando o Chanceller for Juiz em alguma (50) causa, & houver de assinar a sentença, o Desembargador mais antigo porá nella o sello, & servirá de Chanceller.

310 Se alguma provisaõ, carta, ou sentença passar pela Chancellaria, & pagar os direytos, & depois se achar que vay errada em alguma cousa, & se tornár (51) a fazer na forma que convem, posto que torne à Chancellaria, não pagará outra (52) vez os direytos, pois já os tem pagos.

311 Vindo á Chancellaria. ou sello alguma carta, ou papel que não esteja taxado neste Regimento, o Chanceller arbitrará o que deve pagar, havendo respeyto a outras, que aqui vão taxadas; & duvidando elle, tratar-se-ha (53) em Relação.

312 O Escrivão que fizer o papel, declarará nelle quanto se ha de pagar (54) na Chancellaria, & sello, & não o fazendo assim perca o salario que houvera de haver do tal papel, o qual sem a dita declaração não passará pela Chancellaria, nem se lhe porá o sello.

313 Passarão as sentenças pela Chancellaria dentro em seis mezes (55) contados do dia da data da sentença, & depois delles não passarão sem ser citada (56) a parte contraria, para dizer se tem embargos a passar a dita sentença.

314 As provisoens, ou papeis que Nós houvermos de assinar, (que são mercês que fazemos, & não sentenças) passarão dentro de quatro (57) mezes, & depois delles não valerão cousa alguma, nem se poderão cumprir, nem passar pela Chancellaria.

315 Nas cartas, provisoens, & papeis registrados (58) porá quem o registrou verba, dizendo: registrada a folhas tantas; & assinará sob pena de pagar em dobro o salario do tal registro.

316 Quando o Chanceller examinar, approvar, ou der juramento (59) a qualquer Notario, ou Escrivão que haja

49 Ord. lib. 1. tit. 27. §. 3. verf. Por sua letra, & ibi Peg. glos. §. n. 3.

50 Colligitur ex Ordini lib. 1. tit. 4. §. 17. verb. impedido, & tit. 36. verf. Ou impedido.

51 Ord. lib. 1. tit. 2. §. 5. verf. Ou fazer-lhe outra de graça: & Ord. d. lib. 1. tit. 4. §. 2. verf. Ou fazer outra de graça.

52 Text. in L. bona fides §. ff. de Regul. jur.

53 Ord. lib. 1. tit. 4. §. 7. & ibi Peg. glos. §. n. 1. & Ord. d. lib. 1. tit. 36. §. 7.

54 Ord. lib. 1. d. tit. 4. §. 9. & d. tit. 36. §. 5. verf. & não passará.

55 Facit Ord. lib. 1. tit. 97. verf. Dentro de seis mezes: & Ord. lib. 2. tit. 38. §. 1. verf. Até seis mezes.

56 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 15.

57 Ord. l. 1. tit. 38. in princip. post medium, verf. Até quatro mezes.

58 Ord. lib. 2. tit. 42. verf. Sejaõ registrados.

59 Ord. lib. 1. tit. 80. §. 1. verf. De como nella tomaraõ juramento.

haja de fazer final publico; no livro do registro da Chancellaria, & assento de cada hum dos sobreditos, ficará o tal final (60) publico de que ha de usar, feyto por sua mão, com termo que declare quando, & como elle o fez.

317 Estando o Chanceller impedido, ou ausente, ou Nòs não tivermos feyto provisão em pessoa que haja de servir de Chanceller, em qualquer dos ditos casos servirá (61) de Chanceller o Desembargador mais antigo da nossa Relação.

60 Ord. d. §. 1. vers. E
hum final publico.

61 Ord. lib. 1 tit 4. §.
17. & tit. 36. § 8.

TITULO IV.

Dos Desembargadores, & do que a seu officio pertence.

318 **T** Em esta nossa Relação sómente tres Desembargadores com salario consignado por ElRey nosso Senhor: a nomeação destes nos pertence conforme suas Provisões Reaes, & como a estes pertence o sentenciar todas (1) as causas crimes, & civeis, tanto as que perante o nosso Vigário geral se processão, como as que vem por appellação a esta Metropoli, como tambem varios casos, & negócios particulares, que aos mesmos commettermos, devem estes ser pessoas (2) de letras, & prudencia, & ter as mais virtudes, que para o tal cargo se requerem, & serão Juristas, formados em direyto Canonico, & não servirão, sem serem providos por nossas provisões, que passarão pela Chancellaria, & jurarão (3) na forma costumada.

319 Ao officio de Desembargador pertence (4) concorrer, & despachar em Relação com os mais Desembargadores, & em outras quaesquer juntas, que fizermos, ou mandarmos fazer; assim nos dias ordinarios, como extraordinarios, & sempre se assentarão em seus lugares determinados.

320 Nos dias ordinarios da Relação, ou extraordinarios, quando a ella forem convocados, virão no tempo, & hora determinada, & sempre assistirão com muyta attenção, & advertencia applicados aos negocios, & materias que se tratarem, sem practicas, nem altercações, guardando

1 Comprehendit omnes causas criminales, & Civiles divinas per Ord. lib. 1. tit. 5 in princ. consonat Ordin. lib. 1. tit 6. in princip Et facit Ord. d. tit. 6. § 8. vers. Feyto civil, ou crime. Cost. Dom. supplic. annot. 5.

2 Juxta supra notata tit. 3. n. 276.

3 Ord. lib. 1. tit. 5. §. 3. vers. Dará juramento, & vers. E tanto; & ibi Peg gl. 1. §. n. 1. & vide supra tit. 3. n. 203.

4 Peg. ad Ord. tom. 4. pag. 78. n. 234.

dando em tudo muyto segredo, (5) & obedecendo ao que presidir, assim quando mandar que votem, como quando mandar, que respondaõ, que acabem, ou se callem; & em tudo o mais que a seu officio pertence, para que não seja necessario proceder com (6) multas.

321 Pertence ao officio de Desembargador ver, & examinar com muyta diligencia, & curiosidade os processos, & causas que se haõ de despachar em Relação, assim nos pontos de feyto, como de direyto, & quando os forem vendo, farão suas lembranças, (7) & apontamentos do que notarem, não se fiando sómente da memoria.

322 O Desembargador que for Relator do feyto, será obrigado, antes que o relate, ver tudo o que nelle ha; assim como libello, (8) contrariedade, & mais artigos, provas, assim de testemunhas, como de papeis offercidos em prova; termos, despachos, razoens, & allegações, tanto de huma parte, como da outra, & tudo bem visto, relatará com brevidade, & clareza, & na verdade, como está no feyto, sem tirar, diminuir, ou acrescentar, córar, ou descórar cousa alguma: & fazendo o contrario se lhe estranhará; & o que servir de Presidente, será obrigado a darnos conta de qualquer excessso que nesta parte houver.

323 Quando por Nós forem remettidos alguns papeis, ou petição à relação, para nella selhes deferir, será por Acordaõ, votando todos na materia delles, & o Desembargador mais moço (9) o lançará, & assinará com os mais; & nos feytos que forem por distribuição, lançará o Acordaõ da sentença o Desembargador que for Relator do (10) feyto.

324 O Desembargador mais moderno (11) examinará em Relação a qualquer Sacerdote, que a ella mandarmos, ou o nosso Provisor, a exame para confessar, ou prégar, & sendo muytos os examinados, se continuará com os mais Desembargadores.

5 Ordin. lib. 1. tit. 6. §. 17. & ibi Peg. glot. 19. n. 1.

6 Facit Ord. d. §. 17. ad fin. vers. E sendo, & ibi Peg. dict. glot. 19. n. 3.

7 Ord. lib. 1. tit. 5. §. 11. vers. Ponha em lembrança, & Ordin. lib. 5. tit. 12. §. 25.

8 Vide suprà tit. 2. §. 18. num. 16. in margine usque ad n. 26. exclusi-
ve.

9 Quia junioribus maior labor, quam senioribus imponi debet. Peg. ad Ordin. tom. 2. lib. 1. tit. 5. §. 15. glot. 19. n. 1. Sicut in votando incipitur à juniore. Peg. tom. 1. ad Ord. lib. 1. tit. 1. §. 13. glot. 87 n. 1.

10 Ord. lib. 1. tit. 1. §. 13. ad med. vers. Sempre a sentença, & ibi Peg. glot. 91. n. 1. Soula de Maced dec. 59. n. 12.

11 Ex Peg. d. §. 15. d. glot. 19. d. n. 1.

TITULO V.

Do Juiz dos Casamentos, & do que a seu officio pertence.

325 **P**ara os casamentos se poderem celebrar valida, & licitamente, como ordena o Sagrado Concilio (1) Tridentino, he necessario haver Juiz, (2) que proceda nas cousas tocantes aos taes casamentos, assim como sobre pegoens, (3) & diligencias que devem preceder, impedimentos que a elles sahẽ: & perguntas que sobre isso se fazem, antes de correr demanda em Juizo contencioso.

326 Quando nomearmos Juiz dos Casamentos, naõ servirá o tal officio sem provisãõ nossa passada pela nossa Chancellaria, & depois de jurar na forma costumada. (4) E tanto que entrar a servir, proverá em tudo o necessario acerca dos casamentos, que se houverem de celebrar, sobre o que acima fica dito, & em tudo o mais que naõ correr em Juizo contencioso, de que o nosso Vigario geral he Juiz competente; (5) & no que prover acerca dos casamentos, seguirá o direyto Canonico, Decretos do Sagrado Concilio Tridentino, & nossas Constituiçoens.

327 Se algumas pessoas pedirem licença para se casarem ao nosso Juiz dos Casamentos, & elle achar se devem para isso fazer algumas diligencias, primeyro que lha conceda, mandará vir ante si os contrahentes, (6) a cada hum em particular, & lhe tomará com o seu Escrivão o depoimento com juramento, (7) perguntandolhe seu nome, & de quem he filho, terra, lugares, & Freguesias aonde tem residido, & por quanto tempo; estado, & officio que tem, se he viuvo, quantas vezes foy casado, com quem, & em que parte, & por quem foy recebido, & como sabe ferem mortas a tal pessoa, ou pessoas com quem se recebeu, se os vio morrer, ou a razãõ que tem de o saber; se se esposou com outra alguma pessoa, se tem feyto algum voto (8) de Religiaõ, ou castidade, ou outro algum impedimento Canonico, de qualquer qualidade que seja, que impida, ou annulle casar com a pessoa de que se trata; & se sabe que a tal pessoa tem algum dos sobreditos impedimentos,

1 Concil. Trid. sess. 24. de Reform. Matrimonij cap. 1. ubi Barb.

2 Qui Judex debet esse Ecclesiasticus. Trid. sess. 24. Can. 12. & ibi Barb. n. 19.

3 Trid. dict. sess. 24. de Reform. cap. 1. Barb. de Pot. Episc. p. 2. alleg. 32. n. 1. Sanchez de Matrim. lib. 3. disp. 5. & seq.

4 Constat supra tit. 3. n. 303. & tit. 4. n. 318. in final. b. verbis.

5 Trid. sess. 24. Can. 12. & ibi Barb. d. n. 19.

6 Juxta notata per Themud. 3. p. dec. 289. n. 12. & Tondut. tom. 1. q. beneficiar. c. 55. n. 5.

7 Deducitur ex cap. 2. de jurament. calumni. vers. Potest judex. Sanchez de Matrim. l. 3. disp. 8. num. 4. vers. Secundum probatur. Gavanti. in Manual. verb. matrimonij denuntiationes n. 16.

8 Cap. Meminimus qui Cleric. vel vovent. & ibi Barb. num. 1. & Sanchez de Matrim. lib. 7. disp. 26. n. 1. cap. Rufus. eod. tit. qui Cler. vel vovent. & ibi Barb. n. 1. Sanchez de Matrim. lib. 7. disp. 25. à princip.

tos; & não confessando, nem declarando impedimento algum, o dito Juiz tomará informação por summario breve de testemunhas fidedignas, que bem conheçam os contrahentes, ás quaes perguntará pelas cousas sobreditas, & não resultando impedimento algum, nem meya prova, ou fama delle, mandará fazer as denunciações (9) na forma do Sagrado Concilio Tridentino, & nossas Constituições para se receberem, não lhes sahindo impedimento algum.

328 O que acima fica dito se entende a respeito do contrahente, ou contrahentes que não são naturaes deste Arcebispado, os quaes além da justificação que devem fazer, ajuntarão também a ella certidão (10) de banhos em forma do Juiz dos Casamentos do Bispado de seu natural, para só lhes dar licença para casarem neste Arcebispado, vindo sem impedimento.

329 E quando as taes pessoas não ajuntarem a tal certidão em forma, ao tempoem que pedirem licença para casarem, & ao Juiz dos Casamentos parecer, que o casamento não permite demoras, & se seguirá algum damno grave aos contrahentes, ou a algum delles, attendendo às longas distancias dos mais Bispados a este, & às difficuldades viagens do Reyno, lhes poderá dar licença para serem recebidos, feytas as diligencias (11) acima ditas, & corridos os banhos no lugar, & lugares (12) onde residir, & tiver residido neste Arcebispado por tempo de tres annos, & dando primeyro fiança pignoratícia, ou fidejussoria, da quantia, que ao Juiz dos Casamentos parecer, para em certo termo, que lhe arbitrar *respectivè* à distancia, apresentar a certidão de banhos em forma do seu natural, & lugares onde tiver residido dentro, & fóra deste Arcebispado.

330 Aindaque os naturaes deste Arcebispado não são obrigados fazer as sobreditas diligencias para casarem, & só lhes baste correr os (13) banhos nas suas Freguesias, & terras onde residem, & tiveré residido por mais de seis mezes, dentro deste Arcebispado; comtudo, se algum houver sido morador por mais de seis mezes fóra delle, ou houver sido casado em outro Arcebispado, ou Bispado, será obrigado a fazer as mesmas diligencias, que mandamos fazer aos que não são deste Arcebispado; & se for viuvo, ajun-

H ij

tará

9 Trid. dict. sess. 24. cap. 1. & ibi Barb. n. 18. Sanch. de Matrim. lib. 3. disp. 6. n. 8.

10 Sanch. lib. 3. d. disp. 6. n. 4. Gavant. verb. Matrimonij celebratio n. 9. Zerol. verb. Matrimonium, n. 5.

11 Trid. sess. 24. cap. 1. Barb. d. n. 18. Sanch. d. disp. 6. n. 8.

12 Sanch. d. disp. 6. n. 1. & n. 4. Gavant. sup. n. 9. Zerol. sup. n. 5.

13 Sanch. de Matrim. lib. 3. d. disp. 6. n. 1.

tarà com a certidão de banhos em fôrma, certidão da morte (14) de sua mulher, como acima fica dito.

14 Cap. 1. cap. 2. cap. Si quis necessitate 34. q. 2. cap. In praesentia de sponsalib. & ibi Barb. n. 1. Sanch. de Matrim. lib. 2. disp. 46. per tot.

15 Cap. Attestationes, cap. Ex litteris de desponsat. impuber. Sanch. de Matrim. lib. 7. d. 104. n. 1.

16 Sanch. d. n. 1. cap. continebatur, cap. ult. d. tit. de desponsat. impuber.

17 Sanch. de Matrim. lib. 3. d. 6. n. 1.

18 Trid. sess. 24. de Reform. Matrim. cap. 1. verbi. Nisi, & ibi Barb. à n. 47. & de Pot. Episc. 2. p. allegat. 32. à n. 35. Sanch. de Matrim. lib. 3. disp. 7. n. 3.

331 Se os contrahentes, que não forem naturaes deste Arcebispado, justificarem com testemunhas fidedignas perante o Juiz dos Casamentos, como vieraõ para este, o varaõ menor de quatorze (15) annos, & a femea menor de doze annos, (16) & que sempre nelle residiraõ sem delle se ausentarem, não serãõ obrigados a juntar certidão de banhos do seu natural, & bastará que os corraõ (17) na Freguesia onde residirem, & tiverem residido neste Arcebispado.

332 Se os contrahentes forem estrangeyros, ou vagabundos, o Juiz dos Casamentos, acerca das licenças que lhes deve dar para casarem, observará o que em nossas Constituiçoens fica disposto acerca delles.

333 O Juiz dos Casamentos não dispensará nas tres denunciaçãoens que se devem fazer antes de se celebrar o matrimonio, sem lhe darmos especial licença (18) para isso, & quando por Nós lhe for concedida, guardará o que se dispõe na Constituição.

334 Acerca do casamento dos escravos, observará o Juiz a fôrma que com especialidade declaramos em nossas Constituiçoens, no Livro 4. Tit. 71. dos casamentos dos escravos, n. 303. & seq.

335 Se aos dispensados nos banhos, antes, ou depois de serem recebidos, sahír algum impedimento, que o Juiz dos Casamentos julgar que procede, o remetterá ao Vigario geral, aonde os impedidos o purgarão; & sahindo por sentença da Relação julgado por provado o impedimento, se mandará que o Promotor proceda contra os impedidos por perjuros, & se haverão as fianças por perdidas, & serãõ condemnados nas penas impostas por direyto, & nossas Constituiçoens.

336 Quando ao Juiz dos Casamentos lhe forem remetidos pelos Parochos alguns banhos com impedimentos, os mandará processar pelo Escrivaõ da Camera, & perguntará per si os impedientes, & as mais testemunhas que referirem, perguntandolhes a razão de como sabem o que dizem, & a qualidade, & circumstancia do impedimento; se he publico,

publico, ou secreto, & se haverá escandalo, se as partes casarem, ou não casarem, & se lhe parecer necessario, tomará o depoimento aos impedidos, & logo mandará ir tudo concluso sem mais outro processo, & do que por elle achar, determinará por seu despacho se procede, ou não o impedimento. E a parte que se sentir delle aggravadá, o poderá fazer a Nòs, para por remissão nossa se lhe deferir em Relação, sem a qual se não poderá tomar conhecimento do aggravo, por não estar ainda deduzido ao foro contencioso.

337 Para proceder o impedimento bastará que haja meya (19) prova com os requisitos de direyto, porque muyto menos prova basta para impedir o casamento antes de feyto, do que depois de celebrado para se annullar.

338 Quando o Juiz dos Casamentos não puder per si perguntar as testemunhas, por serem pessoas que se devem perguntar em suas casas, as mandará inquirir pelo Enqueridor do Juizo com o Escrivão; & não sendo moradores na Cidade, mandará passar commissão ao Vigario da Vara do distrito, para as perguntar com o seu Escrivão, & fechados, & lacrados seus ditos serão remettidos ao Escrivão da Camera por pessoa fiel, & segura.

339 Quando o impedimento proceder, pelo mesmo despacho o Juiz o mandará remetter ao Juizo do Vigario geral, perante o qual o poderão as partes impedidas purgar, pedindo vista delle, que se lhes mandará dar com as inquiriçoens cerradas, & otraslado dos impedimentos, callando os denunciantes; ao que assistirá o nosso Promotor por parte da Justiça, & se lhe dará vista do que os impedidos allegarem, para dizer a bem della.

340 Achando o dito Juiz, que alguma pessoa abriu os summarios das diligencias, que lhe eraõ remettidos, & que testemunhou falso em seu Juizo, ou sendo parte, negou a verdade, ou disse falsidade nas perguntas, que se lhe fizeraõ sobre casamentos, ou esposorios, fará disso auto com fé do Escrivão, & havendo testemunhas presentes as perguntará citada a tal pessoa, & sendo logo preza a remetta, & enviará tudo ao Vigario geral, para que diante delle se livre, & haja o castigo que merecer.

19 Barbof. in cap. In
omni negotio de Test.
n.9. & in cap. Præterea
de muliere despons. &
matr. n. 1. 2. & 3.

341 Achando algum casado duas vezes, (sendo vivo o primeyro conjuge) com palavras de presente, fará auto dis-
fo, & sumario de testemunhas, & antes de deferir a elle nos
darà conta, & mandaremos ver o processo em nossa Rela-
ção, para se determinar se convem remetter-se ao S. Officio
por serem bastantes as provas: & havendo de ser remetti-
do será prezo, & só se remetterá o sumario, & o Reo
prezo estará no Aljube até que do Santo Officio o mandem
buscar: & o mesmo observará o nosso Provisor, & Vigario
geral quando perante elles for achado que algum casou
duas vezes, como acima fica dito.

342 As certidoens q se houverem de passar de denúcia-
ções para fóra do Arcebispado, se passarão todas pelo Escri-
vão dos Casamentos, & assinadas pelo dito Juiz, & sella-
das com o sello da nossa Chancellaria, & registro; & a que
não for nesta forma, não valha, nem tenha effeyto algum;
& sendo passada por outro modo, o Official que a passar se-
rá suspenso do officio a nosso arbitrio, & pagará dous mil
reis para o accusador, & prezos do Aljube.

343 Todas as precatorias que vierem de fóra deste Ar-
cebispado para se fazerem algumas diligencias, em maté-
ria de esporios, ou casamentos dirigidas a Nós, ou a nos-
so Provisor, serão apresentadas ao dito Juiz dos Casamen-
tos, & elle as fará, ou commetterá, & como forem feytas
as enviará cerradas, selladas, & lacradas, como he costu-
me, interpondo nellas sua authoridade judicial; & se as pre-
catorias não forem passadas por Provisor, ou Juiz dos Ca-
samentos das outras Dieceses, não se lhes deferirá, nem fa-
rá por ellas diligencia alguma.

344 Se os contrahentes se quizerem receber por pro-
curação, (20) o Juiz dos Casamentos lhes não dará licença
sem especial commissão nossa, & quando a dermos, exami-
nará as procurações, & verá se são sufficientes, & passadas
na forma de direyto, & achando-as como devem ser, lhes
dará licença *in scriptis*, (para o que lhe ajuntarão tambem
certidão de banhos) & mandará que sejam recebidos na
propria Parochia, & pelo proprio Parocho, o qual não da-
rá licença para serem recebidos em outra Igreja, nem por
outro Parocho, ou Sacerdote sem *urgentissima causa*, &
nunca a dará a Religiosos.

345 Não

20 Cap. fin. de Pro-
cur. lib. 6. & ibi Barb. n.
1. & lib. 3. vot. 85. n. 15.
Sanch. de Matrim. lib. 2.
disp. 11. n. 3.

345 Não mandará passar carta de casamento, sem lhe constar delle por certidão tirada do livro delles; & os que a pedirem mandará ir ante si pessoalmente, para o seu Escrevaõ em sua presença lhes tomar os sinaes que haõ de ir declarados especificamente na carta.

TITULO VI.

Do Juiz das Justificaçoens de genere, & fôrma que nellas deve guardar.

346 **D**E Juiz das Justificaçoens de genere servirá que Nõs nomearmos por provisaõ nossa, & o naõ fará sem primeyro ser por Nõs assinada, & sellada com o sello da nossa Chancellaria, & jurar perante o nosso Chancelier, (1) como os mais Ministros; & de outra sorte naõ exercerá o tal cargo.

347 Os que pertenderem ordenar-se neste nosso Arcebispado, sendo filhos delle, se habilitaráõ primeyro de genere; para o que nos farão petição, (2) declarando de quem são filhos; & se são de legitimo matrimonio; donde são naturaes, & moradores; & dizendo mais nella os nomes de seus Avõs paternos, & maternos; as Freguesias, & terras, & Bispados donde são naturaes, & donde são, ou foraõ moradores, & donde trazem suas origens. E depois de ser remettida por Nõs ao Juiz das Justificaçoens, antes de lhe mandar fazer diligencia alguma, se informará pelos Parochos, donde os sobreditos forem naturaes, secretamente da limpeza do sangue do habilitando, vida, & costumes, & da limpeza de seus pays, & Avõs, o que fará por carta sua, que enviará aos Parochos encomendando-lhes a brevidade, & que o informem por carta cerrada com verdade, & segredo, tornando informaçãõ com as pessoas que lhe parecer, dando-lhes o juramento dos Santos Euangelhos, para lhe dizerem a verdade, & guardarem segredo.

348 E constando ao Juiz das Justificaçoens pelas informaçõens dos Parochos, que o habilitando per si, & seus pays, & Avõs, he de limpo sangue sem fama, nem rumor em contrario, & que he de bom procedimento, o mandará examinar

1 Constit. suprà cit.
3.n.303.tit.4.n.318.in
finalib.verb. & tit. 5.n.
326.

2 Themud, in Præf;
1.p.n.49.

3 Them. d. 1. p. n. 49.

4 Themud. loco supra citato.

5 Them. d. n. 49. Carleval de Judic. lib. 2. tit. 2. disp. 3. n. 36. Lara de Anniver. & cap. 1. lib. 2. cap. 4. n. 24.

6 Arg. text. in Auth. Apud eloquentissimum, Cod. de Fide instrum. cap. Si quis testium de Test. L. 3. §. Divus ff. cod. Valent. Concil. 92. n. 80.

7 Themud. d. 1. p. n. 50. vide Carleval de Judic. tit. 1. disp. 2. q. 7. n. 779.

8 Scob. de Purit. tang. q. 6. §. 3. n. 14.

9 Scob. d. q. 6. §. 3. n. 28.

examinar em Relação; & achando que mostra capacidade para poder ter prestimo para ser Sacerdote, & servir de utilidade à Igreja, lhe despachará a sua petição, & mandará passar Mandados (3) de segredo, para os Parochos das origens informarem da limpeza do sangue, & legitimidade do habilitando, & de seus pays, & Avós paternos, & maternos, como acima fica dito; & com a informação que derem, nomearão até sete, (4) ou oito testemunhas (sem que a parte intervenha, nem tenha noticia (5) disso) que sejam pessoas antigas, fidedignas, & Christãs velhas, & não sejam parentas do habilitando. E sendo das Freguesias desta Cidade, ou seus suburbios, as perguntará (6) per si o Juiz das Justificações; & se forem em outra parte do Arcebispado, mandará passar commissão ao Vigario da Vara do distrito, & não o havendo, ao Parocho que lhe parecer de confiança, & experiencia, & na commissão irão insertos os interrogatorios abayxo declarados.

349 E não sendo a pessoa que se quizer habilitar *de genere* natural deste Arcebispado, não será admittido, sem que primeyro perante o nosso Provisor seja julgado por compatriota deste Arcebispado, & com a petição que nos fizer para o mandarmos admittir, juntará sentença de compatriota; & o Juiz das Justificações, feytas as diligencias acima declaradas sobre a sua capacidade, procedimento, & exame, parecendo-lhe que se deve admittir, mandará passar requisitorias (7) para o Juiz das Justificações *de genere* do Arcebispado, ou Bispado da origem, ou origens do habilitando, & de seus pays, & Avós paternos, & maternos, lhe fazer as diligencias na forma que abayxo se dirá. E o mesmo fará, quando algum dos pays, ou Avós do que he filho deste Arcebispado for de fóra delle.

350 E não havendo suspeyta na limpeza do sangue do habilitando, bastará fazer as diligencias no lugar da sua origem, & de seus pays, & Avós; (8) porèm se a houver, se procurará averiguar a verdade, fazendo-se diligencia no ultimo (9) lugar da origem, que se alcançar, ainda que a tal pessoa dahi originaria seja parenta do habilitando em remotissimo grão: & não se achando no lugar da origem noticia do ascendente, cuja qualidade se procura averiguar, se

se inquirirá se ha, ou tem havido alli, pessoas do appellido, ou appellidos do habilitando, & se os ha em huma, ou mais familias, & diversas descendencias, & sua qualidade, & reputação (10) de limpeza.

351 E se no lugar da origem se não achar bastante numero de testemunhas, se examinarão as que faltarem em o lugar, ou lugares mais vizinhos (11) delle, passando carta de segredo para os Parochos, para que se informem, & as nomeem.

352 E não se perguntarão testemunhas que não forem Christãs velhas, & fidedignas, nem que estejaõ falladas (12) pelo habilitando, nem seus amigos, nem inimigos, (13) ou parentes; (14) salvo naquelles casos, & fórma que o direyto (15) permite perguntallos: comtudo se algũa testemunha menos idonea for referida pelas outras, ou for couza em que possa melhor q as outras testemunhar, se perguntará, (16) & fará todo o possivel para que conste dos autos o seu defeyto; (17) nem será contada no numero ordinario (18) das testemunhas.

353 E quando houver algum erro (19) na genealogia do habilitando, a respeyto da origem, nome, ou appellido de algum ascendente, ou seja com malicia, ou sem ella, provar-se-ha com testemunhas, ou escrituras, & se proseguirá a inquirição segundo a origem, nomes, ou appellidos verdadeyros, porque se ha de estar, & não pela asserção do habilitando, & se examinarão as testemunhas necessarias na origem verdadeyra, não se fazendo caso da errada, & falsamente posta: porèm havendo duvida de qual dos lugares, ou Freguesias haja sido algum ascendente do habilitando, se depois de feytas todas as diligencias em provar qual seja a origem certa, ficar ainda duvidosa, se farão as diligencias em (20) ambos os Lugares, ou Freguesias, averigüando-se em qual tem a origem aquella familia, para se julgar, segundo se provar.

354 E se o habilitando mudar o appellido, ou a origem de algum ascendente depois de principiadas as inquirições, lhe será recebida a advertencia, mas não se moverá o Juiz das Justificações facilmente a crello, (21) principalmente havêdo em aquella parte contra elle má fama,

nota,

10 Scob. d. q. 6. §. 4. n.
38. Lara de Anniverf. &
Capel. lib. 2. cap. 4. à n.
43. cum seq.
11 Scob. d. q. 6. §. 4.
n. 36.

12 Scob. d. q. 6. §. 4. à
n. 4. cum seq. Carleval
d. disp. 3. n. 36.

13 Scob. l. p. q. 12 §.
1. & 2. Valent. Consil.
92. n. 129.

14 Scob. d. l. p. q. 11.
§. 1. n. 5. & 6.

15 Scob. d. q. 11. §. 2.
per tot.

16 Scob. d. q. 6. §. 4. n.
6. 21 & 22.

17 Scob. d. q. 6. §. 3. n.
58.

18 Scob. d. §. 3. n. 58.
Garc. de Nobilit. glos.
25. n. 6.

19 Scob. d. q. 6. §. 3. n.
40. Lara d. cap. 4. n. 33.
Ricciol. de Neophit.
cap. 7. n. 25.

20 Scob. in Instruēt.
commis. §. 5. verf. Y ha-
viendo, in fin.

21 Scobar d. q. 6 §. 3.
n. 43. Ricciol de Neo-
phit. d. cap. 7. n. 25.

nota, ou suspeyta della ; pois se póde presumir , que o faz pela excluir ; mas informar-seha da verdade , & esta seguirá não fazendo caso da nova origem, nome , ou appellido, mais que em quanto se verificar por outras inquiriçoens, provas, ou razões verosimeis.

355 E nas commissoens , ou nas requisitorias que se passarem, se encomendará, que além das testemunhas, que perguntarem , se informem (22) com pessoas velhas de credito , & noticiosas da limpeza do sangue do habilitando, & seus ascendentes , & que informem do que nesta materia acharem , & lhes parecer ; & juntamente acerca da fé ; & credito que se deve dar ás testemunhas perguntadas.

356 Quando for possível, se procurará que as testemunhas se perguntem em lugar secreto, (23) aonde possaõ declarar livremente o que souberem , & chamar-sehaõ cada hum de per si , sem dar rol de muytas juntas ao Official, (24) que as chamar ; & não havendo duvida no negocio, se perguntarão sómente o numero das testemunhas acima dito em cada origem : porém se houver difficuldade no negocio, ou testemunhas que deponhaõ de macula, ou nota no habilitando, mandará o Juiz perguntar todas as mais testemunhas , que lhe parecerem necessarias , (25) para averiguar a verdade , conforme o negocio o pedir.

357 E havendo testemunhas referidas , mandará o dito Juiz das Justificaçoens se perguntem todas, sem deyxar alguma , se houver controversia , (26) ou difficuldade no caso, sobre que são referidas; ou sejaõ em favor, ou contra o habilitando ; & se alguma pessoa , que não seja em tudo idonea, for referida , será examinada , & se declarará (se for possível) o defeyto que tem no seu testemunho , & a causa que houve para ser perguntada.

358 As testemunhas se inquirirão em fórma que concluaõ seus testemunhos, (27) para prova da verdade , em semelhantes qualidades; & depondo alguma testemunha de (28) fama publica , ou commua reputação de alguma nota, ou defeyto na qualidade do habilitando , declarará porque linha , & parte lhe toca , & se he descendencia de Judeos, Mouros , mulatos , ou hereges , ou de penitenciados , ou sambenitados pelo Santo Officio ; & a razão que ha para ser

22 Scob. d. q. 6. §. 7.
n. 8. & 9. Paz de Te-
nut. 1. p. cap. 32. n. 8.

23 Glot. in Leg. Si
quando, verb. Noluerit,
Dicitur autē testis Cod.
de Testib. Scob. d. q. 6.
§. 4. n. 1. Far. de Oppo-
sit. contra examin. test.
q. 80. opposi. 38. n. 93.
Lar. d. cap. 4. n. 122.

24 Scob. d. q. 6. §. 3. n.
66. & in Instruct. Com-
miss. §. 7.

25 Scobar in Instruct.
Commis. §. 7.

26 Scob. in Instruct.
Commis. §. 8.

27 Scob. d. q. 6. §. 4. n.
9. vers. Quæ omnia.

28 Scobar d. 1. p. q. 9.
§. 4. per tot. & in In-
struct. Commis. §. 12.
Lara d. cap. 4. à n. 11.
& 141. Carleval d. tir.
2. disput. 3. n. 8. Valens.
d. consil. 92. à n. 156.
Cassan. in Catalog. glo-
ria mund. p. 8. Confid.
16. & Conf. 64. num. 10.
Garc. de Nobilit. glot.
7. ex num. 11. & 22. &
glot. 18 §. 1. n. 1. Cabed.
2 p. dec. 73. n. 12. cum
seq.

fer o habilitando descendente da tal origem , & a que pessoas o ouvio , & em que tempo , & lugar , & o que sente em tal materia , & se tem por verdadeyro , ou falso , o tal de-
teyto , que se imputa ao habilitando.

Fôrma dos Interrogatorios.

SE sabe , ou suspeyta o para que he chamado , ou alguma pessoa lhe disse , que sendo perguntado por sua geração , ou de alguem , dissesse mais , ou menos do que soubesse , ou lhe disse , & instruhio no que havia de testemunhar.

2 Se conhece o habilitando N. donde he natural , & morador , & de que tempo a esta parte o conhece , & que razão tem de o conhecer.

3 Se conhece a N. & N. Pay , & mãy do habilitando , que officio tem , donde são naturaes , & moradores ; que tempo ha os conhece , & porque razão os conhece.

4 Se conheceo , ou teve noticia de N. & N. Avòs paternos do habilitando ; que officio tiverão ; donde foraõ naturaes , & moradores ; de que tempo a esta parte os conheceo ; & sempre darão a razão do seu dito ; & na mesma fôrma se inquirirà pelos Avòs maternos.

5 Se sabe que o dito habilitando N. he filho legitimo dos ditos pays , & neto dos ditos Avòs paternos , & maternos acima nomeados , & por filho , & neto das ditas pessoas he tido , tratado , & communmente reputado de todos , sem que haja fama , ou rumor em contrario.

6 Se elle testemunha he parente , ou adherente do dito habilitando N. ou de alguma das sobreditas pessoas , em que grão , ou porque via ; ou se he , ou foy seu inimigo , ou amigo particular , ou tem outra algũa cousa que dizer ao costume ; & no caso que responda tem algũa cousa das sobreditas , não será mais perguntado , antes aqui acabará o seu juramento.

7 Se o dito habilitando , seus pays , & Avòs paternos , & maternos , todos , & cada hum per si foraõ , & são inteeyros , & legitimos Christãos velhos , & de limpo sangue , sem raça de Judeo , Mouro , Mourisco , Mulato , Hetege , nem de

outra

outra alguma infecta nação reprovada; ou nascidos de pessoas novamente convertidas à nossa Santa Fé Catholica, sem haver fama, rumor, ou suspeita em contrario, ou se a houve, donde nasceo, & de que pessoas.

8 Se alguma das ditas pessoas encorreo em infamia alguma, ou de defeito, ou de direyto, ou cometteo crime de heresia, ou foy penitenciada pelo Santo Officio.

9 Se tudo o que tem dito, & testemunhado he publico, & notorio, & porque razao o sabe.

359 Perguntadas as testemunhas, & feytas as mais diligencias necessarias, o Juiz das Justificacoes mandará ao Escrivao da Camera lhe faça os autos conclusos, os quaes como Relator delles os levará à Relação, & com os Desembargadores, & em nossa presença os proporá, & se sentenciarão por Acordão, estando todos os Ministros conformes nos votos; & não estando Nós presentes, se não sentenciarão, salvo dermos especial licença; porém sempre estarão presentes todos os Desembargadores, Provisor, & Vigario geral, & sem elles se não conferirão.

TITULO VII.

Do Juiz dos Resíduos, & da conta que deve tomar dos testamentos.

360 **A**O Juiz dos Resíduos que nomearmos, pertence tomar conta dos testamentos, codicillos, & outras ultimas vontades dos defuntos que falecerem nesta Cidade, & seus suburbios, nos mezes que na alternativa lhe pertencem pela concordada, (1) principiando o Ecclesiastico no mez de Janeyro; (2) & para effeyto de tomar conta, & ver se estão cumpridos mandará no tempo devido citar (3) os Testamenteiros, ou herdeyros obrigados a cumprir, & executar qualquer ultima vontade, para darem conta, & mostrarem se tem cumprido; & contra os que o não tiverem feyto procederá na forma de direyto, & nossas Constituiçoes.

361 Ao dito Juiz pertence processar todos (4) os feytos que houver sobre as contas, & causas dos testamentos, & ultimas

1 Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 62. § 4. glos. 11. n. 1. Oliv. de For. Eccles. 3. p. 9. 35. n. 28. verif. Tandem. Themud. 3. p. dec. 350. à princip. Oliveyra de Muner. Provisor. cap. 1. §. 11. n. 41.

2 Const. Ulyssip. lib. 4. tit. 14. Decret. 3. § 2. verif. Que o Juiz Ecclesiastico terá o primeyro mez, &c.

3 Ord. d. §. 4. verif. Citando, & ibi Peg. dict. glos. 11. n. 8. & Ord. d. tit. 62. §. 6. ubi etiam Peg. glos. 13. n. 1.

4 Ord. d. tit. 62. § 25. & lib. 1. tit. 50. in princ. & ibi Peg. glos. 1. n. 1. verif. Ad horum, &c. etia Ord. d. tit. 50. §. 1.

últimas vontades, cumprimento, & execução dellas até final, & as sentenciará per si sómente; & dos despachos, & sentenças que der, poderáo as partes que se sentirem agravadas, agravar para a nossa Relação, & appellando será para a superior instancia, porém sómente receberá a apellação no effeyto devolutivo: (5) & fará toda a diligencia por se não fazerem longos proceffos, & que as contas se breviem quanto for possível, por serem as causas dos Resíduos (6) summarias.

362 O Juiz dos Resíduos não póde dentro do anno, & mez, ou do termo; que o Testador assinar ao Testamenteyro, para dar conta do testamento, obrigar o dito Testamenteyro a que a dê, antes de passar o dito termo da Ley, ou do Testador; mas contudo póde, & deve dentro do tal termo mandar que se digaão as Missas, & fação os Offícios que o defunto ordenou por sua alma, sendo passado o termo que limitou, ou não limitando algum; & o anno, & mez principia a correr do dia (8) em que o defunto faleceu, não declarando elle o contrario; porque prorogando elle mais tempo (9) ao testamenteyro para dar contas, se esta pela sua disposição, mas nunca ficará escuso de as dar, posto que no testamento declare se lhe não peça conta em tempo (10) algum.

363 E depois de ser passado o termo da Ley, ou o que o Testador tiver assinado, serão os Testamenteyros obrigados a dar conta do que receberão, & dispendirão pelas almas dos defuntos, como, & quando por elles foy mandado; (11) ou as despesas hajaão de ser em cousas certas (12) pelos Testadores declaradas, ou sejaão deyxadas em arbitrio dos Testamenteyros; (13) as quaes contas serão obrigados a dar com toda a distincão, & clareza.

364 E se os herdeyros, ou Testamenteyros allegarem alguns embargos, a se haverem de cumprir as ultimas vontades em tudo, ou em parte, o Juiz os mandará logo averbar, & parecendo-lhe a materia delles relevante, lhes mandará que os justifiquem, assinando-lhes hum termo breve, & deyxa a justificação, mandará dar vista (14) ao Promotor, & achando que a prova he concludente, & relevante, assim o pronunciará por seu despacho; & se não provarem o que allegão,

5 Peg. For. cap. 15. n. 211. Mend. in prax. p. 1. lib 3. cap. 19. n. 9. ver. Nec etiam in causa Residuorum.

6 O. din. d. §. 25. & ibi Peg. glot. 32. n. 1. v. De verbo, Brevidade, &c.

7 Ord. d. tit. 62. §. 2. & ibi Peg. glot. 9. n. 1.

8 Ord. d. §. 2. ver. Do dia, &c. Peg. d. glot. 9. n. 5.

9 Ordin. d. tit. 62. §. 1. ver. Porém, & ibi Peg. Glot. 7. n. 1. 2. & 3.

10 Ordin. d. tit. 62. in fin. princip. & ibi Peg. glot. 7. n. 1 & 2.

11 Ordin. d. tit. 62. in princ. & ibi Peg. glot. 3. n. 1. & glot. 4. n. 1. & 2.

12 Ord. supra, & ibi Peg. glot. 5. n. 1.

13 Ord. d. princip. & ibi Peg. glot. 6. n. 1.

14 Ex Ord. lib. 1. tit. 50. in med. princ. ver. Do qual podera mandar dar vista ao Procurador dos Resíduos, & §. 12.

allegação, procederá contra elles, até com effeito cumprirem os ditos testamentos, & ultimas vontades. E se a materia dos embargos for tal, qual logo se não possaõ determinar, mas que deve ser contrariada por outra parte, ou pelo Promotor, assim o mandará, & procederá summariamente o Juiz nelles, quanto for possível, para que se não declare a execução do testamento.

15 Ord.d.tit.62. §.2.
& ibi Peg. glos. 9. n. 7.
Themud. 1. p. dec. 98. n.
35.

365 E quando os Testamenteyros allegarem alguma justa causa, (15) porque se elcusem de não cumprirem a ultima vontade do defunto dentro do anno, & mez, ou tempo que o defunto assinou, justificando a causa, que allegação, perante o Juiz dos Residuos, lhes prorogaremos o tempo que nos parecer, para dentro nelle darem cumprimento a ultima vontade do Testador, ou o dito Juiz lho prorogará de nossa licença.

16 Ord.d.tit.62. §. 12.
& ibi Peg. glos. 19. n. 1.
Spercll. p. 2. dec. 146. n.
54.

366 Nas contas que o Juiz dos Residuos tomar dos testamentos, & ultimas vontades, verá com diligencia os legados (16) & cousas que o Testador manda fazer por sua alma, & mandará ao Testamenteyro lhe dê conta como se tem cumprido, & todos os papeis, & certidoens, q mostrar para sua descarga, serão juntos aos autos, no fim dos quaes mandará o Juiz fazer termo, em que se declare quantos são os papeis, & conhecimentos que o Testamenteyro ajuntou, para a todo o tempo constar, & não o cumprindo assim o dito Juiz, lho esfranharemos muyto.

17 Ordin. d. tit. 62. §.
20. & ibi Peg. glos. 27.
n. 2. Them. 1. p. dec. 16.
n. 5.

367 As quitaçãoes que os Testamenteyros juntarem, serão authenticas, a que se deva dar credito em Juizo, & não bastará apresentar assinados, ou conhecimentos privados (17) das pessoas que recebêraõ os legados, ou dividas que lhe devião, ou de Clerigos, ou Frades, que differaõ as Missas, ou fizeraõ os Officios, salvo quando os assinados tiverem testemunhas porque se justifiquem perante o Juiz, ou sendo reconhecidos de maneyra, que basteta para fazerem fé conforme a direyto; & sendo de Missas, serão jurados pelos Clerigos que as differaõ, por suas Ordens.

368 E quando ao Juiz constar pelos autos que o Testamenteyro não tem cumprido em tudo, ou em parte o que pelo Testador foy mandado dentro no tempo que era obrigado,

gado, fica logo (18) a execução, & cumprimento devoluto aos Resíduos, & para assim ser, o dito Juiz com toda a brevidade possível mandará ao Testamenteyro, que reponha em Juizo tudo o que restar (19) para cumprimento do testamento, guardando em tudo a forma de direyto, & nossas Constituições.

369 E se algum legado for deyxado a alguma Irmandade, ou Confraria, ou Igreja, se mandará lançar no inventario das cousas dellas, & constará como está carregado sobre a pessoa, que tiver a seu cargo as cousas da dita Igreja, ou Confraria.

370 O Testamenteyro será crido por seu juramento até quantia de dez cruzados em todo o testamento, não passando cada addição de seiscentos (20) reis. E tambem será crido por seu juramento a respeyto (21) dos gastos, & despezas que fizer na cobrança dos bens, & frutos da herança, para effeyto de executar o testamento, até a dita quantia de quatro mil reis.

371 E poderá o Juiz dar juramento ao Testamenteyro, para que declare se as quitações, & conhecimentos que offerece são verdadeyros, & na verdade tem cumprido o que diz.

372 E achando o Juiz dos Resíduos que o Testamenteyro dentro do anno, & mez, ou do termo que o Testador assinar, ou que por direyto, & nossas Constituições lhe he dado, cumprio tudo, o que pelo Testador lhe foy ordenado em seu testamento, assim o pronunciará por sentença, & lhe mandará passar quitação em forma; & em tal caso levará sómente o Juiz de seu salario de ver o testamento, & tomar a conta, o que lhe he taxado no Regimento do salario dos Ministros, & Officiaes do Juizo.

373 E não tendo cumprido com tudo, ou em parte, dentro do dito tempo, levará de tomar as ditas contas hum real por cento até duzentos (22) mil reis, & dahi para cima a meyo real por cento: o qual salario levará sómente dos Legados que o Testador deyxar, & mandar dispender por sua alma, & de tudo o que fizer cumprir, & do que se montar na terça. Mas não o levará das dividas pagas pelo defuncto, nem dos bens que andaão em prazo por nomeação,

18 Cap. N. s. quidem, cap. Si hæredes, cap. Tua nobis, de test. Tind. test. 7. de Reformat. cap. 15. Barb. ad Ord. d. tit. 62. § 2. Oliveyra de Mun. Provil. cap. 2. § 19. n. 59. Ord. d. tit. 62. § 12. Barb. de pot. Ep. 3. p. al. leg. 82. n. 26. & ad text. in d. c. Nos quidem n. 7. 19 Ord. d. § 12. vers. E quando.

20 Ord. d. tit. 62. §. 21 & ibi Barb. & Peg. glol. 28. n. 4. 21 Tiraquel. de judic. in reb. exiguis vers. Ex hoc fit. Peg. ad Ord. d. tit. 62. in princip. glol. 2. n. 100.

22 Ex Ord. d. tit. 62. §. 23. & ibi Peg. glol. 30. n. 2. Themud. p. 1. dec. 16. Oliveyr. de Muner. Provil. cap. 2. n. 20.

Capellas, ou Morgados, nem das legitimas que pertencem aos ascendentes, ou descendentes; mas ficando a fazenda a herdeyros estranhos, de toda poderá levar salario, & o haverà pelo legado, que for deyxado ao Testamenteyro por seu trabalho, (23) quando achar que o deve (24) perder por ser negligente no cumprimento do testamento; & não lhe sendo deyxado salario, ou sendo menos do que se montar no Residuo, então o haverà pelos bens do Testamenteyro em pena (25) de não haver cumprido o testamento no tempo que era obrigado.

374 E o Juiz dos Residuos não cobrará salario algum do testamento, em que não tiver provido, (26) & acabado de tomar as contas delle; nem dará quitação de testamento, que em tudo não estiver cumprido, sob pena de lho esnaarmos muyto, & de pagar tudo em dobro.

375 Quando os defuntos mandarem dizer Missas em alguma Igreja, Capella, ou Altar, não satisfazem os Testamenteyros mandando-as dizer em outra Igreja, (27) ou Altar, nem o Juiz as levará em conta, & mandará que se digão outras onde os defuntos ordenarão; o que haverà lugar, podendo-se dizer nas proprias Igrejas, ou Altares nomeados pelos defuntos; porque havendo justa causa para se não poderem ali dizer, satisfazem os Testamenteyros com as mandarem dizer em outras Igrejas, precedendo para isso licença nossa; & quando os Testadores não declararem lugar, & Igreja em que se haõ de dizer, se dirão ametade (28) na Igreja em que for sepultado o Testador, & a outra ametade na sua Parochia, quando nella não for sepultado.

376 Ainda que o Juiz dos Residuos deve mandar, que executem os Testamenteyros os testamentos, & ultimas vontades dos defuntos, segundo por elles for ordenado, sem diminuição, (29) nem alteração; comtudo havendo de se fazer algumas despesas com pessoas, ou em cousas incertas, que o defunto não especificou, como são gastos em obras pias, ou com pobres, & em Missas, ou geralmente por sua alma quantidade de dinheyro, ou fazer alguma obra certa sem limitação do que nella se ha de gastar, ou a obra que se manda fazer, posto que certa, & com despesa certa, não

23 Ord.d §.23. vers.
O qual. Peg.d.glos.30.
n.3.

24 Ord.d.tit.62.§.12.
vers. E farão, & ibi
Peg.glos.19. n.6.7. &
8.Reynol.observat.55.
n.22. & 24.

25 Ord.d.tit.62.§.23.
vers. E quando.

26 Ord.lib.1.tit.50.§.
7.vers. E isto.& ibi Peg.
glos.11.n.2. Oliv.d.c
2.§.20.n.84.vers. Et ad
vertendum.

27 Bonac.de Sacram.
Euchar.disp.4.q.ultim.
punct.7.§.4.n.2. Barb.
de Potest.Ep.2.p.alleg.
24.n.23. Nav. in Man.
cap.25.n.135.

28 Ricc.in prax.3.p.
resol.366.n.4. & 4.p.
resol.97.n.4. Phceb. 1.
p.dec.100.n.13.

29 Cap.Ultima volu-
tas 13.q.2.c.Cum Ma-
tha §. Cæterum de cele-
brat.Missar.Peg.ad Or-
din.lib.1.tit.62.glos.2.
n.66.Valens.2.p.Conf.
132.n.9.

naõ se poder cumprir, nem effeytuar no lugar, ou pelo modo, & tempo que o defunto ordenou, de maneyra que se-
a necessario arbitrio acerca da pessoa, quantidade, lugar,
modo, & tempo, ou outra circumstancia, reservamos para
(30) Nõs o tal arbitrio, & distribuição, & o Juiz nos avi-
ará com brevidade para dispormos o que for mais serviço
de Deos.

377 Havendo alguma duvida sobre a execução do tes-
tamento, ou ultima vontade, o Juiz mandará dar vista
(31) ao Promotor, para que requeyra o que lhe parecer ne-
cessario, para que se execute o testamento como convém.

378 Quando o Testador instituir alguma Capella de
seus bens *in perpetuum*, com obrigação de Missas cada an-
no, ou alguma obra pia, o Juiz dos Residuos a formará,
conformando-se com a vontade (32) do Testador, & por
sua sentença a mandará tombar (33) onde deva ser; (& isto
se entende quando a conta do testamento lhe pertencer,) &
mandará dar verba da dita Capella aonde toca.

379 Quando ao Juiz dos Residuos pertencer a facção
do inventario dos bens do Testador, & se houverem de ven-
der por sua ordem, andarão em pregação os moveis oyto (34)
dias, & os de raiz (35) vinte, & de outra maneyra se não
poderão véder; & não poderão os herdeyros, nem os Testa-
menteyros per si, nem por interpostas pessoas comprar cou-
sa alguma dos ditos bens, nem o Juiz, ou Escrivães do Jui-
zo, sob as penas impostas em nossas Constituiçoens num.
808.

380 Quando algum Testamenteyro, ou herdeyro ag-
gravar, ou appellar de algum dos nossos Vigarios da Vara
para a nossa Relação sobre a execução, & conta do testa-
mento que perante elle estiverem dando, o Juiz dos Resi-
duos será o Relator, & findo o incidente do agravo, tor-
nará (36) ao Vigario, & procederá nella, como em tudo o
mais pertencente à execução do testamento; & o nosso Juiz
dos Residuos desta Cidade nunca poderá avocar a si as
causas, & contas dos testamentos, que aos nossos Vigarios
da Vara pertencerem conforme a seus Regimentos.

381 E em tudo o mais que neste particular não for pro-
vido neste Regimento, guardará o Juiz dos Residuos o que

30 Clem. Quia con-
tingit de Relig. domib.
Trid. sess. 25 de Refor-
mat. cap. 4. Barb. de Pot.
Ep 3. p alleg 83. n. 5. &
de Univerf. jur. Ecclef.
lib. 3 cap. 27. n. 56. Fra-
gol. de Regim. Reip. p.
2. lib. 8. disp. 19. §. 7. n.
20.

31 Ex Ord. lib. 1. tit.
50. in med. princip. verf.
Do qual podera, & §.

32 Ut suprà n. 29. in
margine.

33 Leyt. in prax. de
judic. fin. Regund. fol.
1 cum seq. c. Cum cau-
sam de Prob. & ibi Bar-
bos. n. 1. cum seq.

34 Ord. lib. 3. tit. 96.
§ 25.

35 Ord. d. §. 25.

36 L. Ubi ceptum
ff de judic. Aug. Barbos.
tract. var. Axiom. 132.
n. 1.

está disposto em nossas Constituições, & no que nellas se não achar recorrerá às disposições do direyto Canonico, & em falta á Ley do Reyno no que se puder accommodar, sem encontrar o direyto Canonico, ou nossas Constituições.

T I T U L O VIII.

Dos Visitadores, & do que a seu officio pertence.

382 **P** Or quanto no discurso de nossas Constituições em lugares particulares, conforme a materia o pedia, se tem dito do que aos Visitadores pertence procurar, por essa causa he escusado repetir o que fica ordenado, & assim só trataremos aqui, de como se ha de haver em parte no exercicio de seu officio.

¹ Barb.de Pot.Episc.
p.3.alleg.54.n.1.

383 Os Visitadores serão Sacerdotes virtuosos, prudentes, & zelosos da honra de (1) Deos, & salvação das almas, & podendo ser, Letrados, & quando não, ao menos pessoas de bõ entendimêto, & experiencia; & encarregamos muyto aos ditos Visitadores, que considerando a grande importancia das Visitações que lhes forem commettidas, se applicuem de tal modo em as fazer, que defencarregando a nossa, & suas consciencias, possaõ com a graça Divina alcançar por ellas os fructos espirituaes, que se pertencem.

² L.Rém nová Cod.
de judic.glos. verb. per
electionem in Clement.
Et si principalis de Re-
script.

³ Barb.de Pot.Episc.
p.3.alleg.73.n.63.& de
universi.jur. Eccles. lib.
1.cap. 14.n.43. Altami-
ran. de visit. verb. visi-
tationum autem omniũ
istarum.

384 Cada hum dos Visitadores, antes que comece a servir, terá provisão nossa, a qual com a do Escrivão mandará trasladar no principio do livro da devassa das Freguefias que visitar, & depois da dita provisão ser assinada por Nós, & passada pela Chancellaria, haverá juramento (2) na fórmula costumada, de que se fará termo nas costas della, & o mesmo tomará o Escrivão, & antes disso não poderão servir.

385 E como as practicas espirituaes sejaõ o meyo mais importante, para se tirar fructo das Visitas, nossos Visitadores, (estando o povo junto) sentados em huma cadey-
ra no Cruzeyro, ou outro lugar que melhor lhes parecer, proporão com breve practica as causas de sua vinda, (3) & como as principaes della saõ a reverencia do culto Divino,
a reforma

a reforma dos costumes, a extirpação de peccados, & ver como se governa aquella Igreja no espirital, & temporal.

386 E logo farão ler pelo seu Escrivão o Edital, para que venha à noticia (4) de todos, & não possaõ allegar ignorancia, & o dito Escrivão fará termo no principio da devassa como o leo, & notificará aos Freguezes que ninguém se vá sem licença dos Visitadores, & para isso lhes porão pena pecuniaria sómente.

387 Mandará o Visitador ao Parocho que lhe entregue os livros, (5) & mandará ler pelo Escrivão o que ficou provido na ultima, & immediata visitação, & verá se está conforme às nossas Constituições, & se informará se estaõ cumpridas, condemnando aos negligentes, & que tiverem culpa em as não cumprirem.

388 Os Parochos são obrigados a dar noticia (6) ao Visitador dos peccados publicos, & de escandalo que souberem fóra da Confissão, & nomear testemunhas que delles saybaõ para se remediarem, & juntamente de tudo o mais que necessitar de reformação, & emenda, & se assim o não obrarem, offenderão a Deos gravemente, & poderão ser castigados.

389 Não perguntará o Visitador na devassa sobre pessoa alguma em particular (por quanto a devassa da Visitação, assim a respeito das pessoas, como dos delictos he geral) aindaque sejam referidas, salvo depois que contra alguma estiver provada fama, (7) ou infamia publica com as qualidades que se requerem de direyto.

390 Porém o sobredito se limita no crime de heresia, (8) & cousas q por qualquer via lhetoque, & em outros delictos exceptuados (9) em direyto, nos quaes aindaque não haja infamia provada, depois de huma testemunha dizer cousa que conheça de vista, & certa sabedoria, póde o Visitador perguntar em particular pelo denunciado. E o mesmo se entenderá a respeito dos Parochos, os quaes devem ser sindicados (10) nomeadamente sobre coulas tocantes a seu officio.

391 Havendo testemunhas referidas as perguntará todas, & posto que não digaõ cousa alguma do para que foram referidas, se declarará que foram perguntadas, & que disse-
raõ

4 Barb de Pot. Episc. p. 3. alleg. 73. n. 58. L. Oblervare § Antequam ff. de Offic. Procont.

5 Barb. d. allegat. 73. n. 59. & de univers. jur. Eccl. l. 1. cap. 14. n. 73.

6 Ex cap. Episcopus 35. q. 6. cap. Sicut olim de Accus. Barb. de Pot. Episc. p. 3. alleg. 93. n. 16. verí. Item Idoneos.

7 Cap. Qualiter; & quando 2. de Accus. & ibi Barbof. n. 1. Leyt. de jur. Lusit. tract. 3. q. 9 n. 7 Cabed. 1. p. decif 78. Clar. in prax. l. 5. §. fin. q. 6. n. 1.

8 Cap. Excommuni- camus §. Adjicimus, de Hæretic. Clar. in prax. lib. 5. §. fin. q. 6. num. 4. Menoch. lib. 1. consil. 100. n. 67.

9 Navar. in cap. No- vit n. 92. usque ad n. 96. Pelleg. de Offic. Vicar. p. 4 sect 2. n. 45. Farin. 1. p. q. 9. n. 15.

10 Pelleg d. sect. 2. n. 45. verí. Quintus casus. Farin. d. q. 9. n. 16. Barbof. in d. cap. Qualiter, & quando n. 15. Mar. de Ord jud. p. 6. tit. de In- quisit. n. 28.

raõ nada, & se assinarão, & não estando na terra, ou sendo mortas, declararão na devassa a causa porque não foram perguntadas.

392 Proverão os nossos Visitadores, que os ornamentos, ouro, prata, & mais moveis das Igrejas estejam a bom recado, & inventariados, (11) mandando cumprir o que sobre isso temos ordenado em seus lugares.

393 Não consentirão que nas Igrejas haja assentos, & lugares de madeyra, ou outros particulares, (12) nem cadeyra (13) de espaldas, ainda no corpo da Igreja, mas antes os mandarão tirar donde os acharem; salvo tiverem licença nossa particular dada por escrito.

394 Poderão os ditos Visitadores, em quanto andarem em acto de Visitação, absolver dos casos, (14) & censuras a Nós reservadas em nosso Arcebisado, ou commetter a absolvição a outros Confessores. E outrossim poderão reconciliar, ou mandar reconciliar as Igrejas, & Andros violados, que não forem sagrados.

395 Proverão com todo o cuydado que os Parochos fação practicas espirituas na Estação a seus Freguezes, conforme sua capacidade, & que ensinem a Doutrina Christãa aos meninos, & escravos, & mais povo, na fórma que temos ordenado em nossas Constituiçõens.

396 Havendo algumas pessoas desobedientes aos Visitadores, ou que por alguma via lhes impidaõ sua jurisdição (15) em fazer seu officio, ou fação algum desacato á sua pessoa, ou Officiaes, as poderão castigar summariamente, & de plano, como lhes parecer justiça; ou farão auto, & sumario de testemunhas, & o enviarão ao nosso Vigario geral, que proverá no caso como for justiça, dando-nos primeyro conta delle.

397 Não poderão nossos Visitadores dar licença para peditorios, nem dispensar em banhos, nem conhecer de causa alguma civil, ou crime, nem passarão cartas de excommunhaõ por cousas perdidas, & encubertas. Tanto que acabarem a visitação, & se recolherem della, nos entregarão o livro da devassa, & mais papeis que trouxerem, dando-nos as informações necessarias para qvendo-se a visita, se proceda na execução della, conforme a disposição de directo, Sag. Conc. Trid. & nossas Constituiçõens. §. UNI=

11 Cap. Manifesta 12. q. 1. Cap. de Syracusanæ 28. dist. cap. Charitaté, & ibi glos. 12. q. 2. Daoyz. ad jus Pontific. verbo, inventarium.

12 Oliva de For. Eccles. 1. p. q. 16. n. 44. cū seq. Card. de Luc. de Præminent.

13 Theraud. 1. p. dec. 51. & 2. p. dec. 208. & 3. p. dec. 279. n. 11. & 12. Barbol. vot. 115 Solorf. de jur. Indiar. lib. 4. cap. 3. n. 53.

14 Altamiran. de visit. verbo Visitatores n. 24. & 25.

15 Cap. Quoniam 18. dist. Trid. sess. 24. de Reform. cap. 10. deducitur ex cap. Romana de Poenis in 6. Altamir. de visit. verb. Patriar. & Primat. n. 29. 30. & 31. Cevall. de cognit. per viam violent. q. 100. l. 1. ff. Si quis jus non obtemper.

§. U N I C O.

Edital, & Interrogatorios da Visitação.

398 **O** N. Visitador neste Arcebispado da Bahia pelo Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. N. Arcebispo deste Arcebispado, do Conselho de S. Magestade, &c. A todas as pessoas Ecclesiasticas, & seculares desta Comarca de N. saude em JESU Christo nosso Redemptor, que de todos he verdadeyro remedio, & salvação. Faço saber, q̃ considerãdo o dito Senhor Arcebispo que com a Visitação Diecesana se desterraõ os vicios, erros, escandalos, & abusos, & se fazem muytos serviços a Deos em grande bem espirital, & temporal de seus subditos, me mandou hora visitar esta Comarca; & para que o faça como convem ao serviço de Deos, & bem espirital dos ditos subditos, mando em virtude de obediencia, & sob pena de excommunhaõ mayor a todas, & a cada huma das sobreditas pessoas, que souberem de certa sabedoria, ou fama publica de alguns peccados publicos, & escandalosos, & nos casos especiaes que abayxo se declarãõ, ainda que não sejaõ publicos, em termo de N. mo venhaõ a dizer, & denunciar, & admoesto, & exhorto a todos em o Senhor, que para a denunciação dos ditos peccados se movaõ sómente com zelo, & amor do serviço de Deos nosso Senhor, & salvação de seus proximos, & não com odio, ou desejo de vingança; & para que saybaõ os peccados de que devem denunciar, lhos mando declarar neste Edital pela maneyra seguinte.

1. Se sabem, ou ouviraõ dizer q̃ algũa pessoa commettesse o gravissimo crime de heresia, ou apostasia, tendo, crendo, dizendo, ou fazendo algũa cousa contra nossa Santa Fé Catholica em todo, ou em algum artigo della, ainda que disso não esteja infamada.

2. Se alguma pessoa tem, ou lê livros de hereges, ou quaesquer outros defezos sem licença da Sé Apostolica, ou das pessoas que para isso a pôdem dar.

3. Se sabem, ou ouviraõ dizer, que algũa pessoa dissesse alguma

alguma blasfemia contra a honra de Deos, da Virgem N. Senhora, ou seus Santos, dizendo algumas palavras injuriosas, ou que não convenhão a Deos, ou a seus Santos.

4 Se sabem que algũa pessoa seja feyticeyra, faça feytiços, ou use delles para querer bem, ou mal, para legar, ou deslegar, para saber cousas sekrétas, ou adivinhar, ou para outro qualquer effeyto; ou invoque os Demonios, ou com elles tenha pacto expresso, ou tacito, aindaque disso não esteja infamada.

5 Se alguma pessoa adivinha, ou benze, ou cura com palavras, ou bençoês, sem nossa licença, ou de nosso Provisor, & se ha alguem que a vâ buscar, crendo que com suas bençoens pôde haver faude.

6 Se algum homem está casado com duas mulheres vivas, ou mulher com dous maridos, aindaque disso não haja fama.

7 Se algum Clerigo de Ordens Sacras, Religioso, ou Religiosa professa estão casados, aindaque não haja fama publica do caso.

8 Se algum Sacerdote commetteo alguma mulher no acto da Confissão, ou descobrio o sigillo della, aindaque não esteja disso infamado.

9 Se alguma pessoa commetteo crime de Simonia, vendendo, ou comprando Beneficios, ou apresentaçoes delles, ou dê, ou receba dinheyro ou cousa temporal por administrar Sacramentos, ou outra cousa espiritual, ou sobre ella faça convençoens, ou pactos illicitos, ou reprovados.

10 Se ha alguma pessoa que puzesse mãos violentas em Clerigo, ou Religioso, ou que na Igreja, & Adro della ferisse, ou injuriasse, ou espancasse, ou por qualquer outra via commettesse sacrilegio.

11 Se ha alguma pessoa, que jurasse falso em Juizo, ou seja disso infamada, ou costumada a jurar fóra de Juizo juramentos falsos, & escandalosos.

12 Se alguma pessoa dà alcouce em sua casa, consentindo, ou induzindo que nella se dem mulheres a homens, & disso for infamada.

13 Se algum pay, ou mãy consente que suas filhas fa-
çam

ção mal de si, ou marido sua mulher, & estão disso infamados.

14 Se alguma pessoa usa de alcovitar mulheres para homens, & disso elleja infamada.

15 Se alguma pessoa commetter o peccado nefando, ou de bestialidade.

16 Se algũa pessoa commetter o crime de incesto tendo ajuntamento com alguma parenta por consanguinidade, ou afinidade em grão prohibido, ou comadre com compadre, ou padrinho com afilhada, ou madrinha com afilhado, & disso haja fama publica.

17 Se ha alguma pessoa Ecclesiastica, ou secular, solteyros. ou casados, que estejaõ amancebados com escandalo, & disso haja fama na Freguesia, Lugar, ou Aldea, ou na mayor parte da vizinhança.

18 Se ha alguma pessoa Ecclesiastica, ou secular que tenha em sua casa alguma mulher, de que haja escandalo, ou suspeita na vizinhança.

19 Se ha alguns casados que dem mã vida a suas mulheres com escandalo, ou vivaõ apartados sem causa justa.

20 Se ha alguma pessoa que seja onzeneyra, dando dinheyro, paõ, vinho, azeyte, ou outras cousas semelhantes emprestado para receber mais que a sorte principal; ou vender mercadorias fiadas, por mais do que valem, com o dinheyro na mão no preço rigoroso por razão da espera, ou as comprar por menos do infimo, cousa consideravel, por dar dinheyro d'antemão, & haja das ditas onzenas fama publica.

21 Se ha algumas pessoas que dem bestas de aluguer, ou boys, ou vacas com condição, & pacto que se morrem, nem porisso deyxarão de lhas pagar, & o aluguer dellas

22 Se alguma pessoa, ou pessoas estão em odio com escandalo.

23 Se alguns estão promettidos de casar, & cohabitão como se foraõ recebidos em face de Igreja.

24 Se alguma pessoa està casada em grão prohibido sem legitima dispensação.

25 Se ha alguma pessoa que seja costumada a comer carne

carne em dias prohibidos sem legitima causa, ou licença; ou seja costumada a não ouvir Missa nos dias de obrigação, ou seja disso infamada.

26 Se ha alguma pessoa obrigada a mandar dizer Missas de Capella, ou a cumprir testamentos, & o não faz: & se os Sacerdotes em o receber das Missas excedem o numero de cem, como lhes está ordenado.

27 Se alguma pessoa morreo por culpa do Parocho sem Sacramentos, aindaque não haja fama disso.

28 Se o Parocho he negligente na administração dos Sacramentos, ou pelos administrar leva dinheyro, ou cousa que o valha, & aindaque seja costumado, os não quer administrar sem primeyro lho darem, aindaque disso não esteja infamado; ou se não ensina a Doutrina Christãa, como está ordenado por nossas Constituições.

29 Se o Parocho he remisso, & negligente em ir encomendar, & enterrar os defuntos, ou o não quer fazer sem primeyro lhe darem alguma cousa, aindaque não haja fama.

30 Se o Parocho injuria os Freguezes, ou os trata mal na Estação, ou em outra cousa deyx a de fazer seu officio como deve, aindaque não haja fama.

31 Se algum Clerigo he tratante, Rendeiro, ou negociador, continua as tavernas, he costumado a trazer armas pela Cidade, Villa, ou Lugar, ou andar em habito de leygo, ou andar de noyte; se he taful, brigoso, revoltoso, não reza as Horas Canonicas, & de qualquer das ditas cousas esteja infamado.

32 Se algum Clerigo se serve de mulher de suspeita, ou qualquer outra pessoa Ecclesiastica, ou secular tem das portas adentro alguma pessoa, de que nasça escandalo; ou as Ecclesiasticas filhos em casa, que houvessem depois de Clerigos.

33 Se ha alguem que se deyxe andar excommungado por espaço de hum anno sem pedir o beneficio da absolvição.

34 Se ha alguma pessoa que se não confessasse, & commungasse em a Quaresma passada; ou seja costumada a trabalhar nos Domingos, & dias Santos.

35 Se ha algumas pessoas que não paguem às Igrejas,

ou

ou Ministros dellas os dizimos, & primicias inteiramente, como são obrigadas.

36 Se ha algumas pessoas que dem, ou emprazem, ou por outra via alheem os bens das Igrejas sem as solemnidades que o direyto requer, & licença nossa; ou se ha algumas pessoas, que tragaõ usurpados os ditos bens sem o titulo, que por direyto se requer.

37 Se ha alguma casa em que se jogue com escandalo, ou se dem tabolagens.

38 Se sabem, ou ouviraõ dizer que alguma pessoa intimidasse testemunhas que viessem, ou houvessem de vir à visitaçãõ, para que não dissessem a verdade, ou depois de testemunharem as tratasem mal de palavra, ou obra.

39 Se sabem que algum Official de Justiça Ecclesiastica, Provisor, Vigario geral, Visitador, Vigario da Vara, Promotor, Meyrinho, Escrivaens, Notarios, Solicitadores, & Porteyro commetterão erros, ou delictos em seus officios, levando mais do que se lhes deve, tomando peyças, descobrindo o segredo da Justiça, ou por outra qualquer via.

40 E finalmente se sabem de qualquer peccado publico, & escandaloso, como venhaõ dizer. Dado em N. sob seu final, & sello do dito Senhor.

TITULO IX.

Dos Vigarios da Vara, & do que a seus officios pertence.

399 **P**ara que os Bispos possaõ executar com mayor diligencia aquellas coulas, que devem para com seus subditos, & mais diligentemente satisfazer às obrigações de seu Pastoral Officio, he necessario que deputem, & constituaõ Vigarios da Vara em alguns lugares de sua Diocese. Sendo possivel; serãõ Letrados, ou pelo menos pessoas de bom entendimento, prudencia, virtude, & bom exemplo, como hebem que tenhaõ para o tal cargo; os quaes em sendo providos por Nòs, & tendo provilaõ, ou carta passada pela Chancellaria, jurarãõ perante Nòs, ou nosso Chanceller na fórma costumada, (1) & sem isso não poderão

K

¹ Const. suprà n. 303.
318. & 326.

poderão servir, & sómente servirão em quanto for nossa (2) vontade.

2 Pelleg. in prax. Vic. p. 1. sect. 7. sublect. unic. n. 3. Gav. in Man. verb. Vicarins foraneus n. 2.

3 Regul. Quæ contra jus de Regul. jur. lib. 6. & ibi Barb. n. 1. & in tr. Axioma jur. Axiom. 12. n. 24.

4 Pelleg. d. sublect. unic. n. 5. Gava. d. verbo Vicarius foraneus n. 3.

5 Const. Ulyssip. lib. 4. tit. 14. Decret. 3. §. 2. vers. Que o Juiz Ecclesiastico terá o primeyro mez.

400 Nas causas de que conhecerem, assim por razão de seu officio, como por lhes serem especialmente commettidas, guardarão as Constituições, & a ordem, & Regimento do Auditorio Ecclesiastico, & Officiaes da Justiça, em todas as causas que aos Vigarios da Vara se puderem applicar, & accommodar; & o que fizerem contra nossas Constituições, será nullo, (3) & de nenhum vigor; & para que saybão algumas cousas, que a seu officio pertencem, & por nossas Constituições lhes são concedidas, declaramos as seguintes.

1 Poderão tirar devassas, (nos casos em que se devem tirar) & receber denunciaçãoes, & fazer summarios dos sacrilegios commettidos nos lugares sagrados, ou contra Clerigos das Freguesias de sua jurisdição, que gozem do privilegio do foro; & remetterão as ditas devassas, & summarios (4) ao nosso Vigario geral para os pronunciar como for justiça.

2 Poderão proceder contra as pessoas que lhes forem desobedientes em qualquer materia de seu officio, fazendo auto, & commettendo o perguntar das testemunhas (citada a parte) a alguma pessoa idonea; & se ajuntará fé do Escrivão se estiver presente; & elles ditos Vigarios determinarão, & appellarão em todo o caso, & mandarão a appellação a nosso Vigario geral com a brevidade possível.

3 Tomarão contas dos testamentos que pela alternatiua, & concordata pertencerem aos mezes do Juizo Ecclesiastico, que são Janeiro, (5) Março, Mayo, Julho, Setembro, & Novembro, fazendo executar pontualmente a vontade dos Testadores, dando appellação, ou agravo para a nossa Relação.

4 Poderão passar monitorios, & dar sentenças em causas summarias de acção de dez dias, ou de juramento d'alma até a quantia de dez mil reis; & darão sempre appellação, & agravo para a nossa Relação.

5 Querendo alguns forasteiros casar, poderão fazer summarios de testemunhas, & tirar os depoimentos, & os remetterão ao nosso Juiz dos Casamentos para os sentenciar.

6 Poderão

6 Poderão fazer perguntas aos contrahentes, & confessando elles os esponsaes, os julgarão por esposados de futuro, & mandarão que corridos os banhos, & não havendo impedimento se recebaõ em termo de trinta dias, & entretanto mandarão que a Noyva seja depositada em alguma casa honesta, & o depositario assinará termo em que se sujeyta ao Juizo Ecclesiastico, debayxo do juramento que lhe será dado.

7 Poderão fazer summarios de sevicias, ou de nullidade de matrimonio para effeyto de ser depositada a mulher, havendo perigo de continuar no conforcio;) porém sempre a causa se tratará perante o nosso Vigario geral.

8 Poderão, & devem obrigar aos casados no Reyno residentes por mais de tres annos, ou aos que nos limites de sua jurisdicção viverem apartados de suas mulheres sem causa justa, & approvada por nossa Relação, ou Vigario geral, a que vão para o conforcio, usando para este effeyto às censuras Ecclesiasticas, sendo necessario.

9 Poderão reconciliar as Igrejas da sua jurisdicção, que por alguma causa forem violadas, ou pollutas, mas não se podem sagradas por algum Bispo.

10 Poderão condemnar até quantia de huma pataca, conforme a contumácia, & escandalo) aos que trabalharem aos Domingos, & dias Santos de guarda, havendo porém respeyto à necessidade da obra, & da pessoa: & applicarão as condemnaçoens às fabricas das Igrejas, donde forem freguezes os culpados, os quaes senão quizerem pagar, serão evitados dos Officios Divinos.

11 Poderão absolver de todos os casos a Nós reservados, & dispensar no foro interno aos ligados por copula illicita para poderem pedir o debito, não sendo porém o impedimento contrahido antes do matrimonio, ou sendo no primeyro grão, ou no segundo.

12 Poderão fazer autos contra os que usurpão a nossa jurisdicção, ou sejaõ Ecclesiasticos, ou Regulares, isentos, ou seculares, & remetterão os ditos autos ao nosso Vigario geral.

13 Poderão proceder contra quaesquer pessoas, que sem licença nossa, ou de nosso Promotor, dada por escrito,

112 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

tirarem esmolás geraes, ou particulares, differem Missas, pré-garem, ou levantarem Altar; & isto ainda que sejam Regulares, que pertendaõ ter esta faculdade.

14 Poderão determinar as duvidas que occorrerem acerca dos lugares, & precedencias, assim nas procissoens, como dentro nas Igrejas, conservando cada hum na sua posse, reservandolhes seu direyto, para allegarem perante o nosso Vigario geral.

15 Poderão dar licença (com parecer de alguns Clerigos aptos) para se enterrarem em sagrado aquellas pessoas, em que póde haver duvida.

16 Poderão mandar pagar os officios, esmolas de Missas, & offertas que se deverem aos Clerigos, guardando a fórma de direyto.

6 Ord. lib. 2. tit. 5. §. 7.

17 Poderão fazer com o Juiz Ordinario (6) todas as immuniidades das Igrejas, fazendo que os que a ellas se acoutarem não sejam tirados dellas, ou de seus Adros (salvo em custodia) antes de ser julgada a dita immuniidade.

18 Serão obrigados a ter, além das Constituiçoens do Arcebispado, este Regimento do Auditorio, & proverão que os seus Officiaes o guardem em tudo inteiramente. E além do que nelle està disposto, farão os Vigarios da Vara tudo o mais que em nossas Constituiçoens lhes està mandado.

TITULO X.

Do Vigario geral de Sergipe d'ElRey.

401 **H**Avendo respeyto à grande distancia, & o muyto incommodo, que experimentarão as partes, que moraõ na Capitanía, & Cidade de Sergipe d'ElRey, se em todas as causas ouverem de vir pleytear a esta Cidade da Bahia, resolvemos a nomear Vigario geral para a dita Cidade, & Capitanía de Sergipe d'ElRey, com mais ampla jurisdicção, da que temos concedido aos Vigarios da Vara, mas terá os requisitos que deyxamos apontados no Titulo antecedente, & devem concorrer nos ditos Vigarios da Vara.

402 Poderà

402 Poderà o dito Vigario geral conhecer de todos os casos, & usar da jurisdicção que temos concedido aos Vigarios da Vara no Titulo precedente, & demais dos ditos casos lhe concedemos os poderes seguintes:

1 Poderà pronunciar as devassas que tirar, (nos casos que forcim de devassa) & summarios que fizer, guardando a fórma de direyto.

2 Poderà conhecer, & sentenciar naõ só as causas summarias de acção de dez dias, ou juramento d'alma, mas as causas civeis que perante elle se interpuzerem entre partes até quantia de cem mil reis, dando appellação, & agravo para a nossa Relação.

3 Poderà fazer summarios de testemunhas aos forasteiros que quizerem casar, & constando pelo dito summaio que naõ tem impedimento, assim o julgará, & lher fará dar fiança nos mesmos autos a mandarem vir banhos de suas terras, desaforando-se os fiadores do Juizo de seu foro, & sub juramento, que se lhes darà, promettendo responder no Juizo Ecclesiastico se a fiança for fideijussoria, mas tambem poderà ser pignoratícia, se assim parecer mais conveniente.

4 Conhecerà das causas crimes em fragante delicto, procedendo a prizaõ, (se o caso o pedir), & sempre appellará *ex officio* da sentença que der, ou absolva, ou condemne.

5 Poderà receber denunciaçoens de peccados publicos por accusação do Promotor, ou de legitimo accusador, & darà livramento às partes; & tambem da sentença que der appellará *ex officio*, ou seja condemnação, ou absolvição.

6 Poderà conceder cartas de seguro aos criminosos, (guardando porèm a fórma de direyto) mas naõ poderà conceder aos que estiverem prezos Alvaràs de fiança.

7 Poderà mandar passar cartas de excommunhaõ por cousas furtadas, ou perdidas, guardando a fórma que temos dado nas nossas Constituiçoens, & Regimento do nosso Vigario geral do Arcebispado.

8 Poderà absolver aos declarados, que naõ satisfizerem ao preceyto da Igreja nas desobrigas da Quaresma, impondo-lhes a pena que parecer justa; & aos reveis, & im-

114 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

penitentes, mandallos-ha pôr de participantes, & fará logo aviso ao nosso Provisor com o processo dos autos.

9 Poderà determinar as duvidas que os Parochos da Capitania tiverem entre si, ou seus freguezes, & nos avisará remettendo os autos.

10 Poderà benzer todos os paramentos necessarios para o culto Divino, (donde não intervierem Oleos Sagrados,) & assim mais as Igrejas, Adros, & Cemeterios.

11 Poderà assistir ao matrimonio em casa dos contrahentes, havendo para isso justa, & urgente causa.

12 Poderà commetter suas vezes em alguns casos de necessidade de doença, ou impossibilidade, havendo respeyto aos longes, & à pobreza das partes.

13 Poderà em tempo da desobriga, ou por outra causa precisa, valer-se dos Sacerdotes que já fôllem approvados neste Arcebispado.

14 Poderà tomar conhecimento dos impedimentos aos que querem casar; & perguntados os impedientes, & as testemunhas, (se elles referirem algumas) preparados os autos os remetterà à nossa Relação, para nella se sentenciarem.

15 Poderà applicar para as obras da Matriz, (em quanto se lhe não mandar o contrario) as condemnaçoens que pôde fazer, & depositallas em mão segura, para que se cobrem facilmente quando se houverem mister. E em tudo o mais guardará o que em nossas Constituiçoens está mandado.

1 Ord.lib.1.tit.15.& ibi Peg.Mend. in prax. 1. p.lib.2. cap. 12. § 3. Themud. in Praefat. 1. p. à n.51.cum seq. Peg. For.cap.12.& 13.n.13. Paz in prax.5.p. 1.tom. cap.2.n.4.& 7. & tom. 2.praelud.4. à n.4. cum seq. Pelleg.de Offic. Vicar. 4.p.sect.1.n.18.19. & 20.

2 Mend.d. cap.12. §. 3. Paz in prax. d. praelud.4.n.4.

3 Mend. d. §.3.n. 12. Paz d.praelud.4. n.4.

4 Paz in prax. d.tom. 2.praelud.4.n.6.Pelleg. de Offic. Vicar.4.p.sect. 1.n.20.

TITULO XI.

Do Promotor da Justiça.

403 **N**O nosso Arcebispado, & seus Auditorios haverá Promotor (1) da Justiça que procure, & defenda as causas Ecclesiasticas; (2) & accuse, & denuncie (3) os peccados publicos, crimes, & vicios dos subditos, & a execução dos testamentos; & assim o que houver de ser Promotor, será graduado nos Sagrados Canones, de boa (4) vida, & costumes, & que tenha zelo da Justiça, & seja fiel,

fiel, & de segredo, & tenha as mais partes que para o officio se requerem; & se procurará (quanto for possível) que seja Sacerdote, ou de Ordens Sacras; & sendo leygo, (5) que seja Christão velho. E sem provisão nossa, & tomar juramento na Chancellaria não servirá o officio, como fica dito a respeito dos mais Ministros.

5 Mend.d.5.3. n.12.
Paz dict.prelud.4. n.6.

404 Tanto que entrar a servir, pedirá logo aos Escrivaens do Auditorio lhe dem rol dos culpados, & de todos os feytos crimes, & civeis q̃ lhe pertencerem, & correrem no Juizo do nosso Vigario geral, & do Juiz dos Residuos, & corrêraõ atè vinte annos, & dos testamentos que não estiverem findos, & das sentenças dadas que não foraõ executadas; o que lhe mandará dar o nosso Vigario geral sem dilação; & nos rois que os Escrivaens lhe derem declararão o estado das causas, & summarios, para que sayba o que deve requerer; & serão obrigados a darlhe rol dos feytos todos os mezes, dos que forem accrescendo, & elle a procurallos soh pena de suspensão de seus officios.

405 Nos feytos que lhe pertencerem procurarão que se fação as diligencias necessárias para que corraõ, & se não dilatem, & achando que nisso ha algum descuydo, ou falta, (6) requererá ao Vigario geral que o emende, & castigue; & tambem procurará se as pessoas que haõ de ser prezas, o estaõ já, ou que diligencia se faz para as prenderem; & se os seguros seguem os termos das suas cartas, & livramentos: & todas as audiencias fallará nos ditos feytos; & constando pelos autos, em que alguma pessoa foy condemnada em degredo, que o não tem cumprido, ou foy cumprir, & que lhe não foy commutado, ou perdoado, ou esperado, ou que não foy absolto no grão da appellação, requererá que seja preza, & se execute a sentença.

6 Ex Clar.5.fin.q.10.
n.4.& Peg.ad Ord. lib.
1.tit.15.glos.2.n.1.

406 Tem obrigação o Promotor de fallar em todas as audiencias não só nos feytos crimes, mas tambem nos dos Residuos, cumprimento, (7) & execução dos testamentos, ultimas vontades, & de quaesquer obras, ou encargos pios, impedimentos do matrimonio, & nas causas matrimoniaes, tratando se de desfazer o matrimonio já celebrado em quão ao vinculo, (8) ou a respeito do thoro (9) somente, se a parte se não defender, ou ainda que o faça, se se enten-

7 Solorzan.de jur.In:
diar.lib.4.cap.7.n.11.

8 Sperell. 2. p. decis.
141.n.68. Genuent. in
prax. Archiepisc. cap.
21. n. 16.

9 Spereil. 2. p. decis.
138.n.5. Gutier.de Ma:
trim.cap.129.n.11.

der

der, ou houver algum indicio de collusão, ou que pertencem o divorcio injustamente, & deyxão de nomear as testemunhas que sabem a verdade do caso, para que calumniosamente se dê a sentença que pertendem, nos quaes feytos requererá sempre a favor do matrimonio o que mais seguro, & mais conforme a direyto lhe parecer. E quando se tratar do vínculo, ainda que as partes defendão a causa, sempre pedirá vista dos autos, antes da final conclusão, para requerer o que lhe parecer justiça, porque sempre o Promotor ha lugar donde o Juiz procede (10) *ex officio*.

10 Clar. in prax. §. fin. q. 10. n. 3. Paz d. tom. 2. prælud. 4. n. 5. Gom. Var. tom. 3. cap. 1. n. 10. 11 L. 2. §. fin. Cod. Ne Filcus. Guazin. Defens. reor. in præfat. 1. p. n. 16. Peregr. de jur. filci lib. 4. tit. 7. n. 17. Solorz. de jur. Indiar. lib. 4. cap. 6. n. 31. tom. 2.

407 Porém não aceytará procuração de parte em feyto crime (11) para defender o Reo, ainda que seja movido à instancia de parte, que no Auditorio tem já Procurador: nem aceytará no feyto matrimonial para defender o que nega o matrimonio, ou vem a elle com embargos, ou pretende divorcio, ou o quer annullar, por quanto elle por parte da Justiça deve procurar que os delictos se emendem, & castiguem, & os matrimonios legitimos se effectuem, & não deve ajudar, nem favorecer os que vivem mal, nem defender suas culpas, nem o castigo dellas.

408 Nem aceytará procuração para impugnar o que por Nós, ou nossos Visitadores for mandado em Visitação; nem aceytará procuração de alguma parte em feyto civil no mesmo tempo em que a mesma parte se livra de algum crime perante o nosso Vigario geral; nem aconselhará, nem fará petição para carta de seguro ao que se ha de livrar neste nosso Juizo Ecclesiastico; & fazendo o contrario, o suspendemos pelo feyto do officio até nossa mercê.

12 Pelleg. d. 4. p. lect. 1. n. 19. Amatus Duno. 1. p. dec. 397. n. 5.

409 Vindo-se com embargos a alguma visitação, ou capitulo della, ao Promotor pertence (12) defender a dita visitação, & allegar assim de feyto, como de direyto tudo o que lhe parecer justiça por parte della, tomando para isso todas as informações necessarias, & fazendo todas as mais diligencias que convem, tanto pela sua parte, como por via do Solicitador da Justiça.

410 Ao Promotor pertence defender a nossa jurisdição ordinaria, não consentindo que os Juizes seculares, ou Juizes Apostolicos, ou Ordinarios, se intrometaõ contra direyto a tomar conhecimento dos casos, & pessoas que são de

de nossa jurisdicção, lhes mostrará como lhes não pertence o tal conhecimento, requerendolhes o remettao a Nós, ou ao nosso Vigario geral, ou a quaesquer outros nossos Ministros a que tocar; & quando o não quizerem fazer, requererá ao nosso Vigario geral, ou ao Ministro a que pertencer o conhecimento, proceda contra elles, na fórma que mandaõ os Sagrados Canones, denunciando dos ditos Juizes.

411 Quando formos intentado de suspeyto, ao Promotor pertence louvar-se (13) com as partes em Juiz, ou Juizes arbitros; que conheçaõ das taes suspeyçoens, & requerer nellas o que lhe parecer justiça, & saber se o recusante tem depositada a quantia que se lhe manda depositar na fórma ordenada no Regimento do Chanceller.

412 Saberá se ha algumas fianças perdidas em casos civeis, ou crimes, ou dos Residuos, & matrimonios em que ha pena de dinheyro, a que os fiadores se obrigáraõ, & faõ applicadas em todo, ou em parte para despezas da Justiça, ou obras pias, & havendo-as demandará por parte da Justiça, não as demandando o Meyrinho, ou a pessoa a que parte dellas se applicaõ, as quaes perderáõ os mesmos, & elle a levará.

413 Denunciará, & accusará aquelles que lhe constar por noticia certa, que estaõ nullamente casados, & que para isso tem provas claras: porém primeyro que denuncie nos dará disso conta, ou ao nosso Vigario geral.

414 Terá muyta vigilancia em saber dos peccados publicos, & maleficios commettidos pelos Clerigos de nossa jurisdicção, ou quaesquer outros, que por razão delles, & das pessoas podem conhecer nossos Ministros, & delles denunciará, ou requererá se façao autos, & summarios para se proceder na fórma de direyto, & quando lhe parecer darnos conta, o fará primeyro, para determinarmos o que nos parecer mais serviço de Deos.

415 Antes que denuncie de alguma pessoa, ou pessoas, se informará primeyro de outras dignas de fé, & credito, não inimigas (14) das que intenta denunciar; & sendo materia que requeyra fama, não denunciará senão (15) havendo; & quando se lhe der informação por pessoas particulares,

13 Cap. Secundo requiris §. 1. cap. Cum speciali 61. de Appel. lat.

14 Themud. in Prax. fat. 1. p. n. 52.

15 Clar. §. fin. q. 7. n. 5. Bosl. in prax. tit. de Inquisit. n. 27.

118 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

ticulares, & entenda que são inimigas, se informará se o são, & se o caso se póde provar, & concorre a qualidade da fama.

f 16 Guazin. in d. præfat. n. 16. Peg. ad Ordin. l. 1. d. tit. 15. n. 6. & For. cap. 16. n. 84. & 85. Farin. in prax. q. 16. n. 29. Clar. §. fin. q. 10. num. 5. Mend. in prax. 1. p. lib. 2. cap. 12. §. 3. num. 13. Thom. Valalc. alleg. 95. n. 7.

416 E não denunciará, sob pena de suspensão de seu officio, de pessoa alguma por odio, temeridade, ou calumnia, porque achando-se que por alguma destas razoes o faz, & que por essa causa foy o Reo absoluto por sentença, será demais o Promotor condemnado (16) como pessoa particular; & em todas as denunciaçoens que der jurará se bem, & verdadeiramente denuncia.

417 O Promotor não accusará, nem virá com libello contra pessoa alguma por culpas de visitação, denunciação, querela, devassa, ou summario, sem primeyro serem nelles pronunciadas as pessoas que se devem livrar por despacho, & sem nelle lhe ser mandado as obrigue por libello, & fazendo o contrario, será tudo nullo, & pagará elle as custas dos autos que assim fizer.

418 Profeguirá com grande cuydado, & diligencia as accusaçoens de que os Authores por qualquer modo desistirem, & as tomará no estado em que as deyxarem. E querelando, ou denunciando algũa pessoa de algum delicto, & não fazendo mais diligencia, nem começar a accusação, o Promotor depois de passados seis mezes a profeguirá, sendo caso em que a Justiça haja lugar.

419 E havendo o Author vindo com seu libello contra o Reo, & deyxando por espaço de quinze dias de profeguir a accusação, o Promotor o fará citar para que venha em certo termo a profeguilla, com comminação de q não vindo, ser lançado, & se profeguir o feyto por parte da Justiça, & assim o fará o Promotor não vindo a parte no termo assignado.

420 O Promotor tanto que lhe forem levadas as culpas dos casos em que os Reos se haõ de livrar ordinariamente da Justiça, por ter nelles lugar para vir com libello contra elles, as lerá com muyta attenção, & verá se vão trasladadas todas as testemunhas que tem testemunhado no crime que se accusa, & achando que faltaõ algumas, requerá, antes de fazer o libello, q se trasladem todas as que faltarem, & pedirá os feytos, & summarios com que os Escri-

vaens

vaens. sahiraõ à folha, & os verã, & com tudo junto fará o libello: & se lhe parecer antes de formar o libello, que o crime se não prova bastantemente, ou não he caso de livramento, estando o Reo prezo, ou tiver nisso alguma duvida, o communicará com o Vigário geral, & fará o que lhe elle mandar acerca do tal livramento.

421. Se em humas mesmas culpas forem pronunciados, & obrigados a livramento muytos cúmplices, sempre os accusará a todos em hum libello, salvo o Vigário geral, por alguma justa causa, lhe mandar, que venha contra cada hum delles com libello apartado, ou se os culpados, ou algum delles o requerer, ou quando algum dos culpados for prezo, ou tomar carta de seguro, ou vier primeyro citado a Juizo, & não quizer esperar pelos outros, & o Vigário geral mandar que venha com libello contra elle.

422. Nos casos crimes em que haja parte, que possa pertender interesse, & satisfação, ou que denunciasse, nuncia o Promotor virá com libello por parte da Justiça contra o culpado, sem primeyro a dita parte ser citada, salvo nos sacrilegios: & apparecendo em Juizo, & querendo accusar o poderá fazer, & poderá se quizer tomar o Promotor por seu Procurador, & não querendo, poderá tomar qualquer Advogado do Auditorio, & não vindo accusar, depois de citado, será lançado da accusação, & emenda; & o Promotor virá no tal caso com libello por parte da Justiça, tendo lugar no tal crime.

423. O Promotor não virá com libello por parte da Justiça sem primeyro correr folha ao Reo, & sendo prezo, sem primeyro se ajuntar auto de prizaõ; & se o Reo for menor, requererá se lhe dê Curador, & se faça termo nos autos: & sendo filho familias, ou escravo, será primeyro citado seu pay, ou Senhor para os defenderem, & não o requerendo assim, será condemnado em todas as custas, & damnos que por sua negligencia se causarem ás partes.

424. Antes de serem as inquirições abertas, & publicadas, será obrigado a requerer se perguntem as testemunhas referidas nas devassas, denunciações, & summarios, & fará reperguntar (17) no termo da dilação as que não declararem bem seus ditos, ou são tão breves nelles, que não depuzeraõ

17 Pelleg. in prax.
Vicar. d. 4. p. sect. 1. n.
19.

depuzerao o necessario, para concluir o que jurarao; & nao o requerendo no termo da dilação, ou antes de irem os autos a conclusão, se mandarao fazer as taes diligencias da Relação à sua custa em pena de sua negligencia; & do dextrimento que causa às partes no seu livramento.

425 Para que os sacrilegios que se commetterem nas Igrejas, ou Adros dellas por serem crimes gravissimos, nao fiquem sem o castigo, que por elles merecem os delinquentes por falta de prova, que muytas vezes se nao acha nos summarios, que se fazem por deyxarem de perguntar as testemunhas, que ao tempo que se commetteraõ se acharaõ presentes nas Igrejas, ou Adros, & se perguntaõ outras que se nao acharaõ ao tal tempo; mandamos ao Promotor, que quando o Vigario Geral pronunciar, que nao resulta culpa em algum summaio de sacrilegio, peça delle vista, & faça perguntar as testemunhas, que se acharaõ presentes, & virão o caso como aconteeço; & o mesmo fará quando pronunciar que nao resulta culpa, por se nao provar que era Adro o lugar aonde aconteeço o crime.

18 Mend. in prax. 1.
p. lib. 5. c. 1. §. 6. & 2. p.
lib. 5. cap. 1. §. 6. Them.
2. p. decis. 232. per tot.

426 O Promotor nos casos crimes em que a justiça ha lugar, sempre virá com libello contra o Reo, ainda que elle requeyra, & diga que ha as culpas por judiciaes, & que quer estar pelos autos, & que conforme a elles se sentenciem as culpas; o que se poderá requerer, & dizer depois de lhe ser dada vista para contrariar o libello, para o que fará as testemunhas (18) judiciaes por termo assinado nos autos, & de como quer estar por ellas, & sem mais outro processo se faraõ conclusos à Relação, para nella se sentenciarem.

427 O Promotor nao nomeará no libello, & mais artigos por seu proprio nome as mulheres casadas, que forem cumplices dos Reos que accusar, & somente dirá, certa mulher casada; & se o Reo requerer que lhe declare o nome da tal mulher casada, porque nao póde sem isso formar sua defeza, lho dirá em segredo, jurando primeyro o dito Reo, que se nao póde bem defender sem a tal declaração; & o mesmo observará com os Religiosos, quando accusar algumas mulheres de que são cumplices.

428 Quando *ex causa* se mandar livrar algum culpado

do camerariamente, não fallará o Promotor em audiencia no tal feyto, mas irá com a parte, & Escrivão do livramento fazer audiencia a casa do Vigario geral, & lá secretamente requererá o que for justiça.

429 O Promotor se informará se os Vigarios da vara, & seus Officiaes cumprem, & guardaõ seus Regimentos como os do Auditorio do Vigario geral, & se fazem como convem as diligencias que lhes são encarregadas, ou avisaõ as partes em materias de segredo, & tomaõ dellas peytas, & o fará saber ao Vigario geral, para que nos avise, & proceda no caso como for justiça, achando que algum tem delinquido em seu officio.

430 Terá o Promotor hum livro numerado, & rubricado pelo Vigario geral, em que por memoria escreverá todas as cartas de seguro, para saber os que com ellas se livraõ, & se he negativa, ou confessativa, & se nos seus livramentos seguem os termos dellas; & no mesmo escreverá as condemnações, & penas em que encorrem os Officiaes do Auditorio para as despezas, & as fará arrecadar pelo Solicitador do Juizo; & tambem registará nelle todas as fianças dos que sobre ellas se livrarem, & os nomes dos Escrivaes, que as tomarem, como tambem escreverá os depositos do Juizo, tudo em titulo separado; & os Escrivaes que passarem as cartas de seguro, & tomarem as fianças, & depositos, seraõ obrigados a dallas a rol ao Promotor, como se dirá em seus Regimentos; & contra os que o não fizerem requererá o Promotor a pena de suspensão que se lhes poem num. 404.

431 Fará passar as citações, & monitorios da justiça, & as mais cartas de diligencia della, & que os Solicitadores as solicitem, & se (19) mandem com cuidado aos lugares, ou Freguesias aonde se deve fazer a diligencia, & que procurem que venha em breve tempo.

432 Quando se passar algum mandado, ou monitorio contra algum Testamenteyro, ou herdeyro para que em certo termo cumpra algum testamento, pague algum legado, ou mande dizer algumas Missas, fazer alguns Officios, & cumprir outras obras pias, que o Testador deyxou, & allegar embargos a cumprir o que lhe he mandado, & pedir

L

vista

19 Ex Ord. lib. 1. tit.
15. §. 2. & ibi Peg. n. 2.

vista para os formar por escrito, o Promotor requererá ao Juiz dos Resíduos, que lhos mande logo averbar, & sendo a materia relevante, o dito Promotor requererá ao dito Juiz, que mande venha com elles em termo breve; & na mesma forma lho affine para provar o que diz, & da justificação que fizer, lhe mande dar vista; & conforme a prova que fizer o Testamenteyro, assim requererá nos autos com toda a brevidade, por quanto nas contas dos testamentos, & ultimas vontades se procede summariamente, & nisto lhe encarregamos muyto sua consciencia.

433 Em todos os casos que pertencem a seu officio requerer, & procurar por parte da Justiça, ou nossa jurisdição, & almas dos defuntos nos feytos dos Resíduos, se lhe parecer que pelos despachos do Vigario geral, Juiz dos Resíduos, ou outro Ministro a Justiça he aggravada, será obrigado a aggravar para a nossa Relação, & leguir seu agravo até se dar nella sentença, & não o fazendo assim, ou por descuydo, ou temor, lho estranharemos muyto, & o castigaremos como o caso o merecer.

434 Dos feytos que processar, & requerer por parte da Justiça, se lhe contará seu salario na forma do Regimento do Contador deste Juizo, & o não levará das partes sem primeyro lhe ser contado nos autos pelo Contador, (sem embargo de qualquer estylo em contrario,) & recebendo-o antes, posto que as partes lho dem voluntariamente, perca tudo o que assim levou para a mesma parte, & por esse mesmo feyto o havemos por suspenso a nosso arbitrio, & qualquer pessoa o poderá accusar por isso.

435 Por serem muytas as obrigaçoens que pertencem ao officio de Promotor, & constarem estas (além das deste Regimento) de muytos lugares de nossas Constituiçoens, lhe encomendamos muyto as veja, & lea com cuydado, & diligencia, & pontualmente cumpra tudo o que nas ditas Constituiçoens se lhe manda; & o que se ordena na ordem do Juizo dos feytos civeis, & crimes, & quando assim o não cumpra, será por Nós castigado com as penas que merecer.

436 Quando o Promotor for chamado à Relação, o Porteyro della lhe abrirá a porta, sem ser necessario licença do que presidir nella, & terá assento igual aos Desembargadores

bargadores abayxo do mais moderno, & nas causas que em Relação se tratare civis, ou crimes, terá seu voto consultivo, & será obrigado a guardar segredo como os mais Ministros do que nella se tratar.

T I T U L O XII.

Dos Advogados do Auditorio.

437 **P**ara boa administração da justiça das partes convem muyto, que haja Advogados (1) que requeyraõ, & procurem pelas partes, & as encaminhem com verdade em as suas causas; & para que assim se faça, os Advogados que houverem de advogar no nosso Auditorio devem ser pessoas de verdade, (2) virtudes, & letras, & graduados na faculdade dos Sagrados Canones, ou Leys, & que tenhaõ (3) cursado oytto annos de Direyto, & tenhaõ experiencia da pratica, & estylos Ecclesiasticos.

438 Em nosso Auditorio haverá Advogados além do nosso Promotor da justiça, & primeyro que sejaõ admittidos, nos mostrarão (4) as cartas de seus graos, & tomada informação da qualidade de sua pessoa, letras, vida, & costumes, se nos parecer que convem serem admittidos, lhes mandaremos passar Provisão para advogarem no nosso Auditorio, & passada pela Chancellaria, lhes será dado nella juramento pelo nosso Chanceller na fórma dos mais Officiaes, & Ministros do Juizo, & se sugeytarão à nossa jurisdição Ecclesiastica em tudo o tocante a seu officio, & com a dita Provisão se apresentarão ao nosso Vigario geral, & de outra sorte os não admita.

439 Os Advogados quanto ao modo do lugar em que haõ de estar, & ordem de fallar nas Audiencias, tempo, & hora em que haõ de entrar, & sahir dellas, mandamos que se observe o que fica dito, & ordenado no Regimento do Vigario geral, & titulos delle, sob as penas nelle conteudas.

440 Seroão obrigados a ter as nossas Constituições, & Regimentos do nosso Auditorio, & não procurarão, nem aconselharão contra ellas, ou direyto (5) expresso, sob pena de suspensão de seus officios, & das mais penas que parecer.

L ij

Defen-

1 L. Laudabile Cod. de Advoc. divers. judic. Barb. de Potest. Episc. 3. p. alleg. 79. n. 21. Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 48. glos. 1. n. 9. Guaz. de Defens. reor. in præfat. n. 2.

2 Barb. ad Ord. lib. 1. tit. 48. in principio: alter Barb. d. alleg. 79. n. 24.

3 Martins a Cost. annot. 17. n. 1. Ord. dict. tit. 48. in princip. & ibi Peg. glos. 2. n. 1. & glos. 5. n. 1.

4 Deducitur ex Ord. d. tit. 48. §. 3. & ibi Peg. num. 3. Paz in prax. in princip. annot. 5. n. 14.

5 Ord. d. tit. 48. §. 7. & ibi Peg. n. 2. & 4. Mend. in prax. 2. p. lib. 1. cap. 3. Append. 1. n. 15.

6 Ex Ord. lib. 3. tit. 20. §. 35. & lib. 1. d. tit. 48. §. 14. vers. E bem assim. & ibi Peg. n. 2. Barbosa. ad Ord. d. tit. 20. §. 35. Guaz. in præfat. n. 6. & 7.

7 Ord. dict. tit. 48. §. 24. vers. E fazendo. Thom. Vallasc. alleg. 67 n. 52.

8 Guaz. in Præfat. n. 10.

9 Deducitur ex Ord. lib. 3. tit. 20. §. 45.

10 Ord. lib. 1. tit. 48. §. 18.

441 Defendemos aos Advogados que não venhão nos autos com razoes, requerimentos, cotas, glosas, ou artigos impertinentes contrarios, ou diffamatorios contra as partes, Procuradores, Escrivaes, ou Julgadores, não sendo necessarios (6) para bem da justiça de que se trata; nem usem de palavras descortezes, & escandalosas, & fazendo o contrario, pagarão pela primeyra vez douts mil reis para as despezas da nossa Relação, & Auditorio; & ou sejaõ escritas por elles, ou por outra qualquer pessoa, sempre o Vigario geral procederá contra o Advogado, que offerecer o feyto com ellas, & pela segunda vez seraõ suspensos (7) até nossa mercê, & o Ministro que for Juiz do feyto, mandará riscar os taes artigos, glosas, ou cotas.

442 Procurarão, quanto for possivel, sem prejuizo do dreyto das partes, de serem breves nos artigos, (8) & nas razoes, & se algum delles tornar a repetir na replica o que tiver articulado no libello, ou na treplica o que tiver dito na contrariedade, será condemnado, como fica dito noTitulo da ordem do Juizo dos feytos civeis §. 2. in principio, & o Vigario geral lhes mandará riscar os taes artigos.

443 Não retardarão os feytos pedindo vistas, dilações, ou restituicoens a fim de dilatar, & não para se ajudarem dellas; & achando o Vigario geral, que só para dilatarem os feytos as pediraõ, & se não ajudaraõ dellas, nem fizeraõ diligencia, os suspenderá pelo tempo que lhe parecer.

444 Serão muyto diligentes em ver os feytos de suas partes, & os darem no termo que são obrigados na audiencia, & não os dando sendo lançados pelo Juiz da causa, & indo o Escrivaõ, ou o Official do Juizo buscallos a sua casa, pagarão cinco (9) cruzados, & não lhos entregando, além da pena que lhes he posta pela primeyra vez, pagarão por cada dia, que os tiverem, cem reis para os pobres presos do Aljube.

445 Não farão artigos em causas civeis, ou crimes sem informação das partes, & não dirão nos artigos mais que aquillo que fizer a bem da justiça dellas, ainda que ellas digaõ que o ponhaõ nos artigos; & fazendo o contrario, seraõ condemnados (10) na fórma que fica dito acima no num. 441.

446 Nas razões que escreverem, & requerimentos que fizerem apontarão fielmente os termos dos autos, & o que elles contêm, & os ditos das testemunhas, escrituras, & papeis, & não allegarão o que nelles não houver, ou o contrario do que houver nelles, nem constituição, textos, ou DD. de falso, & fazendo o contrario, ou qualquer destas cousas, serão condemnados pela primeyra vez em dous mil reis para as despesas da justiça; & fazendo-o mais vezes, serão suspensos a nosso arbitrio, & assinarão todos os artigos, ou razões que offerecerem em Juizo.

447 Não fallarão em feyto onde não tiverem procuração feyta, & junta aos autos pela parte, nem lhes será dada vista de feyto, monitorio, ou autos, que pedirem como Procuradores, em quanto não mostrarem procuração, & sendolhes dada, não a mostrando se riscará tudo o que differem, & serão condemnados em mil reis para as despesas do Juizo por cada vez que o fizerem; & a mesma pena haverá o Escrivão que lhes continuar vista sem procuração nos autos.

448 Não farão avença (11) com as partes para haverem certa cousa, vencendolhes as demandas, & o que a fizer será suspenso até nossa mercê; & sómente levarão às partes os salarios que directamente lhes forem contados.

11 Ord.d.tit.48.§.11.
& ibi Barb. & Peg.n.2.
L. Si quis Cod. de Po-
stul. Guazin. de Defens.
reor. in præfat. num. 15.
Cab. 1. p. decil. 19. n. 1.

449 Não deyxarão tirar certidoens, ou traslados dos autos, que estiverem em seu poder, nem os darão para outros Juizos sem mandado, & ordem do Juiz delles, sob pena de dous mil reis para as despesas da justiça, & accusador, & de suspensão até nossa mercê.

450 Tanto que pelo Escrivão lhes for dado o feyto com vista, o não darão à parte, mas quando alguma o quizer ver, o fará perante elles; nem pelas partes mandarão os feytos aos Escrivães, ou por seus servos, mas os mandarão por Official de justiça, & isto não sendo autos que corraõ em audiencia, porque então os irão offerecer nella no termo que lhes for assinado; o que cumprirão sob pena de suspensão de seus officios.

12 Ord. dict. tit. 48. §.
14. & ibi Barb. & Peg. &
Infig. Barb. in L. Non
potest 23. ff. de jud. n. 30.
Auth. Qui temet. Cod.
Quando Judex.

451 Depois que vierem com seus artigos, & razões, & lhes forem recebidos, não poderão riscar (12) delles, acrescentar, ou ajuntar cousa alguma, sob pena de dous mil

reís para as despesas, & quando ainda não for dada vista à parte, só o poderão fazer pedindo licença ao Juiz para adicionar, ou tirar o que lhes parecer, o qual lha poderá dar.

13 Ord. d. tit. 48. § 13.
& ibi Barbof. & Peg.
Mend. in prax. 2. p. lib.
1. cap. 3. in Append. 1.
n. 16. Cab. 1. p. dec. 214.
n. 15.

14 Ord. d. tit. 48. §.
27. & lib. 3. tit. 20. §. 14.
Cab. 1. p. decif. 214 n. 8.
Mend. in prax. 2. p. d. tit.
cap. 3. Append. 1. n. 17.

15 Mend. d. Append.
1. n. 16. Cab. 1. p. decif.
214. n. 7. Barb. ad Ord.
d. tit. 48. §. 28. n. 3. & d.
lib. 1. tit. 24.

16 L. Petitionem cod.
de Advocat. divers. ju-
dic. Cab. d. decif. 214.
n. 3.

452 Não aceytaráo procuração contra alguma parte a que tenhaõ dado conselho na mesma (13) causa, ou lhes tenha descoberto o segredo della por alguma via, sob pena de suspensão até nossa mercê; salvo constar que a parte contraria impedio por este modo todos os Advogados, ou os melhores, porque neste caso a parte que isto fez escolhe- rá hum delles, (14) & dos outros se dará o melhor à outra parte, que ella escolher, o qual será obrigado a guardar segredo do que a outra parte lhe descobrio.

453 Os Advogados serão obrigados, & constangidos (15) com censuras a procurar pelas partes que os escolhe- rem, salvo (16) mostrando justa causa que os desobrigue, & pelas partes que forem pobres, de sorte que lhes não pos- saõ pagar, & principalmente sendo prezos, procurarão de graça.

454 Não se admittirá pessoa alguma a procurar por pessoa ausente deste nosso Arcebispado, ou exempta de nos- sa jurisdição, sem dar fiança chã, & abonada às custas em que o condemnarem, & nunca o será o mesmo procurador.

455 Não declinarão os procuradores nossa jurisdição ordinaria Ecclesiastica, nos casos que a ella direytamente pertencem; nem por outra qualquer via os pertenderão ti- rar deste Juizo Ecclesiastico para o secular, ou outro qual- quer; nem para isso daraõ conselho, ajuda, nem favor, antes a defenderão quanto com direyto puderem; sob pena de suspensão, & das mais, que conforme a direyto mere- cerem, além da pena de excommunhaõ em que incorrem da Bulla da Cea do Senhor.

456 Quando o Advogado, depois de ter aceytado pro- curação da parte, se der de suspeyto sem justa causa, será obrigado a mandar citar a sua parte à sua custa, dentro do termo que o Vigario geral arbitrar; & não a dando citada no dito termo, ficará suspenso até nossa mercê.

457 Os Advogados não procurarão em causas injustas, nem proseguirão as que a principio lhe parecêraõ justas, tanto

tanto que conhecerem são injustas, antes admoestarão as suas partes da injustiça da sua causa; nem outros li impedirão às partes o comporemse entre si.

458 Finalmente cumprirão este nosso Regimento, & o das audiencias, & o mais que dispoem nossas Constituições, & direyto, & Leys do Reyno no seu officio, as quaes neste particular se achão conformes com o direyto comum Canonico; & guardarão tudo o mais que se dispoem; & ordena em todos os mais Regimentos, & ordem do Juizo deste Auditorio, no que a seus officios toca, & se lhes puder applicar.

TITULO XIII.

Do Escrivão da Camera.

459 **A** Pessoa que houver de ser Escrivão da Camera deste Arcebispado, será pessoa Ecclesiastica de Ordens Sacras, ou secular limpo de sangue, de boa consciencia, experiencia, & muyto segredo, & talento, & que sayba bem escrever, & sayba Latim, & que seja affavel para as partes, & desoccupado de outros officios, & negocios, & que tenha as mais partes, que para tal officio se requerem. Não poderá servir senão tendo provisão nossa, assinada, & passada pela Chancellaria, jurando (1) em forma perante o nosso Chanceller; & servirá em quanto não mandarmos o contrario, posto que a provisão não leve esta clausula; & o poderemos remover, ou com causa, ou sem ella, por ser removivel a nosso (2) beneplacito.

460 Tanto que tomar juramento lhe será entregue o Cartorio de todos os livros, & papeis que fizeraõ seus antecessores, que se acharem em seu poder, pertencentes a seu officio, & será por inventario, que o Provisor mandará fazer pelo Escrivão da Chancellaria em livro que haverá para isso, de que se fará termo no fim do inventario, assinado pelo dito Escrivão da Camera.

461 Terá o dito Cartorio a bom recado, para que se não percão, ou divirtão livro algum, ou papeis, & todos os que fizer, em quanto servir, sem os alhear, nem escon-

der,

1 Const. supr. n. 303.
318.326. & 399.

2 Gonçal. ad reg. 8.
Cancell. glot. 5. § 11. n.
16. Gratian. forens. 1. p.
cap. 167. n. 1. Molin de
Primog. lib. 1. cap. 25 n.
17. Gam. decis. 353 n. 3.
Portugal p. 2. lib. 1. cap.
13 n. 69 Phœb. 1 p. de-
cis. 27 n. 8. Cab. 2. p. de-
cis. 21. Et sic servatur
in praxi.

der, nem sobnegar sob pena de suspensão até nossa mercê; para delles dar conta a todo o tempo que se lhe pedir do Cantorio, renunciando o officio, ou sendolhe por Nós tirado.

462 Terà hum livro numerado, & rubricado pelo Provisor, em que registará todas as cartas de Curas, & Capellaens, & encomendas de quaesquer Igrejas, que elle passar de mandado nosso, ou do Provisor, & nelle declarará o dia, mez, & anno em que cada hum for provido, & por quanto tempo; & no mesmo livro em outra parte registará os rois dos confessados de mandado do Provisor, & nelle fará assento, dizendo: Aos tantos de tal mez N. Vigario, ou Cura de tal Igreja trouxe per si, ou mandou por outrem o rol dos Confessados, & Cômungados de sua Freguesia, mayores tantos, menores tantos, ausentes tantos, rebeldes N.N. E ao pé de cada rol porá q fica registado a folhas tantas. E logo passará cartas de participantes contra os rebeldes, que entregará aos Vigarios, ou Curas para as publicarem na forma da Constituição.

3 Gavant. in Manual.
verb. Notarius n. 28.

463 Terá outro livro em que registará (3) todas as collações, & confirmações de Beneficios, as quaes registará *de verbo ad verbum*, antes que sejaõ assinadas, & entã tornará ás partes as proprias, & o registo se assinará por Nós, ou nosso Provisor, se em seu nome for feyta, & dará posse dos ditos Beneficios aos providos nelles, de que fará termo nas costas da carta de collação.

464 Terá outro livro para nelle fazer os termos dos que se quizerem oppor a alguma Igreja de concurso, & para fazer os assentos dos que sahiraõ approvados, ou reprovados, que serãõ assinados pelos Examinadores.

465 Terá mais outro livro para a matricula das Ordens, & outro para nelle trasladar *de verbo ad verbum* os titulos dos Beneficios, pensões, ou patrimônios dos que se houverem de ordenar de Ordens Sacras, & nelle fará o termo ao Ordinando *de non alienando*, & ao Dotador *de non repetendo*; & no mesmo livro, em outra parte, trasladará o titulo do dote das Capellas, que se erigirem de novo.

466 Terá mais outro livro em que escreverá os termos de fugeyção, que haõ de fazer os Confrades que de novo erigirem

erigirem alguma Confraria Ecclesiastica, porque se sujeytem á nossa jurisdicção Ordinaria, & se obriguem a dar contas de receyta, & despeza a Nós, & a nossos Visitadores, & cumprir as cousas que lhes for mandado em visitaçõ por bem das ditas Confrarias.

467 Terá outro livro em que escreverá todos os culpados em visitaçõ, & obrigados a livramento, para poder dizer à folha quando se livrarem das culpas, & acabados huns livros comprará outros, & todos serão numerados, (4) & rubricados pelo Provisor; & terá os mais livros que se ordenarem, & mandarem fazer.

468 Terá outro livro em que escreverá os termos das fianças, que para os casamentos o Provisor mandar dar aos que pertenderem casar antes de corridos os banhos, ou em outra qualquer materia em que se devão dar.

469 Ao Escrivão da Camera pertence passar todas as Provisões, que Nós houvermos de assinar, & todas as cartas de instituiçõ, confirmaçõ, & collaçõ, & qualquer Provisão de quaesquer Officios, ou Beneficios, & todos os mais papeis, que se mandarem fazer das duvidas, que sobre isto houver em ordem a serem instituidos, ou collados os apresentados, & providos, & das appellações que nestes casos se interpuzerem.

470 Pertencelhe tambem todas as diligencias de *generis*, & mais diligencias das Ordens, Patrimonios, Matriculas, & Cartas dellas, *de moribus*, & *de vita*, ainda que se fação por Requisitorias de outros Bispos, & as licenças para dizer Missa nova, & Dimissorias, & Reverendas, que mandarmos passar a nossos subditos.

471 Pertencelhe passar Cartas de Participantes contra os rebeldes, & as mais cartas de excommunhaõ, que o Provisor mandar passar, & fazer todas as diligencias, & papeis que sobre ellas se fizerem.

472 Assistirá a todos os exames (5) dos oppositores, & fará todos os autos, termos, Provisões, & mais diligencias necessarias em astaes opposições de Beneficios curados, que se proverem por concurso.

473 Fará todos os Editaes, & mandados geraes das Procissões, devoções, convocação de Synodo, & outros
seme-

4 Peg. ad Ord. lib. 1.
tit. 71. in princip. gloss.
2. n. 1.

5 Ex reg. text. in L.
2. ff. de jurisdict. omn.
judic. cap. Præterea de
offic. Delegat.

semelhantes, como Edital para exames, & Ordens, sem porisso levar salario algum.

474 Passará as licenças para se desenviolar alguma Igreja, ou Adro que constar estar polluto, & violado.

475 Terá hum caderno em que escreverá os approvados para Ordens, & nelle escreverá os que mandar matricular o Provisor, declarando em titulo apartado, quantos haõ de ser ordenados de humas, & outras Ordens, & no fim do encerramento será assinado pelo Provisor, & na véspera das Ordens nos apresentará a matricula para sabermos os que se haõ de ordenar, & se os havemos de admittir; & o tal caderno será numerado, & rubricado pelo Provisor.

476 Pertencelhe fazer os Mandados de publicar as indulgências que vem de Roma, & traduzillas de Latim em nossa lingua, & ás conferirá com o Provisor, & de outra maneira se não publicarão.

477 Escreverá mais todos os autos, & termos que se fizerem sobre authenticação de Reliquias.

478 Ao mesmo Escrivão da Camera pertencem as licenças para comerem carne os que tiverem causa; para ouvirem Missa fóra da Parochia; para se poder dizer Missa em Altar portatil; assistir, & escrever as perguntas que Nós fizemos às Noviças (6) para professarem, & passar as Provisoens das licenças para professarem; & as licenças para se tirarem esmolos pelo Arcebispado; para trazerem os Clerigos armas; & todas as mais licenças, & Provisoens que por Nós, ou nosso Provisor forem passadas em qualquer materia, & escrever todos, & quaesquer autos que ante Nós, ou nosso Provisor se tratarem.

479 Acompanharão ha todas as vezes que lho mandarmos, & assistirá aonde dermos Ordens, para fazer, & ler as matriculas, & publicar, & chamar os Ordinandos, & tudo o mais necessario concernente a esta função; & assistirá quando fizemos Pontifical, & assistirmos na semana Santa na nossa Sé; & fará o rol dos Clerigos que são necessarios para a benção dos Santos Oleos.

480 Acompanhará tambem ao Provisor quando for fazer alguma diligencia tocante a seu officio, & achando-o na Sé, ou em qualquer parte da Cidade, indo a pé, será obrigado

6 Conc. Trid. sess. 25.
de Regular. cap. 17.

obrigado ao acompanhar até tornar a sua casa.

481 Os papeis dos Ordinandos, assim de diligencias *de genere*, como de Ordens, & patrimonio, & todos os mais de segredo da Justiça, os levará per si a Nós, ou ao Provisor, quando lhe tocar o despacho delles; & os irá procurar, quando estiverem despachados; & não por mão dos pertencentes, aos quaes de nenhuma maneyra dirá as diligencias que se fazem, nem o estado dellas, senão havendo despacho de que devão ter noticia, ou sendolhe por Nós, ou pelo Provisor mandado pedir alguma informação para as diligencias: & as commissões que passar para as taes diligencias a algum dos Vigarios da Vara deste Arcebispo, nunca serão remettidas por mão, nem via das partes, antes as remetterá por sua via com todo o segredo, à custa dos mesmos pertencentes. E fazendo o contrario o havemos por esse mesmo feyto por suspenso do officio até nossa mercê.

482 Quando o Provisor lhe mandar pedir informação de algum culpado da visitaçã, lha levará per si: & quando se houver de livrar algum culpado em visitaçã, tambem levará per si as culpas ao Promotor do Juizo.

483 Todas as Provisões, Mandados, & cartas de commissão de segredo que se houverem de assinar, sellar, & registrar, o fará per si, ou as mandará em carta fechada a quem devão ir, por qualquer pessoa segura, que não for parte.

484 Irá a casa do Provisor todas as vezes que o mandar chamar, & em casa do mesmo tirará todas as testemunhas, que elle houver de perguntar, & havendo alguma causa legitima, pela qual o Provisor não possa inquirir alguma testemunha, ou testemunhas; (o que se não fará, senão muy poucas vezes) elle as tirará com a pessoa que o Provisor nomear na casa publica do nosso Auditorio, salvo se for pessoa de qualidade, & tal que entenda o Provisor que se deve ir perguntar a sua casa.

485 Fará rois (7) em cadernos particulares, por alfabeto, & pelos annos, de todos os culpados de cada visita deste Arcebispo, & nelles irá accrescentando os culpados, assim como se forem admoestando; & fazendo declaração, se he primeyra, ou segunda, ou mais admoestaçoens; & se

sober

7. Gavant. d. verb. Notarius n. 30.

fouber que algum culpado de huma visita, ou Freguesia se passou para a outra, fará disso declaração nos rois, & dos obrigados a livramento dará rol ao Promotor do Juizo, & dos que houverem de ser prezos, ao nosso Meyrinho.

486 Serà muyto diligente em dar aviamento às partes com a brevidade que convem. E não o fazendo assim, o Provisor, achando que por sua culpa se dilatao os papeis, o condemnará pela primeyra vez em hum cruzado, & pela segunda em dous cruzados para as despezas, além das perdas, & damnos que por sua culpa tiverem as partes, & pela terçeyra vez serà suspenso a nosso arbitrio.

8. Gavant.d.verb.No-
tarius n. 10.

487 Não mostrará os papeis de segredo, (8) & não passará certidão alguma de papeis, ou livros sem licença (9) nossa, ou do Provisor, & Vigario geral no tocante a seus officios; nem dará papeis do Cartorio, ou livro a pessoa alguma em confiança, sob pena de suspensão do officio até nossa mercê.

9. Gavant.d.verb.No-
tarius n. 4.

488 Pertencendolhe fazer todas as diligencias dos matrimonios, & esporios, as fará com muyta diligencia, & segredo, para que as partes se aviem com brevidade, & todas as mais que o Juiz dos Casamentos mandar fazer. E a elle se entregarão todas, & qualesquer diligencias, & papeis, denunciaçoens, pregoens, impedimentos, que de fóra vierem pertencentes ao Juizo dos matrimonios, em quanto não houver Juizo contencioso entre partes, porque então pertencem ao Juizo do Vigario geral, & Escrivaens do Auditorio, como fica dito no Regimento do Juiz dos Casamentos.

489 Mandará contar os autos que fizer, as culpas que tirar das visitaçoens, & mais diligencias de seu officio, & não levará das Provisoens, Cartas, Mandados, & mais papeis que fizer, mais do que lhe for contado pelo Contador, & do que lhe estiver taxado no Regimento, sob pena de pagar às partes em dobro, & de suspensão *ipso facto* do officio por dous mezes. E em todos os papeis que fizer declarará no fim delles o que leva de seu salario, & o que se deve de sello, & registo, & assinatura, & naquelles de que não levar dinheyro porá, *gratis*.

490 Guardará em tudo o Regimento que temos dado
ao

ao Provisor, & Juiz dos Casamentos, & dos mais Escri-
vaens, & Officiaes de nossa Justiça, & Auditorio, na par-
te que se lhe puder accommodar.

491 Pertencelhe passar todos os Alvaràs de folhas, que
no nosso Juizo Ecclesiastico se correrem, que por petição
com despacho do Vigario geral forem mandados passar, &
sempre nelles dirá em ultimo lugar.

T I T U L O XIV.

Do Escrivão da Chancellaria.

492 **O** Escrivão da Chancellaria (1) será a pessoa que
por Nós for eleyta, & será pessoa de confiança,
virtude, & inteyreza, & que bem escreva, & entenda o que
convem a seu officio, & não servirá sem Provisão nossa pas-
sada pela Chancellaria, & tomará juramento perante o
Chancellor na fôrma costumada.

493 Ao Escrivão da Chancellaria pertence registrar
(2) todas as Provisões, cartas, & papeis que houverem de
ir ao registo na fôrma que fica dito no Titulo do Chancel-
ler, & Regimento da Chancellaria, & para este effeyto
terá hum livro numerado, & rubricado pelo Chancellor, no
qual fará o registo na fôrma do dito Regimento, que guar-
dará assim no salario que ha de levar, como na verba que
ha de pôr quando registrar, & em tudo o mais.

494 Pertencelhe escrever os termos dos juramentos, (3)
que fizerem ante o Chancellor os por Nós providos em
quaesquer officios, & os Escrivaens, ou Notarios que hou-
verem de fazer publico, & terem para isso final, o fará de
sua mão abayxo do termo do juramento, declarando como
aquelle he o final publico de que ha de usar, & elle dará
sua fé como lho vio fazer; & os ditos Officiaes assinarão
com o Chancellor o dito termo em o livro delles, que terá
o mesmo Escrivão da Chancellaria, & nas costas das Provi-
sões dos providos passará certidão de como jurarão, & fi-
zerao seu final publico os que o devem fazer, & que de tu-
do fica feyto assento no livro á folhas tantas.

495 Será obrigado em todos os papeis que registrar, de-
clarar

1 De Scriba Cancel-
lariz agunt Ord. lib. 1.
tit. 19. & ibi Peg. tit. 20.
& ibi Barbof. & Peg. &
tit. 44. & ibi etiam Peg.
C. tit. in Dom. Supplic.
annot. 18.

2 Ord. lib. 1. d. tit. 19.
§. 5. verb. Mas todas. &
ibi Peg. gloss. 7. n. 1.

3 Ord. d. tit. 19. §. 1. &
ibi Peg. gloss. 3. n. 1.

4 Ord.d.tit.19. §. 11.
verb. Com o final da pa-
ga, & tit.20.in princip.
verb. E porã.

5 Ord.d. §. 11. in fin.
alib. verb. & ibi Peg.
gloss. 13. n. 1.

clarar quanto leva de (4) Chancellaria, & registo como sempre se praticou, o que fará por sua letra, & final, declarando o dia, mez, & anno, (5) sob pena de suspensão de seu officio até nossa mercê.

496 Pertencelhe assistir com o Chanceller aos exames, & approvações de quaesquer Escrivaens, Notarios, & Enqueredores do Juizo que pelo Chanceller haõ de ser examinados, & fará no livro dos termos dos juramentos, os termos dos exames, & approvações em titulo apartado, em que o Chanceller assinarã, & nelle declarará os que ficarão approvados, & lhes passará aos Notarios carta de sua approvação assinada pelo Chanceller.

497 Será presente quando por nossa ordem o Chanceller em Relação publicar alguma Constituição, Regimento, Decreto, ou Mandado nosso, & no livro dos Registos fará termo com testemunhas da publicação, declarando, como, & quando se fez, & que pessoas estavaõ presentes, das quaes algumas assinarão como testemunhas.

498 Quando algum Escrivão da Camera do Arcebis-pado falecer, renunciar, ou largar o officio, fará por mandado do Chanceller inventario do Cartorio, & papeis do tal Escrivão, os quaes se haõ de entregar a quem lhe succeder, conforme o Regimento do dito Escrivão, & o dos Notarios Apostolicos. Quando algum destes falecer, ou deyxar o officio, fará mais por mandado do Chanceller termo, & declaração da pessoa a que o Cartorio se entregará, conforme ao que está ordenado no Titulo dos Notarios Apostolicos.

499 Farã todas as mais diligencias que o Chanceller lhe mandar por razão de seu officio, & as mais cousas que lhe pertencerem, & forem de sua obrigação, conforme aos Regimentos, & Constituições, as quaes em tudo cumprirá, & guardará no que a seu officio pertencerem, & se puderem applicar.

TITULO XV.

Do Escrivão da Visitação, & do que a seu officio pertence.

500 **O**S Escrivaens da Visitação serão Sacerdotes, ou ao menos de Ordens Sacras, de boa idade, virtuosos, diligentes, & bem entendidos, de segredo, & confiança, como convem para o tal cargo: serão providos por Nòs, & depois de ser passada a sua Provisão pela Chancellaria, & assinada por Nòs, jurarão perante o Chanceller na forma costumada.

501 Escreverão, & servirão em todas as cousas da Visitação em quanto ella durar, & em todas ellas no que escreverem, assim nos livros que para isso houverà, como em quaesquer outras diligencias, assentos, notificaçoens, certidões, & todas as mais cousas pertencentes á Visitação, serão pessoas publicas, & a seus escritos se dará inteysra fé, como se dà aos Escrivaens do nosso Auditorio, & quaesquer outros publicos.

502 Cada hum dos Escrivaens terá hum livro assinado, & numerado pelo nosso Provisor, no principio do qual terão lançadas as Provisões, porque o Visitador, & Escrivão foraõ providos de seus cargos, & nelle fará o Escrivão termo, quando partirem desta Cidade, & quando começão a Visitação.

503 Chegando os Visitadores a cada huma das Igrejas no seu distrito, farão os ditos Escrivaens termo do dia que a ella chegáraõ, & em que tambem declarem como com elles presentes visitaraõ o Santissimo Sacramento, (havendo nellas Sacratio) pia Baptismal, Santos Oleos, Altares, Reliquias, Sacristia, & fizeraõ a absolvição dos defuntos, & nestes actos teráo os Escrivaens vestida sobrepeiz: & quanto ao que houverem de prover os Visitadores escreverão no tal termo o que elles ordenarem se faça.

504 No Titulo da Visita de cada Igreja escreverão todo o temporal, & o que nellas mandarem fazer os Visitadores, & todas as lembranças, & assentos que a ellas pertencerem, assim, & da maneyra que os Visitadores ordena-

136 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

rem, & as penas em que algumas pessoas encorrerão por não cumprirem as obras, & cousas das Visitações passadas, & deste livro como original tirarão as Visitações, ou Decretos, que nos livros das Igrejas houverem de ficar no que toca ao temporal fóra das devassas, & o dito livro terão a bom recado, para que perdendo-se, ou escondendo-se alguma Visitação, por elle se possa reformar.

505 Terão todos os autos que os Visitadores lhes mandarem fazer para bem da Visitação, & que forem emergentes, & dependentes, ou tocantes a ella; & autuarão os embargos, & requerimentos, suspeiçoens, & appellaçoens com que as partes vierem ante os Visitadores, & lhos farão conclusos para proverem nelles, ou os remetterem a quem pertencerem, citando as partes para em certo termo acudirem a Juizo, para onde forem remettidos, & dos taes autos, & mais papeis levarão de seu salario o que os Visitadores lhes contarem, na fórma do Regimento dos Escrivaens do nosso Auditorio.

506 Farão mais os Mandados de absolvição dos evitados, & admittidos pelos Visitadores, Ministros, levantamentos de censuras, Mandados de sequestro, & levarão o salario como os mais Escrivaens.

1 Ord.lib.1. tit.24. §.
21. & ibi Peg. n.1. Val.
de part. cap. 15. n. 50.
Mend. in prax 1. p. lib. 5.
cap. 1. § 6. n. 75.

507 Tomarão os termos de admoestação, que os Visitadores mandarem fazer aos culpados, & as confissoens que elles fizerem, em que affinarão (1) os culpados com os Visitadores, & do termo, & recurso levarão o salario que lhes for devido.

508 Farão no livro da Visitação, no Titulo de cada Igreja, rol das penas em que os Visitadores condemnarem os culpados, conforme seu Regimento, & as receberão para darem conta dellas.

509 Tanto que os Visitadores acabarem as Visitações, & se recolherem para a Cidade, entregarão os livros dellas logo ao Escrivão da Camera, & mais papeis, para provermos no que nos parecer necessario, & dos livros, & papeis que entregarem, cobrarão recibos, & certidoens para a todo o tempo constar.

510 Terão segredo em tudo o que tocar ás devassas da Visitação, & constando que deyxarão ver os ditos das

testemu-

testemunhas, ou as mostrarão, ou passarão traslado dellas; ou certidão sem ordem dos Visitadores, serão prezos, suspensos, & condemnados, conforme a sua culpa; & ficarão inhabeis para sempre, para não poderem mais servir o tal officio.

TITULO XVI.

Dos Notarios Apostolicos, & do que a seu officio pertence.

§ 11 **O**S Notarios Apostolicos que nesta Diecese servem, & ao diante servirem, serão obrigados a mostrar os titulos de sua creação ao nosso Provisor, ou Vigario geral; & cada hum delles verá se são quaes se requerem, conforme a direyto, para que devão ser admittidos.

§ 12 Nenhum Notario de qualquer qualidade que seja poderá servir, né exercitar seu officio neste Arcebispado sem ser primeyro examinado, & approvado (1) pelo dito nosso Provisor, ou Vigario geral, & aver carta de sua approvaçãõ, os quaes farão exame assim da pessoa, como da sufficiência, & qualidades, & se sabem ler, & escrever, assim em lingua-gem, como em Latim, & se tem a noticia, & partes que convem para as cousas que haõ de tratar, principalmente Rescriptos, Bullas, Breves, & outras Letras Apostolicas. E sendo examinado, & approvado, se fará termo pelo Escrivãõ da Chancellaria no Titulo dos Notarios Apostolicos; no livro que para isso terá por elle assinado, aonde ficará o final publico, de que sempre ha de usar; do que tudo lhe mandará passar sua Carta de exame, & approvaçãõ assinada pelo dito Provisor, ou Vigario geral, & sellada do nosso sello, & jurará (2) na fôrma costumada, & de outra maneyra não servirá, sob pena de ser nullo tudo o que fizer, ou escrever, & não poder servir mais o dito officio, & ficar *ipso facto* inhabil para elle.

§ 13 Tera cada hum dos Notarios seu livro (3) de Notas numerado, & rubricado, & feyto seu encerramento no fim pelo nosso Provisor, no qual tomará as Notas das Escri-turas, & cousas que a seu officio pertencerem, & que nelle houverem de ficar; guardando nellas tudo o que os Nota-

M iij rios,

1 Conc. Trid. sess. 25. de Reform. cap. 10. & ibi Barb. n. 2. Salgad. de Reg. protect. p. 3. cap. 8. n. 2. Gav. in Man. verb. Notarius n. 1. Paz in prax. in princip. annot. ult. n. 17.

2 Barbof. ad Concil. Trid. d. c. 10. n. 1. Frag. de Regim. Reip. 1. p. 1. 5. disp. 13. n. 273. Gav. d. verb. Notarius n. 11. Paz d. annot. ult. n. 17. Navar. in Man. cap. 25. n. 52.

3 Ord. lib. 1. tit. 78. §. 4. & ibi Peg. & Maced. decil. 54. n. 16.

138 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

rios, & Tabelliaens, conforme a direyto, & Constituições, são obrigados a guardar.

4 Themud. 3. p. dec. 266. n. 17.

514 Não farão diligencia alguma por carta, ou papel que venha do Juiz Apostolico, que não seja nosso Provisor, ou Vigario geral, sem cumpra-se (4) nosso, ou dos ditos nossos Ministros, aos quaes pertence examinar se os taes papeis são juridicos, & se a pessoa que os mandou passar tem jurisdicção, & se devem cumprir seus papeis, ou mostrar poderes: salvo for do Tribunal da Legacia, por ser conhecido, & notorio, nos casos em que he superior por via de appellação.

5 L. ultim. ff. de jurisdic. omni judic. Carleval de judic. tit. 1. disp. 2. n. 24.

6 Cap Romana §. Cohabentes in fin. de For. compet lib. 6. Carleval. d. disp. 2. n. 16 & 17. 26. & 27.

515 Nem outro si a farão sem o dito cumpra-se por Cartas precatórias, ou outros papeis do Ordinario de outro qualquer Bispado, ou Arcebispado; por quanto os mais Ordinarios não podem no nosso Arcebispado exercitar (5) jurisdicção, & devem fazer as diligencias por ordem, & mandado nosso, ou de nossos (6) Ministros; o que tudo cumprirão sob pena de suspensão de seus officios, & as mais impostas em nossas Constituições.

516 Cada hum dos ditos Notarios guardará em tudo o que a elles se puder applicar, a ordem, & Regimento dos Escrivaens do nosso Auditorio, assim no processar os autos, vistas, dar, & cobrar os feytos, & reformallos, & escrever testemunhas, passar certidoens, & fazer termos, como no segredo, & no salario que hão de levar, o qual declararão nos papeis, que fizerem, sob as penas impostas no Regimento dos Escrivaens do nosso Auditorio, o qual terão com este; & serão obrigados a fazer contar os papeis, ou pelo Contador do Juizo, ou pelo Juiz Apostolico dos mesmos.

7 Frag. de Reg. Reip. d. lib 5 disp. 13 §. 11. n. 329. Barb ad Ord. lib. 1. tit. 81. in princip. Gratian. For. 1. p. cap. 167. n. 55. Matcard. de Probat. Concl. 926 n. 19.

8 Gavant. in Man. d. verb. Notarius n. 14.

517 Os Notarios Apostolicos por serem creados por autoridade Apostolica, cujo territorio, & distrito he toda a Christandade, podem fazer diligências não somente no Arcebispado, (7) ou Bispado onde forem creados, & approvados; mas tambem em outra qualquer parte, Bispado, ou Diecese com o mesmo titulo; & as diligencias que fizerem, & certidoens que passarem se deve dar inteiramente, & credito em todas as partes.

518 Não passarão certidoens de autos, ou papeis sem Mandados do Juiz delles, & sendo consta que toque (8) ao Juiz

Juiz, as não passarão sem sua reposta, nos casos em que a deve haver, & nas certidoens que passarem referirão tudo por inteiro, & não serão diminutas referindo somente alguma parte, ou clausula, ou parte do papel, auto, ou termo, ficando outros que nelle estão, & fazem ao caso: & o Notarioque assim o não cumprir, *ipso facto* encorra em pena de suspensão de seu officio a nosso arbitrio, & dous mil reis para os prezos do Aljube.

519 E por se evitarem alguns inconvenientes que nisto ha, & a experiencia tem mostrado: os ditos Notarios sob as ditas penas reterão, & deyxarão nos autos, & seu Cartorio todos os Breves, Dispensaçoens, Rescriptos, ou cousas semelhantes; & só irão *de verbo ad verbum* trasladados nas sentenças que tirarem do processo, & sobre o caso se derem.

520 Serão obrigados levar per si mesmos aos Juizes os autos, & não os darão ás partes, para que não vejaão as justificaçoens, sob pena de perderem *ipso facto* o salario, que dos taes autos houverão de haver.

521 Nas commissões Apostolicas de que o Provisor, Vigario geral, ou qualquer outro Juiz, ou Conservador conhecer, não tomarão os Notarios as testemunhas, que se houverem de perguntar, sem primeyro darem conta ao que for Juiz, ou executor, & saberem delle se quer inquirir per li as testemunhas, ou commetter se perguntem por outrem, como lhe parecer.

522 Falecendo algum Notario Apostolico nesta Cidade, o nosso Vigario geral lhe fará logo inventario dos livros, papeis, & escrituras que estiverem em poder do dito Notario, & delles fará entrega a hum dos Escrivaens do nosso auditorio que for mais idoneo, & será obrigado a dar conta delles em todo o tempo; & no livro da Chancellaria, noTitulo do Notario que falecer, & termo de seu exame, & approvaçãõ, se porá a verba do dia em que faleceo, mez, & anno, & de como se fez inventario do Cartorio, & se entregou a N. Escrivaõ do Auditorio, do que mandará o Vigario geral passar certidaõ, & entregar a mesma ao Chanceller, para mandar fazer as taes declaraçoens; & o mesmo faráõ os Vigarios da Vara, falecendo algum Notario em seu distrito.

523 Farão

523 Farão os Notarios todas as diligencias, que lhes mandarmos fazer, ou o nosso Provisor, & Vigario geral, aindaque não sejaõ sobre cousa Apostolica, nem sua dependencia, & não as fazendo serão suspensos, & condemnados, ou castigados como os Escrivaens do Auditorio.

T I T U L O XVII.

Dos Escrivaens do nosso Auditorio, & do que a seu officio pertence.

524 **H**E de tanta confiança o officio de Escrivão, que se requiere para elle pessoa de muyto credito, fiel, & legal; por quanto he ordenado em direyto, para que em Juizo houvesse pessoa publica, que fielmente (1) escrevesse todos os autos judiciaes, a que se dêsse inteysa fé, (2) & credito, pois de sua fé, & autos que escreverem, pende a justiça das partes; & havendo Clerigo idoneo será mais conveniente o ser eleyto para o tal officio, & antes de começar a servir será examinado pelo nosso Chanceller, & achando-o idoneo lhe mandará passar certidão de sua sufficiencia, para à vista della lhe mandarmos passar Provisão, que será sempre a nosso arbitrio como os mais officios.

525 Depois de tirar o provido Provisão assinada por Nós, & sellada com o sello da nossa Chancellaria, tomará juramento nas mãos do nosso Chanceller, na fórmula que fica dito no seu Regimento, como se tem dito dos mais Ministros, & Officiaes do Auditorio, & logo o Vigario geral lhe dará posse, & de outra sorte não servirá, & tudo o que fizer será nullo.

526 Tanto que o provido tomar posse do officio, requererá ao Vigario geral lhe mande entregar o Cartorio de seu antecessor, o qual o Vigario geral lhe mandará entregar pelo inventario que delle se fez por morte, ou remoção do seu antecessor, & todos os mais feytos que accrescessem, & se fizessem em quanto o dito officio não foy provido, & da entrega se fará termo assinado pelo Vigario geral, & provido no fim do inventario.

527 Aindaque algum dos officios de Escrivão esteja vago

1 Cap. Quoniam contra de probation. & ibi Barb. n. 1. Peg. ad O. d. lib. 1. tit. 79. in princip. gl. 1. n. 5.

2 Barból. in d. cap. Quoniam contra n. 29. Peg. d. gl. 1. n. 5. Menoch. de Præsumpt. lib. 2. Præsumpt. 79.

vago algum tempo por morte, ou ausencia, sempre ao tal officio se lhe distribuirão os feytos, como se estivera provido, & o outro Escrivão do Auditorio escreverà nelles, & tanto que o provido entrar a servir, se contarão os autos que lhe estavaõ distribuidos, & se pagará ao que nelles escreveo o seu salario, que tiver merecido, & lhe for contado pelo Contador do Juizo.

528 Ea respeyto do salario dos feytos do Antecessor do provido se guardará a fórma seguinte. Os feytos da Justiça, ou estejaõ findos, ou não, se entregarão sem dilação, & o Escrivão antecédete, ou seus herdeyros os poderão mandar contar, & requerer procedimentos contra as partes que lhes deverẽ pagar; & tendo tirada sentença dos já findos antes de acabar de servir, a poderà fazer assinar, & procurar que se lhe pague sem retardar a entrega dos autos: & quando os feytos forem entre partes, será obrigado aos mandar logo contar, para cobrar o salario da parte, para que se não retardem por esta causa.

529 Tanto que forem horas de audiencia, os Escrivaens do Auditorio se acharão nella presentes, & acompanharão o Vigario geral para ella, & quando sahir até sua casa, como fica dito no Regimento das Audiencias, sob as mesmas penas nelle declaradas; & na mesma fórma quando for o Vigario geral fazer alguma diligencia, ou o encontrarem fóra de casa nesta Cidade, ou na Sé.

530 Os Escrivaens do Auditorio terão portacolos (3) numerados, & rubricados pelo Vigario geral para escreverem nelles os termos das audiencias, & os requerimentos que as partes fizerem para os lançarem nos feytos, & os levarão a todas as audiencias sob pena de suspensão do officio a nosso arbitrio; & na mesma fórma terão livros das querelas, (4) & denunciaçoens, & não as tomarão fóra delles, & as farão sempre assinar pelas partes, & sempre as tomarão perante o Vigario geral, sob pena de suspensão de seus officios a nosso arbitrio.

531 Nas audiencias estarão muyto attentos, (5) & não haverá entre elles practicas, nem altercações, para que possa dar fé do que se requiere, & manda, para logo o tomarem por cota nos autos, ou no portacolo; & logo no mesmo

3. Ord. lib. 1. tit. 24. §. 3. & ibi Peg. n. 3. cum seq. tit. 65. §. 7. tit. 79. §. 5. & ibi Peg. n. 1. & lib. 3. tit. 19. §. 12.

4. Ord. lib. 1. d. tit. 79. §. 29. & ibi Peg. n. 1. & tit. 96. §. 5. Scac. de Judic. 1. p. cap. 51. n. 20.

5. Ord. lib. 3. d. tit. 19. §. 12.

6 Ord.lib.1.tit.79.§.
6.& ibi Peg.n.1.

7 Ord.lib.3.tit.19. §.
13.

8 Ord.lib.1.d. tit.79.
in princip.& ibi Peg.n.
3. & facit cap. Quoniã
contra, ubi glos.& DD.
de Probat.

mo dia da audiencia , ou (6) atè o outro o mais tardar con-
tinuarão por termos nos autos, & porão nelles a publicação
das sentenças, despachos, & requerimentos, & das audien-
cias não sahirão (7) sem licença do Vigario geral.

532 Haverà sempre hum Escrivão porturno, que af-
sista cada semana em casa do Vigario geral todos os dias de
manhãa, & de tardetres (8) horas, ou o tempo que ao Vi-
gario geral parecer, & saberà delle se ha diligencias que fa-
zer da obrigação de seu officio, & escreverá em todas as
coufas, que conforme ao estylo pertencem ao Escrivão da
semana.

533 Aos Escrivaens do Auditorio pertence escrever
em todas as causas ordinarias, ou summarias, quer sejaõ
civeis, ou crimes, que se processarem perante o Vigario
geral, & em todos os seus preparatorios, emergencias, de-
pendencias, & execuçoens, & em todos os aggravos que
vierem, ou remetterem os nossos Vigarios da Vara por
naõ caberem em sua alçada, ou lhe remetter qualquer ou-
tro Julgador; & escreverão nas appellaçoens que vierem
à nossa Relação de nossos suffraganeos, naõ sendo de Resi-
duos, porque nellas escreverá somente o que for Escrivão
delles.

534 Tambem lhes pertence escrever em todos os sum-
marios, & perguntas de esponsaes, que o Vigario geral fi-
zer, & lhe pertencerem, na fórma que fica dito em seu
Regimento.

9 Ord.lib.1. tit.78. §.
1.& tit.79. §.20. Peg.d.
tit.79. §.5. n.6.& d. §.20.
Mend. in prax. 1.p.lib.
1.cap.2. append.2.n.35.

10 Ord.d.tit.79. §.20.
verf. Porèm.& ibi Peg.
n.4.

11 Ord. d. §.20. verf.
E o dito.& ibi Peg.n.6.

535 Haverá entre os Escrivaens do Auditorio distri-
buição (9) igual, & nenhum delles sem lhe ser distribuido
passará cartas, nem escreverá em autos, devassas, summa-
rios, querelas, ou denunciaçoens, appellaçoens, nem pas-
sará monitorios, absolviçoens, precatórias, inhibitorias,
citatorias, mandados, licenças, cartas de seguro, nem ou-
tros qualesquer papeis, que devaõ ser distribuidos, ou se
mandarem passar pelo Vigario geral; & o que o contrario
fizer, pelo mesmo caso o havemos por suspenso a nosso ar-
bitrio, salvo quando o Vigario (10) geral os mandar pas-
sar, & escrever *ex causa*; mas em tal caso os farão carre-
gar na distribuição em sua casa no mesmo dia, ou atè tres
(11) dias o mais tardar sob a mesma pena, & perderão o
que

que tiverem escrito para os prezos deste Juizo.

536 Não haverá porém entre elles distribuição nas execuções das sentenças da Legacia, que forão por appellação do nosso Auditorio, & Relação; porque nellas escreverão os que creáraõ os originaes, & processos donde emanaraõ as appellações, o que assim he conveniente por justas razoes da boa administração da justiça, que para isso concorrem.

537 Cada hum dos Escrivaes poderà fazer qualquer citação, & requerimêto, & assim citarão em audiencia as partes, ou seus Procuradores, para verê, ou mandarem ver jurar testemunhas, tanto que se assinar lugar à prova nos feytos de que forem Escrivaens, & assim o porão por termo nos autos, & irá nas cartas de inquirição, que se houver de fazer fóra da Cidade, ou Arcebispado, sem embargo que no principio da causa as partes sejaõ em sua pessoa citadas para todos os termos, & autos judiciaes, & para verem jurar testemunhas; & para as testemunhas que se houverem de perguntar nesta Cidade lhe assinarão o dia, & hora, & lugar, quando citarem as ditas partes para as verem jurar; & quando o Reo não apparecer em Juizo, & for apregoadado, & à sua revelia for havido por citado, assim o elcteverão por termo nos autos.

538 São os Escrivaes obrigados a fazer as citações que lhes forem distribuidas por despachos do Julgador, (12) o qual os não obrigará a citar se não pessoas de tal qualidade, que lhes não deva a citação ser feyta pelo Porteyro do Auditorio; porém querendo elles, poderão fazer qualquer citação sem distribuição pela clausula geral do despacho, ou mandado, & sempre declararão aos citados a audiencia para que os citão, & sendo no mesmo dia da audiencia, se entenderá ser feyta a citação para a seguinte, & não para a daquelle dia, salvo se assim lho declararem, & o citado for da Cidade; & para citarem poderão entrar nas casas, mas guardando sempre a cortezia devida, & nunca escreverão às partes, que houverem de citar, cartas, nem lhes faraõ avisos, sob pena de suspensão a nosso arbitrio.

¹² Ord. lib. 3. tit. 1.
§. 3.

539 São tambem obrigados a serem diligentes em continuar os feytos aos Procuradores das partes, & ao Vi-
gario

144 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

13 Ord. lib. 1. tit. 79.
§. 6. & ibi Peg. n. 6.

gario geral, & mais Juizes a quem devem ir conclusos; o que farão logo no dia da audiencia (13) em que se offerecerem, & o mais tardar até o outro dia, sob as penas impostas no titulo das audiencias.

540 Quando o Procurador de alguma das partes não der o feyto, de que lhe foy dado vista, no termo em que o devia dar, & for lançado pelo Vigario geral, o Escrivão a requerimento da outra parte o irá buscar, & o Procurador será obrigado a lho dar nos termos em que estiver, sob pena de cinco cruzados, & não lho dando irá lá segunda vez no mesmo dia, & cobrará o feyto, & lhe tomará hum pe-
nhor, que bem valha os cinco cruzados, & será vendido em pregação, & applicado este dinheyro aos prezos deste Juizo.

541 Mandando o Vigario geral dar alguns autos, feytos, ou papeis para se ajuntarem a alguma causa, que corra perante elle, o Escrivão que os tiver em seu poder, os dará dentro do termo que o Vigario geral lhe affinar, para que os feytos por esta causa se não dilatem, pagandolhe primeyro a busca, & o mais que se lhe contar nos taes autos, feytos, ou papeis; & sendo a causa para que se pedem da justiça, os dará, ainda que logo lhe não paguem; porém o Escrivão dos autos será obrigado, depois de despachado o feyto, cobrar o tal salario do que os deo, & lho entregará.

542 Não dará certidoens algumas, ainda que seja de autos publicos, às partes que lhas pedirem, sem primeyro lhe ser mandado pelo Vigario geral, ou Juiz, que for dos autos, que sempre mandarão dar vista às partes da petição que lhe fizerem, pelo prejuizo que lhes póde vir da tal certidão; & fazendo os Escrivões o contrario, serão condemnados pela primeyra vez em dous cruzados para as despezas, & pela segunda em hum mez de suspensão do officio, além da dita pena pecuniaria.

543 E pelo perigo que póde haver de se darem os autos do Juizo Ecclesiastico para o secular; mandamos que nenhum Escrivão, ou Official do nosso Auditorio dê autos, ou certidoens algũas para o tal Juizo sem licença (14) nossa *in scriptis*, ou do nosso Provisor, ou Vigario geral a quem pertencer, & fazendo o contrario, pelo mesmo feyto o haremos por suspenso do officio até nossa mercê, & pagará dous

14 L. 1. & 2. Cod. de
Edendo. Peg. ad Ord.
lib. 1. tit. 79 §. 5 num. 3.
Mend. in prax. 2. p. lib.
1. cap. 2. Append. 1. n.
148.

dous mil reis para as despesas, & sob a mesma pena não entregarão os feytos às partes, ou a outra pessoa, não sendo Advogado da parte, quando lhe couber vista; porém os poderão mandar aos Advogados, & Contador, por Official do Auditorio, ou pessoa de casa do Escrivão a seu risco.

544 O que não terá lugar nos feytos crimes que forem com contradictas, ou a final com as inquirições abertas, & os culpados não estiverem prezos, porque nestes casos os levarão os Escrivães per si; (15) & o mesmo farão nas devassas, summarios, & querelas em quanto estiverem em segredo.

15 Ord. lib. 1. tit. 26.
§. 9. & ibi Peg. n. 2.

545 Não farão em suas casas, nem lançarão nos autos requerimento algum das partes, nem ajuntarão autos, petições, ou papeis, nem dem certidoens de seus officios, nem registem, nem fação diligencia alguma por sentenças, precatorios, & Mandados de fóra, nem dem vista de autos, escrituras, monitorios, petições, ou de outros papeis, nem os fação conclusos, nem passem sentenças, cartas, Mandados, citatorias, & monitorios geraes, ou especiaes, nem outro algum papel que pertença a seus officios sem cumpra-se, (16) Mandado, ou despacho expresso do Vigario geral, ou do Juiz a que pertencer, sob pena de suspensão do officio até nossa mercê.

16 Themud. 3. p. de
cif. 266. n. 17.

546 Não consentirão que dos autos em que forem Escrivães se traslade couisa alguma, nem a isso darão favor, ou ajuda, antes entendendo que alguma das partes o pretende, & quer fazer, & que para isso busca, ou tem Notario, ou Escrivão que tire algum traslado, o descubra, & diga ao Juiz do feyto, para nisso prover como lhe parecer justiça, & o Escrivão q fizer o contrario, suspenderemos até nossa mercê, & além disso será castigado como parecer justiça.

547 Nas sentenças, cartas, ou mandados, que passarem, sempre trasladarão *de verbo ad verbum* as sentenças, & despachos, sem mudarem couisa (17) alguma delles, & também porão nellas todas as forças (18) dos feytos tanto da parte do Author, como do Reo, & precisamente necessario, para que a todo o tempo se possa saber qual foy a demanda que fez o Author, & de que foy livre, ou condem-

17 Frag. de Regim.
Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13.
§. 11. n. 274.

18 Ord. lib. 3. tit. 66.
§. 10.

nado o Reo; & o mesmo guardaráo nas petições porque se mandarem passar Monitorios, Cartas, ou Mandados, sob pena de quinhentos réis para as despesas da justiça.

548 Passaráo em nosso nome todas as cartas de fegredo que o Vigario geral póde mandar passar, & as que mandarmos passar por acordaõ da nossa Relação, & as sentenças, ou finaes, ou interlocutorias que se derem em nossa Relação; as cartas, mandados, inhibitorias, compulsorias, & citatorias, & no fim dellas dirão, que Nós o mandamos por *Fuam* nosso Desembargador, ou pelo Vigario geral, & elle as afinará; & todas as mais se passarão em seu nome, ou do Juiz que as mandar passar.

549 E para que os feytos se não dilatem, & as partes possaõ fallar a elles, nenhum dos Escrivaens do Auditorio se ausente da Cidade por mais de dous dias sem nossa licença, ou do Vigario geral, o qual lha dará ficando outro em (19) seu lugar, que por elle sirva, & com informação, (20) & rol de todos os feytos, & negocios, & termos em que ficaõ; & ausentando-se de outra maneyra, pagarão pela primeyra vez mil reis para as despesas da Justiça, & pela segunda vez em dobro, & sendo contumáz será suspenso até nossa mercê, & sob as mesmas penas deyxará tambem o rol dos culpados para se poder dizer ás folhas.

550 Cada hum dos Escrivaens que devem dizer a folha, terá hum caderno, em que porá o rol de todos os culpados de crimes, que já estão livres, dos que se vão livrando, ou estão pronunciados, com tal advertencia, que sendo a pronunciação de prizaõ de que o pronunciado não tiver notiça na folha que se corre, não dirá o Escrivaõ mais que tem certa culpa em seu poder, que dirá ao Vigario geral, & assim lho fará a saber.

551 Quando algumas pessoas lhe mandarem correr folha para effeyto sómente de saberem se estão pronunciados, ou querelados; se lhes não mandará correr, nem dirão os Escrivaens a ella, sem declararem porque causa a pedem, & que seja verosimel; & quando se correr para Ordens, Curado, ou Coadjutoria, ou Beneficio, sempre sahirão com as culpas; & quando for para livramento de amancebamento, ou de outro delicto, lhes sahirão sómente com as sentenças, termos,

19 Ord. lib. 1. tit. 79.
§. 19. & ibi Peg. & Barb.
20 Ord. lib. 1. tit. 24.
§. 2. vers. E partindo-se.
& tit. 79. d. §. 19. vers. E
lhe dará,

termos, & admoestaçoens feytas de culpas da mesma materia, & não de outras de que forem (21) livres, & sahiraõ à folha quando estiver pronunciado, que livrando-se de outro crime se lhe dèsse em culpa, & o que o contrario fizer, fique suspenso pelo mesmo feyto até nossa mercè.

552 Quando passar de seis mezes sem se fallar a algum feyto, ou estando concluso na mão do Escrivão hum anno, & se tornar a fallar nelle, advertirá o Escrivão que he passado o dito termo, para que de novo se mandem citar as partes para fallarem (22) á causa; porém estando concluso em poder do Julgador, aindaque seja por mais tempo, não será necessario citarem-se de novo as partes.

553 Perdendo-se algum feyto, o Escrivão será obrigado a dar conta (23) delle, & aindaque diga, o deo ao Procurador, ou ao Juiz, não será crido, (24) salvo se provar por duas testemunhas, ou por afinado, ou por confissão dos sobreditos constar que lho deo, & tanto q não der conta delle será suspenso até o achar, ou dar outro reformado à sua custa, podendo-se fazer; & se todavia nos requerer que se dê juramento ao Juiz, ou Procurador, lhe será dado.

554 Numerarão os Escrivaens todas as meyas folhas dos feytos que tiverem, no alto de cada huma, rubricando-as com seu sobrenome; & numerarão quaesquer artigos com que as partes vierem, sob pena de quinhentos reis para as despezas, & à margem do feyto porão as citaçoens das partes.

555 Defendemos aos Escrivaens aceytarem deposito (25) algum de dinheyro, ouro, ou prata, ou de outra cousa q se mandar depositar, sob pena de suspensão do officio por esse mesmo feyto; & sob a mesma pena não recebão a pena de dinheyro, em que os Reos forem coudemnados, aindaque seja para dar às partes a que foy applicada.

556 Serão obrigados tanto que fizerem os termos dos depositos, ou fianças, aos ir registrar no livro do Promotor do Juizo até tres dias, do dia que os fizerem, sob pena de suspensão de seus officios por tres mezes; & o Vigario geral terá muyta conta de rever os taes livros de tres em tres mezes; & não aceytarão fiador que não seja seguro, chão, & abonado, & será Clerigo, podendo ser; & sendo secular se

N ij obrigará

21 Ex Trid. less. 24.
de Reform. c. 8. & less.
25. de Reform. cap. 14.

22 Ord. lib. 3. tit. 1. §.
5. & ibi Barb. Cab. 1. p.
decil. 181. & arest. 7. &
2. p. decil. 15. n. 7 Gam.
decil. 60.

23 C. Quoniam contra,
de Probat. & ibi
DD.

24 Ord. lib. 1. tit. 24.
§ 25 & 26. & ibi Barb.
& Peg.

25 Ord. li. b. 4. tit. 49.
Frag. de Regim. Reip.
1. p. lib. 7. disp. 22. n. 17.

obrigará sob juramento, & se fugeytará à nossa jurifdição, & de outra sorte ficará o Escrivão que tomar a fiança obrigado a satisfazer tudo o que fizera o fiador, se fosse idoneo..

26 Ord. lib. 1. tit. 80.
§. 5. & ibi Barb. & tit. 24.
§. 18. & tit. 48. § 23. &
24. Peg. d. §. 18. n. 1. &
§. 23. & 24.

27 Ord. lib. 1. d. tit.
24. §. 18. & tit. 48 § 24.
Peg. d. §. 18. n. 2. & Bar-
bol. etiam d. §. 18.

28 Trid. sess. 22. de
Reform. cap. 10.

557 Não procurarão os Escrivaens, nem advogarão (26) no nosso Auditorio, nem serão agentes, nem solicitadores de causa alguma, que corra no nosso Juizo, salvo se for de pessoa de sua casa, (27) que com elle viva de portas adentro, ou de seu parente até o segundo grao, conforme o direyto Canonico; porque destas pessoas poderá aceytar procuração, não para fallar por elles, mas para sobstabelecer sómente, sob pena de suspensão por seis mezes.

558 Por quanto muytas vezes se trasladao papeis, & escrituras latinas por pessoas, que não sabem (28) latim, o que he causa de haver muytos erros, & falsidades nos taes traslados, & se varia totalmente, ou em parte, ou em todo o sentido, & substancia dellas; mandamos aos ditos Escrivaens, que não forem Latinos, que havendo de dar o traslado de algum Breve, Bulla, citação, compulsoria, inhibitoria, processo, ou de outro qualquer instrumento, ou escritura latina, ou trasladar nas appellações razoens dos feytos, em que houver allegações de direyto, o fação trasladar por Escrivão, ou Notario Latino, & sufficiente, que parecer ao Vigario geral, & será com outro Notario, & o havendo será revisto pelo nosso Provisor, ou Vigario geral, sob pena de que fazendo algum Escrivão o contrario, será suspenso por dous mezes.

559 E para que se não dilatem os feytos tanto da justiça, como das partes, por causa dos Escrivaens não tirarem as inquiriçoens, assim que for assinado lugar à prova, requereão ao Vigario geral, que lhes mande pagar os dias, que haõ de gastar em a irem tirar fóra da Cidade; & se depois forem menos, restituirão às partes o que menos se montar; & sendo negligentes em as ir perguntar, pagarão quinhentos reis para as despezas por cada vez, que em audiencia forem accusados, tendo licença do Vigario geral para as irem perguntar, & pagarão às partes o damno, que por isso lhes causarem; & nos feytos da justiça faraõ tudo com diligencia sem dilação por respeyto da paga, sob a mesma pena, & o Vigario geral lhes mandará a final pagar pelas partes

partes condemnadas: & nos feytos da justiça em que não houver parte, se lhe pagará a metade das custas pelas despesas da justiça.

560 E se acontecer alguma vez virem as testemunhas de fóra, & o Escrivão as não perguntar por sua culpa, ou for nullo negligente, pagará às testemunhas o dia, ou dias que as testemunhas perderem em esperar, & as perdas, & danos às partes.

561 As testemunhas que houverem de tirar nesta Cidade, ou seu termo, as principiarão a tirar os Escrivães com o Enqueredor até a primeyra audiencia, depois de assignada a dilação, & continuarão com ellas, salvo sendo occupados em outras inquirições mais antigas, ou de algum prezo, que sempre preferirá a todas as dos soltos: & havendo de ir ao termo perguntar as testemunhas, por não poderem vir à Cidade, itão até a segunda audiencia, & será na fôrma que fica ordenado acima no num. 559.

562 Não tomarão, nem inquirirão per si os Escrivães sem Inquiridor, ou Juiz, as testemunhas, & fazendo o contrario serão suspensos a nosso arbitrio.

563 Quando os Escrivães forem fóra tirar inquirições de muytos feytos, se lhes contarão os salarios dos caminhos, & dias, & os não levarão de cada huma das partes por inteiro, mas o repartirão (29) pelas partes, & pagará cada huma o que lhe tocar *pro rata*, conforme o tempo que gastarão em tirar a inquirição de cada huma dellas; & só os dias de caminho repartirão igualmente entre todas as partes, & nos feytos porão os dias em que partirem, & tornarem, & o dinheyro que as partes derem tanto a elles, como ao Inquiridor; & fazendo o contrario pagarão pela primeyra vez mil reis para as despezas, & pela segunda serão suspensos a nosso arbitrio, & sempre tornarão às partes o que demais lhes levarem.

564 Os Escrivães não (30) comão com as partes, nem pousem com ellas, nem com seus parentes, ou amigos particulares, nem delles recebam dadivas, (31) presentes, ou peytas, nem lhes comprem cousa algũa, para que assim fação livremente seu officio, como convem, sob pena de mil reis para as despezas, & suspensão do officio a nosso arbitrio.

29 Barb. ad Ord. lib. 1. tit. 83. § 29. Frag. de Regim. Reip. l. p. lib. 5. disp. 13. §. 12. n. 342.

30 Ord. lib. 1. tit. 83. §. 29. & ibi Peg. n. 4.
31 Ord. lib. 5. tit. 71. §. 2. & ibi Barb. num. 3. Frag. de Regim. Reip. p. 1 lib. 5. disp. 13. §. 11. n. 291. Paz in prax in Annot. annot. ult. n. 24.

565 Não se concertarão os Escrivaens huns com os outros que não forem dos feytos, que vão por elles fóra tirar as inquiriçoens dandolhes sómente o salario dos dias, ficando para elles o da escrita; mas o Escrivão que for fóra por outro levará inteiramente todo o salario do caminho, & escrita, por assim se evitaré muytos inconvenientes q' podem haver; & o Escrivão que fizer o contrario, pagará mil reis para as despezas, & serão ambos suspensos a nosso arbitrio.

566 Nas inquiriçoens perguntarão as testemunhas dos Authores, & Reos alternativamente, ou às testemunhas, ou aos dias; ou humas de manhã, & outras de tarde, segundo convierem com as partes, & quando não convierem, segundo o que for mais accommodado para as testemunhas, & negocios.

567 Escreverão nas inquiriçoens tudo o que as testemunhas differem, clara, & distintamente pelas mesmas palavras: & quando forem escrevendo, irão lendo o que differem em voz alta, de modo que o Enqueredor, & testemunha o oução, & se possaõ logo declarar, reformar, ou emendar as palavras que d'isso tiverem necessidade. E acabado de escrever lerão (32) a testemunha, ou lhe darão a ler o que tiver dito *de verbo ad verbum*, & tendo mais que dizer, acrescentar, ou diminuir, se escreverá o que elle differ; o que observarão sob pena de suspensão de hum mez.

568 Sempre no principio do testemunho escreverão a idade das testemunhas, & como receberão o juramento dos Santos Evangelhos da mão da pessoa que as inquirir, & o que differem ao costume, (33) excepto nas devassas geraes, & especiaes, que entrão o escreverão no fim (34) d'elle sob pena de suspensão por dous mezes.

569 E porque algum Escrivão movido do interesse poderá fazer mayor escritura nas inquiriçoens, & processos, do que he necessario; ordenamos, & mandamos, que quando a testemunha differ nada a todos os artigos, os Escrivães o declarem assim, dizendo juntamente: *Perguntada por todos, & cada hum dos artigos, disse nada*; & quando differ a algum dos artigos alguma coisa, & a outros nada, escreverão o Escrivão o que differ a testemunha aos artigos, & se differ

32 Paz in prax. in princip. annot. ult. n. 32.

33 Ord. lib. 1. tit. 79. §. 11. & ibi Barb. & Peg. n. 2. & tit. 85. in princip. & ibi Peg. n. 19. Valatc. consult. 51. n. 15.

34 Ord. d. tit. 79. §. 11. & d. tit. 85. in princip. verf. Porém. Peg. d. tit. 85. in princ. n. 26.

differ nada a muytos continuados, dirá: *E perguntada por tal*. E tal (35) artigo, disse nada: & não escreverá sobre cada hum artigo separadamente, & fazendo algum o contrario perderá o que assim escrever, & pagará duzentos reis por cada vez para as despezas; & nos termos do Auditorio escreverão o necessario, & não o superfluo, o que tambem lhe não contará o Contador.

35 Ord.d.tit.79. § 12.
& dict. tit.85. §.2. Peg.
d. §. 12. & d. §. 2.

570 Quando dous, ou mais cumplices em hum delicto se livrarem em feytos separados, que vão correndo seus termos, & as testemunhas de huns, & outros forem as mesmas, & se não puderem apartar seus ditos, o Escrivão da culpa dará o traslado para cada hum, callando o nome dos mais culpados, & sendo necessario para fazer sentido o nomeará por *Fuam*, & sempre elles farão per si os traslados das testemunhas, & não por outrem, sob pena de suspensão por seis mezes, & perder o salário da escrita.

571 Se as partes lhes pedirem cartas testemunhaveis por lhes não ser recebido seu aggravo, ou appellação pelo Vi-gario geral, ou Relação, lhas darão sem demora, (36) sob pena de suspensão até nossa mercê.

36 Ex Ord. lib. 1. tit.
80. §. 11.

572 Concertarão (37) as appellaçoens, & autos que trasladarem com hum dos Escrivaens do Auditorio, & será presente a parte se quizer ver concertar os autos, para o que será citada, & cerrados, & sellados os entregará a hum pessoa fiel, que por termo se obrigue aos entregar no Juizo superior, onde se deve conhecer da causa; & trará certidão de como lá os entregou cerrados, & sellados, na forma em que lhe foião entregues, que se juntará aos autos donde se tirou o traslado.

37 Ord. lib. 1. tit. 79.
§. 6. vers. E tanto que. &
§. 27. & 28. Peg. d. §. 6.
& §. 27. Barb. d. §. 6.

573 No fim dos traslados das appellaçoens, & mais autos que trasladarem, sempre porão o traslado da conta das custas que fez o Contador, assim dos proprios autos, como das appellaçoens, & mandando-as sem a dita conta serão suspensos do officio até nossa mercê.

574 Não trasladarão nas appellaçoens as suspeyçoens, nem os termos dellas, nem testemunhas que sobre ellas forem tiradas, & sómente farão hum termo como se puzerão, ou ao Juiz, ou ao Official, & se foy, ou não julgado por suspeyto, salvo se alguma das partes lhes requerer que as trasladem

trasladem, porque então o farão, & a parte que o requerer affinará nos mesmos autos termo de como assim o requerer, & a mesma parte pagará o traslado; mas ainda que ao depois seja vencedor na causa, não se lhe pagará pelo vencido as custas de tal traslado; & não o cumprindo assim os Escrivaens perderão as custas que nelle se montarem.

575 Não trasladarão nas appellações, sob a dita pena, carta alguma, pela qual se tirasse inquirição por artigos, que no feyto estiverem, donde emanarão as ditas cartas, salvo se por alguma das partes lhes for requerido, porque então se cumprirá o que fica dito acima nos autos das suspeyções.

576 Serão muyto diligentes em trasladar os autos das appellações, para que se não perca a justiça das partes, ou se dilate por sua culpa; & a mesma diligencia terão na conclusão dos feytos à Relação das causas; & appellações, que nella se houverem de sentenciar, & causando algum dano às partes por sua negligencia, por lhes não darem os traslados das suas appellações a tempo, além de serem obrigados a lho resarcir, serão suspensos do officio até nossa mercê.

577 Cobrarão o salario que lhes for devido de quaesquer feytos de que forem Escrivaens, dentro de tres (38) mezes depois dos feytos findos, ou papéis feytos, sendo as partes deste Arcebispado, & sendo de fóra, dentro de hum anno, sob pena de o não poderem mais pedir.

578 E para que os Escrivaens não levem salarios sem lhes serem contados, mandamos, sob pena de excommunição mayor *in facto incurrenda*, & dous mil reis para as despesas, & suspensão do officio até nossa mercê, que dem (39) a contar ao Contador todos os feytos civeis, & crimes, & todos os autos, & traslados delles, & todos os mais papéis, que houverem de ser contados; & se a parte se sentir agravada na conta, & apontar os erros della, poderá requerer ao Vigario geral revedor, que lho dará, (40) ou elle mesmo conhecerá do erro. E declaramos que os erros das contas se podem allegar assim antes, como depois de ser tirada a sentença (41) do procello, & em quanto durar o erro sobre as custas, se não fará execução na parte (42) em que

38 Ord. lib. 1. tit. 79. §. 18. & tit. 83. §. 30. & tit. 91. §. ult. Peg. d. §. 18. & ad tit. 24. §. 46.

39 Ord. lib. 1. tit. 24. §. 6. & tit. 79. §. 17. & ibi Peg. & ad tit. 24. §. 46.

40 Ord. lib. 1. tit. 2. §. 17. & tit. 7. §. 27. & tit. 14. §. 4. & tit. 90 in princip. & ibi Peg. n. 8.

41 L. 1. ff. quæ sint sine appel. rescind. L. 2. Cod. de Re judic. L. unic. cap. de Errore calculi.

42 Glos. in d. L. 2. Cod. de Re judic.

que differ haver erro, até a revista delle ser finda, & havendo embargos sobre o erro, o Vigario geral procederá nelles como lhe parecer justiça.

579 Para se não dilatar a execução das sentenças das nos feytos da justiça, os darão os Escrivaens a contar dentro em oytos dias, & pagarão o salario do Contador, & o arrecadarão ao depois das partes com o seu salario, quando ellas forem ausentes, ou se mandarem passar sentenças à sua revelia: porém onde o Meyrinho for parte, & lhe for applicada parte da condemnação, os fará elle contar, & pagará o salario do Contador; o que se cumprirá sob pena de mil reis para as despesas.

580 Porão sempre nas costas das sentenças, papeis, ou Alvarás que fizerem, as pagas do seu salario. (43) & dirão, *pagou desta tanto*; & se as fizerem de graça, porão, *gratis*, ou, *pagou nada*; & se forem da justiça que depois se haõ de pagar pelas partes condemnadas, dirão, *deve-se desta tanto*; & porão tambem o que se ha de pagar ao sello, & registo, & Chancellaria, conforme a seus Regimentos, os quaes teirão sob pena de quinhentos reis para as despesas, & hum mez de suspensão.

581 O Escrivão do feyto crime, em que algum for condemnado em penitencia, ou pena publica, será obrigado achar-se (44) presente à execução dellas, & fará disso termo nos autos, dando fé se se cumprio, ou não, com declaração do lugar, dia, mez, & anno em que se satisfez, & passará certidão à parte, se lha pedir.

582 Quando falecer algum prezo na prizaõ, durante o seu livramento, ou antes de se executar a pena, irá ao Aljube antes de o enterrarem, & fará disso termo, precedendo exame, para que conste ser o mesmo, & que morreo de morte natural.

583 Não deterão (45) os prezos pobres na prizaõ pelas custas, senão tiverem por onde as paguem, porque fazendo cessão de seus bens devem ser soltos, não estando por outra cousa deteudos, & depois de soltos, se tiverem donde paguem, os poderão executar por ellas, & o Vigario geral dará à execução o que fica dito.

584 Quando o Meyrinho requerer a algum dos Escrivaens

43 Ord. lib. 1. tit. 80. §. 16. & tit. 79. §. 24. & tit. 82. §. 18. Peg. ad Ord. d. tit. 80. §. 16.

44 Ord. lib. 5. tit. 138. §. 3.

45 Frag. de Regim. Reip. tom. 1. lib. 1. disp. 13. num. 440. Valat. de Privileg. paup. p. 1. q. 28. n. 61.

vaens vâ com elle fóra a alguma prizão , ou diligencia da Justiça, o Vigario geral , achando ser necessario , mandará que vâ com elle , & sendo couza de feyto , ou culpa processada irá o Escrivão que della for , & sendo para se fazer na Cidade , & para couza de improviso , irá qualquer Escrivão que for requerido , sem recorrer ao Vigario geral.

585 Por se evitarem os prejuizos que resultaõ aos Escrivaens em se lhes não pagarem as custas dos feytos , em que tem escrito, por estarem muyto tempo circumdutos sem se fallar nelles , o que acontece por estarem as partes compostas : ordenamos , & mandamos , que neste caso , & outros semelhantes possaõ os Escrivaens mandar contar os autos , & cobrar (46) as custas delles do Author , ou seu fiador tendo-o , & se ao depois os autos correrem , & o Reo for condemnado nas custas , se carregaráõ sentença , para haver delle o Author as que tiver pago.

46 Card. in prax. Judic. verb. Salarium. n. 4. Barb. ad Ord. lib. 1. tit. 91. n. 4.

586 Dos feytos Apostolicos que vierem commettidos ao Vigario geral como Official, & Ordinario, haverá distribuição (47) entre os Escrivaens do Auditorio , & no livro da distribuição haverá hum Titulo separado delles.

47 Gratian. Forens. c. 167. à n. 56. cum seq.

587 Os Escrivaens fação os termos das assentadas nos autos logo que tirarem as testemunhas , & os não fação conclusos sem irem assinados pelo Enqueredor, sob pena de suspensão do officio por hum mez por esse mesmo feyto ; & sendo contumazes serãõ suspensos até nossa mercê ; & mandamos ao Vigario geral , & mais Ministros da nossa Relação executem inviolavelmente o sobredito , & não releven esta pena , pelo prejuizo grande que se faz à Justiça.

588 Os Escrivaens do Auditorio nos dias de Relação, em quanto ella durar, estejaõ nos Paços della, para que possaõ dar razão aos Desembargadores dos feytos que lhes procurarem, ou declarar algumas cousas pertencentes aos q em Relação se despacharem , & para outras mais diligencias que forem necessarias , & o que faltar, serà condemnado por cada vez em quinhentos reis para as despezas da Relação.

589 Mandamos sob pena de excommunhão mayor *ipso facto* , & de cinquenta cruzados para as despezas a todos os Escrivaens , Tabelliaens , ou qualquer outro Official do Juizo

Juizo secular, que não intinem appellaçoens, nem suspeyçoens a Ministro, & Official algum de nossa Justiça Ecclesiastica, nem passem certidoens, ou fação autos alguns, ou notificaçoens de cousas que pertençam ao nosso foro Ecclesiastico, pois nelle ha Escrivaens Ecclesiasticos, & Notarios Apostolicos, a quem pertencem estas diligencias, & que as farão como devem; aos quaes mandamos sob as mesmas penas, & de suspensão do officio a nosso arbitrio, que não recusem, nem dilatem fazer as ditas cousas como são obrigados na forma de seus Regimentos.

590 Guardarão inteiramente este Regimento, & o da Chancellaria, & Contador, para saberem o que hão de levar de seu salario, & todos os mais Regimentos dos Officiaes do Auditorio, & ordem do Juizo em tudo o que se não encontrarem com este Regimento, & a elle se puderem applicar.

T I T U L O XVIII.

Do Meyrinho do Arcebispado, & do que a seu officio pertence.

591 **T** Erà a pessoa que houver de ser provida no officio de Meyrinho, as qualidades que para isso convem, assim de sua pessoa, como da sufficiencia, segredo, inteireza, & as mais que se requerem para boa administração das diligencias da Justiça, & depois de provido, & ter Provisão nossa passada pela nossa Chancellaria, jurará ante o Chanceller da nossa Relação, de que se fará termo na forma costumada, como os mais Officiaes, & poderá ser removido a nosso arbitrio, ou com causa, ou sem ella.

592 Pertence ao Meyrinho prender (1) os culpados por Mandado nosso, ou do nosso Provisor, ou Vigario geral, ou qualquer dos Ministros Ecclesiasticos, a que pertence, ou por mandado do Visitador andando visitando, (não sendo os culpados leygos, porque sendo-o os poderá só prender no calo em que segundo direyto, & Ordenação não he necessario pedir ajuda do braço secular:) por quanto nos he
licito

1 Oliv. de For Eccl.
2. p. q. 1. n. 7. Sperell. 1.
p. dec. 4. n. 8. & 9. Barb.
de Judie. in L. 2. art. 5.
n. 33. Aug Barb de Pot.
Ep. alleg. 107. n. 2. So-
lorfan. de iur Ind. 2. p. l.
3 c. 7. n. 82. Villarroel
Govern. Eccles. 2. p. q.
17 art. 1 n. 2. Pelleg in
prax. Vicar. 4. p. sect. 8.
n. 48.

156 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

licito ter familia armada para estas, & semelhantes diligencias. E assim as que lhe mandarmos fazer, & nossos Ministros, fará com muyta fidelidade, & diligencia, & segredo, & constando que o dito Meyrinho per si, ou por outrem, *directe*, ou *indirecte* descobrio o segredo, ou deo aviso ao culpado, de como andava para o prender, por esse mesmo caso perca o officio para nunca mais o poder servir.

2 Themud. 1. p. decil.
9. Frag. de Reg. Reip.
1. p. lib. 5. disp. 13. §. 12.
n. 332.

593 Trará sempre (2) vara branca, & sendo achado sem ella, será suspenso por hum mez, & prendendo alguem sem vara, o será até nossa mercê.

3 Ord. lib. 3. tit. 19 in princip.

594 He obrigado a nos acompanhar todas as vezes que formos fóra, & ao Vigario geral de casa para (3) a audiencia, & della para casa, & á Relação, ou a outra qualquer parte, ou a fazer alguma diligencia nesta Cidade, ou fóra della; & irá a sua casa, & à do Provisor, & Chanceller todas as vezes que por elles for chamado, ou qualquer outro Ministro nosso, & executará com brevidade o que cada hum delles lhe mandar pertencente a seu officio, & bem da Justiça.

595 Não poderá ir fóra da Cidade sem licença nossa estando Nós presente, & estando ausente, sem licença do Vigario geral, salvo for para tornar no mesmo dia, & indo sem licença será suspenso do officio por dous mezes, & proveremos outro, (ou o Vigario geral em nossa ausencia) que sirva no dito tempo, que durar a suspensão; & quando se ausentar com licença, nomeará hum Official do Juizo para servir em seu lugar, a quem se dará juramento de servir bem, & verdadeiramente, do que se fará termo que assinará.

4 L. Neminem Cod. de exhibend. reis. Ord. lib. 1. tit. 21. §. 1. & tit. 75. §. 10. & lib. 5. tit. 119 in princip. verí. Por tar. to. Peg. ad Ord. d. §. 1. n. 2. & d. §. 10. n. 1. Barb. d. §. 10. Mend. in prax. 1. p. lib. 5. cap. 1. §. 1. n. 13.
5 Ord. d. tit. 75. §. 10. & ibi Peg. n. 5. Mend. d. c. 1. §. 1. n. 13. Phœb. 2. p. arest. 191. Barbos. d. tit. 75. §. 11. n. 3.

6 Ord. d. tit. 75. §. 10. & ibi Peg. n. 7.

7 Ord. d. §. 10. Frag. d. §. 12. n. 337.

596 Não prenderá culpado algum sem ser por Mandado (4) *in scriptis*, & assinado por quem o mandar prender, ou sendo mostrada pronunciação nos autos de querela, denunciação, ou devassa; porém não lhe será necessario Mandado *in scriptis* quando achar alguma pessoa de nossa jurisdicção em fragante (5) delicto, ou depois do fino (6) de correr, ou com armas (7) prohibidas em qualquer tempo, ou achando algum degradado do nosso Juizo por sentença fóra do lugar do degredo, não o tendo cumprido, ou sendolhe requerido, que prenda alguma pessoa de nossa jurisdicção

jurisdição em arruido; (8) porém nestes casos, em que pôde prender sem mandado, não levará os presos ao Aljube, mas ostrará primeyro ante o Vigario (9) geral, ou a quem pertencer, & fará o que por elle for ordenado; como tambem quando algum de nossos Ministros mandar, que traga perante elles alguma pessoa, & fará acerca da prizaõ o que elles ordenarem; & parecendo que deve ser solto, o será sem ir ao Aljube, nem se lhe correr folha, nem pagar mão posta; & o que for preço depois do fino, se pagar a pena da Constituição, será solto logo; & o Meyinho que prender contra a fôrma deste Regimento, seja suspenso do officio por seis mezes, & satisfará á parte a injuria, se lha quizer demandar.

597 Não receberá per si, nem por outrem peyta, dadia, ou presente, ainda que seja cousa de comer, de algum culpado, Clerigo, ou pessoa de nossa jurisdição, ainda que lho dem graciosamente; (10) salvo se for seu parente até o quarto grão, & não for culpado, porque destes poderá receber os mimos que entre os parentes, & amigos (11) se costumão, & fazendo o contrario, pela primeyra vez será suspenso por seis mezes; & pela segunda será privado do officio para nunca mais o servir.

598 Nem pouzará com Clerigo, ou pessoa que estiver culpada, ou que elle accusar por pena alguma, ou que for obrigado á Justiça, ou andar a tol, sob pena de suspensão por hum annõ; & encorrerá na mesma pena se se lhe provar que admittio á sua conversação algum pronunciado á prizaõ, ou passou por elle, & podendo-o prender o não fez.

599. Não levará mão posta aos presos pobres, & miseraveis, que não tiverem por onde pagar, como tambem quando Nós o mandarmos por alguma justa causa.

600 Deve trazer em ferros, sendo necessario, ou a bom recado as pessoas que prender até as entregar ao Aljubeyro, & levallas do mesmo modo á Audiencia, ou á Relação, & outra qualquer parte onde se lhe mandar, ou quando fizerem penitencia publica, & assistir a ella para os levar para a prizaõ depois de feyta, & não o cumprindo assim encorrerá em pena de suspensão, ou será castigado arbitrariamente,

8 Ord.d. tit. 75. §. 10.
& ibi Peg. n. 6.

9 Ord.d. tit. 75. §. 10.
& ibi Peg. Frag. d. §. 12.
n. 336.

10 Ord. di & tit. 75. §.
ultim. & lib. 5. tit. 71.
Peg. ad Ord. d. tit. 75. in
princip. n. 3. Frag. d. §.
12. n. 342.

11 Ord. d. tit. 71. in
princip. verbi. Não to-
lhemos.

12. Ord. lib. 1. tit. 75.
§ 19. & §. 26. Peg. d. 9.
19. n. 1. & d. §. 26. n. 1.

mente, & o Meyrinho não levará dinheyro (12) algum aos prezos pelos levar perante o Julgador, nem a fazer penitencia; & fazendo o contrario pagará pela primeyra vez o que levar em dobro, & pelas mais será castigado, conforme sua contumacia merecer.

601. O Meyrinho não entrará em casa de pessoa alguma Ecclesiastica, ou de pessoa nobre conhecida por tal, para lhe buscar a casa contra sua vontade, sem licença nossa, ou do nosso Provisor, Vigario geral, ou outro Ministro nosso a que pertencer, salvo em fragante delicto, ou indo a prender a mesma pessoa, de sorte que seja necessario logo acudir a prender o delinquente por haver perigo na tardança, & fazendo o contrario ficará suspenso por seis mezes.

602. Terá grande cuidado de saber as pessoas, que trabalham nos Domingos, ou dias Santos de guarda, & as pessoas que achar nos taes dias trabalhando, vendendo, ou com tendas abertas, contra a prohibição de nossas Constituições, as fará notificar para a primeyra audiencia, onde requererá contra as ditas pessoas, & as fará executar.

603. Não fará per si, nem por interpolas pessoas certo algum sobre as penas, & condemnações que lhes pertencerem antes de lhe serem julgadas (13) por sentença, & poderá denunciar dos delinquentes, ainda que o Promotor não queya fazer; mas não poderá desistir de causa, ou accusação alguma sem licença nossa, ou do nosso Vigario geral; & fazendo o contrario do que aqui lhe he prohibido, será suspenso conforme a culpa merecer, & qualquer do povo o poderá accusar por ser crime publico.

604. Pertencelhe demandar todas as penas que por nossas Constituições, & Visitações lhe são applicadas, ou que por outra via lhe pertencerem, ou em que algumas pessoas devão ser condemnadas: & os libellos crimes que o Promotor der contra alguns delinquentes se offerecerão em nome do Meyrinho, & faltando o Promotor, elle os poderá proseguir, & dar per si, & com o Promotor, & requerer na execução até real entrega, & satisfação; & sendo negligente em proseguir as causas, & accusações, será lançado, & condemnado nas custas para a parte, & o Promotor seguirá a causa nos termos em que estiver, & a pena que

13. Ord. d. tit. 75. §. 23.
& lib. 1. tit. 72. §. 1. & tit.
68. §. 14. & lib. 5. tit. 73.
Peg. d. tit. 75. §. 23. n. 2.
Frag. de Regim. Reip.
1. p. lib. 5. disp. 12. §. 3. n.
100.

que se havia applicar para o Meyrinho, se applicará para o Promotor, dando-se a terceyra parte ao Solicitador reque-
rendo, & fazendo diligencia na accusação, & causa.

605 E o Meyrinho se conhecerá ser negligente nas demandas, & accusações que lhe pertencem, se dentro em seis mezes as não principiar, & em outros seis mezes as não fizer concluir, salvo houver legitimo impedimento que excuse; & declaramos principiarem os primeyros seis mezes a correr quanto as penas das Visitações do dia em que forem acabadas, & o Meyrinho houver o rol; & quanto às outras penas das Constituições começarão a correr do dia em que o tal delicto, ou culpa, ou negligencia porque as penas se encorrem, for manifesto na vizinhança do culpado.

606 Quando o Meyrinho demandar algumas penas das acima ditas, depois de dado o libello pelo Promotor, será obrigado a pagar as despezas que no processo se fizerem, que ao depois de ser o Reo condemnado, cobrará com a pena, ou parte que lhe pertencer; & sendo os Reostaõ pobres, que não possaõ, nem tenhaõ com que pagar as custas, se dará disto conta ao Vigario geral, para mandar o que se ordena em seu Regimento; & as despezas que se fizerem para a execução da justiça, se pagarão das despezas da mesma.

607 Ordenamos ao Meyrinho, que quando por nosso mandado, ou do Provisor, & Vigario geral for prender algum Beneficiado deste Arcebisado, lhe mostre o mandado ao tempo da prizaõ; & se o dito Beneficiado lhe der escrito seu assinado por testemuinhas, em que se obrigue dentro em certos dias (que serão os necessarios) a se vir apresentar ante Nós, ou nossos Ministros, o haverá por prezo, posto que comsigo o não traga: salvo se no mandado, ou fóra delle lhe for dada outra ordem. E os Beneficiados presos nesta fórma, serão obrigados a apresentar-se nos dias que se lhes assignarem; & não o fazendo, pelo mesmo feyto os havemos por suspensos do Beneficio, & livrar-se-hão como se fugissem do Aljube. E os que fugirem ao Meyrinho, ao tempo que os for prender, não gozarão desta liberdade; & o Meyrinho os trará presos com o resguardo, segurança, & modestia possível.

160 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

14. Ord. d. tit. 75. §. 12.
& lib. 1. tit. 65. §. 51.
Peg. d. §. 12. n. 1. Barb.
etiam d. §. 12.

608. O que ordenamos acerca das prizoens dos Beneficiados, se não observará quanto aos mais prezos, antes o Meyrinho os não poderá soltar, nem dar em fiança, nem confiança sem ordem, (14) ou mandado da justiça; & fazendo o contrario perca o officio, & não entregando o prezo, se proceda contra elle à mais pena que merecer, como se por sua culpa fugira; & todas as prizoens que fizer, as fará sem excessos, nem revoltas, & os prezos os trará com toda a modestia assim nas obras, como nas palavras, de sorte que os não afronte, nem escandalize.

15. Ord. d. tit. 75. §. 5.
& lib. 5. tit. 95. Peg. d. §.
5. n. 1. Gom. resolut. va-
riar. tom. 3. cap. 9. n. 3.
vers. Item adde. Guazin.
Defens. reor. defens. 5.
cap. 7. à n. 2. cum seq.

609. Quando prender algumas pessoas, as levará logo ao Aljube, & cadeas publicas, & as não deterá em sua (15) casa, nem em outras particulares, excepto vindo de caminho; & havendo cadea no lugar onde pousar, procurará que os prezos estejaõ nella de noyte; & provando-se que o Meyrinho fez carcere privado por malicia, & sem causa, perderá o officio para sempre, & haverá as mais penas que por direyto merecer, & a parte o poderá demandar pela injuria.

610. Quando o Meyrinho prender alguma pessoa nesta Cidade, ou seus arrebaldes por mandado nosso, ou do Provisor, ou Vigario geral, levará de mão posta o mesmo que levaõ os Officiaes seculares conforme o seu Regimento: & indo fóra levará por dia o mesmo que se dá aos ditos Officiaes, assim à ida, como à vinda, contando a seis legoas por dia, além da mão posta; & não chegando a dia inteiro levará por legoa o mesmo que levaõ os ditos Officiaes: & indo por mar, além da embarcação, & sustento, se lhe pagará por dia de ida, & vinda o que lhe for arbitrado; & o mesmo determinamos acerca do Escrivão da vara.

16. Ord. lib. 1. tit. 75.
§. 8. & 9. & ibi Peg. Ord.
d. lib. 1. tit. 21 §. 2. & ibi
Peg. n. 1. Frag. de Re-
gim. Reip. d. 1. p. d. tp.
13. §. 12. lib. 5. n. 368.

611. Mandamos que o Meyrinho de noyte (16) com o Escrivão da vara, ou outro a que tocar, & o Vigario geral nomear, corra a Cidade, ou lugar onde estivermos para prender as pessoas Ecclesiasticas, que achar depois do sino de correr, & fazer o que neste caso fica dito neste seu Regimento, & nossas Constituições, & se poderá juntar com os Ministros seculares para esse effeyto.

612. E porque convem muyto (assim para fazer as diligencias, & prizoens, como para resguardo de sua pessoa, &

& authoridade do officio, & da justiça) q̃ o Meyrinho ande acompanhado, lhe ordenamos, & mandamos, que traga consigo duas pessoas idoneas, para que seguramente possa fazer as prizoens que se lhe ordenarem por Nòs, ou nossos Ministros, & as mais diligencias da justiça.

613 Poderá o dito Meyrinho citar em todas as partes do Arcebispado, sendo requerido com mandado, ou despacho do Vigario geral, ou outro Ministro nosso que o possa fazer pela fé, & juramento que tem do seu officio: porém nas suas causas não poderá citar; & fará tudo o mais, que por direyto, & nossas Constituiçoens lhe pertencer: & os mais Meyrinhos da vara deste Arcebispado observarão este Regimento na parte em que lhe tocar.

T I T U L O XIX.

Do Escrivão da vara, & armas.

614 **C**omo os Escrivaens do Auditorio pelas muytas occupaçoens ordinarias que tem em seus officios, não podem a todo o tempo acompanhar o Meyrinho nas diligencias de seu officio, no que resulta grande detrimento às partes, & à justiça, por se não fazerem a tempo, & por se deyxarem muytas vezes de fazer; por tanto ordenamos, que neste nosso Auditorio haja sempre, como até o presente houve, huma pessoa de segredo, & consciencia, que sãba bem ler, & escrever, que sirva (1) de Escrivão da vara, & armas, o qual primeyro que comece a servir, terá Provisão nossa, & será examinado pelo nosso Chancel-ler, & jurará na fôrma que fica dito no Regimento dos mais Escrivaens; & o que pertence a seu officio he o seguinte.

615 He obrigado a acompanhar o Meyrinho assim de dia, como de noyte, (2) & acharte com elle, em todas (3) as diligencias que fizer para dar sua fé do que se passar, & irá com elle a todas as prizoens que lhe for mandado que faça, & feytas fará logo auto (4) em que declarará os nomes, sobrenomes, officios, & terras dos prezos, & o lugar, mez, dia, & hora, & em que fôrma os achãrão quando os

O iij

prende-

1 Ord. lib. 1. tit. 54. &
ibi Peg. glos. 1. n. 1.

2 Peg. ad Ord. d. tit.
54 §. 1. glos. 3. num. 2. &
Ord. d. tit. 54 §. 3.

3 Ord. d. tit. 54 §. 1.

4 Ord. lib. 1. tit. 75. §.
13. & lib. 5. tit. 121. in
princip. & §. 3.

162 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

prenderão, & se os levãrão logo ao Aljube, ou a casa do Juiz q os mandou prender, & se os soltãrão logo, ou condemnãrão em algũa pena, & de tudo darã fé no dito auto sob pena de quinhentos reis para as despezas da justiça, sendo omisso.

5 Peg. ad Ord. lib. 1. d. tit. 54. §. 1. glol. 3. n. 1. 616 Quando o Meyrinho o chamar de dia, ou de noite, serã muyto diligente (5) em acudir, & o irã acompanhar a toda a hora, & aindaque o Meyrinho lhe naõ declare logo a diligencia que vay fazer, nem porisso deyxarã de fazer seu officio, & se achar presente à tal diligencia que o Meyrinho lhe declararã, se sem isso se naõ puder fazer como convem, & guardarã o segredo que he obrigado.

617 A pessoa que o Meyrinho prendeo, se houver de livrar-se do Aljube, elle mesmo levarã ao Promotor, ou darã ao Escrivã do livramento o auto que fez da prizaõ; & sendo o prezo levado à presença do Vigario geral, & lhe fizer termo de admoestaçã, & o condemnar em pena pecuniaria, ajuntarã ao mesmo termo o auto da prizaõ, & levarã delle o seu salario.

618 Tambem deve acompanhar ao Meyrinho quando for fóra da Cidade de mandado do Vigario geral, ou outro Juiz prender, embargar, ou penhorar alguma pessoa, ou trazella a Juizo a perguntas matrimoniaes, & haverã de seu salario por dia o que se conta aos Escrivaens do Auditorio quando vaõ fóra da Cidade, ou seu termo a semelhantes diligencias, alẽm do que se montar na escrita que fizer, & o Meyrinho naõ farã na Cidade, nem fóra della diligencia alguma sem o dito Escrivã da vara.

6 Ex Ord. d. tit. 54. §. 5. 7 Ord. d. §. 5. verb. E farã affinar: & ibi Peg. glol. 7. n. 1. in finalib. verb. 619 Quando o Meyrinho acoymar algumas pessoas, darã sua fé como as acoymãrão, & do trabalho, & serviço que faziã, & a que horas, & as citarã pelas penas da Constituição para a primeyra audiencia do Vigario geral, & escreverã os termos das aççoens, & condemnãção das coymas, & sómente farã hum termo ao pé (6) do rol dos acoymados, em q nomeará todos os que forão condemnados, & os que forão absolutos, o qual o Vigario geral affinarã, (7) & correrã com a execuçaõ das penas atẽ serem pagas, & as custas pelos condemnados: & quando algum dos condemnados vier com embargos, ou a ser condemnado, ou a condemnãção já feyta, darã o traslado da auçaõ, & condemnãça

nação ao Escrivão do Auditorio a quem tocar , sendo primeyro pago do traslado pelas partes embargantes.

620 E quando o Meyrinho achar de dia, ou de noyte, antes, ou depois de se correr o sino, algum Clerigo, ou Beneficiado em habitos de secular, ou com armas, & embuçado, ou com trajes deshonestos, ou em alguma casa, ou lugar de sulpeyra, ou jugando cartas com leygos, & outros jogos prohibidos, ou que não andaõ em habito, & tonsura como são obrigados, & os trouxer a casa do Vigario geral, fará auto em que dará sua fê das horas, lugar, fôrma, & trajes em que foraõ achados, & armas q̃ traziaõ, & os jogos que jugavaõ, & os nomes das peſsoas com quem jugavaõ, declarando tudo o mais em que foraõ comprehendidos, & em que lugar, & fará o termo do que o Vigario geral determinar, ou absolver, ou condemnar, & vindo com embargos, guardará o que acima fica dito no num. 619.

621 De todas as peſsoas que o Meyrinho prender em fragante delicto, fará auto (8) de prizaõ, achando-se elle presente, & no dito auto declarará a qualidade do delicto, & fôrma em que se commetteo, com todas as circumſtancias, não accrescentando mais do que vio, nem escrevendo menos do que succedeo, & sempre dará no dito auto sua fé, & escreverá as testemunhas que se acharaõ presentes.

622 Fará tambem auto (9) de prizaõ dos prezos que vierem de fóra para o Aljube, não estando presente o escripturaõ do Auditorio, que passasse o Mandado porque foraõ prezos, ou tenha as culpas, porque a elle he que pertence fazer o auto da prizaõ, & nos autos fará sempre assinar (10) o Carcereyro, ou Aljubeyro como lhe ficaõ entregues.

623 Acompanhar-nos-ha todas as vezes que formos fóra, como fica dito no Regimento do Meyrinho, & ao Vigario geral, & Provisor.

624 Se o Meyrinho por malicia, ou descuydo deyxar de fazer algumas diligencias da Justiça, ou não prender os culpados que traz a rol, & não fizer outras mais diligencias da obrigaçãõ do seu officio, lhe advertirá que as faça, & não o fazendo, o dirá ao Vigario geral para proceder como for justiça.

625 Tomará a rol todas as peſsoas que por sentença de

8 Ord.lib.1. d.tit.75.
§.13. & lib.5. d.tit.121.
in princip. & §.3.

9 Ex Ord.lib.5. d.tit.
121. §.2.

10 Ord. d.tit.121. §.3.

164 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

de nossa Relação, ou da Legacia foraõ condemnados em degredo para fóra desta Cidade, ou Arcebispado, ou para outra qualquer parte certa, & se for informado que estaõ na Cidade, ou seu termo, ou os vir nella durante o tempo do degredo, ou não tendo mostrado certidão de como o cumpriraõ, o fará saber ao Meyrinho, & com elle os prenderaõ, & levarãõ ao Aljube, de que fará auto na fôrma que acima fica dito.

11 Regim. supr. num. 597. & ibi glôf. n. 10.

626 De nenhum Clerigo, ou culpado (11) receberá, nem de outra alguma pessoa, peytas de genero algum, nem comerá com elles em suas casas, para que livremente possa com elles fazer seu officio: nem por odio, ou respeytos particulares pedirá ao Meyrinho, que vâ buscar as casas de alguma mulher, para ver se acha nellas alguma pessoa de suspeyta, não estando com ella infamada, salvo quando lhes for mandado pelo Vigario geral; nem irá com o Meyrinho para esse effeyto; sob pena de suspenção de seu officio por dous mezes.

627 Mandamos que guarde inteiramente este seu Regimento, & o dos Escrivaens do Auditorio, & o do Meyrinho, & os mais que se não encontrarem com este, & a elle se puderem reduzir.

T I T U L O XX.

Do Enqueredor, & do que a seu officio pertence.

628 O Officio de Enqueredor he hum dos mais importantes a bem das partes, & da justiça, por quanto de ser bom, ou mau Enqueredor depende o bom, ou mau successo das causas; & assim convem muyto que a pessoa, que houver de ser provida no tal officio, seja diligente, de boa vida, idade, practica, & intelligente, inte-yro, timorato, & de confiança, (1) em que concorraõ todas as mais partes, que convem para o tal cargo, & sendo possível neste nosso Auditorio, será Letrado; & antes de ser provido por Nós, será primeyro examinado pelo Chancel-ler da nossa Relação, & achando-o idoneo com certidão sua lhe mandaremos passar Provisão na fôrma dos mais officiaes,

1 Cap. Si quis testium de Testib. Auth. Apud eloquentissimum Cod. de Fid. instrum. Ord. lib. 1. tit. 81. in princip. Barbosa. in d. cap. Si quis n. 3. Mend. in prax. 1. p. lib. 1. cap. 2. Append. 3. n. 36. Pelleg. in prax. Vicar. p. 2. sect. 2. sublect. 6. n. 15. verfi. Ex dictis.

officiaes, & tomará juramento na fôrma costumada.

629 Ao Enqueredor pertence inquirir, & examinar todas as testemunhas, que houverem de ser perguntadas neste Juizo Ecclesiastico em todas as causas summarias, & ordinarias, que se tratarem perante nossos Ministros, & em todos os summarios que elles mandarem fazer, excepto nos casos em que elles per si as devem inquirir, como fica dito em seus Regimentos; & às testemunhas que perguntará o juramento (2) dos Santos (3) Euangelhos em hũ livro delles que para isso terá, em que porá cada huma sua (4) mão direyta, (5) jurando dizer verdade do que souber, & for perguntado.

630 E antes que a testemunha seja examinada, lhe perguntará primeyro por sua (6) idade, & pelo costume, (7) & saber se he parente, familiar, amigo, ou inimigo das partes, ou de alguma dellas, ou se com alguma teve duvidas, ou differenças em algũ tempo: se he interessado na causa, ou traz outra semelhante: se foy peytado, sobornado, ou intimidado por alguma das partes para que dissesse mais, ou menos do que sabia, & tudo o que sobre isso differ fará escrever. E nos summarios crimes, & devaças se perguntará pelo costume no fim do testemunho, (8) & se escreverá o que a testemunha differ.

631 Depois de affirmar depor a testemunha ao costume, & jurar, lhe encarregará que diga a verdade do que souber tem odio, amor, nem algum humano respeyto à petição, (9) artigos, ou auto, lendolhe cada hum de per si, & declarandolhos muyto distintamente, para q os entenda, & depõha a cada hum de per si o que souber, & o que differ se escreverá com toda a fidelidade, clareza, & distincão.

632 Não perguntará por cousa alguma que seja fóra dos artigos, (10) petição, ou auto, ou pertencente à sua materia, & tudo o que differ fóra delles será nullo, & de nenhum vigor, & sempre lhe perguntará pela razão de seu dito, & principalmente se lhe perguntará com particular cuidado, & advertencia nas causas crimes, sob pena de mil reis pela primeyra vez, & pela segunda de dous mil reis, & suspensão do officio até nossa mercê.

633 Para as testemunhas darem razão do seu dito, lhes perguntará

2 C. Fraternitatis 17. cap. Nuper. § 1. de Testib. L. Jurisjurand. Cod. de Testib. Ord. lib. 1. tit. 85. in princip. & ibi Barb. num. 1. & Peg. n. 3. Mend. in prax. 1. p. lib. 1. cap. 2. Append. 3. n. 37.

3 Cap. Quoties 1. q. 7. cap. Cum cautela de juram. calumn. Barb. in d. cap. Fraternitatis n. 7. Ord. d. tit. 85. in princip. & ibi Peg. n. 6. & Barb. n. 4. Facit Ordin. lib. 4. tit. 1. §. 1. verbi. E o dito. & lib. 5. tit. 124. § 18.

4 Ordin. d. tit. 85. in princip. & ibi Peg. n. 8. Scac. de Judic. 2. p. cap. 8. n. 629.

5 Peg. ad Ord. d. tit. 85. in princip. n. 8. Scac. d. cap. 8. n. 628.

6 Ordin. d. tit. 85. in princip. Mend. in prax. p. 1. lib. 1. cap. 2. appêd. 3. n. 38. Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 79. §. 11 n. 4. & 5.

7 Ordin. d. tit. 85. in princip. & lib. 1. tit. 79. §. 11. & ibi Peg. n. 2. & d. tit. 85. in princip. n. 19. Barb. d. §. 11. Mend. d. appêd. 3. n. 42.

8 Ord. d. tit. 79. §. 11. & d. tit. 85. in fin. princ. Peg. d. §. 11. n. 6. & d. tit. 85. n. 26.

9 Ord. d. tit. 85. §. 1. c. Cum cautela, c. Venereabili, de Testib. Barb. in d. cap. Cum cautela, n. 3.

10 Ord. d. tit. 85. §. 1. & ibi Barb. n. 1. & Peg. etiam num. 1. Mend. in prax. 2. p. lib. 1. cap. 2. appêd. 3. n. 152.

11 Ord. d. tit. 85. §. 1.
& ibi Peg. n. 2. Mend. in
prax 1. p. lib. 1. cap 2.
append. 3. n. 39. Ord.
lib. 1. tit. 60. §. 18. & ibi
Peg. n. 2.

12 Cap. Cum causam
de Testib. & ibi Barb. n.
5. Ord. d. tit. 85. §. 1. &
ibi Peg. n. 3.

13 Clar. §. fin. q. 21. n.
3. Gom. var. tom. 3. cap.
12. sub n. 10. Menoch.
de Arbitr. caf. 279. n. 3.
Mend. in prax. p. 2. lib.
5. cap. 1. §. 7. n. 88.

14 Ord. d. tit. 85. §. 1.
& ibi Peg. Menoch. de
Arbitr. caf. 475. n. 14.

15 Valenz. confil. 90.
à num. 179. cum seq. &
confil. 92. à n. 163. cum
seq. Themud. 1. p. decif.
81. à n. 2. cum seq.

perguntará (11) como sabem o que juraõ; se estiveraõ
presentes, & o viraõ; ou se sómente o ouviraõ; & dizendo
o viraõ, lhes fará perguntar do tempo, & lugar (12) em que
o viraõ, & se mais algumas pessoas o viraõ; & sendo de
noyte, se havia luar, (13) ou candeia, & como conheceraõ
a pessoa; & quando differ o ouvio, declare a quem, (14) &
em que parte o ouvio; & se differ de fama, se o tem ou-
vido a toda, ou à mayor (15) parte da vizinhança; & se a
fama he constante, ou outras pessoas estaõ tambem infama-
das do caso, & tudo o que a testemunha differ se escreverá
claramente; & quando às testemunhas se não perguntarem
pela razão de seus ditos nos casos crimes, se reperguntaráõ
à custa do Enqueredor, além da pena acima dita.

634 Quando a testemunha differ nada a algum arti-
go, ou artigos, se guardará o que fica ordenado acima no
Titulo dos Escrivaens do Auditorio tit. 17. n. 569.

635 Não perguntará mais testemunhas que aquellas
que pelas partes, on justiça forem dadas a rol, sob pena de
suspensão por dous mezes, & não valerem os testemunhos
dos que no rol não estiverem, salvo se a parte jurar que al-
gumas testemunhas lhe vieraõ de novo, & o Juiz da causa
as mandar perguntar, porque assim serão admittidas, sen-
do dentro do numero premitido, & juramento; & se fará
termino nos autos. E se no rol das testemunhas for declarado
a que artigos cada hum ha de depor, a esses sómente, &
não a mais deporão, & se o Enqueredor perguntar, ou con-
sentir que deponhaõ a mais, haverá a pena acima dita.

636 E quanto ao numero das testemunhas que se de-
vem perguntar, sendo a todos os artigos, poderá a parte dar
atè vinte testemunhas, ou dez a cada hum, & nas injurias
verbaes se poderão perguntar a cada hum atè sete; & se for
hum só artigo, ou petição, atè dez, & mais não, como fica
dito no §. 16. das testemunhas, que haõ de ser perguntadas,
num. 200. & 201. & nos artigos de contraditas se poderão
perguntar tres testemunhas a cada hum, ou a todos, como
fica dito no §. 17. do lançamento da prova, num. 211. E
quanto às causas crimes se perguntaráõ as referidas, entran-
do no numero da Ley, & não entrando, se consultará o Vi-
gario geral se se devem perguntar.

637 E se as testemunhas que forem dadas em rol forem notoriamente inhabeis para testemunhar, de maneyra que conforme a direyto não devão ser perguntadas, ainda que as partes lhes não ponhão contraditas, as não perguntará sem mandado do Juiz da causa.

638 Se as testemunhas que haão de ser perguntadas forem de tal qualidade, que devaõ ser perguntadas em suas casas, ou enfermas, desorte que não possaõ ir fõra de casa, & não possa haver demõra em se perguntarem, irãõ a ellas (16) o Escrivão, & Enqueredor a perguntallas.

639 Se alguma testemunha estando dando seu testemunho em alguma parte d'elle variar, ou se turbar, mudando a cor, ou final algum de variedade, ou inconsistancia, de maneyra que pareça ser falsa, ou suspeyta, o Escrivão acabado o testemunho irá logo, & o Enqueredor dar conta ao Juiz da causa, estando na terra aonde se tira a inquirição, & com elle se fará hum termo (17) por todos tres assinado, em que se declare o final, & o mais que se vio na testemunha, & em que parte do testemunho; & não estando o Juiz na terra, farãõ ambos o dito termo, como acima fica dito, & assinarãõ para o Juiz da causa por elle se instruir, & prover como for justiça.

640 Tantõ que cada huma das testemunhas acabar de testemunhar, o Enqueredor lhe dará a ler (18) seu testemunho, & verá se assim o ratifica, & tendõ a testemunha que accrescentar, diminuir, ou declarar em seu dito, o fará escrever, guardando o que neste particular fica ditõ no Regimento dos Escrivães do Auditorio, num. 567. & no fim do testemunho assinará (19) logo o Enqueredor com a testemunha; & se for mulher, & não souber escrever, assim o declare; & não assinando logo o havemos por suspenso por seis mezes.

641 E não assinará testemunha alguma que elle não perguntasse, & inquirisse, & fazendo o contrario, assim elle, como o Escrivão serãõ suspensos por hũ anno, & perderãõ o salario; & tendo-o cobrado o reporãõ ás partes, & a inquirição, ou testemunho será nullo, ainda que a testemunha tenha assinado, & confesse q assim depoz na verdade, & posto que o Enqueredor lhe dé o juramento antes de testemunhar.

642 Indo

16. Cap. Si quis testium 8. de Testib. & ibi Barb. à n. 1. cum seq. c. 2. de Judic. lib. 6. & ibi etiam Barb. à n. 2. cum seq. Pelleg. de Offic. Vicar. p. 2. sect. 2. subiect. 7. vers. Quoad primum. Guaz. Defens. reor. defens. 14. cap. 10. à n. 2. cum seq. Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 86. §. 3. n. 8.

17. Ord. d. lib. 1. tit. 85. §. 1. vers. E attentem. & ibi Peg. n. 8. & Barb. d. §. 1. n. 3. & 4. Mend. in prax. 2. p. lib. 1. cap. 2. Append. 3. n. 156. Guaz. dict. defens. 14. c. 7. n. 1.

18. Paz in prax. in princip. annot. ult. n. 32. Farin. de Falsit. q. 158. n. 192.

19. Farinac. d. q. 158. n. 192. Clar. §. Falsum n. 11. Scac. de Judic. 1. p. cap. 87. n. 17. Giurb. conf. 78. n. 17. vers. Maxime si testes.

642 Indo fora tirar inquirição de muytos feytos, não haverá de cada huma das partes o salario de cada dia por inteeyro, mas observará o que fica dito no Titulo dos Escrivaens do Auditorio num. 563.

643 O Enqueredor no mesmo tempo estando inquirindo huma testemunha não pergunte outra (20) na mesma, eu diversa causa, sob pena de suspensão até nossa merce; & não lhe dará juramento para ao depois depor, mas no mesmo tempo em que se houver de perguntar, sob a mesma pena.

644 E quanto á ordem como se devem perguntar as testemunhas do Author, & Reo, se guardará o que fica dito no Titulo dos Escrivaens do Auditorio num. 566.

645 Não pouzará, comerá, nem beberá em casa de alguma das partes, ou parente seu, nem delles receberá (21) presentes, peytas, ou dadivas algumas, como se ordena no titulo dos Escrivaens do Auditorio num. 564.

646 Não consentirá que nenhũa das partes esteja presente, ou perto, nem seus Procuradores donde a testemunha estiver testemunhando, (22) & a possa ouvir, & sómente poderá a parte estar presente ao tempo que se dá o juramento (23) á testemunha, & logo se apartará.

647 Quando o Enqueredor for tirar alguma inquirição fora da Cidade, se as testemunhas que se houverem de perguntar recusarem vir dar seu juramento, as mandará notificar com pena de mil reis, & de virem á sua custa a esta Cidade testemunhar, donde o Juiz da causa ordenar, do que fará auto com fé do Official da diligencia, para que conste que as notificaraõ, & não vieraõ, & se possa proceder contra ellas como for justiça.

TITULO XXI.

Do Distribuidor, & do que a seu officio pertence.

648 **F**oy ordenado o officio de Distribuidor em todos os Tribunaes, em que ha Escrivaens, para que entre elles haja igualdade, (1) tanto nas causas ordinarias, como summarias; & assim ordenamos que neste nosso Auditorio

20 Cap. Venerabilis
52.de Test. & ibi Barb.
n.27.Menoch. de Arbi-
tr.lib.1. q. 29. per tot.
Mend.in prax. 1.p. lib.
1.c.2. append.3.n.41.
Pelleg.p.2. sect.2. sub-
sect.7.n.27.

21 Ord.lib.1.tit.83.
29.& ibi Peg.n.4.& 5.
Phoeb.2.p.arest.144.

22 Peg. ad Ord. l. 1.
tit.85. in princip. n.18.
Farin.de Testib.q.74 n.
44.& q.80.n.93.

23 Peg. ad Ord. tit.85.
in princip. n.14. & 15.
L. Si quando Cod. de
Testib Farinac.d.q.74.
n.42. & d.q.80.n.93.
Scac. de Judic. 2.p.cap.
8. à n.17. cum seq.

1 Mend.in prax. 1.p.
lib.1.cap.2. append.2. à
n.33. cum seq. & p.2.¶.
1.c.2.append.2. n.150.
Peg. ad Ord. lib.1. tit.
84.& tit.79. §.20. Mar-
tins à Costa in styl.
Dom. Supplicat. annor.
25.

ditório haja hum Distribuidor para distribuir igualmente as acçoens, libellos, embargos, autos, & todas as mais diligencias, que se houverem de fazer por distribuição; & a pessoa que por Nós for provida, será diligente, de bom entendimento, fidelidade, & consciencia, & com as mais partes que para o officio se requerem, & não servirá sem Provisão nossa, & tomar juramento perante o nosso Chanceller, como os mais Officiaes.

649 Terá hum livro (2) numerado, & rubricado, & com encerramento pelo nosso Vigario geral, no qual porá titulos diffintos, & apartados para a distribuição dos feytos crimes, & civeis, auçoens, & mais papeis, & diligencias que foyrem de distribuição, ordenando os titulos de maneyra que não hajaõ confusões, nem possa haver engano; & o livro se comprará à custa das despesas, & o levará sempre à audiencia, sob pena de quinhentos reis para as despesas por cada vez que faltar.

650 Escreverá no dito livro por sua ordem, segundo suas antiguidades, os nomes dos Escrivaens, & fará a cada hum a distribuição da aução, libello, papel, ou diligencia que lhe couber na sua casa, (3) & mudando a ordem da distribuição, por esse mesmo feyto perca o officio.

651 Na audiencia estará em seu lugar determinado no §. 2. do Regimento das audiencias num. 93. & não mostrará o livro das distribuiçoens aos Escrivaens, nem a outra pessoa alguma, salvo de mandado do Vigario geral, ou Provisor, ou Chanceller da nossa Relação para tirar alguma duvida; nem dirá a quem vay o feyto antes de distribuido, sob pena de suspensão do officio por dous mezes.

652 Se alguma causa depois de distribuida não honver effeyto por o libello se não contrariar, ou cessar por outra via, ou quando algum summario foy distribuido, ou perguntas matrimoniaes que o Vigario geral havia de fazer, & se não fizeraõ, as descarregará (4) por mandado do Vigario geral, & na mesma forma outro qualquer papel, & o Escrivaõ a quem foy distribuido haverá outro em seu lugar.

653 Quando se ausentar de licença do Vigario geral, (sem a qual o não fará) lhe deyxará o livro, que elle mandará

2 Ord. lib. 1. d. tit. 84. in princ. ver. E terá o brigado. & ibi Peg. gl. 2. ver. De verb. Encadernado.

3 Ordin. d. tit. 84. in princ. & ibi Peg. Mend. in prax. d. 1. p. lib. 1. cap. 2. n. 35.

4 Ord. d. tit. 84 § 3. & ibi Peg. & tit. 79. §. 20. & ibi Peg. n. 6.

270 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*

5 Ord.d.tit.79.º § 2º.
verf. E mandamos. &
ibi Peg. n.7.

6 Ord.d.tit.84.º § 4.º &
ibi Peg.

dará entregar a hum Official do Juizo, que não seja parte (5) na distribuição, que faça o dito officio durante a sua ausencia, ou impedimento, (6) sob pena de que não o fizer do affim, o haveremos por suspenso por seis mezes; & se a sua ausencia for por mais de dous mezes, proveremos de serventia o dito officio.

654 Havendo duvida entre os Escrivaens sobre a distribuição, o Vigario geral mandará ir o livro perante si, & a decidirá como lhe parecer justifica.

655 Estando algum Escrivão ausente, ou impedido, lhe correrá a distribuição, como fica disposto no Titulo dos Escrivaens n.º 527.

656 Irá o Distribuidor a todas as audiências, & acompanhará ao Vigario geral, tanto ao ir, como ao sair del- las, & fará as distribuições com diligencia, sob pena de quinhentos reis para as despesas.

657 Levará por cada distribuição que fizer o que lhe he taxado no Regimento dos Officiaes do Juizo, & não levará busca de alguma distribuição, senão quando passar de cinco (7) annos, que a causa, ou diligencia foy distribuida, & se lhe pagará como aos Escrivaens, & levando mais do que se lhe dever, será suspenso até nossa merce.

658 E para que facilmente se possa saber a quem foraõ distribuidas as causas, & papeis, declarará na distribuição os nomes de ambas (8) as partes, a qualidade da causa, & o dia, mez, & anno em que se distribuhio.

7 Ord.d.tit.84.º § 5.º &
ibi Peg.

8 Ord.d.tit.84.º § 1.º in
fin. & ibi Peg.

T I T V L O XXII.

Do Contador, & do que a seu officio pertence.

659 **A** Pessoa que houver de servir de Contador do Auditorio será de bom entendimento, & consciencia, & que sayba bem contar, porque he officio (1) de importancia ao bom governo publico; & primeyro que entre a servir, será provido por Provisão nossa, que passará pela Chancellaria, & tomará juramento na fórma dos mais Officiaes do Juizo.

660 Ao Contador pertence contar com muyta diligencia,

1 Peg ad Ord. lib. 1.
tit. 90. & Barb. Scobar
de Ratiocin. cap. 8. per
tot. Barb. in L. Eum qui
remerè ff. de judic. n.
273.

gencia, & attenção todos os feytos, autos, summarios, diligencias, & papeis que se processarem (tanto da primeira, como da segunda instancia) neste nosso Auditorio perante nossos Ministros, ou seja como Ordinarios, ou Delegados, & tudo o que escreveremos Notarios Apostolicos, o que fará clara, & distintamente, declarando quanto se deve ao Promotor, Advogados, Escrivaens, (2) & mais Officiaes que houverem de levar salarios, ou custas em conformidade da seguinte Ley, que S. Magestade que Deos guarde foy servido mandar estabelecer em favor de todos os Officiaes de Justica do Estado do Brasil.

2 Ordin. d. tit. 90. in princip. & ibi Peg. n. 1.

*EU El Rey faço saber aos que este meu Alvará virem, que em consideração do excesso do preço, em que todas as cou-
sas se achão de presente, ao tempo em que a Ordenação se fez,
& que no Estado do Brasil tudo he mais caro ordinariamente,
do que neste Reyno, hey por bem que todos os Officiaes de Justi-
ça do Estado do Brasil possam levar os salarios em dobro do
que está taxado pela Ordenação, a qual se guardará em tudo
o mais. E para que se observe assim daqui por diante, hey ou-
trofim por bem, & mando ao Governador, & Capitão ge-
ral do dito Estado, que com assistencia de hum Ministro tire de-
vassa todos os annos do procedimento destes Officiaes, na fórma
em que a tira o Regedor da Justiça; & que achando alguns
culpados em levarem mais salarios dos taxados, sejam castigados
severamente, para que fiquem cessando as vexações às par-
tes, & as queixas que ha nesta materia. E este meu Alvará
se cumprirá inteiramente como nelle se contém sem duvida al-
guma, o qual valera como Carta, & não passa pela Chancel-
laria, sem embargo da Ordenação do liv. 2. tit. 39 & 40. em
contrario, & se registrará nos livros da Relação, & Secretaria
do Estado do Brasil, para que venha à noticia de todos, &
se faça publica esta minha graça, & resolução tomada nesta
materia, & em todo o tempo, & se passou por duas vias. Ma-
noel Gomes da Sylva o fez em Lisboa a 19. de Dezembro de
699. O Secretario André Lopes de Lavre o fiz escrever.*

R E Y.

Conde de Alvor P.

P ij

Alvará

Alvará porque V. Magestade ha por bem, que todos os Officiaes de Justiça do Estado do Brasil possam levar salarios em dobro do que está taxado pela Ordenação, & se guarde em tudo o mais como nelle se declara, que não passará pela Chancellaria, & vay por duas vias. Para V. Magestade ver. Primeyra via.

Por resolução de Sua Magestade de 24. de 1699. em consulta do Conselho Ultramarino de 17. de FEVEREIRO do mesmo anno. Registrado à fol. 50. do livro 4. de Provisões, que servem na Secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa 25 de FEVEREIRO de 1700. André Lopes de Lavre.

Cumpra-se como Sua Magestade que Deos guarde manda, & registe-se. Bahia 16. de Mayo de 1700. D. João de Lancastro.

3 Ordin. dict. & 90. §. 39.

661 Será obrigado dar os feytos contados até (3) cinco dias, & não o fazendo, sendo requerido, *ipso facto* perca o salario que houver de levar de contar, & pagará por cada vez duzentos reis para as despesas da justiça, & o Juiz poderá proceder contra elle com as mais penas que lhe parecer: & quanto aos mais autos de summarios, devassas, traslado de culpas, & outros quaesquer papeis pequenos, & instrumentos extra-judiciaes, os contará logo tanto q' lhe forem levados sob as mesmas penas, & os Escrivaens os mandaráo contar todos, & nenhum os contará per si, sob as penas impostas em seu Regimento.

4 Ordin. d. tit. 90. in princip. & ibi Peg. n. 8. Ord. lib. 1. tit. 2. §. 17. & tit. 7. §. 27. & tit. 14. §. 4. 5 Ordin. d. tit. 90. in princip. verí. E sendo, & lib. 1. tit. 2. §. 17 & tit. 7. §. 27. Peg. ad Ordin. d. tit. 14. §. 4. & d. tit. 7. §. 27. & ad tit. 90. §. 5. Sco-bar d. c. 8 n. 15. Thom. Valasc. alleg. 96. n. 15. & 16.

6 Ordin. d. tit. 90. in princip. verí. E sendo.

662 Queyxando-se alguma das partes de erro das contas, o Vigario geral, ou o Meyrinho a quem pertencer as mandará (4) rever por pessoa intelligente, que nomeará, & achando-se que está a conta boa, a parte que se queyxou pagará ao que a revio o salario, como se os contára de novo; & ao Contador lhe pagará o salario dobrado; & sendo o Contador suspeyto, ou estando ausente, ou impedido, de sorte que não possa fazer a conta, o Vigario geral nomeará quem (5) a faça; & passando a ausencia, ou impedimento de dous mezes proveremos, o officio de serventia; & feytas as contas por outras pessoas feráo (6) nullas. E quando as contas forem mandadas rever, & se acharem erradas, mandamos que o Contador perca o salario que houvera

houvera de haver, & pagará (7) além disso ao revedor.

663 Os feytos que forem à contagem os contará por regras, & se as regras não forem vinte (8) & cinco, nem tiverem trinta (9) letras, assim na linguagem, como no Latim, fará logo desconto das que faltarem, & nisto, & nos salarios dos Advogados, custas da pessoa, guardará o Regimento do foro secular, (10) no que se puder accommodar a este, & o não encontrará, como ao disposto nos mais, & sómente contará os termos necessarios, uteis a bem da causa, que conforme o estylo, & direyto se devem fazer, & não outros, sob pena de quinhentos reis para as despesas pela primeyra vez, & de suspensão até nossa mercê pela segunda.

664 Nas causas de pouca quantia, em que muytas vezes se fazem grandes processos, mandamos que o Contador conte (11) o salario aos Advogados, attendendo ao trabalho, & processo, & não à quantia da cousa sobre que for a demanda.

665 As causas matrimoniaes são havidas por arduas, como também as liberaes em que se trata do estado da pessoa, pelo que aos Procuradores se contará na forma seguinte: Sendo o feyto grande, em que haja inquiriçoens de ambas as partes, & exames, & outras diligencias, se contará a cada hum dos Procuradores setecentos (12) & vinte reis: & nos outros em que não houver tanta controversia, se lhes contará quinhentos reis; & sendo processado á revelia da parte, ou apparecendo, não differ, nem allegar cousa alguma, trezentos & vinte reis; & sendo feyto grande de mayor controversia, & muyta leytura, se requererá ao Vigario geral arbitre mayor salario, que poderá mandar contar até novecentos reis.

666 Ao nosso Promotor nas causas a que assistir por parte da justiça, ou sejaõ matrimoniaes, ou crimes, lhe contará setecentos (13) & vinte reis; & mandando-selhe arrezoar por parte da justiça, em algum feyto, por despacho da Relação, lhe contará mil reis, apontando, & allegando de direyto.

667 Ao Provisor, & Vigario geral, & qualquer outro Ministro nosso, que for fóra da Cidade fazer alguma diligencia, contará o Contador a dous mil reis por dia, em que

7 Mend. in prax. 1. p. lib. 3. c. 21. n. 42. in fin.

8 Ord. lib. 1. tit. 83. §. 12. verl. E assim do me- nos. & ibi Peg.

9 Ord. d. tit. 83. §. 12. verl. E assim.

10 Ord. d. tit. 83. & d. tit. 90.

11 Ex Ord. lib. 1. tit. 91. §. 3. & ibi Peg. Landim de syndic. tract. de Salar. Judic. & Advocat. q. 6. per tot.

12 Ex Ord. lib. 1. tit. 91. in princip. verl. Até quantia.

13 Ex Ord. d. tit. 91. in princ. verl. Até quantia.

se contarão os dias de ida, & vinda: ao Meyrinho geral a mil reis, & o mesmo ao Escrivão da diligencia, & ao Enqueredor, a fóra a sua escrita, & enqueredoria, por assim o acharmos por estylo praticado neste nosso Auditorio; & ao Meyrinho geral se lhe contará na forma de seu Regimento, como também aos Vigarios da Vara, & seus Officiaes; & para se fazer a conta aos dias da jornada, se contará a seis legoas (14) por dia, assim da ida, como da vinda sendo por terra, & por mar, os que se gastarem, & constar por fé do Official.

14 Ord. lib. 1. tit. 90.
§ 13. & lib. 3. tit. 55. § 6.
Peg. ad Ord. d. tit. 90. n.
2. Barb. ad text. in L. di-
vision. n. 6. ff. solut. Ma-
trimon.

15 Ord. d. tit. 90. § 37.
& ibi Pég.

668 O Contador em todos os autos fará per si a conta, & sendo entre partes, de cada huma levará da sua conta 72. reis. E sendo só huma parte, como em summarios, justificaçoens, & outros autos semelhantes, como também os em que a Justiça he sómente parte levará huma conta, & não duas, que são setenta & dous reis. Saberá o Contador das partes quanto he o que lhes levãrao (15) os Escrivaens, & mais Officiaes, & achando lhes levãrao mais do que lhes he taxado em seus Regimentos, assim o declarará na contagem, para que as partes possam requerer seu direyto, & o julgador castigar os que levãrao mais do que se lhes devia.

16 Regim. suprà tit.
7. n. 360. cum seq.

669 Ao Contador pertence fazer as contas dos Resíduos, & testamentos, guardando nellas o que está ordenado em nossas Constituiçoens, & Regimento (16) do Juiz dos Resíduos; porém se o dito Juiz quizer tomar per si as contas sem ir ao Contador, o poderá fazer, & as despezas que se fizerem no tomar das contas dos Resíduos carregarão sobre o Testamenteyro, ou herdeyro, sendo culpado, & negligente em não cumprir como devia; & não o sendo, far-se-hão à custa dos bens do defunto, o que determinará o Juiz dos Resíduos; porém sempre o Testamenteyro, ou herdeyro pagará aos Officiaes, posto que ao depois se haja de inteýrar pelos bens do Testador.

670 Fará o Contador as contas que o Vigario geral, ou outro Ministro nosso mandar fazer nas causas que ante elle correrem entre partes: porém se as partes, ou cada huma dellas requerer que se fação por outrem, & ao Juiz parecer que ha justa causa para isso, ou a qualidade das con-

tas

tas assim o mostrar, louvar-se-hão as partes em pessoa, ou pessoas que as hajaõ de tomar, & o Juiz vista a qualidade das contas lhes arbitrará o salario que devem haver, & do que o dito Juiz taxar, poderão assim as partes, como os que tomaraõ as contas, aggravar para a nossa Relação.

671 Querendo o Contador fazer alguma ausencia, o Vigario geral lhe poderá dar licença até oytos dias, & o dito Vigario geral encarregará o dito officio com juramento a pessoa que bem o sirva, de que se fará termo; & sendo a ausencia por mais tempo, será com licença nossa; & proveremos a pessoa que houver de servir pelo dito modo, & o mesmo se fará estando doente o Contador, ou legitimamente por outra alguma via impedido.

672 Haverá em a Cidade de Sergipe d'ElRey, & sua Comarca no Auditorio Ecclesiastico hum Contador, que será provido por Nós, o qual contará todos os feytos, & auctos que houverem de ser contados no dito Auditorio, & nelle se guardará em tudo este Regimento; & o mesmo guardarão os Vigarios das Varas deste Arcebispo, que servem de Contadores nas suas Vigayrias.

T I T U L O XXIII.

Do Solicitador da Justiça, & Resíduos.

673 **H**averá sempre hum Solicitador (1) da justiça em nosso Auditorio, que faça as diligencias necessarias a favor da mesma, para que assim tenhaõ boa expedição os processos, & livramentos, em que o Promotor for parte; & tambem para que faça todas as diligencias necessarias nos feytos das contas dos (2) Resíduos. E a pessoa que houver de ser eleyta será diligente, zelosa, & de verdade; de boa vida, & costumes: não servirá sem Provisão nossa na forma dos mais Officiaes: & parendonos ser conveniente haver mais algum Solicitador para melhor expedição dos livramentos, sacrilegios, & Resíduos, o proveremos por Provisão nossa.

674 Continuará a casa do Vigario geral, & Juiz dos Resíduos, & o acompanhará quando for, & vier da Audiencia,

1 Ord. lib. 1. tit. 26. & tit. 45. Peg. ad Ord. d. tit. 26. Leyt. de Jur. Lusit. tract. 2. q. 13. n. 5. Martins à Cotta in styl. Dom. supplicat. annot. 24.

2 Ord. lib. 1. tit. 64. & ibi Peg.

diencia, Relação, ou sair a cousas de seu officio, & quando o encontrar a pé pela Cidade; & fará com todo o cuydado as diligencias da justiça, & Residuos que lhe forem encarregadas, & guardará nellas o segredo, inteireza, & fidelidade, que convem para boa administração da justiça; & assistirá em todas as audiencias, (3) & dellas não sahirá até se acabarem sem licença do Julgador; & não o cumprindo assim, o Vigario geral, & Juiz dos Residuos o castigará como lhe parecer.

3 Ord. lib. 1. tit. 26. §.
4. & ibi Peg. n. 1.

4 Ord. lib. 1. d. tit. 26.
in princip. & §. 1. & 2. &
ibi Peg. n. 2. & 3.

675 Terá o Solicitador hum caderno, (4) em que escreva todos os feytos da justiça, assim dos que correm em audiencia, como dos que estiverem conclusos em Relação, & de todos os culpados que se houverem de livrar, & são mandados notificar, & porá em titulo separado os de cada hum dos Escrivaens; & terá cuydado, se o Promotor falla nelles em todas as audiencias, & nos que não fallar lhos lembrará, para que falle nelles na mesma audiencia, & não fallando, fallará elle, & o Vigario geral deferirá a seus requerimentos como se fossem do Promotor.

5 Ord. d. tit. 26. §. fin.
verf. Ou ao Promotor.

676 Irá nos dias de audiencia de manhã a casa (5) do Promotor, para saber delle se ha alguma diligencia da justiça para fazer, & fará todas as que lhe encomendar da justiça.

677 Será obrigado a citar, & notificar todos os culpados com os mandados, monitorios, & sentenças que lhes forem dadas, & guardará no modo, tempo, & lugar o que fica dito no §. 3. das citaçoens *num. 108. cum seqq.* E havendo de se fazer a citação, ou notificação nos distritos dos Vigarios das Varas, fará passar, & assinar os mandados, & monitorios, & em carta fechada pelo Escrivão delles os fará remetter por pessoa fiel aos mesmos, para que pelos Officiaes d'ante si mandem fazer as taes diligencias.

6 Ordin. d. tit. 26. in
princip. & tit. 45. etiam
in princip. Peg. d. tit. 26.
in princip.

7 Ord. d. tit. 26. §. 5 &
ibi Peg.

8 Ord. d. tit. 26. §. 4.

678 Terá muyto cuydado de fazer correr (6) os feytos da justiça, & particularmente os dos prezos, buscar, & chegar (7) as testemunhas da justiça, & procurar se despachem os feytos com brevidade, (8) & se executem as sentenças, & cobrem as penas, & condemnaçoens.

679 Não entregará ao Reo carta porque se mande fazer alguma diligencia pela justiça, nem fará concerto com

as

as partes sobre as penas que lhe pertencerem antes de sentenciadas. (9) nem receberá dinheyro, ou outra cousa à conta dellas, nem receberá dos culpados dádivas algũas sob pena de privação do officio.

680 Informar-seha de todos os sacrilegios que neste Arcebispado se commetterem, & requererá que se passem as cartas para se fazer summario aos Vigarios das varas, quando succederem em seus distritos; & o mesmo cuydado terá de saber dos delictos publicos, & escandalotos, & tendo delles verdadeyra informação, & sendo perrentes ao foro Ecclesiastico, avisará ao Promotor, para que por sua ordem se requeyrao, & façao as diligencias necessarias, para se proceder contra os delinquentes, & se emendarem os delictos.

681 Será parte em todos os sacrilegios, & o Promotor nos feytos delles lhe aceytará procuração, & os solicitará; & haverá a quarta parte das penas pecuniarias, em que os Reos forem condemnados, que se lhe applicará na sentença.

682 E por quanto muytas vezes por culpa, & negligencia dos Officiaes do Juizo, & não haver quem solicite os livramentos dos prezos, & muyto menos tendo pobres, se não executaõ as sentenças, & penas dellas; ordenamos, & mandamos, que o Solicitador da justiça seja muyto diligente em procurar corraõ seus livramentos, (10) & se executem as sentenças, para o que se informará dos mesmos prezos dos termos de seus livramentos, & achando que por culpa de algum Official do Juizo se dilataõ, avisará ao Vigario geral para prover, & castigar os culpados, como lhe parecer justiça; & sendo negligente será suspenso do officio.

683 E dizendo os prezos, que são pobres, & não tem com que se livrar, o fará a saber ao Vigario geral, & se fará informação de sua pobreza, & achando-se ser certo, o Solicitador correrá com seus livramentos, & lhos porá em termos, & querendo contrariar o libello da justiça, requererá ao Vigario geral lhe dê Advogado do Auditorio, & elle lho nomeará, que advogará pelo prezo *gratis*, & no tempo da prova fará perguntar as testemunhas, que o prezo lhe nomear, sem porisso lhe pedir, ou levar salario algum, posto que lho queyra dar o prezo voluntariamente de algumas esinolas

9. Facit Ord. lib. 1. tit. 75. § 23 & tit. 72 §. 1 & tit. 68. §. 14. & lib. 5. tit. 73. Peg. ad Ord. d. tit. 75. §. 23. n. 2. Valeron. de Transact. tit. 3. §. 5. n. 40. Fragol. de Regim. Reip. 1. p. lib. 5. disp. 12. §. 3. n. 100.

10. Ex Ord. d. tit. 26. § 3. & d. tit. 45. §. 1.

esmolas que lhe fizerem, sob pena de suspensão por tres mezes.

11 Ex Ordin. lib. 1.
tit. 64. in princip.

684 O Solicitador dos Residuos requererá ao Juiz delles, lhe mande dar pelos Escrivaens dos mesmos em rol (11) todos os testamentos, que estão por cumprir, & dos feytos das contas que correm em juizo, & saberá se o Promotor tem outro rol para fallar nelles, & lhe requererá que falle em todas as audiencias, & não o fazendo lho lembrará, ou elle per si fallará, sob as penas impostas acima no num. 683.

685 Terá o Solicitador outro rol de todas as pessoas que falecerem nesta Cidade, & seu distrito com testamento nos mezes da Igreja, em que porá por lembrança o dia, mez, & anno em que morrerão, & quem ficou por herdeyro, & Testamenteyro, & passado o termo em que devem dar conta, (como fica disposto em nossas Constituições, & Titulo do Juiz dos Residuos) os notificará por mandado do Juiz para darem contas em juizo, & das citações dará certidão ao Promotor, para os accusar em juizo, & se proceder contra os rebeldes: & observará tudo o que mais fica dito acerca das mais causas crimes, & sacrilegios em que a justiça he parte.

686 Havendo-se de dar alguma testemunha por parte dos Residuos, nos feytos em que o Promotor for parte, elle as ajuntará, & fará perguntar, & tirará, & ajuntará todos os papeis, & autos que o Promotor nomear, & der em prova, sob pena de quinhentos reis para as despesas sendo negligente em o fazer.

687 Informar-seha com muyto cuydado se se passaõ as quitações pelos Escrivaens aos Testamenteyros, na fórma do Regimento do Juiz dos Residuos, & se se leva de residuo o que nelle he declarado, & se são os Escrivaens diligentes em fazer seu officio, ou levaõ mais salario do que lhes he contado, & devido, & se o Promotor se descuyda em requerer nas causas dos Residuos, ou não vay ás audiencias delles, & se os Officiaes guardaõ seus Regimentos: & achando nisso descuydos, ou faltas, o fará presente ao Juiz para prover como lhe parecer conveniente, & justiça.

688 Quando falecer algum Clerigo que pertença a facção do inventario ao Juiz Ecclesiastico, lho fará a saber, & lhe

lhe requererá o vá logo fazer de todos os bens do defuncto, & elle se achará presente; & requererá, & fará todas as diligencias necessárias ao dito inventario, que se lhe contarão na fôrma do Regimento.

689 Vindo alguns aggravos, ou embargos dos Vigarios das Varas deste Arcebispado ao Juiz dos Residuos em materia de cumprimentos de testamentos, que hajaõ de ser remettidos aos ditos Vigarios para que os fação cumprir, elle os remetterá, logo que forem despachados, à custa das partes, por pessoa fiel; & que lhe traga certidão da entrega, que dará ao Escrivão dos Residuos que escreve nos ditos embargos, aggravos, ou appellaçoens: & cumprirá tudo o mais que se ordena no Regimento do Juiz dos Residuos, que pertencer a seu officio; sob pena de o castigarmos gravemente, achando-o comprehendido em alguma cousa de sua obrigação, & officio.

TITULO XXIV.

Do Porteyro da Relação, & Auditorios.

690 **A** Pessoa que houver de servir de Porteyro (1) tanto em nossa Relação, como Auditorios, deve ser pessoa de boa vida, & costumes, de confiança, & segredo, & verdade, que sayba ler, & escrever; porque de sua fé depende muyto a dos processos, & demandas; & não servirá sem Provisão, & jurar na fôrma dos mais Officiaes.

691 Será o Porteyro obrigado a abrir a casa da Relação todos os dias que a houver, ao menos meya hora antes que se entre a ella, & mandará varrer, & alimpar a dita casa; & concertará as cadeyras, mesa, tinteyros, & penas com o papel necessário, para que os nossos Desembarçadores, quando entrarem em despacho, achem tudo apparelhado, & para as cousas necessárias se lhe mandará dar dinheyro das despesas todos os annos, que pedirá por peção á Relação.

692 Além dos dias ordinarios da Relação, será obrigado tambem a preparalla nas que se fizerem fóra dos ditos dias, & nos dias dos exames para Ordens, ou concursos de

1 Ord. lib. 1. tit. 31. & 32 & lib. 3. tit. 89. & tit. 90. Peg. d. tit. 31. Mart. a Cost. in styl. Dom. Supplicat. annot. 28.

de Igrejas, & estaã sempre, depois de se entrar á Relação, ou exames, á porta em quanto durar.

693. Depois que os Desembargadores entrarem em despacho, fechará a porta da Relação, & se assentará junto a ella, & abi estará todo o tempo que durar o despacho, para poder acudir á campainha, quando o chamarem, & dar na mesa os recados que deve dar.

694. Não dará recado de pessoa alguma na mesa depois de se entrar em despacho, se ao entrar lhe não for ordenado, & sendo o recado nosso, o fará a saber ao Presidente para que mande entrar quem o leva.

695. E quando algum Official Ecclesiastico, ou secular quizer fazer alguma diligencia na mesa da Relação, elle o não deyxará entrar, antes baterá na porta, & depois de se lhe tocar a campainha a abrirá, & entrará só, & dirá ao Presidente o nome do Official, & se he Ecclesiastico, ou secular, & o que quer, & neste caso fará o que o Presidente lhe ordenar, & fazendo o contrario, será castigado segundo merecer seu descuydo: & mandando entrar algum Official, ou outra alguma pessoa para fallar, ou fazer alguma diligencia, não consentirá entre com espada, levando-a, sob a mesma pena.

696. Não consentirá que pessoa alguma esteja junto á porta da Relação em quanto durar o despacho, ou exames, para que não ouça o que dentro se pratica, & vota, & o fará afastar para a parte onde se não ouça o que dentro se falla.

697. Quando algumas partes lhe derem algumas petições para se despacharem em Relação, sendo antes de se entrar a ella, as porá na mesa; & sendo depois de estarem os Desembargadores em despacho, não as levará, nem entrará dentro, senão quando se lhe tocar a campainha; & depois que os Desembargadores se levantarem do despacho as tomará; & as entregará ás partes de mandado do Presidente.

698. Não consentirá que pessoa alguma entre na Casa da Relação, né veja os papeis q'em ella ficaõ despachados, ou por despachar, nem q' della os tirem, aindaq' sejaõ Officiaes do Auditorio, & digaõ que tem licença do Presidente, ou

Vigario

Vigario geral, salvo mostrando a licença por escrito, ou lhe for ordenado os entregue a algum Official do juizo, & de outra sorte os levará a casa do Vigario geral, para os publicar em audiencia estando despachados, & os que não es-tiverem, entregará a quem lhe for ordenado.

699 Não tomará á porta da Relação feyto algum es-tando já em despacho, & sendo de prezo o fará saber ao Pre-sidente, para que mande entrar o Escrivão delle a entre-gallo na mesa para se despachar.

700 Havendo de se examinar alguns Clerigos, ou Re-ligiosos para confessar, prégar, ou para serem collados, & confirmados, não os deyxará entrar na Casa da Relação, posto que digaõ que vão por despacho nosso, ou do nosso Provisor, sem primeyro dar aviso ao Presidente, & o que mandar entrar, a esse dirá que entre, & não outro até lhe fer mandado, & o mesmo observará nos exames de Ordens, & tanto que hum entrar, fechará a porta, ficando os mais de fóra, até que os mandem entrar.

701 O Porteyro do Auditorio terá as chaves delle, & cuydado de o fechar, & desfechar para as audiencias, & para quando se houverem de perguntar nelle testemunhas; & se houver de varrer, & alimpar, & sendo necessario al-gum concerto, o fará a saber ao Vigario geral.

702 Acompanhará (2) ao Vigario geral à ida, & vin-da das audiencias, & levará o saco (3) dos feytos, & tanto que o Vigario geral subir à Sede, lhos porá diante, & tanto que os for publicando os irá dando aos Escrivaens, & fará tudo o mais que lhe mandar, & em quanto durar a audien-cia não consentirá que das grades (4) adentro vá pessoa al-guma fallar, nem praticar com os Escrivaens, & Advoga-dos, nem estejaõ dentro dellas, salvo os Advogados, & Offi-ciaes do juizo, & pessoas graves que o Vigario geral man-dar entrar, & assentar.

703 Citará nesta Cidade as pessoas (5) que por elle pôdem ser citadas, declarandolhes sempre o para que são citadas; & indo fóra da Cidade fazer alguma citação, será com mandado (6) assinado pelo Vigario geral, como fica dito no Titulo das Citaçoens; & com pena de excommu-nhão não notificará sem mandado, (7) monitorio, carta,

2 Ord. lib. 3. tit. 19. in princip.

3 Ord. d. tit. 19. in fin. princip. & lib. 1. tit. 31. in princ. verf. E levar-lhes ha. Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 2. §. 6. glol. 22. n. 3. & ad d. tit. 31. n. 4.

4 Ord. d. lib. 3. tit. 19. §. 10.

5 Ord. lib. 3. tit. 1. §. 1. & ibi Barb. n. 4. & 5.

6 Ord. d. tit. 1. §. 1. verf. E havendo, & ibi Barb. n. 6. Insign. Barb. n. 63. ff. de judic.

7 Ex text. in cap. 1. §. Quisquis. de senten. ex-communic. lib. 6. & ibi Barb. n. 1. & 3. Farin. in Fragm. lit. E. verb. ex-cômunicaio n. 15. Paz in prax. 1. p. tom. 1. tem-por. 3. n. 26. & 27.

ou sentença que comtigo levará, & de outra sorte serão nullas as notificações, & as tornará a fazer por sua conta, & será suspenso por hum mez; nunca irá fóra da Cidade a fazer diligencia alguma sem licença do Vigario geral.

8 Ord. d. tit. 1. §. 17 & ibi Barb. n. 1. L. 1. & 2. Cod. Quomodo Judex. L. 1. & final. ff. de Ferijs, cap. Placita 15. q. 4. Ceval. commun. contr. cōmun. q. 366. n. 1. & 4.

9 Ordin. d. tit. 1. §. 16. cum multis Barbof. ad Ord. d. tit. 1. §. 5. n. 13.

10 Ord. d. tit. 1. §. 17. & ibi Barb. n. 4.

11 O. d. d. tit. 1. §. 12. Marant. de Ord. Judic. p. 6. tit. de citatione n. 65.

12 Ordin. d. tit. 1. §. 5. verf. E nella. & ibi Barbof. à n. 6. cum seq. Marant de Ord. Judic. p. 6. tit. de citat. n. 63.

13 Ord. lib. 3. tit. 9. §. 13. & ibi Barbof. text. in L. Plerique ff. de in Jus vocando.

14 Facit Ord. l. 3. tit. 86. §. 20.

15 Ord. lib. 3. tit. 19. §. 8. verf. E os Porteyros.

704 Não citará, nem notificará pessoa alguma em dia Santo (8) de guarda, nem de noyte, (9) & fazendo-a será nulla, salvo se o Reo se quizer ausentar para alguma parte, ou a acção do Author pereceria, se naquelle dia não fosse feita a citação, porque em tal caso a poderá fazer no tal dia Santo (10) para dia não feriado: & se não puder achar o Reo senão em dia Santo, o poderá notificar com licença do Vigario geral, para dar copia de si em hora certa em dia não feriado para lhe fazer a citação.

705 Não citará pessoa alguma para a audiencia daquelle (11) dia, salvo de expresso mandado do Vigario geral, & se o fizer, não valerá a citação, & sempre declarará à parte que citar, à instancia de quem a cita, (12) a causa porque he citada, & para que audiencia, & se he para sua alma, ou para a obrigarem ordinariamente; & sendo citada por mandado, monitorio, carta, ou sentença lha lerá, & mostrará, & não o querendo a parte ouvir lho haverá por notificado com as penas, & termos d'elle, & nas costas do mandado assim o declarará por certidão, dizendo nella o dia, lugar, & forma da notificação, & reposta do Reo, sob pena de que não o fazendo assim o havermos por suspenso por dous mezes.

706 Não entrará em casa de pessoa (13) alguma para citar, ou notificar, mas se ella estiver à janella, ou varanda que bem a veja, & possa ouvir, a poderá citar da rua, & poderá citar nas ferias dadas para proveyto dos homens, para depois dellas acabadas. Não deyxará de citar, ou notificar pessoa alguma por peyta, odio, amizade, ou inimizade, nem por respeyto algum humano, sob pena de privação do officio, nem se escusará (14) de citar logo as partes, tanto que lhe for mandado, ou requerido, sob pena de ser castigado a arbitrio do Vigario geral.

707 Em audiencia estará sempre ao pé da cadeyra do Juiz em pé, (15) & descoberto, para dar os feytos, q̃ publicar, aos Officiaes a que pertencerem, & se não divertirá para

para outra cousa, nem com conversação, para que assim possa responder, dar fé, & apregoar, quando for necessario, & não se sahirá da audiencia em (16) quanto durar.

16 Ord. d. tit. 19. §. 13.

708 Das citaçoens, pregoens, embargos, arremataçoens, & diligencias que fizer, levará o salario conforme o Regimento do nosso Auditorio; & levando mais do que lhe he taxado, será pela primeyra vez suspenso até nossa mercê, & pela segunda perderá o officio.

709 E aindaque vá hum, & mais vezes em busca da parte, para a citar, & não a ache, não levará mais pelas idas, & diligencias que fez, que o salario que lhe he taxado por fazer hum citação, sob pena de quinhentos reis para as despezas, & tornar à parte o que de mais levar.

710 Quando por ordem do Promotor, Meyrinho, ou Solicitador fizer algumas diligencias a bem da justiça, se lhe contará o seu salario a final, & se lhe pagará pela parte que for condemnada; & mandamos ao Contador lho conte conforme seu Regimento; & o mesmo se guardará nos pregoens que der em audiencia por parte da justiça.

711 Ao Porteyro pertence correr as folhas (17) assim dos culpados, como dos Ordinandos, & de outras quaesquer pessoas, as quaes não correrá sem mandado do Vigario geral, ou Provisor por hum delles assinado, & as correrá pelos Escrivaens do Auditorio, & Camera, & tendo culpas as entregará ao Promotor do juizo, & pelas correr levará o salario taxado no Regimento.

17 Ex Ord. lib. 1. tit. 56. §. 1.

712 Requererá se fação penhoras, (18) & correrá os pregoens das arremataçoens nos lugares costumados os dias do estylo, & não interpolará (19) os pregoens depois de os começar a correr, sob pena de lhe não serem pagos os que tiver corridos, & pagar à parte a perda que por isso lhe der; & irá todos os dias dar fé ao Escrivão (20) do pregoão que lhe deo, & não aceytará lanço, senão de pessoa conhecida, & se fará termo do lanço, que assinará o lançador.

18 Ord. lib. 3. tit. 89. & ibi Barb.

19 Ord. lib. 3. tit. 86. §. 29.

20 Ordin. d. tit. 86. §. 26. Phœb. 2. p. arest. 4.

713 Poderá embargar verbalmente, ou com carta, o que lhe for mandado pelo Vigario geral, & dará sua fé ao Escrivão, ou a porá nas costas da carta.

714 Não receberá de nenhum Clerigo, ou pessoa Ecclesiastica, ou que tenha culpas em juizo, peytas, ou das

184 *Regimento do Auditorio Ecclesiastico*
divas algumas, para que mais livremente faça seu officio,
o qual perderá fazendo o contrario.

T I T U L O XXV.

*Do Depositario do Juizo, & seu Escrivão, & do que
a seus officios pertence.*

715 **P**ara bem da justiça das partes, & segurança dos depósitos do dinheyro, & peças de ouro, & prata das cauçoens, & outros depósitos que se mandarem fazer por ordem, & mandado de nossos Ministros, he necessario que haja hum Depositario (1) publico, em cuja mão se fação os depósitos, o qual será eleyto por Nós com a informação necessaria, & dará fiança chãa, & abonada em quantia bastante, segundo nosso arbitrio, a qual será obrigado a accrescentar, & reformar quando lhe for mandado.

1 Ord. lib. 1. tit. 28. & ibi Barb. & Peg. à Cost. in styl. Dom. supplic. annot. 26. Sperell. 2. p. dec. 116. n. 90. Frag. de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 22.

2 Ordin. lib. 4. tit. 49. Frag. d. disp. 22. n. 17. Castro Palao tom 7. tr. 32. disp. 3. punct. 4. n. 4.

716. Escrivão, nem Official (2) algum do juizo poderá ser Depositario pelos inconvenientes que disso podem resultar, & o Depositario será obrigado a receber todos os depósitos, assim das partes, como da justiça, que nossos Ministros mandarem fazer.

3 Ordin. d. tit. 28. in princ. verf. E tudo, & ibi Peg. glos. 2. n. 2.

4 Ordin. d. tit. 28. in princip. verf. E em cada assento. & ibi Peg. n. 5.

717 Quando se depositar alguma cousa, se fará disso termo em livro, que para isso haverá numerado, (3) & rubricado pelo Vigario geral, com titulo de encerramento no fim delle; & os termos do depósito se farão com todas as declaraçoens necessarias, & serão assinados (4) pelo Depositario com o Escrivão, q o terá em seu poder, & haverá no dito livro titulos separados da receyta, & despesa, que se fará com toda a distincão, & clareza.

5 Sperell. 2. p. decis. 116. n. 90. Facit Ordin. lib. 1. tit. 70. in princip. verf. E não receberá. Barb. vot. 126. n. 89.

6 Ord. lib. 4. tit. 76. §. 5. & tit. 49. §. 1. Peg. For. x. p. cap. 3. n. 95. Phoebe. 1. p. dec. 89. n. 8. Reynol. observ. 45. n. 8.

718 Não entregará o Depositario cousa algũa que lhe seja entregue, sem mandado (5) do Juiz que o mandou fazer, ou seu superior, por elles assinado, que ficará em poder do Depositario para sua conta, & o Escrivão fará termo da descarga no livro, declarando por cuja ordem se fez a entrega, & a que pessoa, a qual assinará o dito termo. E o Depositario fará logo entrega do depósito, tanto que lhe for apresentado o mandado, & não o fazendo assim, será (6) prezo, & se procederá contra elle na fórma de direyto.

719 Não

719 Não poderá o Depositario usar (7) do dinheyro, ou cousas que tiver em deposito, nem emprestar, nem dar ao ganho, sob pena de suspensão do officio, & de vinte cruzados para as despesas; & terá as cousas depositadas em boa guarda, como hum diligente pay de familias costuma (8) ter das proprias; aliás perdendo-se, ou furtando-se por sua culpa, as pagará por sua fazenda.

720 Haverá o Depositario por salario, por guarda dos depositos, hum vintem por cada hum mil reis, & das peças depositadas o mesmo a respeyto do que valerem.

721 O Escrivão dos depositos será sempre provido por Nós com Provisão nossa na forma dos mais Officiaes, & poderá ser hum dos do Auditorio se nos parecer, & terá de salario por cada hum assento, assim do recebimento, como da descarga, cento & sessenta reis, & serão por conta de quem teve a culpa de não pagar, ou não receber, o que o Julgador determinará.

722 Ao Depositario pertence receber as penas, & condemnações que por qualquer via pertencerem, & forem applicadas às despesas da justiça, que o Escrivão carregará no livro que para isso haverá separado dos mais depositos do juizo, com as declarações necessarias, como acima fica dito; & assinará o Depositario os termos do que recebe com o Escrivão; & as despesas, que desse dinheyro fizer por mandado do Vigario geral, ou Relação, se lançarão no mesmo livro em lugar a parte, & o termo assinará quem receber o dinheyro, & o Escrivão.

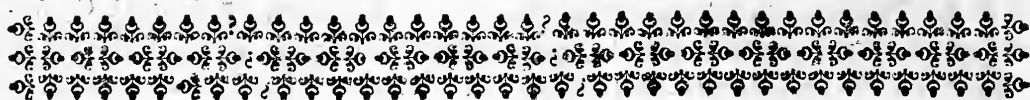
723 Deste dinheyro, assim da receyta, como da despesa, tomará conta (9) o Vigario geral cada seis mezes ao Depositario, do que fará termo no mesmo livro.

724 Será obrigado o Escrivão *ex officio*, sem levar dis-
so salario, tomar em lembrança em livro separado (que se
comprará à custa das despesas) todas as sentenças em que
houver condemnação (10) para as despesas, & obras pias,
tanto que se publicarem, & deyxar papel em que se declara
em que tempo se pagaraõ, ou se commutaraõ, ou per-
doaraõ.

7 Text. in L. Qui fur-
tum ff. condic. furt. L.
Desiderium, & L. final.
Cod. Deposit. Ord. d. tit.
76. §. 5. Prag. d. disp. 22.
n. 18. Bonac. de contra-
ctib. disp. 3. q. 14. punct.
1. n. 3. Palao tom. 7. tr.
32. disp. 3. punct. 3. n. 1.
8 L. Si quis servum ff.
Deposit. cap. Bona fides
de Deposit. Peg. d. cap.
3 n. 80. & 81. Bonac. de
contract. disp. 3. q. 1.
punct. 6. n. 10.

9 Sperell. 2. p. decis.
116. n. 90.

10 Grat. Forens. cap.
840. n. 1. Conciol. relol.
crimin. verb. Poena ref.
3. n. 2. Farin. q. 100. n.
53. Cresp. 2. p. observ.
80. n. 2. Sabelli tom. 4.
verb. Poena n. 20.



INDICE

DO

REGIMENTO DO AUDITORIO ECCLESIASTICO do Arcebispo da Bahia.

A

Advogados, & do que a seu officio pertence, tit. 12. n. 437.

Appellações, & Aggravos em que forma se devem fazer, tit. 2. §. 20. n. 228.

Audiências, do que se guardará nellas, tit. 2. §. 2. n. 88.

Assistências, & Authorias, tit. 2. §. 11. n. 166.

C

Causas ordinarias, tit. 2. §. 7. n. 142.

Causas crimes em q forma se procederá nellas, tit. 2. §. 22. n. 253.

Causas summarias quaes sejaõ, tit. 2. §. 6. n. 133.

Chancellor, & do que a seu officio pertence, tit. 3. n. 276.

Citação, quando sem ella se pôde proceder, tit. 2. §. 4. a n. 124.

Citações como se devem fazer, tit. 2. §. 3. n. 108.

Condemnação das custas, tit. 2. §. 19. n. 223.

Contestação de demandas como será feita, tit. 2. §. 10. n. 164.

Contradições como seraõ admittidas, & do mais que se guardará nellas, tit. 2. §. 17. n. 209.

Contador, do que a seu officio pertence, tit. 22. n. 659.

D

Depoimento quando se deve fazer, tit. 2. §. 13. n. 179.

Depositorio do Juizo, & do que a seu officio pertence, tit. 25. n. 715.

Desembargadores, & do que a seu officio pertence, tit. 4. n. 318.

Dias feriados, in principio.

Dilações de que modo se farão, tit. 2. §. 15. n. 189.

Diligências para Ordinandos como se devem fazer, tit. 1. §. 2. a num. 37.

Distribuidor, do que a seu officio pertence, tit. 21. n. 648.

E

Edital, & interrogatorios da Visitação, tit. 8. §. unico, n. 398.

Enqueredor, do que a seu officio pertence, tit. 20. n. 628.

Escrivaõ da Camera, do que a seu officio pertence, tit. 13. n. 459.

Escrivaõ da Chancellaria, tit. 14. n. 492.

Escrivaõ da Vara, & armas, tit. 19. n. 614.

Escrivaõ da Visitação, tit. 15. n. 500.

Escrivaens do Auditorio, do que a seu officio

- officio pertence*, tit.17.n.524.
Exceçõs dilatorias, tit.2.§.8.à n. 149.
Exceçõs peremptorias, tit. 2.§.9. a n. 162.
Execuçõs de sentenças como se farão, tit.2.§.21.n.239.
- F** *Erias*, em que tempo são concedidas, tit.2.§.23.n.271.
- I**
J *Uiz dos Casamentos*, & do que a seu officio pertence, tit.5.n.325.
Juiz dos Resíduos, & do que pertence a seu officio, tit.7.n.360.
Juiz das Justificações, & o que deve fazer, tit.6.n.346.
Furamento, em que forma se deve fazer, in principio.
Furamento suppletorio, quando se deve dar, tit. 2. §.14.n.185.
- M**
M *Eyrinho geral*, do que a seu officio pertence, tit.18.n.591.
- N**
N *Otarios Apostolicos*, do que a seus officios pertence, tit.16.n.511.
- O**
O *Rdem do Juizo nos feytos civis*, tit.2.§.5.à n. 126.
- P**
P *Orteyro*, do que a seu officio pertence, tit 24. n. 690.
- R**
R *Econvenções*, tit.2.§.12.n.174.
Regimento deve haver para os Ministros da Justiça. Provis. in principio.
- S**
S *Entenças interlocutorias*, & definitivas, tit.2.§.18.n.215.
Solicitador da Justiça, & do que a seu officio pertence, tit.23.n.673.
Suspeçõs, de que maneyra se porão, & em que casos não serão admittidas, tit.2.§.8.n.149.
- T**
T *Estemunhas*, quantas se tomarão, & do mais que pertence a esta materia, tit.2.§.16.n.201.
- V**
V *Igario geral* que cousas lhe pertencão por razão de seu officio, tit.2. à num.52.
Vigario da Comarca de Sergipe d'El-Rey, & do que pertence a seu officio, tit. 10. n.401.
Vigarios da Vara, & do que pertence a seus officios, tit.9.n.399.
Visitadores do Arcebispado, do que a seus officios pertence, tit.8. num.382.

SECRET

The first of these is the fact that the
 second of these is the fact that the
 third of these is the fact that the
 fourth of these is the fact that the
 fifth of these is the fact that the
 sixth of these is the fact that the
 seventh of these is the fact that the
 eighth of these is the fact that the
 ninth of these is the fact that the
 tenth of these is the fact that the
 eleventh of these is the fact that the
 twelfth of these is the fact that the
 thirteenth of these is the fact that the
 fourteenth of these is the fact that the
 fifteenth of these is the fact that the
 sixteenth of these is the fact that the
 seventeenth of these is the fact that the
 eighteenth of these is the fact that the
 nineteenth of these is the fact that the
 twentieth of these is the fact that the
 twenty-first of these is the fact that the
 twenty-second of these is the fact that the
 twenty-third of these is the fact that the
 twenty-fourth of these is the fact that the
 twenty-fifth of these is the fact that the
 twenty-sixth of these is the fact that the
 twenty-seventh of these is the fact that the
 twenty-eighth of these is the fact that the
 twenty-ninth of these is the fact that the
 thirtieth of these is the fact that the
 thirty-first of these is the fact that the
 thirty-second of these is the fact that the
 thirty-third of these is the fact that the
 thirty-fourth of these is the fact that the
 thirty-fifth of these is the fact that the
 thirty-sixth of these is the fact that the
 thirty-seventh of these is the fact that the
 thirty-eighth of these is the fact that the
 thirty-ninth of these is the fact that the
 fortieth of these is the fact that the
 forty-first of these is the fact that the
 forty-second of these is the fact that the
 forty-third of these is the fact that the
 forty-fourth of these is the fact that the
 forty-fifth of these is the fact that the
 forty-sixth of these is the fact that the
 forty-seventh of these is the fact that the
 forty-eighth of these is the fact that the
 forty-ninth of these is the fact that the
 fiftieth of these is the fact that the
 fifty-first of these is the fact that the
 fifty-second of these is the fact that the
 fifty-third of these is the fact that the
 fifty-fourth of these is the fact that the
 fifty-fifth of these is the fact that the
 fifty-sixth of these is the fact that the
 fifty-seventh of these is the fact that the
 fifty-eighth of these is the fact that the
 fifty-ninth of these is the fact that the
 sixtieth of these is the fact that the
 sixty-first of these is the fact that the
 sixty-second of these is the fact that the
 sixty-third of these is the fact that the
 sixty-fourth of these is the fact that the
 sixty-fifth of these is the fact that the
 sixty-sixth of these is the fact that the
 sixty-seventh of these is the fact that the
 sixty-eighth of these is the fact that the
 sixty-ninth of these is the fact that the
 seventieth of these is the fact that the
 seventy-first of these is the fact that the
 seventy-second of these is the fact that the
 seventy-third of these is the fact that the
 seventy-fourth of these is the fact that the
 seventy-fifth of these is the fact that the
 seventy-sixth of these is the fact that the
 seventy-seventh of these is the fact that the
 seventy-eighth of these is the fact that the
 seventy-ninth of these is the fact that the
 eightieth of these is the fact that the
 eighty-first of these is the fact that the
 eighty-second of these is the fact that the
 eighty-third of these is the fact that the
 eighty-fourth of these is the fact that the
 eighty-fifth of these is the fact that the
 eighty-sixth of these is the fact that the
 eighty-seventh of these is the fact that the
 eighty-eighth of these is the fact that the
 eighty-ninth of these is the fact that the
 ninetieth of these is the fact that the
 ninety-first of these is the fact that the
 ninety-second of these is the fact that the
 ninety-third of these is the fact that the
 ninety-fourth of these is the fact that the
 ninety-fifth of these is the fact that the
 ninety-sixth of these is the fact that the
 ninety-seventh of these is the fact that the
 ninety-eighth of these is the fact that the
 ninety-ninth of these is the fact that the
 hundredth of these is the fact that the

2025 17 12

1

402
plu

1. *Letter 1800*

23

Letter 1800

CA 719

03630

1-SIZE

slr
slr
slr

